



II Encontro de Estudos
Territoriais numa
Perspectiva Interdisciplinar

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
GESTÃO INTEGRADA DO TERRITÓRIO

UNIVERSIDADE VALE DO RIO DOCE

univale
editora

2021

ANAIS DO II ENCONTRO DE
ESTUDOS TERRITORIAIS NUMA
PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Ficha Catalográfica - Biblioteca Dr. Geraldo Vianna Cruz (UNIVALE)
Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Encontro de Estudos Territoriais Numa Perspectiva Intesdisciplinar (2. : 2021 : Governador Valadares, MG)

E56 2º Encontro de estudos territoriais numa perspectiva intesdisciplinar, de 11 a 13 de março de 2021 [recurso eletrônico] / Patrícia Falco Genovez [organizadora]. – Governador Valadares : UNIVALE, 2021.
344 p. : el. color.

Encontro realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território – Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE).
ISBN 978-65-87227-10-8

1. Estudos territoriais. 2. Interdisciplinaridade. 3. Complexidade. I. Genovez, Patrícia Falco. II. Título.

CDD: 300

ISSN: 978-65-87227-10-8

Editora Univale
Franco Dani Araújo e Pinto

Capa, editoração eletrônica e organização do conteúdo
Patrícia Falco Genovez

Revisão
A revisão do conteúdo destes anais é de responsabilidade dos autores.

Ficha catalográfica
Biblioteca Dr. Geraldo Viana Cruz (Univale)
2020, UNIVALE
Rua Israel Pinheiro, 2000 (Universitário)
CEP: 35.020-220 - Governador Valadares - MG
Site: <https://estudosterritoriais.wordpress.com/>

Fundação Percival Farquhar (FPF)
Presidente: Romulo Cesar Leite Coelho

Diretora Executiva: Aniela Castello Branco de Paula Barbalho

Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE)
Reitora: Prof.^a Lissandra Lopes Coelho Rocha

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PROPEX)
Prof.^a. Kíssila Zacche Lopes de Andrade

Pró-Reitora de Graduação (PROGRAD)
Prof.^a. Adriana de Oliveira Leite Coelho

Assessora de Pesquisa e Pós-Graduação (APPG)
Prof.^a. Elaine Toledo Pitanga Fernandes

Assessora de Graduação (ASGRAD)
Prof.^a. Viviane Carvalho Fernandes

Assessoria de Comunicação (ASCORG)
Ana Paula Silvestre

Editora Univale
Franco Dani Araújo e Pinto

Coordenação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território (GIT)
Prof. Haruf Salmen Espindola

Departamento de Informática (DISGI)
Prof.^a. Adriana Cláudia Ribeiro da Costa

Campus Antônio Rodrigues Coelho
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
Governador Valadares – MG – CEP 35020–220
Tel.: 33–3279–5568 – Fax: 33–3279–5543
Internet: www.univale.br
E-mail: GIT.territorio@gmail.com
youtube.com/univale

Local de Realização
Centro Cultural Hermírio Gomes da Silva
Edifício Pioneiros
Campus Antônio Rodrigues Coelho
Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE
Rua Israel Pinheiro, 2000 – Universitário
Governador Valadares – MG – CEP: 35020-220
youtube.com/univale

Informações
Secretaria do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu
Gestão Integrada do Território (GIT)
Bloco PVA – Sala 15 – Campus Antônio Rodrigues Coelho
Tel.: 33-3279.5577
E-mail: GIT.territorio@gmail.com
Home Page: www.estudosterritoriais.wordpress.com/

Secretaria
Keity Reis de Assis

ORGANIZAÇÃO GERAL

Patrícia Falco Genovez
Fernanda Cristina de Paula

COMISSÃO ORGANIZADORA

Adeilson Jorge da Silva
Andreia Fernandes Barbosa
Angélica Antunes Tenório
Daniela de Araújo Viana Silveira
Denise Rodrigues Alves
Erika Benigna Nascimento
Gustavo Henrique Soares Ramos
Karina Guimarães Cruz Silveira
Patrícia Henriques Oliveira
Pedro Santiago Pereira Zanelatto
Carneiro
Wemerson dos Santos Ferreira

COMISSÃO EXECUTIVA

Adeilson Jorge da Silva
Andreia Fernandes Barbosa
Angélica Antunes Tenório
Bertilla Diniz Bettoni Gomes
Claudia Costa da Silva Paula
Daniel de Araujo Ribeiro
Daniela de Araújo Viana Silveira
Denise Cristina Rocha Muniz
Denise Rodrigues Alves
Élita da Silva Souza
Érika Benigna Nascimento
Fábio Tertó Gouveia Toretta
Fabricia Alexandra Abelha
Francislene Michelle Dias
Fredson Guilherme Gomes
Gustavo Henrique Soares Ramos
Karine Keily Rangel Teixeira
Lidiane Pires dos Santos Ribeiro de
Almeida
Natalia Lourdes dos Santos
Patrícia Diône Corrêa Siman
Patrícia Henriques Oliveira
Paulo Marcio Rodrigues Nascimento
Pedro Santiago Pereira Zanelatto
Carneiro
Regiane Rither Damascena

Renan Barbosa Gonçalves
Rosimara Moraes Bonfim
Rusinéia Aparecida Oliveira de
Freitas
Wemerson dos Santos Ferreira
Yanka Flor Pinheiro Eleutério
Yury Aranha de Oliveira

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ms. Edmarcius Carvalho Novaes
Dra. Eunice Maria Nazareth Nonato
Dra. Fernanda Cristina de Paula
Dra. Maria Celeste Reis Fernandes
de Souza
Dr. Mauro Augusto dos Santos
Dra. Patricia Falco Genovez
Dra. Renata Bernardes Faria
Campos
Dra. Sueli Siqueira
Dra. Suelly Maria Rodrigues

COORDENADORES DE SESSÃO

Claudia Costa da Silva Paula
Daniel de Araujo Ribeiro
Érika Benigna Nascimento
Fábio Tertó Gouveia Toretta
Fabricia Alexandra Abelha
Francislene Michelle Dias
Fredson Guilherme Gomes
Gustavo Henrique Soares Ramos
Lidiane Pires dos Santos Ribeiro de
Almeida
Patrícia Diône Corrêa Siman
Paulo Márcio Rodrigues Nascimento
Pedro Santiago Pereira Zanelatto
Carneiro
Regiane Rither Damascena
Renan Barbosa Gonçalves
Yanka Flor Pinheiro Eleutério
Yury Aranha de Oliveira



SUMÁRIO

Apresentação	17
Palestra de abertura: "Ser atingido: do lugar ao território".....	23
Resumos expandidos (por título)	
A docência em território prisional: constituição de saberes e práticas pedagógicas na EJA.....	29
A efetividade das políticas públicas na redução da violência juvenil.....	35
A expansão universitária no semiárido nordestino e a contribuição da prática extensionista no planejamento urbano do município de Pau dos Ferros/RN.....	41
A governabilidade em um processo político: o caso do Orçamento Legislativo Participativo de Florianópolis.....	51
A importância do desenho urbano para a segurança viária....	57
A interdisciplinaridade como metodologia nos projetos integradores em cursos na modalidade a distância.....	63
A interdisciplinaridade nos estudos de violência de gênero e migração com foco na violência doméstica e ao território.....	69
A invenção dos "sudestinos" nas disputas territoriais das mídias sociais.....	75
A ocupação do Residencial Cristo Vive em Tucuruí (PA): exercitando a cidadania.....	81
A Síndrome de Alienação Parental e as multiterritorialidades infantis.....	87
Acessibilidade e Barreiras na Inclusão de Pessoas com Defi-	

ciência no Ensino Superior.....	93	Formação histórica do território onde está situada a Rádio Educadora Rio Doce de Governador Valadares-MG.....	175
Acessibilidade no Território da Universidade.....	99	Imagem corporal e gênero segundo perspectivas feministas.....	181
Adolescentes negras: vivências de opressões interseccionais no território escolar.....	105	Imigração de famílias italianas para terras espírito-santenses e a migração de descendentes para terras mineiras.....	187
Amputações e deficiência física – uma revisão sistemática das percepções.....	111	Impactos do Benefício de Prestação Continuada no território do beneficiário.....	193
As crianças e seus territórios: entrelaçamentos entre Sociologia da Infância e Geografia da Infância.....	117	Influência das territorialidades no uso irracional de medicamentos no território de Itabirinha – MG.....	199
As funções das áreas de preservação permanente em face dos eventos naturais adversos.....	123	Novo território, velho dilema: os impactos sociambientais da vitivinicultura e o melhoramento fitogenético de videiras no planalto catarinense.....	205
Avaliação da morbimortalidade materna entre as índias Maxakali; comparando os dados de antes e após a instituição no pré-natal na aldeia, fazendo paralelo entre os partos hospitalares e partos domiciliares.....	129	O dano moral individual e as mineradoras: um estudo da produção científica do ano de 2010 a 2020.....	213
Compliance ambiental e a ocorrência de crimes ambientais: estudo de caso em usinas sucroalcooleiras do noroeste paulista.....	135	O Desastre da Samarco: os impactos socioambientais à luz do Direito dos Desastres.....	221
Comunicação e territorialidades: a identidade valadareense segundo o telejornalismo local.....	139	O empreendedorismo como uma tentativa na conciliação das multiterritorialidades com o mundo do trabalho.....	227
Distorção idade-série na rede de ensino do sistema educacional brasileiro: revisão sistemática de literatura.....	145	O papel dos cartórios na criação dos municípios e na delimitação de seus territórios.....	233
Dizibilidades e visibilidades contemporâneas sobre a educação.....	151	O Território Rural São Mateus: uma revisão exploratória.....	241
Educação Interprofissional e território: uma revisão integrativa de literatura.....	157	O uso de indicadores para mensuração, monitoramento e avaliação de território escolar: um estudo numa perspectiva interdisciplinar.....	247
Educação, território e gênero: reflexões interdisciplinares no contexto da pandemia da covid-19.....	163	Ordenamento Territorial e a mineração em Terras Indígenas na Amazônia.....	253
Estações chuvosas de Governador Valadares e desastres naturais: uma análise de 1990 a 2020.....	169	Participação Social Em Saúde: Análise dos Estudos Acadêmicos Publicados.....	259
		Processos socioterritoriais pandêmicos da COVID-19 e as in-	

terfaces com o aprisionamento no Brasil.....	265
Produção bibliográfica sobre a função social da propriedade: A importância da abordagem interdisciplinar.....	271
Reconstrução simbólica e identitária no processo de reassen- tamento do distrito de Bento Rodrigues pertencente ao mu- nicípio de Mariana – MG.....	277
Rumores do Rio Doce: memórias de estudantes de Governador Valadares sobre o desastre socioambiental com a barra- gem de Fundão.....	283
Sorocaba 2030: a qualidade dos espaços públicos na perspec- tiva das pessoas.....	289
Sustentabilidade e território: oportunidades e desafios no processo de gestão da Unidade de conservação do Parque Estadual Rio Doce.....	295
Território simbólico e ensino remoto emergencial: percepções de alunos do ensino médio em uma escola pública de Gover- nador Valadares/MG.....	301
Território: usos, representações e temporalidades.....	307
Transformações no uso da terra em Tumiritinga – MG: a ter- ritorialização da agricultura camponesa.....	313
Uma análise histórica sobre os principais impactos ambien- tais no território do bioma Pampa ao longo do século XIX.....	319
Violência simbólica no espaço escolar público a partir do pen- samento de bourdieu.....	325
Índice de autores.....	331



APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

GENOVEZ, Patrícia Falco

Graduada em História (UFJF), Mestrado e Doutorado em História Contemporânea (Política e Cultura), Pós-doutorado em Teoria e Metodologia da História (UFMG), Docente do Programa de Pós-Graduação Gestão Integrada do Território, professora Titular da Universidade Vale do Rio Doce
patricia.genovez@univale.br

PAULA, Fernanda Cristina de

Graduada em Geografia. Mestre e doutora em Geografia. Docente do Programa de pós-graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce
fernanda.paula@univale.br

O que pode o território, enquanto categoria de legibilidade das problemáticas que vivenciamos?

De certa forma, o encontro ora apresentado aqui nos ajuda a refletir sobre esta questão.

O II Encontro de Estudos Territoriais numa Perspectiva Interdisciplinar (II ETERPI) foi promovido e organizado pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (GIT), com o apoio da Universidade Vale do Rio Doce. Teve como núcleo articulador a disciplina de Estudos Territoriais II, ministrada pelas professoras doutoras Patrícia Falco Genovez e Fernanda Cristina de Paula, com a participação ativa dos mestrandos. Assim como o I ETERPI (2017) o evento se constituiu num espaço-tempo de reflexão e visibilidade das pesquisas e objetos de estudo de mestrandos, doutorandos e pesquisadores que abordam o território, considerando-o sob um prisma interdisciplinar. Entretanto, esse espaço-tempo fora redimensionado em função do cenário da pandemia, o que levou o evento para o plano virtual. A modalidade remota permitiu a expansão "territorial" do evento que saiu de um âmbito local-regional para o nacional, abrangendo pesquisadores de outros estados brasileiros. Entre ouvintes e apresentadores de trabalhos contamos com 120 inscritos, sendo 58 inscrições para apresentações de resumo e 62 como ouvintes. Necessário se faz destacar que teve a participação de pesquisadores de mais de 40 cidades, espalhadas por 13 estados brasileiros e o Distrito Federal.

Podemos considerar que estabelecemos um diálogo profícuo aproximando autores/coautores/ouvintes de 25 áreas distintas de formação: Pedagogia, Jornalismo, Direito, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Psicologia, Medicina, Biologia, Administração Engenharia Civil, Sociologia, Geografia, Serviço Social, História, Letras, Sistema de Informação, Educação Física, Agronomia, Odontologia, Geografia, Farmácia, Ciências Biológicas, Enfermagem e Matemática.

Em termos institucionais outras aproximações podem ser destacadas. À Universidade Vale do Rio Doce somaram-se outras 16 instituições de ensino superior (Escola Superior Dom Helder Câmara, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Vale do São Francisco, Universidade Federal de São Carlos, Instituto Federal do Espírito Santo, Universidade de São Paulo, Universidade de Sorocaba, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Espírito Santo) em torno de um debate interdisciplinar acerca do território. Nesse aspecto, temos que realçar e valorizar a participação de diversos Programas de Pós-Graduação das universidades e instituições citadas acima: PPG Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (UERN); PPG Sociologia Política, PPG História Global e PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC); PPG Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (UNIFESS-PA); PPG Ciências Aplicadas à Saúde (UFJF); PPG Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (UNIARA); PPG Cidades: Territórios e Identidades (UFPA); PPG Extensão Rural e PPG Geografia (UNIVASF); PPG Engenharia Urbana (UFSCar); PPG Engenharia de Transportes (USP); PPG Comunicação e Cultura (UNISO); PPG Comunicação Social e PPG Educação (UFMG); PPG Cultura e Territorialidades (UFF); PPG Educação Física (UFV-UFJF); PPG Produção Vegetal (UFES).

A abertura do evento contou com a participação valiosa das professoras doutoras Valéria Amorim do Carmo (UFMG) e Letícia Carolina Teixeira Pádua (UFVJM), que ministraram a palestra sob o tema "Ser-atingido: do lugar ao Território". A conferência foi transmitida ao vivo pelo canal da Univale no YouTube e chegou a ser assistida simultaneamente por 90 pessoas, contando no momento com 380 visualizações.

Os trabalhos foram organizados em sete sessões temáticas, a saber: ST 01 – Cidadania, território e Regulação; ST 02 – Educação e território; ST 03 – Gestão Integrada do Território e urbanismo; ST 04 – Meio ambiente, sustentabilidade e desastres ambientais; ST 05 – Mobilidade populacional e fenômenos (i)migratórios; ST 06 – Saúde, qualidade de vida e Território; ST 07 – Sociedade, cultura, comunicação, ciências e tecnologias; ST 08 – Vulnerabilidades, gênero e diversidade sexual.

A diversidade dos participantes, das áreas acadêmicas a partir das pesquisas que foram apresentadas apontam para duas constatações, que são interdependentes. A primeira constatação se referindo à potência do território enquanto fenômeno que é tanto constituído quanto constituinte das variadas dinâmicas e dimensões que animam a humanidade, as sociedades: vide os diversos temas de pesquisa abordados em consonância com os estudos territoriais. A segunda constatação é a de que esta mesma variedade de pesquisas, atravessadas pelo território, reforçam a complexidade deste fenômeno, demandando, portanto, abordagens que possam ultrapassar a disciplinaridade. Aqui reside a importância do ETERPI, enquanto lugar de trocas, de reflexão, de pensar **entre**: contribuindo para o desenvolvimento de perspectivas interdisciplinares de fenômenos territoriais.

Cabe, enfim, nosso agradecimento a todos os participantes: ouvintes, autores, coautores e organizadores! Entendemos o quão desafiador é o diálogo interdisciplinar e mais ainda a integração de conhecimentos para refletir numa perspectiva territorial. É isso que o ETERPI promove: a superação das fronteiras disciplinares, despertando nos pesquisadores (discentes e docentes) o interesse por áreas diversas e a aventura criativa e consciente que nos convida a acessar novos objetos, linguagens, metodologias, teorias, conceitos... Um encontro que proporcionou descobertas, mas fundamentalmente, aproximações entre pessoas que ousam questionar suas próprias epistemologias e olham para o território a partir de um caleidoscópio que expressa sua dinâmica e complexidade.

Governador Valadares, 6 de junho de 2021



PALESTRA
DE
ABERTURA

12
MAR

19 HORAS

univale
Conhecimento interdisciplinar



[Youtube.com/univale](https://www.youtube.com/univale)



Prof.ª. Dra. Valéria Amorim do Carmo
UFMG

Conferência
de abertura

**SER-ATINGIDO:
DO LUGAR AO TERRITÓRIO**



Prof.ª. Dra. Letícia Carolina Teixeira Pádua
UFVJM



II Encontro de Estudos
Territoriais numa
Perspectiva Interdisciplinar



RESUMOS
EXPANDIDOS



A Docência em território prisional: constituição de saberes e práticas pedagógicas na EJA

SILVA, Adelson Jorge da.

Graduado em História. Pós Graduado em Filosofia, Sociologia e Docência do Ensino Superior. MBA em Gestão Estratégica de Pessoas. Atua como docente na educação básica em escola do sistema prisional de Governador Valadares/MG. Mestrando do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (GIT) da Universidade Vale do Rio Doce UNIVALE
adeilson.silva@univale.br

Palavras-chave: Docência prisional. Educação prisional. EJA. Território prisional.

Introdução

Este trabalho apresenta a pesquisa – “A DOCÊNCIA EM TERRITÓRIO PRISIONAL: constituição de saberes e práticas pedagógicas na EJA” sendo voltado para a educação ofertada em espaço destinado ao aprisionamento. O objetivo principal deste estudo consiste em captar fenômenos e acontecimentos da educação de jovens e adultos em contexto de aprisionamento ligando-os a um diálogo interdisciplinar com outras áreas para assim compreender como as especificidades e particularidades agem e acompanham o docente enquanto atua neste contexto, principalmente, no tocante aos saberes adquiridos e práticas pedagógicas exercidas considerando também, em partes, questões ligadas à identidade e formação do professorado. A metodologia se deu por meio de revisão de literatura classificando artigos que, em parte, já se encontram inseridos no projeto de pesquisa do qual este trabalho é parte constante. Houve também contribuições de obras clássicas de autores das áreas da filosofia e geografia alinhadas aos estudos territoriais. Espera-se que o estudo possa contribuir para ampliação de conhecimentos na educação, em especial, àqueles voltados para a construção dos saberes e práticas pedagógicas na modalidade da educação de jovens e adultos em contexto de aprisionamento.

1 Fundamentação Teórica

O referencial teórico adotado como principal para embasamento do presente trabalho pauta-se nas contribuições dos autores Da Silva e Moreira (2012), Duarte e Sivieri Pereira (2018), Foucault (1987) e Raffestin (1993). Buscou-se como objetivo principal identificar pontos significativos correlacionados à nossa proposta de investigação, ou seja, que nos ajudasse na problematização a respeito do trabalho docente no contexto do aprisionamento no tocante aos saberes e práticas pedagógicas adquiridas a partir do próprio ambiente. Aponta também a identidade docente que, já existindo na essência de cada professor, ainda agrega outros pontos importantes que são inseridos a partir de seu relacionamento pessoal com outros atores dentro do espaço da escola em espaço de aprisionamento e que, porventura, podem vir a influenciá-la e até modificá-la.

Os autores Duarte e Sivieri-Pereira (2018) dão um direcionamento sobre a formação destes docentes assim como das necessidades de terem certo “preparo” para as especificidades e o cotidiano tanto da escola quanto da unidade prisional, pois, isso não é tratado quando os mesmos estão se capacitando nas faculdades em suas respectivas licenciaturas. Os autores Da Silva e Moreira (2012, p. 91) citam nas Diretrizes Nacionais para a Oferta da Educação em Estabelecimentos Penais a existência de um item que trata da questão ligada à formação docente, “O Eixo B (formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta) indicando que a educação nas prisões deve atender, além das óbvias necessidades dos presos, as necessidades de formação continuada e permanente de educadores [...]”. Realiza-se um diálogo direto na geografia e estudos territoriais com utilização de reflexões de Haesbaert (2011) que traz conceitos de território.

Entende-se a partir daí a docência prisional sendo exercida para um público educacional tido como diferenciado além, das dificuldades e tensões próprias das prisões, enfrenta ainda a preocupação em fazer parte e se manter neste mesmo território, ou seja, o docente para atingir os objetivos necessita se “territorializar” e construir seus próprios saberes e práticas pedagógicas interligadas, e em consonância, ao modo como são organizadas as prisões. Raffestin (1993) menciona os elementos constitutivos de uma relação que são abordados neste trabalho tendo como ator protagonista o professor, mas, indiretamente também o gestor da escola, os estudantes privados de liberdade, o policial penal que é responsável pela segurança local assim como também as pessoas que são lotadas nos departamentos ligados à escola e, por último, o diretor da unidade prisional. Na filosofia Foucault (1987) embasa este trabalho ao suscitar uma reflexão sobre a atuação profissional docente em uma escola

localizada dentro de uma unidade prisional, onde, tanto uma como a outra, segundo ele, agem como instituições de sequestro, pois, são acima de tudo disciplinares.

2 Resultados Alcançados

A partir do pressuposto de pesquisa que indaga se existem saberes que são próprios da prática pedagógica na docência de EJA, ofertada e exercida em espaços destinados ao aprisionamento, apresentamos os resultados alcançados a partir das buscas e leituras realizadas, visto que, a pesquisa ainda será realizada em campo e estes escritos também servirão, em parte, no auxílio à realização da mesma. Como os docentes que atuam na Escola Estadual São Judas Tadeu no município de Governador Valadares/MG – escola em ambiente destinado ao aprisionamento de homens - organizam seus saberes docentes e práticas pedagógicas próprias da docência na EJA enquanto atuam neste espaço? Aqui o problema de pesquisa confirma que houve necessidade de voltar-se para a educação na prisão por entender que, sendo a educação um vasto campo, sem esse recorte ao delimitar o tema, além de, também voltar o olhar para a atividade docente, seria impossível fazer uma abordagem coerente e proveitosa pensando no tempo disponibilizado para isso durante o programa de mestrado interdisciplinar. Assim, institui o professor que leciona nos espaços destinados ao aprisionamento como ator principal a ser investigado e, mais do que isso, o institui como responsável por fazer entender todo o trabalho que envolve a modalidade da educação de jovens e adultos na formação escolar do indivíduo privado de liberdade.

A busca pelos artigos na literatura existente foi realizada a partir dos indexadores Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Scholar. Autores e obras presentes neste trabalho ajudaram a embasar o diálogo ao qual sugere o objeto da pesquisa a partir das áreas (educação, filosofia, geografia e estudos territoriais) por ele envolvidas. Obras consideradas como clássicos são utilizadas com ênfase na filosofia a partir de Foucault (1987) assim como também na geografia e estudos territoriais utilizando Raffestin (1993), Santos (2006) e Haesbaert (2011). Vê-se até aqui como a educação realizada nos espaços destinados ao aprisionamento se mostra em um cenário confrontador de práticas pouco sistematizadas e, em geral, sempre dependentes da iniciativa e das idiosincrasias de cada direção de instituição penal. Não se aparenta uma aproximação, uma parceria entre os órgãos ligados à educação e os da administração penitenciária e, neste senti-

do, torna-se inviável uma oferta de educação coordenada além da necessidade de base conceitual mais precisa (TEIXEIRA, 2007). Hoje encontramos várias questões ligadas à educação ofertada e exercida nos espaços destinados ao aprisionamento sendo abordadas, valendo ressaltar, por exemplo, a modalidade EJA. Como única modalidade de educação básica ofertada e exercida neste segmento necessita estar alinhada ao propósito que ela sugere e desempenha nas escolas, em geral, que é proporcionar currículos flexíveis que se adequem às experiências de vida e saberes produzidos no mundo do trabalho e às necessidades da sociedade contemporânea. Existe ainda a necessidade de vencer desafios por ser uma modalidade e não um nível de ensino (ONOFRE, 2013).

Em se tratando da educação busca-se a compreensão de como os docentes possam vir a adquirir e organizar saberes e práticas pedagógicas e como são exercidas no repasse destas aos alunos em espaço destinado ao aprisionamento de homens. No tocante à geografia e aos estudos territoriais são as perspectivas alinhadas ao território que vão dizer a respeito das territorialidades, ou seja, da vivência e convivência dos atores (professores atuantes) envolvidos. Buscar o entendimento de como os saberes docentes e práticas pedagógicas vão sendo adquiridos e organizados para a possibilidade dos professores atingirem seu objetivo de ensinar é o principal objetivo deste trabalho de pesquisa, não deixando de considerar as especificidades da unidade prisional onde a escola se encontra inserida. A filosofia nos apresentará conceitos foucaultianos que dizem respeito às instituições envolvidas (escola/prisão) consideradas pelo autor da obra como instituições disciplinares, apesar de, em certos momentos, oporem-se uma à outra.

Conclusões

Em suma, este trabalho é parte de um projeto de pesquisa que, ainda em andamento, busca relatar percepções advindas da bibliografia produzida sobre o tema proposto. Conclui-se a partir daí que estes saberes docentes e práticas pedagógicas adquiridas e exercidas, objeto desta investigação, por sua vez, podem influenciar na identidade assim como também na formação do docente enquanto inserido neste ambiente onde, exercem relações com atores e materiais existentes no espaço, questões estas que, espera-se serem respondidas.

Os saberes docentes e práticas pedagógicas adquiridas e exercidas em detrimento das especificidades da prisão são úteis e essenciais à escola, pois, faz em boa parte do tempo fluir também a criatividade do professorado atuante. Espera-se para o futuro que seja uma preocupação constituir novos pro-

fessores preparados para esse e tantos outros tipos de enfrentamentos na educação.

Principais referências bibliográficas

DA SILVA, Roberto; MOREIRA, Fábio Aparecido. O projeto político-pedagógico para a educação em prisões. Em Aberto, v. 24, n. 86, 2012.

DUARTE, Alisson José Oliveira; SIVIERI-PEREIRA, Helena de Ornellas. Docência na prisão: relação professor-aluno e identidade docente. Educação, v. 41, n. 2, p. 300-312, 2018.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

RAFFESTIN, Claude. Elementos para uma problemática relacional. In.: _____. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993, v.29, p. 30-50.

A efetividade das políticas públicas de Assistência Social na redução da violência juvenil em Perpétuo Socorro

SIMAN, Patrícia Dione Corrêa

Graduada em Pedagogia e Direito, Mestranda do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale.
patriciaacsiman@gmail.com

SIQUEIRA, Sueli (Orientadora)

Doutora em Ciências Sociais, Professora do Mestrado do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale.
sueli.siqueira@univale.br

NONATO, Eunice Maria Nazarethe (Coorientadora)

Doutora em Sociologia e Política, Professora do Mestrado do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale.
enicenazarethe@hotmail.com

Palavras-chave: Juventude, políticas públicas, território, vulnerabilidade.

Introdução

A vulnerabilidade social entendida como uma conjunção de fatores envolve as características do território, fragilidades e ineficiências na oferta de políticas públicas. A vulnerabilidade origina-se no processo de produção e reprodução das desigualdades, a Assistência Social deve compreender seu aspecto multidimensional, não se restringindo apenas às situações de pobreza ou relacioná-la à falta de renda, embora a insuficiência de renda seja um fator de vulnerabilidade. (BRASIL, 2014)

Ao considerarmos que os resultados das ações da política de assistência social impactam em outras políticas sociais e vice-versa, se faz necessário elaborar e construir ações territorialmente definidas. Frente à consideração, propomos através da pesquisa qualitativa, realizar a leitura territorial como expressão do conjunto de relações sociais, culturais, educacionais e fenomenológicas. A concepção da Assistência Social como política pública tem como principais pressupostos a territorialização, a descentralização e a intersectorialidade. Frente a estes pressupostos é que a pesquisa será delimitada na temática

“violência” no ciclo de vida juvenil que está em vulnerabilidade social no distrito de Perpétuo Socorro pertencente ao município de Belo Oriente, Minas Gerais.

1 Fundamentação teórica

O Plano Nacional de Assistência Social foi formulado tendo como base os autores Dirce Koga e Menicucci. A primeira autora afirma que “os direcionamentos das políticas públicas estão intrinsecamente vinculados à própria qualidade de vida dos cidadãos.” É no embate relacional da política pública entre governo e sociedade que se dará a ratificação ou o combate ao processo de exclusão social em curso. (KOGA, 2003, p. 25).

Menicucci (2002) afirma que “o novo paradigma para a gestão pública articula descentralização e intersectorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem sobre uma população em determinado território”.

Partindo desta premissa da vulnerabilidade ser oriunda de uma multidimensionalidade de fatores e que para a Política Nacional de Assistência Social são levadas em análises as combinações que mais fragilizam e expõe em risco o indivíduo ou grupos, para tanto, iremos dimensionar os atendimentos à população dentro da perspectiva de rede de atendimento, sistema de garantia de direitos e de territorialidade. Assim, vamos dialogar com o conceito de território como o lugar usado com a concepção de vulnerabilidade trazida pela Política de Assistência Social, na perspectiva que o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares.

O lugar é proposto por Milton Santos (2006) como sendo o espaço do acontecer solidário, estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, logo, o lugar se forma pelas relações, pela vivência corriqueira, pelas experiências e expectativas das pessoas do distrito de Perpétuo Socorro, enquanto sujeitos de direitos.

Santos (2006), em seu texto o “retorno do território”, explicita que o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano e espaço habitado pelas pessoas. Nesta perspectiva, Santos (2007) propõe o conceito de território relacionado à identidade, ao lugar e ao sentimento de pertencer, deixando clara a relação com o uso do território e que este só se torna conceito utilizável para análise social quando é considerado a partir do uso, a partir do momento em que pensamos juntamente com aqueles atores que o utilizam.

Frente ao entendimento de vulnerabilidade, pensar política pública de As-

sistência Social no sentido de reduzir a violência no ciclo de vida juvenil sob a ótica e perspectiva do território usado, oportuniza a formação de uma visão estratégica e holística sobre a intersectorialidade e interdisciplinaridade, que objetiva a otimização dos esforços e recursos públicos.

2 Resultados alcançados

Foi verificado que no território de Perpétuo Socorro, há diversas políticas públicas sendo ofertadas tanto por órgãos governamentais quanto por organizações da sociedade civil – OSC. Há presença de política pública governamental na área da saúde através do atendimento hospitalar na Unidade Jaques Gonçalves Pereira e mais três equipes de Saúde da Família – PSF. Na área educacional há oferta desde a creche ao ensino médio, sendo uma creche, uma escola municipal de educação infantil, uma escola municipal que oferta ensino fundamental do 1º ao 9º ano e uma escola estadual que oferta o ensino médio.

Existe no distrito uma grande diferencial na oferta de política pública na área de assistência social, uma vez que pelo alto número de demandas de violência contra criança e adolescente, o poder judiciário aprovou, como exceção, a implantação de um Conselho Tutelar específico para atendimento do território de Perpétuo Socorro, assim como é o território da implantação do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS que oferta o Programa de Atenção à Família – PAIF e referência o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

A partir dos dados oriundos da secretaria municipal da saúde, através da triagem das três equipes de Programa de Saúde da Família – PSF, assim como

Sexo	Faixa etária				Total
	10-14	15-19	20-24	25-29	
Masculino	226	241	232	212	911
Feminino	246	237	274	238	995
Total	472	478	506	450	1906

dados levantados junto à secretaria de Assistência Social e Conselho Tutelar, verificamos fragilidades quanto a ausência de políticas públicas de assistência

social, saúde, cultura e profissionalização.

Tabela 1- Elaboração própria- Sexo e faixa etária dos residentes em Perpétuo Socorro acompanhados pelo SUS
Fonte: e-SUS APS, ano de 2020.

Os dados acima expõem o quantitativo de adolescentes e jovens que são registrados e acompanhados pela Secretaria Municipal de Saúde, deste, partimos para a análise dos dados apresentados pelos equipamentos de assistência social, em especial pelo Conselho Tutelar, onde verificamos que há considerável aumento da demanda dos serviços de assistência social em férias e recesso escolares. Verificamos a crescente demanda da atuação dos profissionais das assistência social, traduzidos e, aumento 393% de atendimentos a famílias acompanhadas pelo CRAS e de 1.103% de atendimentos individualizados entre 2016 e 2017.

O baixo número de registro de contra referência do órgão de proteção social básica, é um ponto a ser verificado, fato que possivelmente seja explicado pelo reduzido número de profissionais que estão na linha de frente para atender uma alta demanda, como visualizada em dados acima.

Conclusões

Frente ao resultado encontrado, verificamos a profundidade e relevância da discussão sobre o assunto uma vez que a Assistência Social compreende o território como espaço geográfico delimitado politicamente, como apresenta as normativas do SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Conclui-se que para a compreensão sobre a efetividade das políticas públicas de Assistência Social na redução da violência no ciclo de vida juvenil, o importante é o entendimento de território e espaço geográfico, sob a categoria de território usado, onde a dialética e dinamismo existente nas relações sociais ocorrem, sendo o mesmo território que é normado pelo Poder Público, território este, que é palco das construções, desconstruções, uso e significados empregados por indivíduos em um lugar que segundo Santos (1996) é simultaneamente “uma materialidade e imaterialidade, é vivido e percebido, é a dimensão espacial do cotidiano”, logo, está presente a dimensão fenomenológica, cultural e do sentimento de pertencimento e integração social que os usuários da política pública estabelecem nas relações de poder.

Nesta perspectiva, as dificuldades nas garantias de acesso aos direitos sociais plenos de modo a atingir seus objetivos, permite vislumbrar a existência de uma diversidade de causas que impedem a efetivação, sendo a falha ou a

ausência desta garantia traduzidas em déficit oferta ou acesso à educação, à cultura, saúde, profissionalização, dentre outras políticas setoriais.

Principais referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2005. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2020.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L., Território: Globalização e fragmentação. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002.

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social. Consulta Prévia. Prefeitura, Belo Oriente, 2020.

SMS – Secretaria Municipal de Saúde. Consulta Prévia. Prefeitura, Belo Oriente, 2020.

A expansão universitária no semiárido nordestino e as contribuições da prática extensionista no planejamento urbano do município de Pau dos Ferros/RN

ARAÚJO, Emerson

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN
Campus Avançado de Pau dos Ferros
Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES
emerson.fabio@ufersa.edu.br

Palavras-chave: Expansão universitária, Planejamento urbano, Semiárido.

Introdução

O presente trabalho surgiu dos seguintes questionamentos: após a expressiva expansão e aumento ao acesso as instituições públicas de ensino superior no Semiárido Nordeste e conseqüentemente no município de Pau dos Ferros/RN, é possível uma assessoria relacionada ao planejamento urbano, por parte das universidades, aos poderes municipais constituídos? uma vez identificada esta condição legal, em que estágio se encontra a prática extensionista e como encontra-se organizada internamente? Existe uma avaliação interna e externa deste método?

Para responder aos questionamentos levantados parte-se de uma breve descrição a respeito do processo histórico e político da expansão universitária e posteriormente trata da práxis extensionista no Campi de Pau dos Ferros da Universidade Federal Rural do Semiárido e da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Os projetos de extensão finalizados serão identificados por meio de sistema institucional próprio e analisadas suas contribuições no âmbito de suas utilizações nas políticas públicas municipais dentro do escopo do planejamento urbano. A metodologia utilizada será exploratória-descritiva e ainda apresenta um alcance correlacional, o método do conhecimento utilizado será o pragmático tendo em vista que a análise dos conceitos terá como objetivo a busca pelas conseqüências práticas cabíveis de sua aplicação.

1. Fundamentação teórica

A bibliografia essencial sobre o tema a ser apresentado parte justamente das contribuições teóricas e discussões de autores como, Andrade (2012), Queiroz Dantas (2014), Ferreira Alves (2014), Serrano (2018) e Carvalho (2018) que tratam destes conceitos no contexto do semiárido potiguar.

Ainda com o objetivo de aprofundar as principais matrizes epistemológicas que serviram de base ao trabalho, cabe ressaltar que o trabalho se constituiu em uma pesquisa exploratória e ao mesmo tempo descritiva, no que diz respeito ao seu objetivo. O estudo exploratório é realizado quando existe deficiência de conhecimento acumulado e sistematizado sendo assim, existem poucos trabalhos produzidos onde se possam encontrar informações sobre a problemática (COLLIS; HUSSEY, 2005; VERGARA, 2007). O caráter exploratório deve-se ao fato deste autor não ter identificado trabalhos anteriores que tratam da importância da prática extensionista, no sentido de prestação de assessoramento nas políticas públicas de planejamento urbano e práticas afins no Município de Pau dos Ferros.

No que concerne a pesquisa descritiva, busca descrever o comportamento ou características dos fenômenos, tentando obter informações sobre o problema ou questão levantada (COLLIS; HUSSEY, 2005; VERGARA, 2007). Como definido nos objetivos do trabalho, faz-se necessário identificar por meio do Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e aprofundar a análise dos Projetos de Extensão com o intuito de verificar nos seus escopos elementos que os tornem úteis às políticas públicas de planejamento urbano e ainda investigar se os arranjos da Universidade possibilitam a prática da sua ação extensionista e se as ações em andamentos e as realizadas tiveram a efetividade proposta e se existe a necessidade de melhorias nas relações com o poder público municipal.

Observa-se ainda, um alcance correlacional tendo em vista a preocupação em responder aos questionamentos que associam variáveis que têm definições pré-estabelecidas dos resultados da prática dos seus conceitos.

A concepção pragmática dar-se pela preocupação com as aplicações dos conceitos, o que funciona, e as soluções para os problemas (PATTON, 1990).

O método adotado dá-se em função de dois aspectos: 1) quanto ao tipo de procedimento de coleta de dados serão adotadas tanto a pesquisa de levantamento (quantitativo), quanto a análise documental (qualitativo) quanto ao tipo de análise de dados, serão utilizados tanto a estatística descritiva (quantitativa), como também a análise de conteúdo (qualitativa).

2. Resultados alcançados

No intuito de atender aos questionamentos e identificar a constatação da expansão do ensino superior no Semiárido Nordeste, cresce de importância um breve relato a respeito deste processo e como se deu a expansão até a chegada do Campus Pau dos Ferros da Universidade Federal Rural do Semiárido e posteriormente será abordado a evolução no âmbito estadual.

No nível federal em 2003 é lançado o Programa Expansão, também conhecido como Expansão I, para atender as metas do Programa Nacional de Educação PNE (2001-2010). Tendo como uma das principais diretrizes a interiorização, voltada para as necessidades e vocações econômicas de cada região do País. Desta forma, há uma elevação no orçamento global das IFES de R\$ 7,7 bilhões em 2004 para R\$ 8,9 bilhões em 2005. Em seguida, foi substituído pelo REUNI, criado pelo Decreto nº 6.096/2007, com o objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior, no nível de graduação, pela melhoria no aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas universidades federais.

Neste contexto de expansão a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) surgiu oficialmente em 26 de julho de 2005, através da Lei nº 11.155 (BRASIL, 2005a). A transformação em Universidade Federal foi advinda de uma história de reivindicações da então Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM criada através do Decreto nº 03/1967. Três anos após a transformação, a UFERSA iniciou a sua expansão para outras microrregiões do RN, apoiada também nas negociações políticas.

O Campus Pau dos Ferros iniciou suas atividades no ano de 2013, Atualmente segundo dados obtidos no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) o Campus Pau dos Ferros conta neste semestre de 2019.2 com mil trezentos e vinte e nove (1.329) alunos matriculados nos sete cursos de graduação: Bacharelado em Ciência e Tecnologia BCT integral (39), BCT noturno (459), Arquitetura e Urbanismo (290), Bacharelado Interdisciplinar em Tecnologia da Informação (BTI) (395), Engenharia Civil (82), Engenharia Ambiental e Sanitária (24), Engenharia da Computação (32) e Engenharia de Software (8).

Já no nível estadual a expansão da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), com sede na cidade de Mossoró-RN, criada pela Lei Municipal nº 20, de 28 de setembro de 1968, a partir da junção de faculdades isoladas: Faculdade de Ciências Econômicas de Mossoró, Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Superior de Enfermagem, estar relacionada a um processo descrito por Andrade e Júnior (2012) da seguinte forma:

Na década de 1970, a instituição é ampliada com a criação dos Campi Avançados de Açu (1974), Pau dos Ferros (1976) e Patu (1980), resultado de articulações dos poderes políticos de Mossoró e dos demais municípios. Em 1987 ocorre a estadualização, assinada pelo então governador Radir Pereira, através da Lei n.º 5.546/87. Ao lado da ampliação geográfica, ampliaram-se a oferta de cursos, novas áreas do conhecimento, vagas e turnos em cursos já existentes. Cursos já existentes no Campus Central, como Enfermagem, Educação Física, Administração e Geografia, passaram a ser ofertados no Campus de Pau dos Ferros a partir de 2004.

Uma vez constatada a expansão das Instituições de Ensino Superior no Semiárido Nordeste e conseqüentemente no Alto Oeste potiguar, parte-se para o atendimento das demais indagações, quais sejam: é possível uma assessoria relacionada ao planejamento urbano, por parte das universidades, aos poderes municipais constituídos? uma vez identificada esta condição legal, em que estágio se encontra a prática extensionista e como encontra-se organizada internamente?

Neste sentido cabe inicialmente abordar alguns conceitos básicos, antes de avançar para as respostas, cabe então uma explanação a respeito dos objetivos da extensão universitária que encontra-se inserida no contexto dos objetivos básicos da universidade, formação profissional, geração de emprego e disseminação de novos conhecimentos, neste contexto de complexidade e diversidade do método extensionista busca aliar o "pensar" ao "fazer" de forma reflexiva, criativa e conscienciosa, permitindo à comunidade acadêmica propor ou interferir diretamente na realidade social em escala a que se propõe determinado escopo de projeto.

O conceito de extensão universitária passou ao longo da história por várias matizes e diretrizes conceituais, entres os quais destacam-se quatro momentos expressivos, quais sejam: o modelo de transmissão vertical do conhecimento; o voluntarismo; a ação voluntária sócio comunitária e a ação sócio comunitária institucional, registra-se que estes momentos encontram-se no interior das universidades em diversos graus de transitoriedade a depender da história da instituição e do seu projeto pedagógico. Sobre os vários momentos históricos no Brasil cabe destacar, três marcos importantes:

Para Rocha (2001), na década de 30 com o início do processo de reforma universitária, a partir dos militantes do movimento da Escola Nova, que passando a ocupar cargos no governo, auxiliam a elaborar o Decreto Nº 19.851 de 11 de abril de 1931, que regulamenta o Estatuto das Universidades Brasileiras e no seu Art. 42, define extensão e seus objetivos: "A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da Universidade, com

prévia autorização do Conselho Universitário."

Com a normatização e sua institucionalização a fase da Ação sócio comunitária institucional centrada na forma de cursos e da difusão do conhecimento percebe-se uma lógica de transmissão do "saber" em uma "mão única" de uma universidade que sabe para uma comunidade que "não sabe". Em um contexto mais amplo desta normatização Nogueira (2001:59), nos dirá: "registra-se que, subjacente a essas propostas, estava o objetivo de propagar os ideais de uma classe hegemônica que se instalara no poder." Assim, uma forma de extensão manipuladora.

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, a partir de então discussão conceitual e prática da extensão passa a ser coordenada por esta instância colegiada. Em sua primeira reunião o Fórum define extensão universitária como:

O processo educativo, cultural e científico que articula ao ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

Desta conceituação a extensão passa a ser inserida no campo acadêmico como processo educativo e científico, em que o "fazer extensão" produz conhecimento e um tipo de conhecimento que viabiliza uma extensão transformadora entre a universidade e a sociedade e vice-versa, uma extensão que acontece na sociedade, uma prática de um conhecimento acadêmico, mas que não basta em si mesmo, tendo em vista ter por base a troca de saberes, popular e acadêmico e que produzirá o conhecimento no confronto do acadêmico com a realidade da comunidade.

Em 1996 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresenta a Extensão Universitária como um mecanismo de acessibilidade ao conhecimento gerado nas Instituições na forma de cursos, ou seja, uma visão de mão única de disseminação do conhecimento. Percebe-se que a Normatização da educação superior não tem alcançado os objetivos do processo pedagógico proposto pela vertente da Extensão Universitária, alguns avanços têm sido notados como o rompimento do modelo tradicional de verticalização do ensino, por meio de novas metodologias de aprendizado e inserção de estágios nos primeiros anos e durante os cursos, normatizados nas diretrizes curriculares e com a preocupação da formação cidadã em contraponto ao uso somente da técnica.

No ano de 1998 foi elaborado o Plano Nacional de Extensão pelo Fórum Nacional de Extensão Universitária, que teve o Programa Universidade Cidadã como base para sua elaboração. A ressignificação da Extensão Universitária por meio deste Plano e suas diretrizes apresentam entre os principais objetivos:

- Criar as condições para a participação da universidade na elaboração de políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se

constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;

- Dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas às áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação da renda.

Uma vez identificado está breve conceituação e evolução histórica a respeito desta ação universitária, cabe avaliar como a UFERSA define a promoção da atividade extensionista, estas definições estão presentes no PDI (2015-2019) e no PPI (2011). Na seção 1.1.9 – Políticas de extensão, do referido documento Institucional são definidas as políticas de extensão, a saber:

a extensão universitária passou a ser entendida como algo que vai além de sua compreensão tradicional de disseminação de conhecimento (cursos, conferências, seminários), prestação de serviços de serviços (assistências, assessorias e consultorias) e difusão cultural (realização de eventos ou produtos artísticos e culturais) e já apontava para uma concepção de universidade em que a relação com a sociedade passava a ser encarada como a oxigenação necessária a vida acadêmica.

Percebe-se na análise do documento a presença de diretrizes que vem ao encontro da investigação do presente estudo quando na sua definição faz referência a prestação de serviços (assistências, assessorias e consultorias). Outro aspecto relevante diz respeito à articulação destas atividades, também descrita no documento. A saber: "A articulação nos Campus de Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros tem sido trabalhada por meio de uma interlocução direta com a Diretoria de cada unidade e por meio de um coordenador de extensão em cada campus da UFERSA. Neste sentido cabe ressaltar que o PDI identifica os agentes responsáveis por centralizar a coordenação das atividades extensionistas.

Por meio da verificação no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas observa-se a existência de Projetos de Extensão (Tabela 1) relacionados ao objetivo do estudo o que reforça a necessidade de aprofundar a análise destas atividades no intuito de responder aos questionamentos iniciais deste estudo.

Com relação à prática extensionista na UERN, observa-se que a mesma é centralizada na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), que fica localizada na Cidade de Mossoró/RN e que é órgão responsável por articular, acompanhar, registrar e promover as ações de extensão da Universidade e fundamenta-se nos princípios Nacionais da Política de Extensão expressa pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2013), comprometendo-se com a consolidação de uma política de valorização e qualificação da atividade extensionista, na qual os princípios da interdis-

ciplinaridade, dialogicidade e indissociabilidade entre as atividades meios da formação (ensino, pesquisa, extensão), são a busca em devir em prol de uma universidade socialmente referenciada.

Tabela 1: Projetos de extensão aprovados UFERSA.

Título	Ano	Público Interno Estimado	Abrangência	Área CNPq
Acesso à Terra Urbanizada/Regularização Fundiária	2015	50	Regional	Ciências Exatas e da Terra
Implantação do projeto SMART CITY PAU DOS FERROS: Desenvolvimento de sistemas integrados de apoio ao cadastro multifinalitário.	2018	20	Local	Engenharias
Reinvente seu bairro	2018	16	Local	Ciências Sociais Aplicadas

São protagonistas da extensão: alunos, professores, técnicos administrativos e comunidade externa que, em um diálogo plural de saberes se (trans)formam conjuntamente.

Conclusões

Percebe-se que os questionamentos levantados inicialmente no resumo deste estudo a respeito da possibilidade legal das IES realizarem assessoria aos poderes municipais constituídos encontra-se perfeitamente previsto no Plano Pedagógico Institucional no caso da UFERSA, o que torna factível seu desenvolvimento com um arcabouço jurídico institucional sólido.

Com relação a organização interna das Instituições, observa-se a existência de forma predominante na Universidade Federal de Projetos de Extensão relacionados diretamente as questões de planejamento urbano e cujas práticas auxiliam, com o levantamento de dados, estágios, elaboração de mapas e conclusões, na assessoria de políticas públicas municipais e no que diz respeito ao arranjo interno, ainda na UFERSA identifica-se uma maior descentralização, uma vez que verifica-se a figura dos Coordenadores de Extensão nos Campus avançados, já neste critério a prática da UERN mostra-se mais centralizada na Pró-Reitoria de Extensão, localizada no Campus Central na cidade de Mossoró, não existindo um representante para articular as ações e projetos de extensão nas campus avançados.

Na pesquisa documental e por meio do Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas (SIGAA), não verificou-se nenhuma avaliação dos Projetos de Extensão identificados na Tabela 1, tal constatação apresenta-se como uma oportunidade de melhoria para as IES, tendo em vista que toda ação humana é passível de avaliação e tendo a prática extensionista no cerne do seu conceito a ideia de uma ação de via de mão dupla, em que a sociedade que recebe ao mesmo tempo troca saberes, deve também ter a oportunidade de contribuir com sugestões e possíveis críticas as ações desenvolvidas no sentido de torná-las mais próximas das realidades locais e no sentido de atingirem da melhor forma os objetivos propostos.

Principais referências bibliográficas

Andrade, Maria Edglema; Júnior, Luiz de Souza (2012). Política de expansão da UERN: dimensões e condicionantes de mudanças.

Dantas, J. R. de Queiroz; Bezerra, J. Reginaldo; Monteiro, J. Rayron (2014). A Produção do Espaço Urbano-Regional nas Cidades Médias: Aspectos da Morfologia Urbana de Pau dos Ferros. 1º Encontro de Planejamento Regional do Semiárido (I ENAPUR-Semiárido). E-BOOK. Pau dos Ferros.

Alves, Larissa da Silva Ferreira (2014). CULTURAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL: conceituações e perspectivas histórico analíticas. Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 63-73, set./dez. 2014.

Carvalho, João de Deus (2018). Memórias da expansão e interiorização do ensino superior no semiárido potiguar. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento. Curitiba, v. 7, n. 2, p. 241-263, mai./ago. 2018.

Serrano, Rossana Maria Souto Maior (2018). Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire.

A governabilidade em um processo político: o caso do Orçamento Legislativo Participativo de Florianópolis

CATANEO, Franciele Boeira

Mestranda do Programa de Sociologia Política/UFSC. Bacharel em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina
franbcataneo@gmail.com

Palavras-chave: Capacidade de governo. Relações intergovernamentais. Orçamento Impositivo. Orçamento Participativo. Orçamento Legislativo Participativo.

Introdução

Este resumo apresenta um estudo de caso ainda pouco conhecido, que versa sobre um dos temas que permeia a arena de competição política entre Executivo e Legislativo, o orçamento público. A experiência em questão é denominada Orçamento Legislativo Participativo (OLP), um projeto político criado em 2017 por um grupo de cinco vereadores de Florianópolis, Santa Catarina. O OLP é uma política legislativa que trata do orçamento e do ordenamento territorial, que criou uma nova forma de arranjo para a alocação e o destino dos recursos provenientes das Emendas Parlamentares. O projeto abrange dois instrumentos distintos de gestão do orçamento público, o primeiro se refere à “importação” da lógica do Orçamento Impositivo aplicado ao nível local de governo, e o segundo trata da aplicação dos moldes do Orçamento Participativo no processo de construção das ações junto às comunidades.

Com base nos dados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2018, 2019 e 2020, foi possível constatar, a partir da análise das comunicações oficiais entre Câmara e Prefeitura, da observação participante nos encontros e do acompanhamento das discussões nos grupos de whats app, que acontecimentos incitaram reflexões acerca do conceito de governabilidade, aplicado em um processo político democrático.

O estudo indutivo sobre o OLP indicou que, apesar da premissa deste conceito, de que produções normativas sinalizam condições mais favoráveis ao exercício de capacidade de governo, há outras condições necessárias para

que se alcance a governabilidade, tal como o peso que as decisões e a vontade política exercem sobre os resultados de determinada política. No caso do OLP, apesar da regulamentação por meio legal, outros elementos foram decisivos para o rumo da proposta, como o processo de conciliação dos interesses da Câmara e da Prefeitura frente ao novo arranjo.

1 Fundamentação teórica

No campo do debate teórico sobre o Estado e as capacidades governamentais, é ampla a literatura que discute acerca dos efeitos que determinado sistema político ou modelo de democracia exerce sobre a produção de políticas públicas e seus resultados. Por exemplo, os casos de federalismo democrático, no qual o poder governamental é inserido em um arranjo que o divide territorialmente. Deste campo emergem discussões, desde uma abordagem territorial para a análise de políticas públicas, acerca da influência que as relações intergovernamentais, a autonomia, a capacidade de governo e outros elementos exercem sobre o resultado das políticas públicas.

Em *Sistemas de governo e políticas públicas* (2019), Cláudio Couto adentra na descrição dos traços da democracia brasileira, considerando o poder governamental no Brasil como dividido, territorialmente, entre níveis de governo, o que o caracteriza como um sistema presidencialista multipartidário. Segundo o autor, há interpretações que consideram que há uma “disciplina partidária” no interior das instâncias políticas do Brasil, que induz a um movimento de “cooperação”, por parte do Legislativo, frente às propostas do Executivo, indicando que as instituições democráticas não representam um obstáculo ao processo decisório e ao exercício da governabilidade.

Couto (2019) apresenta o conceito de governabilidade como sinônimo de capacidade de governo, como referente à produção das decisões governamentais no ciclo da política pública, e o vincula a ideias de “processo decisório facilitado” na relação entre os Poderes.

Em *Origins of Cooperative and Competitive Federalism* (2006), Ronald L. Watts explica que em uma federação o sistema político é arranjado de modo que os poderes Legislativo e Executivo disponham de autoridade política e de autonomia jurídica para conduzirem suas funções. Por exemplo, quando o assunto é a condução das relações intergovernamentais, a questão da distribuição e da alocação de recursos públicos torna-se central, sobretudo, devido aos elementos da equidade e da diversidade presentes nas federações.

Na visão de Keith G. Banting (2006), *Social Citizenship and Federalism: Is a Federal State a contradiction in terms?*, as transferências orçamentárias entre níveis de governos podem ser consideradas um mecanismo empírico de

demonstração do papel fiscal de um governo central, dado que influenciam sobre a capacidade dos governos descentralizados proverem suas dinâmicas tributárias e financeiras. Nesse sentido, a capacidade dos governos pode ser restringida e/ou limitada pelas dinâmicas que envolvem o processo de transferência dos recursos públicos.

Em *O orçamento impositivo aos estados e aos municípios* (2016), o autor C. A. Carra afirma que o processo orçamentário é considerado um dos principais meios institucionalizados de exercício do poder, que insere os Entes em um campo de determinações legais, atribuições e responsabilidades comuns. O orçamento público, por vez, é um instrumento de planejamento e gestão que materializa as decisões políticas, é a principal ferramenta de “atividade financeira” do Estado.

Este resumo apresenta uma reflexão acerca do conceito de governabilidade aplicado à experiência do estudo de caso em análise, o OLP, que versa sobre matérias orçamentárias entre níveis de governo local. O tópico a seguir relata constatações da pesquisa que incitam o debate sobre governabilidade, aplicado na análise da relação entre Prefeitura e Câmara, considerando ainda o arranjo do OLP, como a criação de uma nova forma de participação das comunidades no processo de gestão do espaço público.

2 Resultados alcançados

Como mencionado, matérias orçamentárias são meio de análise da governabilidade, devido ao fato de que, além do elemento da “disciplina partidária” influenciar sobre o comportamento dos atores políticos, a escolha de uso dos recursos, nas etapas decisórias do processo político, influencia nos resultados de determinada política pública.

Basicamente, a lógica do Orçamento Impositivo, aplicado aos recursos do Senado e do Congresso, contraria a lógica do sistema político, pois habilita a execução de Emendas que anteriormente pudessem ser desconsideradas pelo Executivo, que passa a ser “obrigado” a realizá-las. Neste sentido, o Orçamento Impositivo é considerado um instrumento que aprimora os processos de decisão legislativa, na medida em que barra o “constrangimento” posto pelas regras do sistema eleitoral, as quais tendenciam o comportamento dos atores do legislativo em torno de suas bases.

Florianópolis foi a primeira Capital do Brasil a implementar a norma do Orçamento Impositivo, estreando-o em nível local, por meio da Emenda à Lei Orgânica Municipal nº039/2016. Cada vereador dispõe de um recurso anual de R\$600mil a ter parte aplicado em subvenções sociais e outra em obras de infraestrutura. Este recurso se refere às Emendas Parlamentares, que são

“habitualmente” administradas de forma individual e discricionária. Em 2017, cinco vereadores de Florianópolis optaram por unir seus “valores unitários” das Emendas Parlamentares a um montante grupal, cujos recursos foram destinados por meio de uma emenda única no orçamento municipal.

O processo de implementação do Orçamento Legislativo Participativo (OLP) foi aberto à participação das comunidades. No ano de 2018 foram contemplados 15 bairros da região do Sul da Ilha e, em 2019, 16 comunidades da área periférica do Maciço Morro da Cruz. O resultado foi a criação de projetos comunitários orientados, prioritariamente, a áreas de uso e domínio público. As ações previstas foram de construção e revitalização de praças e de áreas de lazer, trapiches para pesca artesanal, pavimentação e recuperação de ruas e escadarias e instalação de pistas de skate e outros.

Os projetos estão em distintas fases de execução, alguns em etapa licitatória, outros concluídos, mas, a grande maioria foi “substituída” por um Programa lançado pela Prefeitura em 2018. Este pode ser considerado o principal movimento que dá margem a uma análise que considera a presença de um possível processo de “territorialização” no interior dos bairros, em virtude das dinâmicas político-partidárias desenvolvidas para o alcance de apoio político. Estes elementos influenciam na governabilidade do OLP, refletidos tanto nas etapas decisórias, como nos resultados alcançados.

O Programa Praça Viva, lançado pela Prefeitura em etapa posterior ao OLP, previu revitalizar 178 praças e espaços de convívio em Florianópolis, entre os quais, alguns coincidentes com os projetos do OLP. Esta contemplação em “duplicidade” foi o principal argumento apresentado pelo Executivo para que alguns dos projetos do OLP não entrassem em processo licitatório. Foi constatado também que, em determinadas áreas nas quais os moradores ofereciam apoio político à gestão da Prefeitura, houve um maior distanciamento na participação e no acompanhamento dos projetos do OLP.

Em análise preliminar, pode-se considerar que se manteve o “resultado” proposto pela política, no caso, executar projetos em áreas de uso coletivo no interior dos bairros. Quando se direciona a análise à noção de governabilidade, o foco se orienta à produção dos resultados, porém, no processo governamental são analisadas também as decisões políticas produzidas mediante acordo, negociações. No caso do OLP, o “mérito” das execuções de determinadas obras foi atribuído ao Programa Praça Viva, o que reflete a permanência de uma camada de “embate” entre o Executivo e o Legislativo.

O grau “ideal” de capacidade de governo, aplicado em um modelo de processo político democrático, prevê a atuação dos entes orientada a corroborar com as finalidades de uma política pública independente de sua origem. Neste sentido, o aprimoramento das relações intergovernamentais é coordenado para

que sejam reduzidas, e não instaladas, sobreposições de poder entre Poderes.

Conclusões

Determinado sistema governamental pode não ser condição suficiente para assegurar o “exercício” da governabilidade, isso porque pode-se considerar que há uma série de condições necessárias para que a capacidade de governo seja desenvolvida. Neste sentido, além do sistema de governo, do sistema partidário e mesmo das regras constitucionais que moldam o jogo político, há a variância decorrente do poder de decisão e autonomia dos atores políticos que, tomadas como “condições necessárias” representam elementos que interferem sobre o alcance da governabilidade.

As dinâmicas políticas e partidárias influenciam no resultado das políticas públicas, assim como as ações decisórias do governo determinam a execução, ou a não execução dos projetos. Os resultados são condicionados, portanto, à vontade política dos atores em apoiar a iniciativa. No caso do OLP, o embasamento normativo não foi suficiente para a execução das propostas, mas sim, ao longo do percurso, as decisões e a vontade política movimentaram dinâmicas que demonstraram a influência destes outros elementos sobre o nível de governabilidade, que se refletiu no resultado alcançado por alguns dos projetos.

A importância do desenho urbano para a segurança viária

LIMA, Marcus Vinícius Gomes de

Mestrando no programa de pós-graduação em Engenharia de Transportes, com ênfase em infraestrutura de pavimentos (EESC-USP), Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Maringá (UEM)
marcus.ecivil@gmail.com

GUERREIRO, Thais de Cássia Martinelli (Orientadora)

Graduação em Engenharia Civil (UFSCar), Mestrado e doutorado em Engenharia de Transportes, docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (PPGEU) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
tcmguerreiro@ufscar.br

Palavras-chave: desenho urbano; planejamento urbano; segurança viária; acidentes de trânsito

Introdução

Os acidentes de trânsito (AT) têm se tornado um grave problema de saúde pública nos últimos anos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que, no mundo, cerca de 1,35 milhão de pessoas morrem todos os anos vítimas de AT (WHO, 2018). Além disso, entre 20 e 50 milhões de pessoas sofrem algum tipo de lesão em virtude desses acidentes, algumas ficando com sequelas físicas, mentais e/ou psicológicas que impedem ou dificultam uma vida normal (FERRAZ et al., 2012). No Brasil a situação não é das melhores. Em média, 42.000 pessoas morrem e outras 166.000 ficam feridas em virtude dos AT todos os anos. Aproximadamente a metade de todas essas mortes está concentrada em usuários vulneráveis (pedestres, ciclistas e motociclistas) (WHO, 2018).

Há diversas causas possíveis que podem explicar esses elevados números, como: a rápida urbanização, aumento da taxa de motorização; planejamento das redes de transportes e uso do solo que não visam à segurança; falta de políticas públicas que promovam a segurança, etc.

O presente trabalho discute, por meio de pesquisa bibliográfica, as prin-

cipais medidas tomadas por urbanistas e planejadores urbanos em relação ao desenho urbano para melhorar a segurança viária. Para isso foi realizado um levantamento das principais ações implementadas no sistema viário de várias localidades do mundo e que possuem comprovação científica de serem eficazes nas reduções dos AT.

1 Fundamentação teórica

Acidente de trânsito (AT) é todo evento não planejado, envolvendo um ou mais veículos, motorizados ou não, de que resulte dano em veículo ou na sua carga e/ou lesões em pessoas e/ou animais, em que pelo menos uma das partes está em movimento nas vias terrestres ou áreas abertas ao público; podendo originar-se, terminar ou envolver veículo parcialmente na via pública (ABNT, 1989; FERRAZ et al., 2012).

Ao contrário do que o senso comum aponta, os AT não são aleatórios e imprevisíveis. Muito pelo contrário, estudos realizados em países desenvolvidos indicam que os AT são não só previsíveis, mas também evitáveis (FERRAZ et al., 2012). De fato, em grande parte dos AT observa-se a presença de um conjunto de fatores conhecidos como fatores de risco (velocidade excessiva, consumo de álcool, cansaço, sonolência, etc.) que aumentam a probabilidade de ocorrência de um AT.

Para diminuir o número de acidentes, a gravidade, a severidade e, conseqüentemente, o número de vítimas, ações devem ser tomadas com inteligência a fim de produzir resultados eficazes. A OMS sugere que a filosofia do Sistema Seguro seja aplicada para a melhoria da segurança viária. Essa abordagem (Sistema Seguro) trata do desenvolvimento de um sistema de transportes rodoviário que tenha a capacidade de acomodar os erros humanos que inevitavelmente ocorrerão, e ainda leva em consideração a vulnerabilidade do corpo humano (WHO, 2011). Portanto, o Sistema Seguro está relacionado com uma perspectiva interdisciplinar que envolve diversos atores da sociedade com intuito de conter essa externalidade da mobilidade urbana.

Portanto, o sistema viário deve ser concebido na lógica da segurança, oferecendo mobilidade adequada, mas, acima de tudo, ser seguro para todos os usuários (motoristas, pedestres, ciclistas, motociclistas, etc.) que usem o sistema de trânsito urbano.

Para isso, os órgãos públicos responsáveis pela gestão das cidades, em especial aqueles que cuidam das diretrizes urbanísticas, devem entender todo esse contexto e se organizarem para implementar ações como: a melhoria no desenho urbano com o intuito de ampliar espaços para o pedestre; a redução de velocidade dos veículos, que ameaça todos os usuários das vias; a promo-

ção de espaços públicos de alta qualidade para pedestres e ciclistas e a melhoria no acesso ao transporte coletivo (WRI, 2016).

2 Resultados Alcançados

Esta seção se reserva a discutir os resultados encontrados em relação ao desenho urbano voltado à segurança e como ele pode ser a chave na construção de cidades mais seguras, implicando diretamente em questões de saúde pública coletiva e na qualidade de vida.

Por cidades seguras entendem-se aquelas que “podem promover uma urbanização que permita

que mais pessoas usem o transporte coletivo, caminhem e andem de bicicleta, além de limitar viagens motorizadas desnecessárias” (WRI, 2016, p. 23).

É possível agir no momento em que as cidades se expandem com a criação de novos bairros (loteamentos urbanos), desde que haja diretrizes urbanísticas que visem à segurança. Alguns elementos a serem observados, em conjunto, são: tamanho de quadra, largura de vias, conectividade viária, acesso aos destinos e densidade populacional (WRI, 2016).

O tamanho de quadra é diretamente proporcional à velocidade dos veículos. Quadras grandes estimulam velocidades maiores por terem menores interferências (interseções), expondo os pedestres a maiores riscos. O ideal é limitar os tamanhos de quadras, em locais de presença constante de pedestres, a no máximo 150 metros. Nos casos em que isso não seja possível, deve-se lançar mão de dispositivos de moderação de tráfego no meio de quadra para assegurar aos pedestres condições seguras de travessia.

A largura das vias também é um fator de risco elevado para o pedestre. Quanto maior a largura de uma via maior será o tempo de travessia pelo pedestre, elevando as chances de um atropelamento. O ideal seria minimizar ao máximo a largura das vias para diminuir a exposição dos pedestres ao tráfego. Além disso, psicologicamente, vias mais estreitas (atrito lateral) criam nos motoristas uma sensação de insegurança que se reflete em uma diminuição da velocidade e, conseqüentemente, uma diminuição da gravidade do acidente (caso ocorra).

A conectividade pode ser entendida como a distância de um local a outro e ao número de conexões que se pode optar para fazer esse trajeto. Uma região com uma alta conectividade possui várias ligações curtas, muitas interseções (benéficas aos pedestres), as distâncias percorridas diminuem e as opções de rotas crescem. Essa configuração reduz o uso do automóvel e estimula viagens a pé e de bicicleta.

O acesso aos destinos e a densidade populacional estão diretamente rela-

cionados e são de interesse pelos pedestres (escolas, igrejas, shoppings, etc.), devendo ser providas redes de alta qualidade, com várias opções modais de deslocamento (a pé, bicicleta, ônibus, etc.).

Além de todas as medidas citadas, existem outras conhecidas como medidas moderadoras de tráfego, que interferem diretamente no fluxo de veículos e pedestres a fim de melhorar a segurança. Entre as medidas mais comuns estão: lombadas (lombofaixa), chicanas, afunilamentos, travessias de pedestre elevadas, almofadas atenuadoras de velocidade, extensões de meio-fio, rotatórias, etc.

Conclusão

O presente trabalho discutiu algumas medidas que têm sido tomadas por urbanistas e planejadores urbanos de diversas localidades do mundo em relação ao desenho urbano para melhorar a segurança viária. Essas medidas destacam-se como soluções potenciais em um momento delicado para a segurança viária, em virtude dos elevados números de óbitos e feridos em todo o mundo, com possibilidades de reduzir esses volumosos números, minimizar o impacto na saúde pública e melhorar a qualidade de vida das pessoas. É preciso compreender que os órgãos públicos têm um papel fundamental de elaborar diretrizes urbanísticas voltadas à segurança e realizar intervenções inteligentes com medidas apropriadas que visem à segurança de todos os usuários do trânsito, estimulem o uso do transporte público coletivo e de meios ativos de transporte (a pé e bicicleta), além de reduzir os elevados índices de acidentalidade viária.

Principais referências bibliográficas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 10697: Pesquisa de acidentes de trânsito - terminologia. Rio de Janeiro, 1989.

FERRAZ, A. C. P. et al. Segurança viária. São Carlos: Suprema Gráfica e Editora, 2012. ISBN 978 85 98156 69 9.

WHO. Global plan for the decade of action for road safety 2011-2020. Geneva, 2011.

WHO. Global status report on road safety. Geneva, 2018. ISBN 978 92 4 156568 4.

WRI. O desenho de cidades seguras: diretrizes e exemplos para promover a segurança viária a partir do desenho urbano. Disponível em: <<https://wri-brasil.org.br/pt/publicacoes/o-desenho-de-cidades-seguras>>. Acesso em: 11/02/2021.



A interdisciplinaridade como metodologia nos projetos integradores em cursos na modalidade a distância

SILVA, Wildma Mesquita

Pedagoga do Núcleo de Educação a Distância da Univale, mestre em Gestão Integrada do Território (UNIVALE)
wildma.silva@univale.br

SANTOS, Imirene Lodi dos

Graduada em Administração e mestre em Gestão Integrada do Território (UNIVALE). Coordenadora do Curso Sup. de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos da Univale
E-mail: imirene.santos@univale.br

NETTO, Cristiane Mendes (Coorientadora)

Graduação em Informática, Doutora em Gestão e Organização do Conhecimento, docente da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE
cristiane.netto@univale.br

Palavras-chave: Interdisciplinaridade; Ensino Superior; Educação a Distância; Projeto Integrador.

Introdução

A interdisciplinaridade tem sido muito discutida no ensino superior tendo em vista a sua possibilidade de contribuição para a formação integral dos estudantes. É esperado que os egressos, ao atuarem em suas áreas de competência, empreguem vários conceitos e saberes das mais diversas áreas, para então proporem soluções tangíveis aos problemas levantados. Dessa maneira, a interdisciplinaridade pode contribuir nesse processo, sendo importante o seu desenvolvimento desde o início do curso de graduação.

Segundo Ivani Fazenda (2011, p. 10), a interdisciplinaridade "é uma nova atitude frente à questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos colocando-os em questão". Este trabalho, de cunho bibliográfico e descritivo, tem como objetivo refletir sobre a importância da interdisciplinaridade na formação de estudantes universitários, bem como relatar a proposta de prática interdiscipli-

nar oportunizada por meio de projetos integradores em cursos de graduação na modalidade a distância, ofertados por uma universidade localizada no leste de Minas Gerais.

1 Fundamentação teórica

A interdisciplinaridade tem emergido nos diferentes campos de saber como uma necessidade de interligar vários pontos que compõem os campos de conhecimento. Assim a interdisciplinaridade constitui-se de

uma maneira de organizar e produzir conhecimento, buscando integrar as diferentes dimensões dos fenômenos estudados. Com isso, pretende superar uma visão especializada e fragmentada do conhecimento em direção à compreensão da complexidade e da interdependência dos fenômenos da natureza e da vida. Por isso é que podemos também nos referir à interdisciplinaridade como postura, como nova atitude diante do ato de conhecer (CARVALHO, 1998, p. 4).

A sociedade hoje vive na era da informação, no mundo fluido, líquido, interconectado e em rede, dessa forma, faz-se importante mobilizar a interdisciplinaridade na prática docente para auxiliar na compreensão e no debate das problemáticas contemporâneas, das diferentes áreas, pois a interdisciplinaridade é compreendida como uma

colaboração entre disciplinas diversas, ou entre setores heterogêneos de uma mesma ciência que conduz a interações propriamente ditas, isto é, certa reciprocidade dentro das trocas, de maneira que haja um total enriquecimento mútuo. Dada as várias possibilidades de colaborações que se apresentam em tais características [...] (ALVARENGA et al., 2011, p. 36).

Para resolução de grandes problemas é necessária a interação de várias disciplinas, buscando, assim, agregar e aplicar os conhecimentos das mais variadas áreas, pois, a "interdisciplinaridade constrói uma visão de mundo e não apenas um artefato. Ela redefine os problemas de pesquisa e não apenas responde a demandas preexistentes" (ALMEIDA JÚNIOR et al., 2011, p. 315).

Dessa forma, compreende-se como necessário que desde o início da graduação os estudantes desenvolvam habilidades para trabalhar com os conceitos de forma interdisciplinar. Isso pode ser realizado a partir de diferentes metodologias, projetos integradores, dentre outras atividades, pois trata-se de competências que os estudantes podem levar para a vida profissional e que lhes ajudarão a compreender melhor a realidade em que vivem.

Atentos a essa importância da interdisciplinaridade na formação dos estudantes, a Universidade Vale do Rio Doce (Univale), ao elaborar o seu modelo

pedagógico para a oferta de cursos de graduação na modalidade de Educação a Distância (EaD), incluiu os projetos integradores nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, como componentes curriculares indispensáveis à formação dos estudantes.

2 Resultados alcançados

No modelo pedagógico de oferta dos cursos de graduação na modalidade a distância da Univale a estrutura curricular está organizada em módulos, compostos, em geral, por um conjunto de disciplinas e um projeto integrador que se desenvolve em nove semanas. A indicação dos projetos integradores na matriz curricular tem como objetivo prover ao estudante experiências que lhe possibilitem articular o conhecimento acadêmico com as demandas sociais e de mercado, numa interação dialógica que transforma e (retro) alimenta os sujeitos da ação, promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais ao exercício da atividade profissional.

Na oferta dos cursos, a coordenação, junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE), define as estratégias para o desenvolvimento dos projetos integradores, em consonância com os conteúdos trabalhados pelas disciplinas cursadas e objetivos do curso. Ao final de cada módulo é indicado aos estudantes um momento de apresentação oral com resultados do trabalho realizado, oportunizando a socialização e o debate junto a outros colegas e professores do curso.

Entre os benefícios vivenciados junto aos projetos integradores, observa-se a dedicação dos estudantes que, em geral, se esforçam para organizar as suas atividades e socializá-las na apresentação final, demonstrando atitudes de liderança, comunicação e responsabilidade. Além disso, percebe-se que a prática interdisciplinar promove integração entre os estudantes e comunidade no exercício de construção do conhecimento e reflexão crítica das práticas do mundo do trabalho. Por fim, acredita-se que essa proposta de trabalho, que preconiza a realização de atividades interdisciplinares, tem potencial para promover maior interação entre a universidade e outros setores da sociedade, mantendo uma articulação permanente entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Conclusões

Este estudo evidencia a importância da interdisciplinaridade como contribuição para a formação integral dos estudantes de graduação. Relata que

a ação de organização de projetos integradores na matriz curricular pode ser desenvolvida como ação interdisciplinar, por meio da qual os estudantes aplicam os conhecimentos construídos a partir das disciplinas em curso ou já finalizadas, para a proposição de soluções para os desafios identificados junto às demandas apresentadas pelos segmentos sociais e produtivos. Por meio da experiência vivenciada em cursos de graduação ofertados na modalidade a distância, considera que o processo de construção e consolidação do projeto envolve a geração de novos conhecimentos e contribui para superar a visão fragmentada, por intermédio do estudo minucioso e sistemático, com a finalidade de detectar de maneira ampla fatos geradores da situação-problema e criar oportunidades de intervenção, a partir das soluções desenvolvidas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. et al. Interação interdisciplinar: a experiência da Pós-Graduação em Ecologia Aplicada da USP. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Orgs.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 298- 324.

ALVARENGA, Augusta Thereza de. et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Orgs.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 3- 68.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Em direção ao mundo da vida: Interdisciplinaridade e educação ambiental. Brasília: IPÊ-Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Desafios e perspectivas do trabalho interdisciplinar no Ensino Fundamental: contribuições das pesquisas sobre interdisciplinaridade no Brasil: o reconhecimento de um percurso. In: Interdisciplinaridade. Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade (GEPI) – Educação: Currículo – Linha de Pesquisa: Interdisciplinaridade – v. 1, n. 1 (out. 2011) – São Paulo: PUCSP, 2011 – Periodicidade anual. p. 10- 8.

Apoio: UNIVALE.

a ação de organização de projetos integradores na matriz curricular pode ser desenvolvida como ação interdisciplinar, por meio da qual os estudantes aplicam os conhecimentos construídos a partir das disciplinas em curso ou já finalizadas, para a proposição de soluções para os desafios identificados junto às demandas apresentadas pelos segmentos sociais e produtivos. Por meio da experiência vivenciada em cursos de graduação ofertados na modalidade a distância, considera que o processo de construção e consolidação do projeto envolve a geração de novos conhecimentos e contribui para superar a visão fragmentada, por intermédio do estudo minucioso e sistemático, com a finalidade de detectar de maneira ampla fatos geradores da situação-problema e criar oportunidades de intervenção, a partir das soluções desenvolvidas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ribeiro de. et al. Interação interdisciplinar: a experiência da Pós-Graduação em Ecologia Aplicada da USP. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Orgs.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 298- 324.

ALVARENGA, Augusta Thereza de. et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Orgs.). Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri, SP: Manole, 2011. p. 3- 68.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Em direção ao mundo da vida: Interdisciplinaridade e educação ambiental. Brasília: IPÊ-Instituto de Pesquisas Ecológicas, 1998.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Desafios e perspectivas do trabalho interdisciplinar no Ensino Fundamental: contribuições das pesquisas sobre interdisciplinaridade no Brasil: o reconhecimento de um percurso. In: Interdisciplinaridade. Grupo de Estudos e Pesquisa em Interdisciplinaridade (GEPI) – Educação: Currículo – Linha de Pesquisa: Interdisciplinaridade – v. 1, n. 1 (out. 2011) – São Paulo: PUCSP, 2011 – Periodicidade anual. p. 10- 8.

Apoio: UNIVALE.

A interdisciplinaridade nos estudos de violência de gênero e migração com foco na violência doméstica e ao território

DAMASCENA, Regiane Rither

Pós-graduação stricto sensu em Gestão integrada de Território
regiane.damascena@univale.br

SIQUEIRA, Sueli (orientadora)

Doutora em Ciências Sociais, Professora do Mestrado em Gestão Integrada do Território
sueli.siqueira@univale.br

Palavras-chave: Violência de gênero. Violência doméstica. Migração. Território.

Introdução

A violência de gênero "é um tipo de violência física ou psicológica exercida contra qualquer pessoa ou grupo de pessoas sobre a base de seu sexo ou gênero que impacta de maneira negativa em sua identidade e bem-estar social, físico ou psicológico" (ONU, 2010). Sendo que muitas vezes se usa esta expressão para designar a violência contra mulher, sendo isto uma maneira errônea de nomeá-la, vez que a violência contra mulher se daria pelo fato desta ser mulher, e ainda diferenciando-a de violência doméstica contra mulher, que é outro tipo de violência, aquela praticada contra a mulher no âmbito das relações domésticas de afeto.

Utilizando a metodologia da bibliográfica com base nas reflexões sobre a desterritorialização de Rogerio Haesbaert, Gilles Deleuze e Félix Guattari e o estudo de Marcos Leandro Mondardo sobre o corpo, este entendido como primeiro território de dominação, este trabalho pretende compreender a violência de gênero e migração fazendo uma interlocução com os estudos territoriais. As análises feitas sobre a violência doméstica, nem sempre são abordadas com uma visão interdisciplinar e principalmente levando em consideração as questões territoriais envolvidas no processo, motivo pelo qual o presente estudo se justifica e busca compreender a dinâmica da migração entre as vítimas de violência doméstica, contextualiza-la observando as novas dinâmicas sociais que

colocam em pauta este fenômeno social antigo, mas minimizado e até mesmo invisibilizado.

A relação entre a violência doméstica e a migração foi estabelecida em função do fato do município de Governador Valadares ser um ponto geográfico de um movimento migratório interno e internacional de longa data. Este estudo pretende, portanto, verificar se existe uma relação positiva entre a violência doméstica e a migração internacional.

Pensar no corpo como primeiro território e considerar que este diante da violência está vulnerável a apropriação, invasão e até mesmo destruição, caso a violência resulte em morte. Portanto, por este viés, pode-se discutir a violência de gênero como uma tentativa do agressor de adestrar, controlar e dominar um território alheio, lugar físico de uma ocupação que por muitas vezes acontece a nível simbólico, mas que gera consequências sociais, culturais, religiosas no espaço físico destas vítimas, provocando a migração desta para tentar proteger seu território, desterritorializando e reterritorializando em outro lugar, onde acredite estar em segurança. Conforme Haesbaert (2002), tal como na não dicotomização geográfica entre natureza e sociedade, também não é possível ver o corpo social fora do corpo da natureza, pois se trata de um só corpo de multiplicidades, formando assim um leque de questões que passam pelo corpo físico e resultam em mudanças no ambiente físico, cultural e social da vítima.

1 Fundamentação teórica

A violência contra as mulheres sempre aconteceu em todas as sociedades, sem distinção de raça, cor, idade, educação ou condição socioeconômica, sendo mais comum entre as mulheres, predominantemente nas classes menos favorecidas, contudo este dado é relativo, visto que a violência de gênero transcende os limites tanto econômicos quanto geográficos. Para Oliveira (2015), dentre as formas gerais de violência contra a mulher, destacam-se a violência física praticada por parceiro íntimo e a violência sexual.

Esta violência que não tem muros e pode acontecer em qualquer lugar e a qualquer hora e não esbarra em condições socioeconômicas ou mesmo geográficas, apresenta aspectos territoriais que o diferenciam, pois nos estudos da geografia humanista, é possível identificar fatores culturais, econômicos, religiosos e até climáticos que influenciam na violência e principalmente na violência de gênero, vez que esta carrega aspectos que a diferenciam das demais violências, ou seja, a intimidade e a convivência.

Conforme preza a lei 11.340, que versa sobre a violência doméstica que a conceitua como: "Configura como violência doméstica e familiar contra a

mulher, qualquer ação ou omissão, baseado no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica, compreendido como espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas" (Brasil, 2006).

Diante desta perspectiva, pensemos no corpo desta mulher como o primeiro território. Este não pode ser mudado e nem abandonado. Este corpo move-se para outro território geográfico, mas leva todas as aprendizagens e experiências aprendidas ao longo da história. Nele ainda está impresso de forma indelével todas as cicatrizes visíveis e invisíveis de sua história, todas as dores escondidas dentro da alma e também os traumas decorrentes, todos aprisionados dentro deste universo frágil que é este primeiro território. Conforme expõe Mondardo (2009) cada vez mais na sociedade de controle que tem como máquina de agenciamento o biopoder, o corpo aparece impreterivelmente como primeiro território a ser dominado, disciplinado, controlado pelo Estado e pelo mercado.

Nesta perspectiva, podemos pensar que o corpo da mulher vítima de violência doméstica, por se tratar de crime de família e de afeto, pode nestas condições estar sofrendo um tipo de poder que utiliza o crime para adestrar, punir ou mesmo relatar a insatisfação do agressor em relação a vítima e suas preferências que podem estar na contramão das expectativas sociais e culturais dos agressores.

É neste círculo de poder e controle acontece a mobilidade humana, pois diante da vulnerabilidade do corpo, neste caso o corpo da vítima de violência, acontece muitas vezes a fuga, obrigando assim, muitas vítimas a migrarem de seus territórios (desterritorializar) e reterritorializar em outro lugar, como aponta Deleuze e Guattari (2000), não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte.

Este é um fato que pode ser observado em atendimentos em Delegacias especializadas de mulheres, que logo após as vítimas sofrerem violência por parte de seus agressores, a estas são disponibilizadas as medidas protetivas, que entre outras alternativas, oferece a vítima a retirada de seus pertences do lar para que estas busquem outro local para morarem, ou seja migrem, (desterritorializem e se reterritorializem em outro lugar).

Na perspectiva do corpo como território, antes e preciso entender a dinâmica de como este espaço corpo e suas vivências, poderá adaptar em si este processo de migração, pois o corpo pode mudar, mas se tudo passa pelo corpo, existe um espaço no território do corpo que precisa de desterritorializar e re-territorializar ao mesmo tempo, portanto, esta mudança que passa primeiro

pelo corpo para depois chegar a materialidade dos fatos narrados e providências legais encontra o obstáculo das vivências, cultura, religião e aspectos psicológicos.

O território geográfico produz no corpo vivências, experiências que o moldam e se tornam parte da sua existência, de sua maneira de ser e existir no mundo, razão pela qual, aspectos legais muitas vezes não são suficientes para solucionar e dirimir as questões que passam pelo corpo, vez que este conteúdo pertence ao ser e estas experiências e este modo de ser, está dentro do território corpo.

2 Resultados alcançados

Através dos estudos dos referidos autores percebe-se que a geografia humanista e cultural nos oferece um panorama vasto para reflexões e discussões referentes ao ser humano e suas idiosincrasias, que são vastas as possibilidades de analisar o ser, como uma estrutura passível de controle e também capaz de controlar, interferindo no espaço, bem como o espaço interfere no homem, conjugando assim as relações que estabelecem o convívio social, bem como as regras sociais, limites, desajustes, e padrões estabelecidos de acordo com o constructo destas convenções que se estabelecem deste movimento.

Mediante este novo olhar, foi possível iniciar uma reflexão sobre a violência de gênero por um novo viés, observando os múltiplos movimentos que a territorialidade traz para a construção de uma cultura de gênero e suas nuances sociais, estando a violência contra as mulheres na linha direta com a tentativa masculina, patriarcal de dominar os corpos femininos e tudo que isto implica.

Considerações finais

A violência de gênero, principalmente a violência de gênero no âmbito da violência doméstica, sendo analisada pelo aspecto do corpo como território, certamente apresenta uma forma múltipla de análise, levando em consideração as relações de poder, bem como nova percepção em relação a apropriação e controle de corpos, sempre à disposição das normas sociais impostas e valores culturais estabelecidos por uma ordem social.

Destarte, é possível ainda considerar que a interdisciplinaridade é de suma importância para averiguar a relação entre a violência doméstica e a migração como alternativa ou enfrentamento do problema, principalmente, quando se leva em consideração que o local de estudo, o município de Governador Valadares é um território marcado pela migração internacional.

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2000.

MONDARDO, Marcos Leandro. O corpo enquanto "Primeiro" Território de Dominação: O Biopoder e a sociedade de controle. Universidade Federal da Grande Dourados. 2009. Disponível em : <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mondardo-marcos-o-corpo.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS MULHERES BRASIL. Sobre a ONU Mulheres. Garantir os Direitos Humanos das mulheres no Brasil e no mundo. Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>> Acesso em 08/01/2021.

OLIVEIRA, Patrícia Peres; VIEGAS, Selma Maria da; SANTOS, Walquíria Jesus Mara dos; SILVEIRA, Edilene Aparecida Araújo da; Mulheres vítimas de violência doméstica: Uma abordagem fenomenológica. Rev. Enfermagem, Florianópolis/SC, 2015. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/714/71438421024/>

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2002.

PRESIDÊNCIA da República. Lei 11340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 12/02/2021



A invenção dos "sudestinos" nas disputas territoriais das mídias sociais

MEIRELLES, Pedro Renato Cardoso

Bacharel em Estudos de Mídia pela UFF, Mestrando no PPCULT – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da UFF
pedrorcmeirelles@gmail.com

Palavras-chave: sudestinos, território, identidade, mídias sociais.

Introdução

Há um fenômeno aparente nas mídias sociais, principalmente no Twitter, que exige uma interpretação e discussão cautelosa: usuários têm utilizado cada vez mais o termo "sudestinos", fazendo referência àquelas pessoas que são – como lugar de origem ou pertencimento – da região Sudeste do Brasil. Essa movimentação envolve várias questões de diferentes campos do saber, sendo possível articular conceitos e debates em torno das categorias de território, identidade e relações de poder; formação histórica e social brasileira; meios de comunicação (digitais) e produção midiática; preconceito e xenofobia; para citar pelo menos algumas.

Este trabalho pretende dar os primeiros passos em direção a essa longa jornada de reflexão, começando pelos dados que evidenciam esse movimento. Foram coletados através da técnica de raspagem com programação todos as publicações feitas com as palavras "sudestino/a(s)" na plataforma desde 2006, para assim verificar a hipótese de pesquisa. Os resultados serão discutidos, de modo ainda embrionário, com as questões apontadas anteriormente, não com o intuito de chegar a uma conclusão precoce ou imediatista, mas de elencar os primeiros apontamentos de análise que parecem relevantes para o debate.

1 Fundamentação teórica

Os conceitos de território, identidade e cultura são categorias polissêmicas disputadas por diferentes disciplinas do saber no campo acadêmico, mas é no trabalho de articulação entre essas frentes que a discussão avança epistemologicamente. Souza (1995) apresenta que a ideia de território surge na Geografia como espaço concreto em si (seus atributos naturais e socialmente

construídos) apropriado por um grupo social, cujos limites são fixados por ritos de instituição que tentam naturalizar o território, mascarar os conflitos e apagar a história, com efeito ideológico em sua tendência à fixidez.

O autor explica que, por muito tempo, prevalecia uma visão dicotômica em relação ao conceito de território, ou como espaço demarcado fisicamente por fronteiras e limites ou a partir de uma visão puramente simbólica-identitária. A sua proposta pretende principalmente chamar a atenção para as relações sociais às quais estão submetidas as formações do território, que não deve ser percebido como algo natural/fechado ou unitário/homogêneo, mas como um campo de forças e relações sociais que tomam formas concretas – ou seja, pensar o território enquanto fundamentalmente um exercício de poder.

Ao discutir os conceitos de identidade e representação, Bourdieu (1989) também dá ênfase à questão do “ato mágico” na etimologia da palavra “região” que define as fronteiras através de um decreto autoritário e arbitrário. Para o autor, essas fronteiras “não passam do vestígio apagado do acto de autoridade que consiste em circunscrever a região, o território [...]” (p. 114), ou seja, “impor a definição [...] legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras e do território, em suma, o princípio de di-visão legítima do mundo social”. É essa divisão que é esquematizada nos conceitos posteriores de identidade e representação.

Hall (2006) é um dos autores que, já numa perspectiva interdisciplinar, tenta amarrar as discussões em torno dos conceitos de cultura, identidade e representação chamando a atenção para a questão das nacionalidades na sociedade (pós-)moderna. É no contexto do crescente fluxo de sujeitos, capital e bens culturais, ainda que de modo desigual, a partir da segunda metade do século XX, que as identidades passam a se fragmentar de modo mais complexo, com várias divisões do mundo social entrando em cena. Uma delas é a questão do “local de origem”, frente aos fenômenos migratórios e diaspóricos que correspondem.

2 Resultados alcançados

A primeira etapa da pesquisa consistiu na validação da hipótese levantada a partir da observação participante do pesquisador no site de rede social em questão. A comprovação se deu através da metodologia empregada: a coleta e análise dos dados revelou que o primeiro tweet com o termo “sudestino/a(s)” foi criado em 2008; no entanto, até 2017, apenas algumas centenas de publicações foram feitas ou compartilhadas (via retweet) ano após ano utilizando essa nomenclatura. É a partir dos anos seguintes que esses valores crescem

significativamente, registrando 7.265 (2018), 13.200 (2019) e 62.554 (2020) menções (soma de tweets e retweets).

Uma análise exploratória das publicações indica que o motivo para esse crescimento em 2018 pode estar associado ao cenário político brasileiro, cujo clima de eleições aflorou a discussão nas mídias sociais sobre “o voto” do nordestino – e, por conseguinte, sua reação crítica aos sudestinos. Já em 2019 e 2020, o debate já aflorado ganhou força com o lançamento do filme “Bacurau”, em agosto de 2019, que também reforça a narrativa da cisão identitária nacionalista; e a articulação de alguns produtores de conteúdo (os chamados “influenciadores digitais”), como foi o caso da atriz Ademara, que criou a personagem “Repórter Sudestina”.

As circunstâncias nas quais esse fenômeno está inserido serão exploradas com mais detalhes em outro trabalho, enquanto nossa proposta aqui é dar um passo para trás a fim de discutir algumas questões anteriores aos dados empíricos. A começar pela questão do território e identidade, a qual já discorremos com o auxílio de autores de diferentes áreas do conhecimento e que nos auxiliam a compreender como se construiu histórica e socialmente a relação entre “lugar de origem” e categoria simbólica de identificação. Ao perder de vista essas considerações, poderíamos acabar por naturalizar processos que são frutos de muita disputa.

Nesse sentido, localizando essa movimentação no contexto da história brasileira, é importante também pontuar como a própria formação da nação – tanto em seu sentido político-administrativo/econômico quanto cultural/simbólico – explica esse processo. De certo modo, poderia-se afirmar que se trata de mais um capítulo na página da invenção do Nordeste (ALBUQUERQUE JR., 2011), não em seu sentido literal, mas do modo como as disputas políticas e discursivas foram acontecendo em torno da decadência econômica do Norte e progresso industrial do Sul, que culmina no forte aparelho midiático concentrado no Sudeste.

A esfera midiática também é imprescindível de ser levada em consideração, visto que são os meios de comunicação de massa – cuja proliferação corresponde também à era do projeto de Estado-nação e criação simbólica do Nordeste – que consolidam a identidade brasileira e nordestina. O rádio, o cinema, a televisão e a música (e, antes, também a literatura) são potências cuja indústria cultural favorece também a uma região específica, onde se concentra maior parte do capital e desenvolvimento econômico historicamente concebido do país, desequilibrando as relações de poder das disputas pelo poder de nomear (SILVA, 2014).

O jogo fica mais complexo a partir do século XXI, principalmente após a década de 2010, em que a internet já é uma realidade consolidada no país e

os sites de redes sociais são os principais atores dessa nova web 2.0. É nesse contexto que se estabelece o “encontro com o outro”, quando pessoas de diferentes lugares do Brasil acabam por frequentes os mesmos meios online, passando também a ter maior poder de articulação na construção de disputas discursivas. Do mesmo modo que o preconceito e estereótipo ficam evidentes, a contra-narrativa e mobilização de “orgulho” em prol de sua identidade ganham força.

Conclusões

É precisamente nesse embate que este trabalho se desenvolve, em que a identidade nacional que tenta articular (os habitantes de) um território de mais de oito milhões de metros quadrados é colocada em xeque por outro projeto de inspirações identitárias semelhantes (jogo de poder) dentro desse mesmo território, causando um embate interno na ideia de nação brasileira. Nomear “o outro”, nesse contexto, faz parte da arena de disputas pelo direito de significar no campo da cultura – sendo o discurso um elemento central e mediador.

Principais referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Bertrand, 1989.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná, GOMES, Paulo C. e CORRÊA, Roberto (orgs.). Geografia: conceitos e temas. RJ, Bertrand Brasil, 1995.

os sites de redes sociais são os principais atores dessa nova web 2.0. É nesse contexto que se estabelece o “encontro com o outro”, quando pessoas de diferentes lugares do Brasil acabam por frequentes os mesmos meios online, passando também a ter maior poder de articulação na construção de disputas discursivas. Do mesmo modo que o preconceito e estereótipo ficam evidentes, a contra-narrativa e mobilização de “orgulho” em prol de sua identidade ganham força.

Conclusões

É precisamente nesse embate que este trabalho se desenvolve, em que a identidade nacional que tenta articular (os habitantes de) um território de mais de oito milhões de metros quadrados é colocada em xeque por outro projeto de inspirações identitárias semelhantes (jogo de poder) dentro desse mesmo território, causando um embate interno na ideia de nação brasileira. Nomear “o outro”, nesse contexto, faz parte da arena de disputas pelo direito de significar no campo da cultura – sendo o discurso um elemento central e mediador.

Principais referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. A invenção do nordeste e outras artes. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Bertrand, 1989.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. “O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento”. In: CASTRO, Iná, GOMES, Paulo C. e CORRÊA, Roberto (orgs.). Geografia: conceitos e temas. RJ, Bertrand Brasil, 1995.

A ocupação dos residencial Cristo Vive em Tucuruí (PA): exercitando a cidadania

CORREIA, Marília Amaro

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Especialização em Ensino, Educação Histórica e Direitos Humanos pela Unifesspa. Bacharela em Direito pela FATEFIG. Graduanda em Psicologia. Pós-Graduada em Musicoterapia marilia.amaro41@gmail.com

MOREIRA, Edma Silva

Graduação e Mestrado em Ciências Sociais. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará e Université Paris 13. Professora Associada da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) edma@unifesspa.edu.br

Palavras-chave: Amazônia. Cidadania. Moradia. Direitos Humanos.

Introdução

Este trabalho tem o propósito de refletir sobre a ocupação do Residencial Cristo Vive, em Tucuruí (PA), como um exercício de cidadania no âmbito da reivindicação de direitos sociais, especificamente o da moradia e da habitação como direitos humanos e a dignidade humana. O problema habitacional brasileiro ainda se encontra longe de ser solucionado, portanto, é imprescindível a provisão de moradias, sobretudo às famílias de baixa renda, por meio de políticas públicas habitacionais que possibilitem o desenvolvimento social, o combate à pobreza e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

A partir do estudo de caso sobre a ocupação do Residencial Cristo Vive em Tucuruí, em 2015, e com o apoio de referências bibliográficas sobre a questão a cidadania (PINSKY, 2013; CARVALHO, 2008) por meio da qual as populações de baixa renda constroem suas condições de liberdade e autonomia visando seu reconhecimento enquanto cidadãos e seu direito à cidade, por meio da participação popular. Também, se reflete sobre os sentidos da habitação e da moradia como direitos humanos, sobretudo daqueles em situação de vulnerabilidade social. Esses dois temas se articulam ao tema da produção da cidade pelo capital (HARVEY, 2005).

O trabalho está dividido em quatro partes: a primeira diz respeito a esta introdução; em seguida, tem-se a fundamentação teórica; a terceira se refere à análise do caso em estudo, a ocupação do Cristo Vive, e, por fim, a quarta parte, traz as considerações finais onde apontamos que a ocupação do residencial se apresenta como um exercício de cidadania, por meio da qual a participação popular é fundamental para a garantia da moradia digna.

1 Fundamentação teórica

A questão da habitação no Brasil é um dos principais problemas urbanos na contemporaneidade, visto que é um bem de custo elevado e de acesso seletivo, acarretando na exclusão de grupos sociais menos favorecidos sob o ponto de vista econômico e social. Também é resultado da forma como as cidades tem sido produzidas pelo capital que dela se apropria determinando quem a comporá e em quais condições (HARVEY, 2005).

A garantia de acesso à moradia à população de baixa renda, indispensável para o atendimento das necessidades dos grupos sociais que sofrem de maior vulnerabilidade e, para isso, faz-se necessário políticas habitacionais participativas e contínuas, que permitam a inclusão social à cidade, evitando a exclusão social.

Assim, o debate sobre a relação entre ocupação urbana e a falta de políticas públicas para provisão de moradia digna às populações pobres, pode ser melhor compreendido a partir do conceito de cidadania, como uma ação política e social em permanente movimento, resultado do processo de construção da participação popular, no qual os direitos e deveres de pertencimento de uma sociedade são questionados, exigidos e exercitados. Para Carvalho (2008), a cidadania abrange uma combinação de liberdade, participação e igualdade para todos, onde o exercício de direitos e deveres consiste em uma busca permanente por sua efetivação, principalmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades sociais e distinções territoriais.

A cidadania não está vinculada exclusivamente ao Estado, à nacionalidade ou às vinculações étnicas, ela não é dada aos sujeitos, mas construída socialmente, inclusive em processos de ocupação como o caso aqui refletido. A cidadania significa, ainda, a inserção social plena de sujeitos de direitos e deveres na vida pública, constituindo condições de liberdade e autonomia para exercício individual e coletivo de ser/estar em sociedade. Para Pinsky (2013):

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não

asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2013, n.p.).

O reconhecimento de cidadão implica relações de igualdade que incorporam as diferenças, logo, a construção da cidadania configura-se como tema central da democracia, onde os princípios, valores e objetivos de uma sociedade que visa à democracia só podem ser realizados diante de sujeitos que possuem condições de igualdade política e jurídica para o exercício substancial de direitos e deveres civis, sociais, culturais e econômicos (PINSKY, 2013).

Neste contexto, os ideais de cidadania e dos direitos humanos, aqui entendidos como aqueles necessários à provisão de uma vida digna à população de baixa renda, precisam ser repensados sob o aspecto social, político e econômico, que questiona a ação estatal frente ao direito à moradia. Para David Harvey (2008), "vivemos num mundo onde os direitos de propriedade privada e a taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito" (HARVEY, 2008, p. 73), logo, explora-se o direito à cidade como um direito humano, pois, ao se habitar a cidade, o indivíduo reconstrói a si e ao ambiente que reside.

Ao explorar o direito à cidade como direito humano, Harvey explicita que:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, [...], um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p. 74).

Diante deste contexto, Harvey (2005) aponta para uma "crise urbana", que interdita a efetivação do direito à cidade, principalmente para os mais vulneráveis economicamente, os quais sofrem um deslocamento abrupto para locais distantes, pois não possuem meios para acessar os melhores espaços, logo, as políticas públicas devem atuar a favor da efetivação de direitos e garantir o bem-estar dos sujeitos através do financiamento de políticas urbanas e habitacionais que fortaleçam os direitos a cidades justas, democráticas e sustentáveis e moradias dignas.

Como alternativa para a habitação, frente a escassez de recursos financeiros, áreas inadequadas, ou que ambientalmente deveriam ser preservadas, passaram a ser ocupadas para a autoconstrução de moradias precárias, o que ensejou o início de movimentos organizados em prol da efetivação de políticas habitacionais. Atrelados à luta pela moradia digna, encontravam-se, também,

reivindicação de outros direitos sociais como a saúde, a educação e a mobilidade urbana. As manifestações populares encorpam as teses jurídicas sobre o direito social à moradia e contribuíram para inserção de um capítulo sobre política urbana na Constituição de 1988.

Com a promulgação da Constituição Cidadã, de 1988, a política de desenvolvimento urbano, disposta nos artigos 182 e 183, trouxe por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e garantir o bem-estar de seus habitantes. Estabeleceu-se, ainda, que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade, que devem estar expressas no plano diretor.

Para atender a demanda por moradia, o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV (Lei 11.977/09) foi lançado pelo Governo Federal, e teve como parceira a Caixa Econômica, com objetivo fornecer uma moradia viável, de modo facilitado, às famílias que se enquadram nos requisitos propostos pelo programa social e que são selecionadas mediante processo de triagem conduzido pelas Prefeituras Municipais e outros órgãos públicos, obedecendo a critérios estabelecidos na Portaria nº 140 do Ministério das Cidades (BRASIL, 2009).

2 Resultados alcançados

Na cidade de Tucuruí, no sudeste do estado do Pará, onde está localizada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, em 2015 estavam em fase de construção 1000 unidades residenciais, destinadas às pessoas selecionadas dentro do Programa Minha Casa Minha Vida, em um empreendimento denominado Cristo Vive. No dia 04/09/2015 o empreendimento foi ocupado, pelo Movimento dos Atingidos Pela Barragem (MAB), que alegou a demora na entrega, por parte da Caixa Econômica, ocasionado a deterioração dos imóveis, antes mesmo da conclusão das obras, já que ele se encontrava em situação de abandono há mais de 2 (dois) anos. Uma associação, denominada Associação Comunitária Cristo Vive, foi criada pelos ocupantes das casas em construção, para representar os ocupantes nas demandas administrativas e judiciais.

A ocupação mobilizou uma diversidade de atores como o Ministério Público Federal, que imediatamente notificado a Caixa Econômica para que a mesma desse prosseguimento nas obras, pois o abandono do residencial colocava em risco a integridade dos imóveis, impedindo o desenvolvimento econômico daquela localidade e o direito à moradia da população. O poder municipal também foi pressionado pelo movimento de ocupação. No geral, a ocupação revelou ainda que nitidamente o espaço urbano não estava cumprindo a sua função social, afrontando os Direitos Humanos e a moderna legislação urbanística, em particular, o Estatuto da Cidade.

O caso resultou em demanda judicial, e em um dos documentos protocolados na Justiça Federal (Processo n. 2348-17.20154.01.3907), em Tucuruí, foi alegado que os ocupantes eram pessoas de elevado estado de necessidade e que viviam sem moradia nesta cidade pagando, quando possível, aluguéis ou então vivendo de favor em casa de parentes ou amigos. Outrossim, evidenciou o potencial do movimento de ocupação na construção da cidadania com participação popular em favor de direitos sociais como a moradia, salvaguardado pelo princípio constitucional da função social da propriedade.

Conclusões

As conquistas sociais, em sua maioria tem sido obtida, principalmente, pelo exercício da cidadania por meio da participação popular, seja esta por meio de propostas, ou por colaboração na gestão da coisa pública, ou ainda, através da reivindicação ativa pela mudança dos padrões legais, e efetivação dos preceitos jurídicos positivados. E que não há de se considerar como direito somente as normas institucionalizadas pelo Estado, mas todas as formas legítimas de direitos que atendam às necessidades da sociedade, estando o direito à moradia digna entre elas. A ocupação do Cristo Vive, objeto de uma dissertação de mestrado, tem evidenciado a construção da cidadania por meio da organização e participação popular.

Principais referências bibliográficas

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2020.

BRASIL, Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV (Lei 11.977/09). 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. O direito à cidade. São Paulo, Revista Lutas Sociais, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). História da Cidadania. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

A Síndrome de Alienação Parental e as Multiterritorialidades Infantis

OLIVEIRA, Patrícia Henriques

Graduada em Direito (FADIPA), Pós-Graduada em Ciências Criminais (CERS e Estácio de Sá), Mestranda em Gestão Integrada de Territórios (UNIVALE).
e-mail: patricia.oliveira@univale.br

GENOVEZ, Patrícia Falco (orientadora)

Graduada em História (UFJF), Mestrado e Doutorado em História Contemporânea (Política e Cultura), Pós-doutorado em Teoria e Metodologia da História (UFMG), Docente do Programa de Pós-Graduação Gestão Integrada do Território, professora Titular da Universidade Vale do Rio Doce.
e-mail: patricia.genovez@univale.br

Palavras-chave: Direito de Família; Psicologia da Família; Geografia da Infância.

Introdução

Trata-se de resumo expandido referente à análise interdisciplinar acerca da Síndrome de Alienação Parental e as multiterritorialidades infantis, a partir de uma revisão sistemática para uma pesquisa bibliográfica sendo, basicamente, uma análise de artigos dos últimos dez anos (2010-2020), tendo optado, eminentemente, como fonte dessa revisão, o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no qual reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil, de forma criteriosa, a produção científica nacional, bem como internacional. Recorreu-se também a outros artigos, em sites como SciELO, Domínio Público, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, além de pesquisas bibliográficas, destacando-se os autores Maria Berenice Dias e Jader Janer Moreira Lopes, e de sites como Planalto (busca legislativa). A pesquisa foi subdividida a partir do Direito de Família, Psicologia da Família e Geografia da Infância, em busca de uma melhor compreensão do assunto proposto sob perspectivas diversas, bem como contribuir cientificamente ao tema.

1 Fundamentação teórica

A Síndrome de Alienação Parental (SAP), denominação que foi evidenciada pela primeira vez pelo psiquiatra norte-americano Richard Gardner, na década de 80, foi tida “como um distúrbio infantil que acometeria, especialmente, menores de idade envolvidos em situações de disputa de guarda entre os pais”. (SOUSA; BRITO, 2011).

A Lei n.º 12.318/2010 dispõe acerca da Alienação Parental, tendo este assunto despertado cada vez mais o interesse de juristas, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, bem como aos estudantes e pesquisadores das respectivas áreas. Embora possa ocorrer em situações durante o casamento e por outras pessoas próximas e/ou responsáveis pela criança, a Alienação Parental é mais comum após a ruptura conjugal e por um dos genitores. Conforme previsto no parágrafo único e caput do artigo 2º da lei supracitada:

Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este. Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros: I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade; II - dificultar o exercício da autoridade parental; III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor; IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar; V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço; VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente; VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Os atos previstos na lei supramencionada podem se revestir de fortes emoções entre os envolvidos; além de recursos inéditos utilizados pelo alienador para desvincular qualquer tipo de relacionamento entre os filhos e o ascendente alienado. Um fator comum é o exacerbado sentimento de posse e necessidade de controle pelo alienador.

Se, do ponto de vista psicológico tanto as crianças como os adolescentes podem estar sujeitos a esse tipo de interferência; do ponto de vista legal, existem leis específicas para a proteção integral da criança e do adolescente, como

a lei n.º 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Há outras leis como a que diz respeito à guarda compartilhada (lei n.º 13.058/14), estando inteiramente ligada à preservação da convivência familiar e ambiente sadio para a criança e o adolescente. Não menos importante, tem-se a lei supramencionada que trata sobre a Alienação Parental (n.º 12.318/10).

Temos, portanto, um tema bastante complexo em razão da sua multidimensionalidade. Em outras palavras, a Síndrome apresenta implicações psicológicas, tanto na personalidade quanto nos sentimentos e emoções; implicações jurídicas, visto que evoca conflitos e acusações que desembocam nos tribunais; implicações na visão de mundo de crianças e adolescentes, tanto no que se refere ao mundo material quanto no simbólico. De maneira que, numa situação de separação dos pais, mesmo a criança continuando a morar no mesmo lugar, este ambiente não será mais o mesmo. Esse redimensionamento pode se tornar ainda mais crítico se esta criança incorrer em uma ambivalência de afetos, como ocorre no caso da SAP. Essa multidimensionalidade evoca uma interdisciplinaridade acerca da matéria ora proposta, uma vez que o Direito, a Psicologia, a Medicina, a Assistência Social e a Geografia podem contribuir sobremaneira para a concretização do objetivo do presente trabalho, qual seja: refletir sobre as relações entre a SAP e as multiterritorialidades infantis.

2 Resultados alcançados

Ao se pensar na SAP sob a ótica jurídica, podemos citar diversos autores que tratam o assunto, destacando-se Maria Berenice Dias, Caio Mário da Silva Pereira, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho. Embora referida patologia possa desencadear prejuízos reinvidicados na seara cível, bem como na criminal, é o Direito de Família quem trata sobremaneira acerca do assunto aqui proposto.

Com relação à psicologia (não podendo deixar de citar também a grande e importante contribuição da medicina e assistência social nos casos que ocorrem a Síndrome, embora essas duas não sejam o foco do presente trabalho), imprescindível se mostra o papel do psicólogo frente aos casos da SAP, uma vez que tanto os genitores, quanto as crianças e os adolescentes envolvidos necessitam de um acompanhamento desses profissionais da saúde.

Há ainda uma dimensão que não pode deixar de ser considerada e que ainda não se verifica devidamente contemplada nos estudos acadêmicos: aquela que vislumbra as relações sociais e de poder que envolvem a SAP expressas nos espaços vivenciados pela criança. Neste sentido, propomos uma interdisciplinaridade que considere além do âmbito jurídico, do psicológico e da

assistência, aquele referente ao geográfico. Em especial, a Geografia Infantil, considerando os espaços e os territórios constituídos nas experiências infantis cotidianas. Ao que tange essa perspectiva, temos como autores-referência Dr. Jader Janer Moreira Lopes, Tânia de Vasconcelos, Manuel Pinto e Manuel Jacinto Sarmiento.

Conclusões

Espera-se entender com maior eficácia as vivências infantis, através da geografia da infância. Acreditamos que a partir daí aumentam-se as chances de colaboração ao alcance interdisciplinar e científico do tema, bem como cooperar para que crianças, vítimas da SAP, sejam identificadas de forma mais célere e eficaz, tratadas e curadas, e, as que ainda não sofrem esse mal, mas há possibilidade de ter a Síndrome, seja em uma vivência de divórcio ou a outro quadro familiar/social similar, sejam contempladas a não vivenciarem a Alienação Parental, em razão de novas formas e técnicas psicológicas preventivas e reprimendas judiciais.

Principais referências bibliográficas

COSTA, A. L. F. A morte inventada: depoimentos e análise sobre a alienação parental e sua síndrome: Estudos de psicologia, Vol.28(2), pp. 279-281. Campinas. Apr./June 2011. Disponível em: <<https://doaj.org/article/0d62639ad-2fa4a46ae5308dfac840f45>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

DIAS, M. B. Síndrome da alienação parental, o que é isso? 2010. 04 f. Disponível em: <<http://www.mariaberenice.com.br/artigos.php?cat=&subcat=&termobusca=&ordem=&pagina=2#anc>>. Acesso em: 06 dez 2020.

LOPES, J. J. M. As crianças, suas infâncias e seus espaços: estudos de geografia da infância. S/D. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/espacoeducacao/simposio-espaco-educacao/anais-do-i-simposio-espaco-educacao/comunicacoes-coordenadas/cc02-as-criancas-suas-infancias-e-seus-espacos-estudos-de-geografia-da-infancia-coordenador-jader-janer-m-lopes/>>. Acesso em: 02 dez. 2020.

LOPES, J. J. M. Geografia das Crianças, Geografia das Infâncias: as contribuições da Geografia para os estudos das crianças e suas infâncias. Disponível

em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1052/803>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUSA, A. M. de; BRITO, L. M. T. de. Síndrome de alienação parental: da teoria Norte-Americana à nova lei brasileira: Psicologia: Ciência e Profissão, Vol.31(2), pp.268-283. Brasília. 2011. Disponível em: <<https://doaj.org/article/065c0f4712344515aef75cacc89a5b7a>>. Acesso em: 16 nov. 2020.



Acessibilidade e barreiras na inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior

ALMEIDA, Lidiane Pires Dos Santos Ribeiro de.

Graduada em Pedagogia, pós graduada em Autismo, AEE e Educação Inclusiva, professora de Educação Infantil, mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território (Univale)
lidianepires01@gmail.com

BICALHO, Maria Gabriela Parenti (Orientadora)

Graduação em Psicologia pela UFMG, Mestre e Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, Professora Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora, Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território (Univale)
maria.gabriela@ufjf.edu.br

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Ensino Superior

Introdução

A Inclusão da pessoa com deficiência é um direito desde a Constituição Federal Brasileira. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146 de 06/06/2015) visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais pelas pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Congresso Nacional em 2008.

Tais avanços na legislação constituem marcos positivos e novas possibilidades de inclusão para a pessoa com deficiência. No campo da educação, uma das conquistas foi a Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Lei nº 9.394/96), tendo como princípios uma escola que garanta ao estudante com deficiência a possibilidades de interação e desenvolvimento.

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. A legislação provocou mudanças positivas na inclusão de pessoas com deficiência em instituições. (BRASIL. 2015).

A perspectiva da Educação Inclusiva traz à cena a noção de acessibilidade, relativa também às práticas de ensino. (BRASIL.2020). As Instituições de Ensino Superior brasileiras buscam adequar-se a essa legislação, bem como são

influenciadas pelo desenvolvimento das discussões sobre a Educação Inclusiva, promovidas por grupos de pesquisa e por movimentos sociais. As estratégias adotadas pelas IES refletem o interesse institucional pelo tema, bem como os recursos e possibilidades para implantação de medidas que favoreçam a acessibilidade.

A pesquisa aqui apresentada teve caráter exploratório, e buscou identificar as iniciativas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência das Instituições de Ensino Superior (IES) localizadas no município de Governador Valadares-MG. Os dados foram coletados por meio da análise dos sites das instituições. As iniciativas divulgadas foram analisadas a partir da produção teórica acerca da Educação Inclusiva, identificando-se: fundamentos teóricos, tipos de ação, abrangência das ações.

1 Fundamentação teórica

Segundo Castro et al (2014), a abordagem acadêmica sobre alunos com deficiência no ensino superior é recente, e as pesquisas brasileiras sobre o tema tiveram início a partir da primeira década do século XXI. Em 2006 e 2007 houve, segundo os autores, crescimento significativo do número de pesquisas sobre o tema, e os temas centrais dessas pesquisas foram:

acesso e permanência de alunos com deficiência nas universidades, ações institucionais, práticas pedagógicas, acessibilidade física, barreiras encontradas pelas pessoas com deficiência em locais de ensino, processo de aprendizagem de universitários com deficiência, implementação de reserva de vagas nas IES, as práticas avaliativas dos processos de ensino e aprendizagem. (CASTRO et. al., 2014)

Os autores concluem que o ingresso da pessoa com deficiência nas Instituições de Ensino Superior é um direito, porém sua efetivação é um processo lento, existindo ainda barreiras que dificultam a acessibilidade desse grupo, as quais podem ser classificadas como "barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais. São, portanto, de diferentes ordens os obstáculos ao acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior." (CASTRO et al., 2014). Martins (2018) afirma, no mesmo sentido, que ainda há muito a se fazer para garantir efetivamente "acesso, permanência e participação" dos estudantes com deficiência, e promover uma educação "que atenda às necessidades especiais de cada sujeito garantindo o seu desenvolvimento acadêmico e social"

Tais obstáculos impossibilitam o acesso desse grupo a diferentes experiências e oportunidades. Segundo Ferrari (2007), a presença de pessoas com

deficiência no ensino superior é um desafio, e a construção de um espaço inclusivo na educação deve ser construído "a partir da experiência e do reconhecimento das diferenças".

Para a abordagem da inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, buscamos nos estudos de Robert Sack o conceito de territorialidade como possibilidade de construção de uma discussão interdisciplinar. Para o autor, um território não é unicamente uma área geográfica determinada pela divisão de um pedaço de terra, e pode ser usado para conter ou restringir, bem como para excluir. (SACK, p.23, 1986). Nesse sentido o indivíduo constrói relações de poder, usando estratégias para afetar, influenciar e controlar. (SACK, 1986).

A Territorialidade nos humanos é melhor entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar fontes e pessoas, controlando área; e, como uma estratégia, a Territorialidade pode ser ligada e desligada. (SACK, 1986, p.3). [...] "a Territorialidade pode ser um catalisador no processo de mudança e pode ser usada diferentemente em vantagem para uma classe dividida, bem como para uma sociedade igualitária" (SACK, 1986).

A territorialidade é, portanto, para o autor, uma estratégia que as pessoas usam para se beneficiar, com a finalidade de determinar o seu território. Na questão da inclusão das pessoas com deficiência nas IES (Instituições de Ensino Superior), podemos dizer que a IES é o território onde esse grupo vulnerável faz um movimento para ingressar e ter acesso à educação. Considerando que, apesar do avanço paulatino no campo jurídico, as iniciativas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior concentram-se na ampliação do acesso e são ainda pouco eficientes na garantia da permanência (OLIVEIRA et al. 2016; ALMEIDA; FERREIRA, 2018; MARTINS; LEITE; CIANTELLI, 2018), os processos de inserção desses estudantes podem ser compreendidos como desenvolvimento de territorialidade, à medida em que se organizam nesse espaço, multiplicando suas possibilidades, reivindicando seus direitos e construindo relações sociais através da interação.

2. Resultados alcançados

Foram analisados os sites de três IES localizadas no município de Governador Valadares: duas instituições públicas e duas privadas. As instituições privadas são mais antigas no município, tendo sido instaladas nas décadas de 1960 e 2003. As instituições federais foram criadas nos anos de 2009 e 2013.

A análise dos sites indicou a existência, nas quatro instituições, de Núcleo,

Grupo de Trabalho ou projeto de Extensão destinado a apoiar os estudantes com deficiência, por meio de ações, serviços e programas. Tais iniciativas envolvem docentes, funcionários e discentes. A apresentação das iniciativas nos sites demonstra que as IES não estão indiferentes à necessidade de construção de acessibilidade e garantia de condições de permanência aos estudantes com deficiência matriculados em seus cursos. As iniciativas apresentadas indicam, ainda, que tais iniciativas possuem âmbito de atuação limitado, não refletindo de forma plena a perspectiva inclusiva de forma institucional. Não são identificadas, também, iniciativas organizadas de formação dos professores, aspecto indicado como fundamental pela literatura.

Conclusões

O processo de orientação no sentido da Educação Inclusiva é lento e complexo. As IES localizadas no município de Governador Valadares buscam institucionalizar suas ações nesse sentido, mas carecem, ainda, de ações que garantam o caráter inclusivo de forma generalizada entre a comunidade acadêmica. A formação e sensibilização do corpo docente permanece como desafio.

Principais referências bibliográficas

ALMEIDA, José Guilherme de Andrade; FERREIRA, Eliana Lucia. Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 22, n. spe.p. 67-75, 2018.

BRASIL. MEC/SECADI. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

BRASIL. LEI Nº 9.394/96 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional
BRASIL. <http://portal.mec.gov.br>

BRASIL. Lei Nº 13.146 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência.) Disponível :<http://www.planalto.gov>

BRASIL. http://www3.ifmg.edu.br/site_campi/v/index.php/component/content/category/9-ultimas-noticias.html

BRASIL. <https://www.unipacgv.com.br/projetos-de-extensao/>

BRASIL. <https://www.univale.br/espaco-a3/>

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amélia. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, June 2014.

DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. nº 6.949, 2009: Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. www.planalto.gov

BRASIL. Lei Nº 13.146 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência.) Disponível :<http://www.planalto.gov>

BRASIL. http://www3.ifmg.edu.br/site_campi/v/index.php/component/content/category/9-ultimas-noticias.html

DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, de 2008: Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível: <http://www.planalto.gov>
FERRARI, Marian AL Dias; SEKKEL, Marie Claire. Educação inclusiva no ensino superior: um novo desafio. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 27, n. 4, pág. 636-647, dezembro de 2007.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LEITE, Lúcia Pereira; CIANTELLI, Ana Paula Camilo. Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 22, n. spe.p. 15-23, 2018.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. *Psicol. Esc. Educ.*, Maringá, v. 22, n. spe, p. 127-134, 2018.

SACK, R. D. Human territoriality: its theory and history. London: Cambridge University Press, 1986.



Acessibilidade no Território da Universidade

COELHO, Adriana de Oliveira Leite

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Vale do Rio Doce, com especialização e mestrado em Engenharia de Estruturas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é Pró-reitora de Graduação da Universidade Vale do Rio Doce
aolcoelho72@gmail.com

NODARI, Eunice Sueli

Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em História - University of California - Davis, doutorado em História pela PUC-RS, Pós-Doutorado na Stanford University - EUA e na Universidade Federal de Minas Gerais
eunice.nodari@ufsc.br

SANTOS, Mauro Augusto dos

Pós-doutorado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Doutorado em Demografia (UFMG), graduação em Ciências Sociais (UFMG), pós-graduação em Gestão de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (UNIVALE)
mauro.santos@univale.br

Palavras-chave: desastre socioambiental, tecnologia social, acessibilidade, territorialidades.

Introdução

Este trabalho nasce da necessidade de propiciar melhoria de condições de vida em relação a duas adversidades concomitantes. Em primeiro lugar, minimizar o impacto ambiental causado pelo rompimento da Barragem de Mariana (MG), que afetou Governador Valadares (GV). Em segundo lugar, contribuir com a garantia do direito de ir e vir da pessoa com deficiência física na Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), respeitando suas territorialidades. Posto isso, a questão que permeia e une as múltiplas dimensões desta pesquisa é a seguinte: seria possível agrupar essas duas adversidades e propor ações e/ou

tecnologias sociais a favor da inclusão social, bem como da preservação dos recursos hídricos? Em face dessa adversidade, nasce a proposta de empregar o lodo da ETA de GV como tecnologia social, para uso na construção de pavimentação. E, sobretudo, para propiciar à pessoa com deficiência física amplo acesso aos locais, serviços, entre outros, disponíveis na UNIVALE. O objetivo é pesquisar sobre as possibilidades de uso do lodo na construção de pavimentação, em obras destinadas a aumentar a acessibilidade aos espaços da UNIVALE por pessoas com deficiência. Para esta análise, serão identificadas as propriedades físicas, químicas e biológicas desse lodo residual; em seguida, analisadas as propriedades físicas e mecânicas do material produzido com este resíduo; caracterizado o perfil e as territorialidades das pessoas com deficiência de GV e da UNIVALE; por fim, um diagnóstico sobre os espaços da universidade que necessitam de adequação.

1 Fundamentação Teórica

A metodologia consistirá em pesquisa bibliográfica e documental, além da utilização de dados secundários provenientes dos censos demográficos brasileiros (2000, 2010 e 2020) e dos bancos de dados da UNIVALE sobre as pessoas com deficiência. A UNIVALE será apresentada em todos os seus aspectos; em seguida, o perfil de alunos e funcionários com deficiência, bem como o plano de acessibilidade da instituição, apoiada nos documentos institucionais. Será apresentado o percentual de pessoas com deficiência no Brasil, em MG e em GV; os aspectos históricos da construção dos direitos dessas pessoas e as suas abordagens nas legislações federal, estadual e municipal. Dessa forma, busca-se um panorama da realidade das territorialidades dessa categoria populacional à partir da realidade local da pesquisa, o que leva a uma reflexão e conscientização sobre a discriminação a que essas pessoas estão sujeitas, considerando as percepções de Dircher e Trevisam (2014); Souza (2014); Foucault (2010); Picollo e Mendes (2013); Silva (2009); Gugel (2007) e Bauman (2004). As territorialidades das pessoas com deficiência pesquisadas serão vistas à luz de Haesbaert (2004) para compreender as relações dinâmicas destes sujeitos na Univale, para se habitar, produzir e viver.

No que se refere ao estudo do lodo, serão feitos ensaios de laboratório e aplicação de normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para avaliação da viabilidade técnica. Para melhor compreender a relevância desta pesquisa e a importância do destino e uso adequado desse lodo, serão abordados os impactos socioambientais do desastre ocorrido em Mariana sobre a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, considerando Zhouri et al. (2016), Carneiro

(2018), Oliveira (2015), IBAMA (2015), Espindola, Ferreira e Mifarreg (2017), Espindola e Bueno (2017) e GIAIA (2015). Além de apontamentos de Zaffaroni (2011), Foucault (1974) e Giorgio Agamben (2012) sobre as relações de poder entre a sociedade e a natureza, bem como o capitalismo como gerador da crise ambiental mundial.

Uma descrição da bacia será feita baseando-se no relatório 2010 do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH) e CBHDOCE (2012). Os impactos da mineração serão descritos apoiando-se em Espindola (2005), Silva (1995), Hora et al. (2012), Ministério do Meio Ambiente (MMA) de 2003 a 2007, Barreto (2001), Guimarães e Morais (2018), Castro, Júnior e Lima (2011), Sánchez et al. (2018), Milanez e Losekann (2016). E também mostrará possibilidades de uso dos rejeitos na construção civil destacadas em Pereira (2008), Nociti (2011), Campanha (2011), Aristimunho e Bertocini (2012), Fontes (2013), Silva (2014), Andrade et al. (2016) e Sampaio (2017). Uma discussão sobre o uso do lodo da ETA de GV como tecnologia social, como solução ambiental e social será feita. Em seguida, o foco será sobre o sistema de abastecimento de água, destacando a importância da água como recurso vital e considerando o acesso à água com qualidade como um direito fundamental, abordados por Genovez, Vilarino e Superbi (2012), Tucci e Bertoni (2003), Espindola e Nodari (2011), Mansur et al. (2016), Resolução do CONAMA nº 357/05, IGAM (2018) e Libânio (2010). FUNASA (2014) e UNESCO (2018) serão referências sobre a disposição final do lodo da ETA e as suas implicações. Por fim, a tecnologia social será discutida apoiando-se em Duque e Valadão (2017).

Resultados Alcançados

A Política Nacional de Resíduos Sólidos contempla um conjunto de diretrizes para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos. Esta pesquisa pretende propor uma tecnologia social como solução para minimizar o impacto ambiental causado pelo destino inadequado do lodo ETA de GV, contribuir com a acessibilidade de pessoas com deficiência física no campus da UNIVALE, bem como colaborar com os objetivos da Lei nº 12.305, de 02/08/2010, e com a Lei de Acessibilidade nº 10.098, de dezembro de 2000.

Conclusões

Considerando que os recursos hídricos da bacia do rio Doce desempenham um papel fundamental na economia do leste mineiro e do noroeste capixaba,

e os engenheiros e técnicos são importantes na preservação desses recursos, há uma grande preocupação em relação ao destino do lodo residual gerado na ETA do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de GV, uma vez que, atualmente, esse material retorna para o rio Doce, única fonte de abastecimento do município. Assim realizada, e graças as tecnologias de materiais para construção civil, esta pesquisa terá cumprido relevante função social e ambiental.

Principais referências bibliográficas

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DO AGUA. Plano integrado de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Doce e planos de ações para as unidades de planejamento e gestão de recursos hídricos no âmbito da bacia do rio Doce. Brasília: ANA, 2010. v. 1.

CBH-DOCE - COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOCE. Dados. Governador Valadares, MG: CBH, 2012.

ESPINDOLA, H. S. Sertão do Rio Doce. Governador Valadares: UNIVALE, 2005.

ESPINDOLA, H. S.; GUERRA, C. B. Desastre da Samarco/Vale/BHP: uma tragédia em diferentes atos. Revista do Lhiste, Porto Alegre, v. 4, n. 6, p. 221-235, jan./dez. 2017.

ESPINDOLA, H. S.; FERREIRA, N. M.; MIFARREG, J. E. G. Território da mineração: uma contribuição teórica. Revista Brasileira de Geografia, Rio Janeiro, v. 62, n. 2, p. 67-93, jul./dez. 2017.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.2004.

HORA, A. M.; DIAS, C. A.; GUEDES, G. R.; COSTA, A. S. V.; FERRARI JÚNIOR, M. J. Da Exploração econômica da Bacia Hidrográfica do Rio Doce ao atual processo de degradação de seus recursos hídricos. In: GUEDES, G. R.; OJIMA, R. (Eds.). Território, Mobilidade Populacional e Ambiente. Governador Valadares: UNIVALE, 2012, p. 201-234.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Laudo Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em

Mariana, Minas Gerais. Minas Gerais: IBAMA, 2015. Disponível em: <<https://jornalismosocioambiental.files.wordpress.com/2016/01/laudo-preliminar-do-ibama-sobre-mariana.pdf>>. Acesso em 15 jun. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Brasília: IBGE, 2010.

SILVA, Olintho Pereira. A Mineração em Minas Gerais: Passado, Presente e Futuro. Geonomos, Belo Horizonte, MG, v. 3, n. 1, p. 77-86, 1995.



Adolescentes negras: vivências de opressões interseccionais no território escolar

Érika Benigna Nascimento

Licenciada em História e mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território (UNIVALE)
erika.nascimento@univale.br

PAULA, Fernanda Cristina de (orientadora)

Bacharelado, Licenciatura, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território (UNIVALE)
fernanda.paula@univale.br

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de (coorientadora)

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola (FAFILE), Mestre em Ciências de la Educación pelo Instituto Enrique José Varona, Havana. Doutora em Educação pela (UFMG) e pós-doutoramento em educação na Universidade Federal de Sergipe
maria.celeste@univale.br

Palavras-chaves: Adolescentes negras, interseccionalidade, território escolar.

Introdução

Entendemos que as demandas das escolas sobre discriminações racial e de gênero devem ser investigadas e enfrentadas com uma compreensão de seus fatores abrangentes. A partir do olhar de adolescentes negras, como são estabelecidas as relações interseccionais de raça e gênero tecidas dentro do território escolar e que tensões se estabelecem nessas relações? São registrados avanços significativos na ampliação da escolaridade da população negra no Brasil nas últimas duas décadas, como resultado de ações afirmativas que produziram melhoria nas condições de vida da população negra. Contudo, esses avanços são insuficientes para provocar uma expressiva redução das desigualdades raciais e de gênero, dada a persistência da estrutura do racismo e sexis-

mo que delimitam visões estereotipadas de brancos e negros, de homens e mulheres, produzindo circunstâncias diferenciadas de acesso a direitos e oportunidades. (IPEA, 2013 p.13). A proposta da pesquisa é identificarmos como são vivenciadas as opressões interseccionais de gênero e raça por adolescentes negras, estudantes nos anos finais do ensino fundamental da educação básica, serão utilizados procedimentos metodológicos qualitativos. A pesquisa bibliográfica terá um caráter exploratório, roda de conversas e entrevistas semiestruturadas com as estudantes negras. Importante instrumento dentro das pesquisas exploratórias, faremos uma análise bibliográfica com base em material já elaborado, sobre interseccionalidade, gênero, raça, adolescência, território escolar e territorialidade.

1 Fundamentação teórica

Para respondermos ao problema de pesquisa, se faz necessário recorreremos a interdisciplinaridade para compreendermos a possíveis complexidades das opressões interseccionais de gênero e raça vivenciadas por adolescentes negras dentro do território escolar a partir de interconexões significativas que ajudará na análise mais afetiva e concreta da realidade. As áreas do conhecimento escolhidas para a interconexão compreendem a educação, antropologia, geografia, sociologia e a história. Analisaremos como os estudos sobre a temática raça e gênero compõem de forma interseccional nessas grandes áreas do conhecimento e quais contornos interdisciplinares surgem em suas fronteiras. Dessa maneira, tomaremos a educação para pensarmos a escola como uma instituição social incumbida de organizar, transmitir e socializar o conhecimento e cultura, entretanto, manifestar-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre a população negro são propagadas." (GOMES, 2003); a antropologia para analisarmos como os traços negroides são usados para opressão ao grupo que os possuem. Entendendo que a identidade negra em nossa sociedade se constrói estruturada no movimento de rejeição/aceitação do ser negro, é compreensível que os diferentes sentidos atribuídos a mulher negra ao seu cabelo e ao seu corpo revelem uma maneira tensa e conflituosa de vivenciar a corporeidade enquanto dimensão exterior e interior da negritude. (GOMES,2003). Na geografia tomaremos o conceito de território escolar a partir da dimensão vivida para apreensão de dinâmicas socioespaciais compreendendo a constituições de territórios na perspectiva do vínculo afetivo ou simbólico, apropriação simbólica, subjetividade e identidade para a compreensão de grupos sociais a partir de sua relação com o espaço. (DE PAULA, 2011). Recorreremos a sociologia para pensarmos o sexismo e o racismo

como ideologias geradoras de violência, presentes em nosso cotidiano e são dimensões que estimulam uma estrutura desigual e perversa da nossa sociedade (IPEA,2013). Na perspectiva histórica, discurso sobre a população negra em nossa sociedade ainda hoje são fundamentados em teorias racistas do final do século XIX e a do início do século XX. O discurso de uma democracia racial brasileira seria parte proeminente onde a cultura popular e ciência fundem-se num sistema de ideias que fornece um sentido amplo para práticas racistas já presentes na vida cotidiana. Nesse sentido a educação é um mecanismo de manutenção e estruturação do racismo em nossa sociedade. (SCHWARCZ,1993). Dentro de uma perspectiva psicanalítica, o racismo vivenciado por adolescentes negras no cotidiano escolar será explorado como uma realidade psicológica a partir da narrativa das próprias adolescentes. Analisar as vivências interseccionais de raça e gênero a partir da ótica dessas adolescentes e materializar suas vozes, tornando-as sujeitos e não objeto. É um movimento da construção do discurso da adolescente negra sobre a adolescente negra, deslocando o olhar para a experiência de ser negra na sociedade brasileira. (KILOMBA, 2019)

2 Resultados alcançados

A partir da análise qualitativa das obras apresentadas na fundamentação teórica, consideramos o racismo como um processo histórico e político; e podemos afirmar que é parte integrante de nossa estrutura social e precisamos analisá-lo sob os diversos pontos da institucionalidade e do poder. É uma manifestação da normalidade fornecendo a lógica para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. O poder é o elemento central da relação racial dentro da concepção institucional do racismo; onde as instituições são hegemônicas por determinados grupos para impor seus interesses políticos e econômicos. Assim detêm o poder os grupos que exercem o domínio sobre a organização política e econômica da sociedade. No caso do racismo institucional, o domínio acontece com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder (ALMEIDA,2019). A escola é uma das instituições de reprodução do racismo estrutural, dando sentido e continuidade a essa estrutura. O racismo por um lado gera vulnerabilidade e por outro lado cria poder. Portanto o racismo é sempre uma relação de poder. Pensando a escola como espaço que incide essa relação de poder, entendendo assim a escola enquanto território (HAESBAERT ,1998; ALMEIDA,2019). Na maior parte da literatura sobre o racismo, a raça é considerada como único aspecto relevante e sobre feminismo não reconhecem que o gênero afeta as mulheres de

outros grupos racializados de formas diferentes, tornando as mulheres negras invisíveis. É necessário pensar raça e gênero de forma embricada, pois tais narrativas separadas mantêm a inviabilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos. O impacto simultâneo da opressão racial e de gênero leva a formas de racismo únicas vivenciadas por mulheres negras. (KILOMBA, 2019)

Conclusão

Fica evidenciado que se faz necessário uma abordagem interdisciplinar e interseccional para a compreensão das opressões de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras nos anos finais do ensino fundamental da educação básica. Precisamos dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher e negra. Objetivando uma sociedade sem hierarquia de gênero, precisamos reconhecer a existência de mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como o racismo. É urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários. (CARNEIRO, 2003; RIBEIRO, 2018; KILOMBA, 2019)

Principais referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. In: Revista Brasileira de Educação. ANPED, n. 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003. p. 75 - 85.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148 p.

outros grupos racializados de formas diferentes, tornando as mulheres negras invisíveis. É necessário pensar raça e gênero de forma embricada, pois tais narrativas separadas mantêm a inviabilidade das mulheres negras nos debates acadêmicos e políticos. O impacto simultâneo da opressão racial e de gênero leva a formas de racismo únicas vivenciadas por mulheres negras. (KILOMBA, 2019)

Conclusão

Fica evidenciado que se faz necessário uma abordagem interdisciplinar e interseccional para a compreensão das opressões de raça e gênero vivenciadas por adolescentes negras nos anos finais do ensino fundamental da educação básica. Precisamos dar voz e representação às especificidades existentes no ser mulher e negra. Objetivando uma sociedade sem hierarquia de gênero, precisamos reconhecer a existência de mulheres que, para além da opressão de gênero, sofrem outras opressões, como o racismo. É urgente incluir e pensar as intersecções como prioridade de ação, e não mais como assuntos secundários. (CARNEIRO, 2003; RIBEIRO, 2018; KILOMBA, 2019)

Principais referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. In: Revista Brasileira de Educação. ANPED, n. 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003. p. 75 - 85.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148 p.

Amputações e deficiências físicas - Uma revisão sistemática das percepções

BONFIM, Rosimara M.

Graduada em Medicina, Cirurgiã Plástica Membro Titular da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Professora Deontologia e História da Medicina da UNIVALE, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (UNIVALE) rosimarabonfim@yahoo.com.br

SILVA, Leonardo Oliveira Leão (orientador)

Graduação em Enfermagem. Mestre em Gestão Integrada do Território e Doutor em Saúde Coletiva leonardo.silva@univale.br

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de (coorientadora)

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola (FAFILE), Mestre em Ciências de la Educación pelo Instituto Enrique José Varona, Havana. Doutora em Educação pela (UFMG) e pós-doutoramento em educação na Universidade Federal de Sergipe maria.celeste@univale.br

Palavras-chave: Deficiência física. Amputação.

Introdução

Amputações são técnicas cirúrgicas utilizadas para tratamentos de problemas geralmente circulatórios nos membros, frequentemente causados por complicações de diabetes mellitus na população mais idosa, nos seus membros inferiores, ou por traumas em jovens e em casos de algumas doenças oncológicas. Há um aumento da população brasileira de pessoas amputadas, que retornam ao convívio social em um contexto diferente, necessitando de adaptações tanto nas suas atividades corporais como nos espaços domiciliares e urbanos que utilizam. A visão biomédica foca na da indicação do procedimento, da doença associada, da reabilitação do paciente, protetização ou aparatos de tecnologia assistiva, como muletas e cadeiras de rodas. Interdisciplinar na saúde, há

outro aspecto individual do amputado: como a sua condição de deficiente físico se adapta ao seu meio social e suas percepções desta condição.

Através de uma revisão sistemática no portal de periódicos CAPES, utilizando os descritores “deficiência física” e amput*, selecionamos publicações dos últimos 10 anos, revisadas por pares, através de leitura dos títulos e resumos, excluindo as que não tratavam predominantemente do tema, resultando em oito artigos. Com base nos textos selecionados foi possível descrever três grandes temas de análise: percepções, dificuldades e limitações dos amputados.

1 Fundamentação teórica

A maior incidência é das amputações em membros inferiores, sendo estas relacionadas com doenças, em especial diabetes, e na população mais idosa. As amputações de membros superiores devem-se aos traumas, estes majoritariamente nos mais jovens (SOUZA; SANTOS; ALBUQUERQUE, 2019). Dados do portal Vias Seguras (2011) temos o aumento de 300% de motociclistas entre os anos 2000 e 2010, com aumento na frequência de acidentes com motos, muitas vezes com amputações e invalidez permanente. Este aspecto é relevante por ocorrer entre pessoas jovens (SENEFONTE et al, 2015), longa internação e reabilitação, incluindo amparo da Previdência Social. Estudar a percepção se dá extrapolando a visão biomédica.

O corpo-território, como descrito por Miranda (2018), é entendido como um território do indivíduo, através do qual recebe e exerce sobre outras pessoas as suas experiências, aqui entendidas como territorialidades. Mauss (2003) descreve o corpo e suas possibilidades do ponto de vista sociológico, com processos revelando as diversas nuances e possibilidades corporais com relação à sua individualidade e papel social. O corpo amputado está desterritorializado parcialmente, necessitando uma reterritorialização impactante para o indivíduo, face a visão social e individual de limitação, perda de poder e dependência, esta de pessoas e artefatos assistivos.

Paul Claval ressaltou o papel do corpo na experiência humana e suas variabilidades na estruturação geográfica e diferenças de acordo com gênero e idade. Seu trabalho traz estes aspectos nas análises culturais (SILVA et al, 2013). A deficiência física e a amputação, especialmente no contexto de uma doença, trazem dependência, perda de um território antes conhecido contendo uma movimentação e relações próprias e mais amplas, construídas ao longo de uma vida. A complexidade das novas relações deste indivíduo consegue e com a sociedade aumentam, e a busca de sua compreensão traz uma melhor qua-

lidade de vida, terminologia tão utilizada na medicina e que já traz significado multifatorial e até mesmo multiterritorial. O objetivo deste estudo então seria analisar as percepções, dificuldades e limitações enfrentadas por um indivíduo submetido a uma amputação, no seu novo papel: o de deficiente físico.

2 Resultados alcançados

Trata-se de um artigo de revisão sistemática, pesquisa qualitativa. Foi realizada uma busca no portal de periódico da Capes, acesso pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFE) no dia dois de outubro de 2020 Foram selecionados 36 artigos com os seguintes descritores de busca: “deficiência física” e amput*, com os seguintes critérios de inclusão: artigos escritos em todos os idiomas e revisados por pares, dos últimos 10 anos. Nos critérios de exclusão se adotou a regra de leitura flutuante para observação quanto à resposta dos artigos ao objetivo proposto pelo estudo. Foi realizada a leitura dos títulos e posteriormente leitura dos resumos, para então, excluir os textos onde a amputação não é o objeto de estudo e/ou apenas se discute a deficiência física sem a menção à amputação, resultando oito artigos. Nos textos selecionados foi possível descrever três grandes temas de análise: percepções, dificuldades e limitações dos amputados, temas originados das descrições de qualidade de vida e aspectos subjetivos do indivíduo frente ao seu contexto pessoal e social após a amputação.

Sobre as percepções: em todos vemos os aspectos das dificuldades de inserção social das pessoas com deficiência e alguma descrição de menor funcionalidade deste indivíduo, com característica de perda identitária e limitações. Nos envolvidos com o futebol temos a contribuição positiva do esporte para a reinserção social dos sujeitos e convivência. Nestes as técnicas do corpo são semelhantes, já que todos no time possuem amputações.

Sobre as dificuldades enfrentadas: todos citam a importância da família e amigos como suporte, pela necessidade de auxílio. O único artigo relacionado aos diagnósticos oncológicos (ALVES; LADEIRA, 2017) traz a necessidade até do deslocamento e mudança física da família para um local mais próximo ao tratamento, por falta de assistência especializada próxima. A preocupação pela redução da renda do indivíduo e da família também se mostra presente em todos, pela perda da capacidade laborativa do amputado.

Nas limitações sobressaem a perda e a tentativa de recuperar uma autonomia, o acesso aos tratamentos de reabilitação e as tecnologias assistivas (TA) para os seus deslocamentos, trabalho, atividades da vida diária, além da busca de uma motivação psicológica.

Conclusões

Nesta análise vemos que a percepção do amputado ainda é de perda do poder. Modificadora de seu potencial e técnicas corporais, vemos que há uma perda que necessita adaptação pós-amputação. Grandes dificuldades adaptativas, vistas de forma ampla como um retreinamento deste corpo, passam por questões econômicas, sociais, psicológicas e até da necessidade de autonomia do indivíduo. As limitações além de englobarem estas percepções somam-se às dificuldades, incluindo acesso e adaptação às tecnologias assistivas, obstáculos urbanos, a relação do amputado com sua deficiência física e redução de renda. O futebol é descrito como um facilitador nesta ressocialização e retreinamento, mas ainda se verifica que não é acessível para o gênero feminino.

Principais referências bibliográficas

ALVES, P.; LADEIRA, S. A questão da deficiência física associada ao câncer: as repercussões na família e a proteção do Estado. Revista Vértices, v. 19, n. 3, p. 83-109, 30 dez. 2017. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/323022810_A_questao_da_deficiencia_fisica_associada_ao_cancer_as_repercussoes_na_familia_e_a_protecao_do_Estado/ acesso em 02 Out 2020.

MAUSS, M. Sociologia e antropologia. Tradução: Paulo Neves, São Paulo: Cosac Naify, 2003 536 pp.

MIRANDA, E.O. Experiências do corpo-território: possibilidades afro-brasileiras para a Geografia Cultural. Élisée - Revista de Geografia da UEG, v. 6, n. 2, p. 116-128, 12 jan. 2018. Disponível em <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6621> acesso em 16 Nov. 2020.

MUITO mais motos, muito mais mortos. Portal vias seguras. Brasil. 2011 . Disponível em http://viasseguras.com/os_acidentes/acidentes_com_motos/alertas_sobre_a_gravidade_do_problema_dos_acidentes_com_motos/muito_mais_motos_ainda_muito_mais_mortos .Acesso em 18 Nov. 2020.

SENEFONTE, Flavio Renato de Almeida et al . Amputação primária no trauma: perfil de um hospital da região centro-oeste do Brasil. J. vasc. bras., Porto Alegre , v. 11, n. 4, p. 269-276, Dec. 2012 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-54492012000400004&lng=en&nrm=iso>. Access on

22 Nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S1677-54492012000400004>.

SILVA, J. B. et al. É geografia, é Paul Claval. Goiânia : FUNAPE, 2013. 176 p.

SOUZA, Ylkiany Pereira de; SANTOS, Ana Célia Oliveira dos; ALBUQUERQUE, Luciana Camelo de. Caracterização das pessoas amputadas de um hospital de grande porte em Recife (PE, Brasil). J. vasc. bras., Porto Alegre , v. 18, e20190064, 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-54492019000100315&lng=en&nrm=iso>. acesso em 21 Nov. 2020. Epub Nov 04, 2019. <https://doi.org/10.1590/1677-5449.190064>.



As crianças e seus territórios: entrelaçamentos entre Sociologia da Infância e Geografia da Infância

SANTOS, Valdicélio Martins dos

Doutorando em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (UFMG). Mestre em Gestão Integrada do Território (UNIVALE). Pós graduado em Arte-Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Artes pela Faculdade da Cidade de Guanhães, especialista em Arte Visuais pela UFMG. É licenciado em Pedagogia (UNIVALE) e em Artes Visuais (CLARETIANO)
Celinho-martins@hotmail.com

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de (coorientadora)

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola (FAFILE), Mestre em Ciências de la Educación pelo Instituto Enrique José Varona, Havana. Doutora em Educação pela (UFMG) e pós-doutoramento em educação na Universidade Federal de Sergipe
maria.celeste@univale.br

Palavras-chave: Geografia da Infância. Território. Infâncias. Criança.

Introdução

Na obra clássica "A história social da infância e da família" Phillipe Ariès (1981) traça em seus estudos a história social da infância, contribuindo significativamente para o reconhecimento da infância como categoria sócio-histórica, para as diferenças que se estabelecem na cultura ocidental entre o mundo das crianças e o mundo dos adultos. A partir dessa obra, a infância passa a ser reconhecida como categoria social e torna -se objeto de estudo em diferentes campos do conhecimento.

Por meio dessa categoria os estudiosos da infância vão se interessar pela pluralidade que caracteriza as infâncias, pelas questões culturais, temporalidades e espacialidades.

O debate sobre as infâncias é instigador neste estudo, de cunho bibliográfico, que objetiva apresentar as discussões da Geografia da Infância, recorte recente no campo da Geografia, e autores da Sociologia da Infância.

1 Fundamentação teórica

As infâncias precisam ser vistas com respeito e seriedade, recebendo apoio e incentivo do adulto de forma a não subestimar o seu potencial. Pelo olhar da Sociologia da Infância, uma criança é concebida como um sujeito competente, capaz de formular teorias, levantar hipóteses e criar justificativas para seus próprios questionamentos; determinada, cheia de vontade de viver e de fazer descobertas; que tem enormes expectativas e gosta de demonstrar que também possui conhecimentos; que estabelece relações e interage com os outros e com o mundo; que possui potencialidades criativas e uma imaginação que vai muito além da realidade. (SARMENTO, 2003)

Desse modo, estudar as crianças, as infâncias e suas relações com seus lugares de vida, é adentrar no debate da Geografia da Infância, em diálogo com a Sociologia da Infância. Esse exercício nos remete às vivências das crianças e suas singularidades e experiências coletivas nos diversos espaços/tempos da infância. Pode-se ler nas falas das crianças narrativas que desvelam e “demarcam territórios nas relações estabelecidas entre o mundo adulto e o mundo das crianças” (LOPES, 2006, p. 2)

Pesquisadores do campo da Geografia têm voltado sua atenção para as infâncias, suas histórias e suas geografias e buscado compreender as relações que as crianças estabelecem no e com o território, mediadas por suas interações culturais. Reconhecem, pois, a criança como um sujeito sociocultural, histórico e geográfico em seu processo de humanização no mundo. (LOPES, 2018, 2009, 2006; LOPES; VASCONCELLOS, 2006; VASCONCELLOS, 2009)

Os geógrafos começam, pois, a se interessar pelos modos de ser e estar das pessoas em um determinado território – pelas territorialidades (CLAVAL, 2008). As territorialidades são constituídas nos relacionamentos cotidianos, sendo que a sociedade e o espaço estão interligados contribuindo para as relações entre os sujeitos envolvidos com cultura, ou seja, as territorialidades podem se estabelecer nas relações sociais cotidianas; nas ruas, em casa, na escola, no trabalho, em como as pessoas se organizam no espaço e dão significado ao lugar. Dessa forma, elas são construídas culturalmente nas relações com o outro e estão ligadas aos sentidos que os sujeitos trazem acerca do território vivido e na construção de sua identidade. (CLAVAL, 1999)

Nesse sentido, podemos afirmar que as crianças estabelecem práticas sociais consigo mesmas e com seus pares nos territórios nos quais transitam constituindo seus modos de ser e estar neles, pois, nas palavras de Lopes e Vasconcellos (2006), não podemos falar de uma única cultura, própria das crianças, e sim de culturas que entrelaçam a produção da infância e a produção do lugar oferecendo substâncias necessárias para produção da existência,

e implicada na constituição das territorialidades.

2 Resultados alcançados

A partir desse levantamento bibliográfico, buscando o entrelaçamento entre a Geografia da Infância, e Sociologia da Infância constata-se que estes campos estão ligados às experiências que as diferentes pessoas têm com a terra e o meio no qual vivem, criando, nesse meio, formas para suprir as suas necessidades, construindo sua identidade e aprendendo a se definir como sujeitos pertencentes a um território, em uma geograficidade.

Partindo dessas reflexões podemos levar em consideração que toda criança nasce em um momento histórico, imersa em um grupo cultural, em um espaço no qual estabelece interações sociais e constitui sua identidade. Pesquisadores como Jader Janer Moreira Lopes e Tânia Vasconcellos se aprofundam em pesquisas no tocante da Geografia da Infância, nos apontando que as crianças, ao apropriarem-se de espaços e lugares, os reconfiguram e reconstruem e, além disso, apropriam-se de outros, criando suas territorialidades, “seus territórios usados.” (LOPES, 2018, 2009, 2006; VASCONCELLOS, 2009.)

Embora a Geografia da Infância não desconsidere as implicações sociais presentes, por exemplo, nos territórios de vulnerabilidade existentes em um país e suas cidades, ao se voltarem para as atividades das crianças e seus pares em diálogo com a Sociologia da Infância, reconhecem a necessidade de compreender as experiências infantis nos múltiplos territórios, nos quais as crianças transitam e imprimem suas marcas.

Lopes (2018) considera que, desde o nascimento, as crianças “vivenciam territórios, lugares e outras dimensões espaciais que são expressões do espaço geográfico” (LOPES, 2018, p. 61). Nessas vivências, vão se tornando autônomas, expressando-se por meio dos seus modos de ser e estar no mundo, a sua geograficidade. De acordo com o autor, “a criança não está no espaço, não está no território, não está no lugar, não está na paisagem, ela é o espaço, ela é o território, ela é o lugar, a paisagem, portanto, uma unidade vivencial” (IDEM, p. 49).

É, portanto, a partir das contribuições dessa virada nos estudos no campo da Geografia, com a Geografia Humanista e Cultural, que se ocupa dos modos pelos quais os seres humanos se apropriam dos territórios, com o estudo das representações, com a construção coletiva, de viés simbólico, que podemos identificar a abertura, nesse campo, para um olhar sobre as infâncias e suas culturas. Esse conjunto de debates chama a atenção de pesquisadores/as para as crianças, objeto da Geografia da Infância que “busca dialogar com as crian-

ças e suas infâncias, tendo como ponto de partida essas espacialidades, as configurações que dela emanam, dentre as quais destacamos a paisagem, o território e o lugar” (LOPES, 2018, p.61).

Estes estudos nos levam a refletir que a cultura, como fator indispensável à inserção da pessoa, dá uma significação à sua existência e à dos seres que o circundam e formam a sociedade da qual se sente membro, ou seja, o ser humano estabelece contato com o outro por meio das representações e apresenta os modos como ele se constrói, interpreta ou reinterpreta o mundo, a partir das sensações construídas e da imagem que lhe é atribuída.

Dessa forma, vemos a necessidade de discutir a Geografia da infância, respeitando a criança como sujeito de direitos, protagonistas de suas ações e representações, fortalecendo a ideia da criança construtora de seu território e sua história estabelecendo seus vínculos e constituindo suas territorialidades, trazendo os elementos culturais e os incorporando a seu modo e a seu gosto.

Conclusão

Como buscamos evidenciar neste estudo, nos diversos territórios pelos quais as crianças transitam, relacionam-se e constroem representações, elas imprimem marcas em suas formas de ser e habitar o território, criando e recriando sua cultura junto a seus pares por meio das descobertas dos seus modos de brincar, de fazer arte, na corporeidade e nos ritmos que traçam em seus processos culturais.

As crianças em seu território, sendo elas sujeitos com desejos e vontades que escrevem sua própria história baseada em sua vivência geográfica e socio-cultural. Na infância, o nosso primeiro contato é com a família e comunidade que nos ensinam e permitem apreender o mundo a nossa volta, a partir das experimentações, negociações e formas de nos relacionarmos com os outros. Depois vamos culturalmente adquirindo novas experiências com nossos pares nas variadas instituições que passamos ao longo da vida.

É neste sentido que precisamos aprofundar estudos que envolvam a Geografia da Infância e Geografia Cultural à Sociologia da Infância para compreender as culturas infantis uma vez que a criança tem seus sentidos provocados por sua experiência com o mundo junto a seus pares.

Principais referências bibliográficas

CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3^o ed. Florianópolis: EDUFSC, 2007.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia e Educação Infantil: Espaços e tempos desacostumados. Rio de Janeiro: Mediações. 2018.

LOPES, Jader Janer Moreira. Geografia das Crianças e Geografia da Infância: reflexões para quem faz e trabalha Geografia com as crianças. In: 12 Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideu. Anais do 12 Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideu, 2009

LOPES, Jader Janer Moreira. Crianças na Paisagem: subversões, invenções e reproduções do espaço. In: II Congresso Internacional Cotidiano Diálogos sobre diálogos, 2008, Niterói. Anais do II Congresso Internacional Diálogos sobre Diálogos. Rio de Janeiro: HP Comunicação Editora, 2008. p. 1-14

LOPES, Jader Janer Moreira; VASCONCELLOS Tânia. Geografia da infância: territorialidades infantis. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.1, pp.103-127, Jan/Jun 2006

As funções das áreas de preservação permanente em face dos eventos naturais adversos

AQUINO, Thaís Aldred Iasbik de

Professora do curso de Direito da UNIVALE. Mestre em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Especialista em Direito Urbanístico e Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. aldrediasbik@yahoo.com.br

IASBIK, Elias Nascimento de Aquino

Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Gestão, Auditoria e Licenciamento Ambiental pela Universidade Norte do Paraná. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Viçosa. elias.supram@gmail.com

Palavras-chave: Áreas de preservação permanente; inundações; movimentos de massas.

Introdução

Os espaços territoriais especialmente protegidos são instituídos em conformidade com as normas constitucionais vigentes, visando a assegurar a efetividade do direito de todos ao ambiente ecologicamente equilibrado.

Este estudo visa a identificar situações práticas que evidenciam a relevância das áreas de preservação permanente (APPs) como meio para assegurar tal direito. A pesquisa se justifica pelo caráter abstrato da definição legal, que dificulta a identificação do fundamento fático da norma para a proteção da vida humana

A investigação tem caráter jurídico-propositivo, no sentido de compreender o alcance da norma, e as fontes bibliográficas giram em torno dos eventos naturais adversos relacionados à ocupação de áreas ambientalmente protegidas. Adota-se, nesse aspecto, o método sistêmico, considerando as definições presentes na legislação e na literatura, bem assim os princípios regentes da matéria.

A pesquisa se estrutura na fundamentação teórica, compreendida por trabalhos acadêmicos /científicos relacionados a eventos naturais adversos, permeada pelas normas ambientais vigentes, com lastro nos quais são apontados

os resultados, a reforçar o cabimento da proteção de determinados espaços, em conformidade com as disposições legais vigentes.

1 Fundamentação teórica

Um dos trabalhos considerados aponta a ocupação de faixas marginais aos cursos de água como um dos fatores que ocasionam problemas a determinadas populações, sobretudo marginalizadas dos recursos necessários à sobrevivência digna:

No que diz respeito aos riscos para a população, as enchentes combinam condições do meio natural (topografia, cobertura vegetal e clima) atreladas às socioeconômicas (demografia, tipologia habitacional, emprego e renda, acesso à educação e serviços de saúde). [...]. Em geral, populações que vivem em aglomerados subnormais ocupam terras consideradas inadequadas para uso residencial ou comercial, localizadas em áreas mais baixas, propensas a inundações, e/ou encostas sujeitas a deslizamentos de terra, expondo as pessoas a riscos constantes (LOPES; DOMINGOS, 2020, p. 116).

Ao passo que as inundações afetam as áreas próximas a cursos d'água, as encostas são identificadas como áreas sensíveis ao risco de deslizamentos ou movimentos de massas rochosas, ocasionadas pela redução da resistência do solo (MENDES et al, 2020, p. 63). Também nesse sentido:

Desastre, por sua vez, expressa a materialização do risco, e reflete a conjugação entre os fenômenos físicos e seus impactos nos grupos sociais, causando interrupção temporária ou permanente na rotina de funcionamento das atividades de um local. Os eventos físicos indutores podem ser de origem hidrológica (inundações fluviais e bruscas, deslizamentos), climatológica (ondas de frio e de calor, incêndios, seca), meteorológicas (tempestades tropicais severas, tornados) e geofísicas (tsunamis, erupções vulcânicas) (NUNES, 2009 apud ZAMPARONI, 2012, p.9).

Conquanto as obras referenciadas nos trechos supratranscritos não mencionem as áreas de preservação permanente, evidenciam o fator determinante à demarcação de tais áreas: encostas e margens de cursos naturais de água.

2 Resultados alcançados

As APPs integram o gênero dos espaços territoriais especialmente protegidos previstos no inciso III, do § 1º, do artigo 225, da Constituição Federal de

1988 (CF/88) (BRASIL, 1988).

A Lei Federal 12.651/2012, disciplina alguns desses espaços, definindo-os em razão de suas múltiplas funções, e estabelecendo critérios objetivos para a identificação e proteção de tais áreas (BRASIL, 2012).

O artigo 3º, II, da Lei Federal 12.651/2012, indica que a APP encerra em si a função de assegurar o bem-estar das populações humanas, evidenciando que não se pode admitir a ocupação que comprometa essa função.

Observa-se, pois, que as normas ambientais vigentes, a regulamentar as regras constitucionais correspondentes, impedem a autorização ou regularização de usos que coloquem em risco a vida humana.

Conclusões

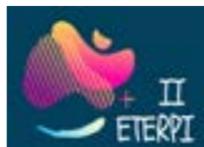
As excepcionais hipóteses de uso das APPs devem atender ao pressuposto fundamental da sadia qualidade de vida do cidadão. Nesse sentido, não se pode admitir a autorização para intervenção ou permanência de uso em tais áreas que implique em risco à vida, saúde ou integridade das pessoas.

Principais referências bibliográficas

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 13 fev. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução nº 369, de 28 mar. 2006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP. Diário Oficial da União, Brasília, 29 mar. 2006. Disponível em: < <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=489> >. Acesso em: 13 fev. 2021.

_____. Lei nº 12.651, de 25 de maio 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 mai. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm >. Acesso em: 13 fev. 2021.



LOPES, José Lidemberg de Sousa; DOMINGOS, Leandra Lourenço. População em perigo: rios urbanos e áreas vulneráveis a inundações –o caso do município de União dos Palmares, Alagoas, Brasil. *PerCursos*, Florianópolis, v. 21, n.46, p. 113 –135, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/17409/12290>>. Acesso em 13 fev. 2021.

MENDES, R. M. .; VALERIO FILHO, M. .; SANTORO, J.; FARIA, D. G.-M.; PORTELA, V. D. A. Proposição de limiares críticos ambientais para uso em sistema de alertas de deslizamentos. *Revista do Departamento de Geografia*, [S. l.], v. 40, p. 61-77, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/165390>. Acesso em: 13 fev. 2021.

ZAMPARONI, Cleusa Gonçalves. RISCOS E DESASTRES NATURAIS EM AMBIENTE URBANO: O EXEMPLO DE CUIABÁ/MT. *Revista Brasileira de Climatologia*, [S.l.], v. 10, june 2012. ISSN 2237-8642. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/article/view/30581/19769>>. Acesso em: 13 fev. 2021.



Avaliação da morbimortalidade materna entre as índias Maxakali; comparando os dados de antes e após a instituição no pré-natal na aldeia, fazendo paralelo entre os partos hospitalares e partos domiciliares

GOMES, Fredson Guilherme

Graduado em medicina, Professor Auxiliar da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus GV, Professor da UNIVALE, Pós-graduado em Perícia Médica, Pós-graduado em Uroginecologia e Mestrando do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale
fredson.gomes@univale.br

OLIVEIRA, Roberto Carlos

Graduado em odontologia, Professora do Mestrado do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale, Mestre em odontologia pela UFRJ, Doutorado sanduíche em Saúde Coletiva pela Faculdade de Odontologia da UFMG e Faculty of Dentistry of McGill University/Canadá. e Pós Doutorado em Saúde Coletiva pelo Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde – ECOS - da Faculdade de Ciências da Saúde - Universidade de Brasília.
roberto.oliveira@univale.br

Palavras-chave: Morbimortalidade. Maxakali. Pré-natal.

Introdução

Através da Lei nº 12.314/2010, de outubro de 2010, que autoriza a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), o Ministério da Saúde passa a controlar a saúde dos indígenas, levando em conta aspectos culturais, étnicos e epidemiológicos dos 225 povos que vivem no Brasil. A Lei atende a uma antiga reivindicação dos povos indígenas e foi construída com diálogo com as comunidades de todo o País. A Secretaria Especial de Saúde Indígena foi dividida em três áreas: Departamento de Gestão da Saúde Indígena, Departamento de Atenção à Saúde Indígena e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (FERREIRA, 2003).

A incorporação da medicina tradicional indígena ao sistema oficial de saúde possibilitou um modelo de atenção diferenciado à saúde indígena, o que constituiu uma estratégia importante para a integralidade na atenção à saúde dos povos indígenas (FERREIRA, 2003).

Como um dos importantes indicadores da qualidade de assistência de saúde-

de prestada a população pode-se citar o indicador de mortalidade materna. Por isso é importante avaliar esse indicador na população brasileira e na população indígena, sendo importante avaliar se o índice da mulher indígena difere das demais mulheres brasileiras (FERREIRA, 2012).

1 Fundamentação teórica

Para implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), o Estado precisou criar estruturas que pudessem viabilizar a sua existência. Dentre estas estruturas podemos citar a financeira, a político-organizacional e a territorial, que são inseparáveis e dependentes uma das outras (FARIA, 2013).

Cada vez mais os conceitos geográficos, tais como, espaço, território e ambiente, têm sido inseridos nos estudos sobre a saúde (MONKEN et al, 2008).

“As discussões mais recentes sobre o território incorporam a componente cultural considerando que o território carrega sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, de natureza predominantemente econômico-política (MONKEN et al, 2008, p.5)”.

Ao analisar as diferentes formas do uso do território, podemos compreender as vulnerabilidades para a saúde, naquele território. E assim, contribuir para a melhoria do serviço público de saúde para população daquele determinado local (MONKEN, 2003, p.40).

Segundo Unglert (1999), a base territorial é um dos princípios organizativo-assistenciais mais importantes do sistema de saúde. Ela considera que:

“(...) o estabelecimento dessa base territorial é um passo básico para a caracterização da população e de seus problemas de saúde, bem como o dimensionamento do impacto do sistema sobre os níveis de saúde dessa população e, também, para a criação de uma relação de responsabilidade entre os serviços de saúde e sua população adscrita (UNGLERT, 1999, p.222)”.

As aldeias indígenas são um exemplo de como a delimitação de um território define a atuação dos serviços de saúde que serão prestados (POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DOS POVOS INDÍGENAS - PNASPI), e define a população que será atendida por este serviço (FARIA, 2013).

Para Monken, as variáveis históricas e sociais de um determinado território, iram definir as diferentes territorialidades. Como exemplo ele cita os territórios indígenas, que “...mesmo demarcados pelo poder constitucional, possuem expressão própria de territorialidade e outros limites geográficos não perceptíveis por outras culturas e povos” (MONKEN et al, 2008, p.7).

A estratégia de saúde indígena é responsável pelas ações sanitárias dirigi-

das para as populações das aldeias indígenas, que são territórios bem delimitados, e leva em consideração as dinâmicas (social, cultural, religioso) existentes em cada território (MONKEN et al, 2008).

A “territorialização da saúde” é o termo utilizado no Brasil, para definir o processo de criação de territórios para a atuação dos serviços de atenção primária à saúde – SUS (FARIA, 2013). Também pode ser compreendido como o processo de apropriação do espaço pelos serviços de atenção primária à saúde (UNGLERT, 1995).

2 Resultados alcançados

Foram analisados um total de 950 atendimentos, sendo 499 atendimentos (52,5%) antes da instituição do programa de pré-natal e 451 atendimentos (47,5%) após a instituição do programa de pré-natal.

Participaram do estudo as mulheres Maxakali residentes em 2 Polos base: Água Boa e Pradinho. Do Polo Água Boa foram avaliadas um total de 412 mulheres Maxakali (43,4%) e do Polo Pradinho foram avaliadas um total de 538 (56,6%). Além disso, no Polo Água Boa tivemos 43,7% de mulheres Maxakali avaliadas após a instituição do programa de pré-natal e no Polo Pradinho tivemos 50,4% de mulheres avaliadas após a instituição do programa de pré-natal.

Os resultados mostraram que não houve diferença entre o comportamento dos atendimentos na aldeia e no hospital para a maioria das categorias da CID-10. Deve ser ressaltado que em percentual, houve mais atendimentos referentes à categoria O20-O29 (outros transtornos maternos relacionados predominantemente com a gravidez) na aldeia nas duas fases do estudo e houve mais atendimentos referentes à categoria O60-O75 (complicações do trabalho de parto e do parto) no hospital nas duas fases do estudo.

Independente da fase do estudo, o parto foi o motivo do atendimento para a maioria dos atendimentos (antes 72,2% e depois 67,8%). Uma análise comparativa entre as fases mostrou uma mudança do comportamento dos atendimentos. Após a instituição do programa de pré-natal houve uma redução, em percentual, dos atendimentos referentes à categoria CID O10-O16 (edema, proteinúria e transtornos hipertensivos na gravidez, no parto e no puerpério) e O85-O92 (complicações relacionadas predominantemente com o puerpério). Esta redução dos indicadores de morbidade na gestação e no puerpério, estão relacionados com a melhora da assistência prestada a gestante e a puerpéra, através do pré-natal que foi instituído.

Em relação aos atendimentos referentes à categoria O80-O84 (parto) não foi observado diferenças significativas entre as duas fases do estudo, quando

comparado o local de atendimento para os partos das mulheres Maxakali. Na fase pré instituição do pré-natal, 41,9% dos partos da índia foram realizados na aldeia, e 30,5% dos partos foram realizados no hospital e 27,6% foram atendidas para realização do parto tanto na aldeia quanto no hospital. Já na fase pós instituição do pré-natal, 44,6% dos partos foram realizados na aldeia, e 35,7% dos partos foram realizados no hospital e 19,7% foram atendidas para realização do parto tanto na aldeia quanto no hospital. Após o início do programa observou-se um maior percentual desses atendimentos no hospital quando comparado com o percentual observado na aldeia. Esses dados mostram uma tendência a hospitalização do parto, após a instituição do programa de pré-natal na aldeia Maxakali.

Conclusões

O levantamento dos dados sobre os indicadores de morbimortalidade materna nas mulheres Maxakali, têm como objetivo evidenciar a importância da instituição do pré-natal para aquela população, como medida pública de promoção à saúde materna indígena. Isso pode ser comprovado através da redução dos índices de morbidade, após a instituição do pré-natal em 2009 nas aldeias da etnia Maxakali.

Principais referências bibliográficas

FARIA, Rivaldo Mauro de. A territorialização da atenção primária à saúde no sistema único de saúde e a construção de uma perspectiva de adequação dos serviços aos perfis do território. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde - <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia>. Hygeia 9 (16): 131 - 147, Jun/2013.

FERREIRA, Luciana Benevides; PORTILLO, Jorge Alberto Cordón; NASCIMENTO, Wanderson Flor. Rev. Tempus Actas Saúde Col. Fiocruz, 2003. A Criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena.

FERREIRA, Luciana Benevides. O Controle Social no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena: uma reflexão bioética [tese]. Brasília: Universidade de Brasília; 2012.

MONKEN, Maurício; PEITER, Paulo; BARCELLOS, Christovam; IÑIGUEZ ROJAS,

Luisa; NAVARRO, Marli B. M. de Albuquerque; GONDIM, Grácia Maria de Miranda; GRACIE, Renata. O território na saúde construindo referências para análises em saúde e ambiente. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008. p.23-41.

MONKEN, Maurício. Desenvolvimento de tecnologia educacional a partir de uma abordagem geográfica para a aprendizagem da territorialização em vigilância da saúde, Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

UNGLERT C. V. de S. Territorialização em Saúde. In: Distrito Sanitário. O processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde (E. V. Mendes, org.) São Paulo- Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1999.

Compliance ambiental e a ocorrência de crimes ambientais: estudo de caso em usinas sucroalcooleiras do noroeste paulista

GARCIA, Ricardo Alexandre Rodrigues

Mestrado em Direito pela Universidade de Franca, Doutorando pela Universidade de Araraquara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (UNIARA)
ricardogarciaadv@hotmail.com

Palavras-chave: Compliance. usinas sucroalcooleiras. crimes ambientais. noroeste paulista. meio ambiente.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo geral buscar uma relação entre o Compliance ambiental e a ocorrência de crimes ambientais em usinas sucroalcooleiras do noroeste paulista. Para tanto, será avaliada quantitativamente a eficiência do Compliance ambiental com relação a redução de crimes ambientais, bem como fazer uma análise crítica sobre a sua eficiência dessa certificação.

Primeiramente, será realizado um levantamento das usinas sucroalcooleiras do noroeste paulista que possuem a certificação Compliance e as não implantadas. Posteriormente, será realizado um levantamento no sistema da CETESB, dos crimes ambientais praticados pelas usinas sucroalcooleiras do noroeste paulista, no período de janeiro de 2016 até dezembro de 2020. A partir daí, será utilizada análise qualitativa e quantitativa para verificar a ocorrência de crimes ambientais nas usinas estudadas. Com tais informações pretende-se verificar se a certificação do Compliance ambiental pode ou não evitar a prática de crimes ambientais, e em consequência, trazer benefícios para as usinas sucroalcooleiras, e em especial para o meio ambiente.

1 Fundamentação teórica

No livro de GOMES, M.F.; OLIVEIRA, W.R. A efetivação do compliance ambiental diante da motivação das certificações brasileiras. Revista de Direito da Faculdade Guanambi v. 4, n. 1, janeiro-junho 2017. Disponível em: [dialnet.unirioja.es>descarga>articulo](http://dialnet.unirioja.es/>descarga>articulo). Acesso em: 16 maio 2020, temos que compliance

ambiental é definida como uma área que deve atuar dentro de uma empresa de formas variadas, seja para prevenir ou corrigir, além de uma permanência constante da conservação da imagem da empresa como “sustentável” e “ambiental” perante a sociedade, inclusive com a busca das certificações ISO 14001:2004, e instituição do Sistema de Gestão Ambiental – SGA.

E ainda, que o termo Compliance se origina do verbo to comply, em inglês, que tem como significado cumprir, executar, realizar o que proposto, agir de acordo e estar em conformidade. Portanto, entende-se que o compliance não pode ser conceituado como apenas um setor, departamento ou segmento, mas sim, a adoção de atitudes por empresas e indivíduos de um determinado segmento, que visa muito mais estar em compliance, tendo em vista que compliance é também um investimento na transparência de pessoas e empresas no cumprimento das leis, normas, códigos de ética, missões e objetivos.

Portanto a compliance ambiental está diretamente relacionado com tal segmento, cujo trabalho é feito em cooperação mútua com os órgãos reguladores da política ambiental e os setores de auditoria interna das empresas, buscando sempre que as mesmas estejam adequadas a legislação ambiental, para evitar multas e notificações ou qualquer medida compensatória e com atenuantes no caso de identificar infração ou crime ambiental.

2 Resultados alcançados

Primeiramente, foi realizado um levantamento das usinas sucroalcooleiras do noroeste paulista que possuem a certificação Compliance e as não implantadas.

Assim, verificamos 09 (nove) usinas que possuem o Compliance, e outras 19 (dezenove) usinas que não possuem.

Posteriormente, foi realizado um levantamento no sistema da CETESB, dos crimes ambientais praticados pelas usinas sucroalcooleiras do noroeste paulista, no período de janeiro de 2016 até dezembro de 2020.

A partir daí, foi utilizada análise qualitativa e quantitativa para verificar a ocorrência de crimes ambientais nas usinas estudadas.

Assim, as usinas que não implantaram o Compliance sofreram 38 (trinta e oito) multas, e 29 (vinte e nove) advertências, por crimes ambientais, ou seja, 67 (sessenta e sete) ocorrências.

Enquanto que, as usinas que implantaram o Compliance sofreram 11 (onze) multas, e 06 (seis) advertências, ou seja, 17 (dezessete) ocorrências.

Com tais informações pretendeu-se verificar se a certificação do Compliance ambiental pode ou não evitar a prática de crimes ambientais, e em

consequência, trazer benefícios para as usinas sucroalcooleiras, e em especial para o meio ambiente.

Conclusões

Podemos concluir com a pesquisa que 09 (nove) usinas que possuem o Compliance, e outras 19 (dezenove) usinas que não possuem. Sendo que foi realizado um levantamento no sistema da CETESB, dos crimes ambientais praticados pelas usinas sucroalcooleiras do noroeste paulista, no período de janeiro de 2016 até dezembro de 2020. Assim, a pesquisa revelou que as usinas que não implantaram o Compliance sofreram 38 (trinta e oito) multas, e 29 (vinte e nove) advertências, por crimes ambientais, ou seja, 67 (sessenta e sete) ocorrências, ou seja, 3,52 em média. Enquanto que, as usinas que implantaram o Compliance sofreram 11 (onze) multas, e 06 (seis) advertências, ou seja, 17 (dezessete) ocorrências, com isto, 1,22 ocorrências em média. Com tais informações podemos concluir que a certificação do Compliance ambiental pode evitar a prática de crimes ambientais, e em consequência, trazer benefícios para as usinas sucroalcooleiras, e em especial para o meio ambiente.

Principais referências bibliográficas

CARVALHO, A. C. et al. Manual de compliance. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

CUEVA, R. V. B.; FRAZÃO, A. Compliance: Perspectivas e desafios dos programas de conformidade. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

GOMES, M.F.; OLIVEIRA, W.R. A efetivação do compliance ambiental diante da motivação das certificações brasileiras. Revista de Direito da Faculdade Guanambi v. 4, n. 1, janeiro-junho 2017. Disponível em: dialnet.unirioja.es/descriptora/articulo. Acesso em: 16 maio 2020.

SILVA, H. M. Compliance ambiental aplicado às empresas. Santos: Heloize Mello, 2020.

SANTOS, C.; CAMARGO, C. A. Fundamentos do Compliance. Joinville: Clube de autores, 2019.

Comunicação e territorialidades: a identidade valadarenses segundo o telejornalismo local

MARTINS, Rafael Barbosa Fialho

Doutor e Mestre em Comunicação Social pela UFMG. Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa. Professor nos cursos de Jornalismo e Publicidade & Propaganda da Universidade Vale do Rio Doce (Univale) rafael.fialho@univale.br

Palavras-chave: Territorialidades. Comunicação. Telejornalismo. Identidade territorial.

Introdução

A presente proposta visa responder à pergunta: como o telejornalismo local (re)constrói a identidade territorial valadarenses? Partimos do território espacial para entender como discursos e práticas telejornalísticas “traduzem”, negociam e conformam uma certa identidade territorial relacionada a Governador Valadares (GV). Assim, nos localizamos numa perspectiva interdisciplinar que alia os estudos territoriais e comunicacionais, adotando uma perspectiva integradora de território.

Para observar os fenômenos descritos, fizemos um recorte de seis matérias exibidas no telejornal MG 1, da Inter TV dos Vales, veiculadas a cada dia 30 de janeiro dos anos de 2014 a 2021. A data foi escolhida por se tratar do aniversário da cidade, efeméride que, periodicamente, evoca matérias comemorativas sobre GV. A metodologia utilizada foi a análise de conteúdo, que nos possibilitou operacionalizar a reflexão por meio de categorias que emergiram do corpus empírico.

1 Fundamentação teórica

Enxergamos as territorialidades de maneira dinâmica, complexa, perpassadas por fatores diversos (econômicos, políticos, socioculturais etc.) na experiência dos sujeitos em territórios (geográficos ou não). Os territórios estão em constante mutação justamente porque são construídos coletivamente em

processos marcadamente relacionais; ou seja, que dependem da intersubjetividade e da interação entre indivíduos. Portanto, de saída, os processos de territorialização são propriamente comunicacionais – não apenas porque têm sido cada vez mais afetados pela aceleração dos fluxos informacionais globalizados, mas também porque ambos – a comunicação e as territorialidades – colocam em jogo relações entre pessoas, espaços e temporalidades. Um dos espaços privilegiados em que a comunicação acontece pública e cotidianamente é a mídia, especialmente a televisão, que ainda é o meio mais consumido pelos brasileiros, uma base importante para os processos de des/re/territorialização. Ou seja, mais do que meramente mostrar ou representar uma identidade territorial existente a priori, a televisão participa ativamente da dinâmica de construção das territorialidades, dentro e fora das telas.

No encontro interdisciplinar entre comunicação e territorialidades, a noção de identidade territorial aplicada ao contexto de GV ganha profundidade de análise quando feita à luz dos estudos de telejornalismo, que preconizam há muito o poder de engendramento de identidades a partir de discursos, imagens e narrativas construídas pelos telejornais – especialmente no telejornalismo local, como o caso do MG 1, que se propõe a abarcar os acontecimentos do leste mineiro.

Assim, o telejornalismo local se torna um espaço crucial nas territorialidades ao buscar uma relação de identificação com o público por meio da cobertura do cotidiano próximo, o que posiciona o noticiário local como um verdadeiro lugar de referência para o telespectador. Ao ver na TV as notícias sobre Valadares e região, a audiência é interpelada a se identificar, se sentir pertencente àquela identidade territorial exaltada nas reportagens.

2 Resultados alcançados

A análise de conteúdo das matérias foi estruturada em três categorias. A primeira delas, intitulada “Migração”, reúne os discursos sobre as práticas de migração tradicionais da cidade. Segundo o MG 1, o imigrante valadarense é um “cidadão do mundo”, um “herói” que leva a “alma brasileira” para todo o planeta. Esse imaginário é tão forte que a edição do aniversário de 80 anos de emancipação foi coapresentado direto da Praça do Emigrante, com entrevistas extensas com fontes relacionadas ao tema (uma pesquisadora e um artista).

Por mais transnacional que pareça, a identidade territorial construída pelo telejornal é fortemente ancorada em laços locais, o que nos fez identificar a categoria chamada “Mineiridade”. Nas reportagens, a identidade valadarense é intrinsecamente ligada a vários sentidos tidos como “próprios” de Minas Gerais

– estereótipos forjados e perpetuado ao longo dos anos por setores culturais, políticos, econômicos e midiáticos. Assim, nessa categoria estão reunidos imagens e discursos que indicam que ser valadarense é, antes de tudo, ser mineiro.

Essa premissa evoca sentidos recorrentes sobre a mineiridade, como a conjugação entre o arcaico e moderno. No caso de GV, o moderno teria sido trazido pelos americanos nos trilhos do trem, o que revela outra subcategoria, a da mineração, que está presente em imagens do trem da Vale e um discurso de conciliação de conflitos históricos; nada se discute sobre os problemas da exploração do meio ambiente. Esse tom de apaziguamento relaciona-se com a ideia do “jeitinho mineiro” acolhedor destacado nas matérias, que ressaltam o quanto os valadarense, como bons mineiros, são hospitaleiros. Outra subcategoria da mineiridade é a exaltação de belezas naturais, feita por meio do texto dos repórteres e das imagens, que repetidamente trazem o Pico da Ibituruna e o Rio Doce, sem nenhuma menção dos desastres causados pela mineração.

A última categoria é a denominada “Patrimônio material”, já que quase todas as reportagens focam em construções humanas históricas da cidade, como a Maria Fumaça, a antiga cadeia, a Cia Açucareira etc.

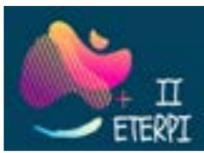
Conclusões

Concluimos que a identidade territorial em questão está intimamente ligada ao telejornalismo, que repete pautas, personagens e abordagens sobre a cidade. Chama atenção o apagamento de conflitos e discurso unificador, levantando questões para próximos estudos: afinal, quem fica de fora da festa promovida pelas reportagens-efeméride? Que identidades territoriais são excluídas pelos processos de territorialização (re)criados pela mídia? Os estudos territoriais mostram o quão complexos são os territórios, mas o objeto desta pesquisa parece não dar conta dessa diversidade (de recortes de gênero, classe, raça etc.). São essas contradições e problemas que nos motivam a novas pesquisas sobre o tema.

Principais referências bibliográficas

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. (orgs.) Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p.169-190.



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

OLIVEIRA, L. Telejornalismo e Identidade local: uma análise sobre o lugar do Jornal da Alterosa. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2007. Anais... Santos: INTERCOM, 2007.

REIS, R.; ZANETTI, D. Comunicação e territorialidades: em torno do poder e da cultura. In: _____. (orgs.). Comunicação e territorialidades. Vitória: Edufes, 2017.



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

Distorção idade-série na rede de ensino do sistema educacional brasileiro: revisão sistemática de literatura

FREITAS, Rusinéia

Graduação em Pedagogia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território
rusineia.freitas@univale.br

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de (coorientadora)

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola
(FAFILE), Mestre em Ciências de la Educación pelo Instituto Enrique José
Varona, Havana. Doutora em Educação pela (UFMG) e pós-
-doutoramento em educação na Universidade
Federal de Sergipe
maria.celeste@univale.br

Palavras-chave: Distorção; Idade; Série

Introdução

O tema proposto é a distorção idade-série, indicador do Ministério da Educação que “expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada” (INEP, 2019, p. 68). Esse indicador tem ao longo dos anos na educação brasileira se apresentado como um problema, e é questão a ser enfrentada nas metas do Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024 (BRASIL, 2014). O estudo se interessa por estudantes que vivem em situação de distorção idade-série, e foi realizado por meio de uma revisão sistemática de literatura acerca das distorções idade-série tomando como referência o portal de Periódicos da Capes, com o recorte temporal do que se produziu nos últimos dez anos sobre Distorção Idade-série. Foram utilizados os seguintes termos de busca e os respectivos operador: “Distorção” AND “Idade-Série”, o processo de inclusão e exclusão dos artigos se deu pelo uso de filtros, artigos em periódicos revisados por pares e publicados em Língua Portuguesa. Foram analisados 34 artigos sendo descartados 21 artigos por não serem pertinentes com a temática de estudo. Artigos em duplicidade foram inspecionados incluindo apenas um, e foram selecionados 8 artigos que atendiam aos critérios da busca. Como modo de análise consideramos fundamentais os artigos

que retratavam a perspectiva dos alunos dos ensinos fundamentais e médios, assim como a atuação no EJA e visão do corpo docente acerca das distorções idade-série.

1 Fundamentação teórica

O diálogo se abre a partir das contribuições da legislação que organiza a oferta de ensino no país – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394 (BRASIL, 1996), a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental e concluir a etapa aos 14. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no ensino médio. Essa é a trajetória escolar, feita sem interrupções. Quando, por algum motivo (repetência, abandona e retorno) essa trajetória é interrompida esse estudante passa a compor o indicador da distorção idade-série. O valor da distorção é calculado em anos e representa a defasagem entre a idade do aluno e a idade recomendada para a série que ele está cursando. O aluno é considerado em situação de distorção ou defasagem idade-série quando a diferença entre a idade do aluno e a idade prevista para a série é de dois anos ou mais (BRASIL, 2019).

A distorção idade série se relaciona a vulnerabilidade nos territórios e apresenta-se em políticas públicas específicas (SOUZA, 2016). Essa perspectiva considera que a sociedade marginalizada, situada em territórios vulneráveis, encontra baixos recursos financeiros para solução das dificuldades diárias, e dessa forma o território oferece altos índices de instabilidade socioeconômica, cultural e educacional tomando efeitos da exclusão da população desvalida das Políticas Públicas eficazes.

Nesse movimento de pensar o sujeito e suas complexidades, Soares et al., 2015, destaca que fatores como o nível socioeconômico do aluno é apontado como relevante nos estudos de distorção idade-série, porém outros estudos também apontam que a não aprendizagem na escola é uma das causas do fracasso escolar. Bernard Charlot (2000) problematiza o fracasso escolar, e aponta que é preciso entender o aluno e a sua situação. Desse modo, buscaremos aprofundar os nossos estudos na teoria da Relação com o Saber, proposta pelo autor e buscar ferramentas que possibilitam ampliar os olhares e refletir sobre as dificuldades escolares dos alunos, que por algum motivo não apresentam uma trajetória escolar linear, e se veem em situação de distorção série. Ao adotar a teoria da relação com o saber busca-se adotar ferramentas teóricas da relação com o saber para ampliar as análises sobre as dificuldades enfrentadas no âmbito escolar e “levar em consideração o sujeito na sua singularidade de sua história e atividades que ele realiza”. (CHARLOT, 2005, p.40) e como pro-

cesso singular – questões que estão no centro da problemática da relação com o saber. Adotar essa abordagem é buscar entender como cada indivíduo qualifica o que se denomina “saber”, e como se organiza, como ele conduz sua vida e especialmente à sua capacidade de lidar com suas experiências acadêmicas, mesmo em territórios vulneráveis.

2 Resultados alcançados

Nos artigos apresentados por Da Silva et al (2016), Cruz; Rocha (2018) destaca-se a falta da distribuição de renda atrelados a problemas econômicos e sociais, com isso a complexidade de erradicar a desigualdade e minimizar a vulnerabilidade espacial se torna um desafio. Em seus estudos quantitativos Silva et al (2016), Souza; Carneiro (2014), Santos; Gisi (2017) compreendendo o processo de ensino e aprendizagem como fator que justifique as distorções idade-série, dessa forma dados revelam alto índice de dicotomia entre o processo de ensino e aprendizagem, todavia há fatores instituídos que influenciam o progresso na rede de ensino baseando em metodologias de ensino pouco eficazes e escolas não atrativas constituindo um sistema de aprendizagem deficiente. Da Silva; Souza; Medeiros Neta (2015) consideram os sujeitos em distorção idade-série em geral com baixo rendimento acadêmico e nível socioeconômico baixo, corroborando com as perspectivas das vulnerabilidades que o território apresenta. Os autores apontam que os índices de distorções de idade-série se relacionam a inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho como forma de elevar a renda familiar per capita, levando ao aumento do número de crianças e adolescentes a deixarem as salas de aula.

Em uma perspectiva psicopedagógica justificam-se as distorções idade-série através dos distúrbios de aprendizagem enfrentados pelos discentes acarretadas por fatores individuais, sociais e/ou metodológicos que afetam o sistema de ensino. A conduta docente diante aos obstáculos em sala de aula destacam as possíveis potencialidades do déficit de aprendizagem. Neste contexto Flores (2017); Nascimento et al (2017) demonstram em suas obras a associação entre elevada taxa de distorção em espaço de vulnerabilidade econômica ao baixo rendimento escolar devido a problemas de aprendizagem e a deficiência na metodologia de ensino.

A análise do conjunto de artigos e as relações entre vulnerabilidade, território, aprendizagem sugere uma reflexão interdisciplinar a fim de compreender a situação de quem vivem a distorção idade série, contribuindo para políticas públicas no campo da educação.

Conclusões

A análise do conjunto de artigos se voltou para os aspectos da vulnerabilidade no território. Os estudos de Da Costa; Bartholo (2014) e Da Silva et al (2016) enfatizam o meio de vulnerabilidade que os alunos estão inseridos, evidenciando padrões socioeconômico como pressuposto para segregação escolar e distorção idade-série, dessa forma apresentam como modo de análise as implicações territoriais que incidem sobre o indivíduo.

É necessário evidenciar o movimento de ações interdisciplinares como processo da formação em educação, levando-se em consideração os princípios das Políticas Públicas que focaram em distorção idade-série. Destarte a distorção idade-série é pautada por um regime de vulnerabilidade sociocultural de evadir-se precocemente das redes de ensino. Percebe-se através da temática a necessidade de aprofundar os estudos acerca das distorções idade-série. Notam-se, na revisão a necessidade de maiores estudos e de aprofundamento nas relações estabelecidas por alunos em distorção idade série com a escola, com as aprendizagens no entrecruzamento com as vulnerabilidades do território.

Principais referências bibliográficas

CHARLOT, B. Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

HAESBAERT, R. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

SOUZA, M. C. R. F; Relação com o saber e tempo integral: questões políticas e pedagógicas. Revista Ensino Interdisciplinar, v. 2, n. 6, out. 2016, p. 36 – 52.

Dizibilidades e visibilidades contemporâneas sobre a escola

GOMES, Isabela

Mestra em Extensão Rural (UNIVASF) e Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (UNEB)
isabelaesteves@gmail.com

SANTOS JUNIOR, Reginaldo

Pós Doutor em Educação (Uminho/ Portugal), Doutor em Difusão do Conhecimento (UFBA) e Docente Colegiado de Geografia (UNIVASF)
reginaldo.pereira@univasf.edu.br

Palavras-chave: Escola. Educação. Território. Dizibilidades. Visibilidades.

Introdução

O tema escola, contemporaneamente, é amplamente debatido na área educacional, há notadamente aproximações e divergências entre eles, sobretudo quando se analisa a partir da noção crítica e afastam-se quaisquer noções puras atribuídas a esses termos. No exercício acadêmico de revisar/ problematizar os conceitos, este estudo se organiza, como um elemento discursivo colaborativo para pensar ou repensar a epistemologia da educação. Vale destacar que o objetivo do trabalho é compreender os sentidos atribuídos à escola, relacionados ao que se tem por educação enquanto noção "ontológica e histórica vocação dos homens – a do ser mais" (FREIRE, 1987, p. 27) e vinculada ao contexto social, político, cultural e econômico, o território.

Dizibilidades e visibilidades remotam as formas de dizer e olhar a escola, a referenciam como patrimônio, ou seja, como o resultado de relações estatais e comunitárias em torno da sua materialidade. Além do concreto que expõe práticas, ritos e ideologias, tem-se também as relações de poder, de controle e de direito.

1 Fundamentação teórica

O presente estudo se fundamenta na revisão bibliográfica das obras de

Michel Foucault (2014), Paulo Freire (1991) e Durval Muniz Albuquerque Júnior (2011) em articulação teórica para compreender os sentidos da escola enquanto patrimônio estatal e territorial, bem como sua associação à noção de educação.

Foucault especialmente em "Vigiar e Punir" (2014) caracteriza as práticas institucionalizadas, ou como o autor nomeia, as tecnologias políticas empregadas para o controle dos corpos, cuja função é a de torná-los "submissos e exercitados, corpos dóceis" (FOUCAULT, 2014, p. 135) para isso Foucault se atém à descrição minuciosa das ações dentro "da escola, do quartel, do hospital ou da oficina" (2014, p. 138) para enfim construir um quadro de referências. Segundo ele, tanto a escola, quanto o quartel ou a prisão, recorrem às estratégias semelhantes para extrair produtividade e submissão dos indivíduos. No caso da escola, "a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas de vida" (FOUCAULT, 2014, p. 138) produziu "um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica" (FOUCAULT, 2014, p. 138), ou seja, "fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar" (FOUCAULT, 2014, p.144), isto é, da perspectiva crítica foucaultiana as escolas funcionam como espaços ordenados pelo poder estatal para docilizar os indivíduos.

Ainda sob perspectiva crítica, a pedagogia freireana propõe a necessidade da reconfiguração da escola, em defesa da importância da sua existência sob outras diretrizes e assume como referência a "escola pública popular" (FREIRE, 1991, p. 42), o importante teórico brasileiro aponta na direção de "uma escola pública realmente competente, que respeite a forma de estar sendo de seus alunos e alunas" (FREIRE, 1991, p. 42), "que vá virando o espaço em que a criança popular ou não, tenha condições de aprender e de criar, de arriscar-se, de perguntar e de crescer" (FREIRE, 1991, p.42), ou seja, Freire, ao mesmo tempo, propõe um modelo escolar e alerta para a existência de uma concepção anti-popular, anti-democrática em funcionamento que atende a uma demanda da população e a um viés político. Apesar do parecer indicar um julgamento negativo, Freire assevera que a educação sempre terá uma conotação política, "a questão a saber é a favor de quem e de quem, contra quem e contra quem se faz a política de que a educação jamais prescinde" (1991, p. 44 - 45), pois, a natureza política "tem a ver com: que conteúdos ensinar, a quem, a favor de quem, de quem, contra quem, como ensinar" (1991, p. 45), além disso, "tem a ver com quem decide sobre que conteúdos ensinar, que participação têm os estudantes, os pais, os professores, os movimentos sociais" (1991, p.45). O que o pensamento freireano sugere é perceber o direcionamento.

Nesse sentido, a partir da análise crítica, a escola enquanto patrimônio é capaz de "construir uma dada forma de ver e de dizer [...] ordenar uma visi-

bilidade e dizibilidade que se tornassem códigos fixos de leitura" (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 80 - 81), ou seja, demarcam sua atuação, impondo ao território a visão de poder que a engendra como mecanismo material e discursivo. O dilema está em sendo produto cultural, a denominação conceitual é necessária, pois é parte do acervo linguístico humano, para se conhecer algo, há que nomeá-lo, ao mesmo tempo em que ao identificar, determina o que "vai se operar nestes discursos com um arquivo de clichês e estereótipos de decodificação fácil e imediata, de preconceitos populares ou aristocráticos, além de conhecimentos produzidos" (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 90). Então, Albuquerque Junior assegura a relevância da atitude crítica de analisar os ditos e vistos sociais, pois revelam discursos materializados que entregam a história, o poder e as relações dentro do território.

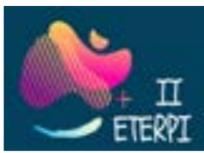
2 Resultados alcançados

Discutir a escola como patrimônio, trata-se do exercício de percebê-la como materialização do discurso, refere-se a desvendar suas influências e seus impactos no território e para além dele. Nesta investigação, expõe-se dois lados em relação dialética, pois são antagônicos os interesses e tanto para um quanto para outro há uma demanda pelo patrimônio escolar, não há como afastar-se dele, negá-lo ou extingui-lo. De um lado está o Estado, o poder constituído democraticamente, sua operação administrativa que legisla, controla e avalia a atuação escolar sobre o quê se ensina, delimita quem aprende e para quê se aprende, sua visão é meramente funcionalista.

Do outro lado, a comunidade historicamente inserida num contexto, ou melhor, no território, lugar onde o patrimônio escolar se instala, algumas por imposições do Estado e outras muitas pela luta dos movimentos sociais na conquista deste espaço que significa o direito garantido ao acesso a conhecimentos que amplia seu repertório cognitivo e sobretudo, como oportunidade de inclusão, ascensão ou mesmo atuação social. Aqui, recai o maior de todos os impasses, a necessidade/ importância/ vontade da participação popular na realidade escolar e a ausência de respeito/ presença dos saberes da população e sua história.

Conclusões

É fato que o trabalho epistemológico proposto se configura como uma árdua tarefa, longe de chegar a conclusões definitivas, o exercício proposto



aqui é perceber que ao adentrar na discussão acerca da presença de escolas em territórios, este movimento carrega consigo o poder e o direito conjugados, articulados, emaranhados de tal forma que complexifica o esforço científico de conceituação, de delimitação da discussão e de consenso.

Principais referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. A invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2011.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1991.





Educação Interprofissional e território: uma revisão integrativa de literatura

ABELHA, Fabrícia

Graduação em Pedagogia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território
fabricia.abelha@univale.br

SILVA, Leonardo Oliveira Leão (Orientador)

Graduação em Enfermagem. Mestre em Gestão Integrada do Território e Doutor em Saúde Coletiva
leonardo.silva@univale.br

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de (coorientadora)

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola (FAFILE), Mestre em Ciências de la Educación pelo Instituto Enrique José Varona, Havana. Doutora em Educação pela (UFMG) e pós-doutoramento em educação na Universidade Federal de Sergipe
maria.celeste@univale.br

Palavras-chaves: Educação Interprofissional. Ensino Superior. Saúde

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar a temática da educação interprofissional (EIP) na área da saúde, no ensino superior. A EIP se articula aos debates no campo da saúde, através da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), que compreende em seu texto o conceito ampliado de saúde e os princípios do SUS de integralidade e universalização. Utilizamos a revisão bibliográfica integrativa como metodologia para mapear o que se tem produzido sobre a temática, a partir das plataformas Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o portal Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Pretende-se ao final deste, realizar análise das produções acadêmicas sobre a temática na área da saúde, no ensino superior, e observar as potencialidades e dificuldades para efetiva

implantação da educação interprofissional. Nesse contexto, destaca-se a relevância em se promover a interprofissionalidade na formação dos discentes, de forma a desenvolver habilidades e competências para as práticas colaborativas, além de se ancorar em estudiosos que discutem o território e sua relação com a saúde.

1 Fundamentação teórica

O diálogo se abre a partir das contribuições da Política Nacional de Promoção da Saúde (2014), que aborda em seu texto a integralização e a universalização na promoção da saúde, que passa a ser uma estratégia para produção de saúde, individual e coletiva, respeitando as especificidades e potencialidades dos tratamentos terapêuticos. Adota-se ainda os princípios de equidade, participação social, autonomia, empoderamento, intersetorialidade, sustentabilidade, integralidade e a territorialidade. Esse debate sob a perspectiva da integralização e universalização exposta na Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), se apresenta no campo da educação, através das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Com o objetivo de direcionar os projetos pedagógicos na organização curricular, no desenvolvimento e na avaliação dos cursos, tem o desafio da constituição de um currículo flexível, com aproximação entre o projeto pedagógico de formação, a realidade social e as necessidades de saúde da população, pautadas no SUS. Para esse diálogo, Morin (1986, 2000, 2008) nos provoca a desconstrução das separações entre sujeito/objeto, portanto, também, entre sujeito e saúde. Pode-se depreender que a pessoa humana, comporta também complexidades, sendo um entrelaçamento entre os aspectos biológico, psíquico, social, afetivo e racional. Nesse movimento de pensar o sujeito e suas complexidades, identificada também pelos documentos legais, situamos a educação interprofissional. Um dos autores referência nesse debate é Scott Reeves (2016), que mobiliza reflexões sobre a necessidade de se pensar a reorientação da formação profissional em saúde, sob a perspectiva da interprofissionalidade. O conceito de território abordado na matriz epistemológica da Geografia humanista é pontuado através da apropriação do conceito e suas múltiplas abordagens. O território e a territorialização em saúde serão discutidos a partir dos estudos de Claval (2002), Gondim, Monken e Barcellos (2008). Esses autores foram selecionados por abordarem o conceito de território como espaço de poder, bem como as relações sociais, sendo um movimento de encontro de diversos conjuntos e elementos, que em interação, contribuem para a criação de identidade e pertencimento. Além das concepções trazidas por estes autores, pontuamos a concepção de multiterritorialidade de Haes-

baert (2007). A articulação entre a complexidade abordada por Morin, as perspectivas da educação interprofissional e a Antropologia em torno das unidades de Estratégia da Saúde da Família são desenvolvidos a partir do contexto e das territorialidades em que estão inseridas. Os sujeitos que compõem o território, estão envoltos nos aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos. Desse modo, é preciso que os profissionais da área da saúde conheçam as realidades das famílias atendidas, as relações que são estabelecidas em torno de suas vivências, para assim, agir de forma assertiva na resolutividade dos agravos da população.

2 Resultados esperados

Para além das mudanças no fortalecimento da integração entre os pilares da educação interprofissional, estão a transformação na forma de ensinar e aprender, que possibilita uma reflexão e um diálogo nos atendimentos na atenção primária. Em vista disso, oportuniza práticas colaborativas, integrativas, para viabilizar melhor resolutividade dos agravos de saúde da população. As unidades de saúde são locais de aprendizagem, não somente por ser um espaço físico para a realização de novas práticas metodológicas, mas ambientes onde é preciso considerar os sujeitos pertencentes àquele território. Nesse sentido, Claval (2002) aponta que “o objetivo da abordagem cultural é entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas” (p. 20). Importante na integração ensino-serviço-saúde, realizar análise do território na perspectiva de Claval: a realidade social, referindo-se às territorialidades e a dimensão simbólica da representação daquele espaço. Nessa mesma discussão, Pereira e Barcellos (2006), percebem a territorialização com um dos pressupostos básicos do trabalho nas unidades de saúde. Esse movimento de territorialização adquire três sentidos diferentes e complementares para os autores: delimitação da área; reconhecimento do ambiente, população e dinâmica social e de relações sociais existentes. A partir do pressuposto das relações de territorialidade, a educação interprofissional contribui na integração curricular e de forma significativa, nas práticas colaborativas nos locais de aprendizagem e no âmbito da sala de aula. As relações de territorialidades se estabelecem face às atividades cotidianas dos sujeitos, ligada ao lugar de vivência, refletindo os aspectos políticos, culturais, sociais e econômicos. No contexto dos locais de aprendizagem dos estudantes da educação interprofissional, Gondim, Monken e Barcellos (2008) debate a noção de território e saúde, a necessidade de se delimitar, na perspectiva de se implantar “novas práticas em saúde capazes de

responder com resolutividade — equidade e integralidade de ações — às necessidades e aos problemas de saúde de cada área delimitada”. Sendo assim, a temática abre também ao debate para as questões de territorialidade apontadas por Haesbaert, como espaço de relações econômicas, culturais e sociais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (HAESBAERT, 2007, p. 22). Observado também nos artigos a pouca familiaridade dos docentes e preceptores com a interdisciplinaridade. É necessário apreender e compreender o termo para se discutir e praticar a interprofissionalidade. O modelo pedagógico tradicional, fragmentado, hiperespecializado, biomédico, ainda permanece nos currículos dos cursos da área da saúde. Destarte, transformar conceitos e práticas da fragmentação, difundidas até hoje, em ações e atividades que possibilitam o trabalho em equipe e de forma colaborativa, para um cuidado integral. O trabalho interdisciplinar dentro de uma equipe interprofissional possui ênfase na promoção e prevenção, pois, é necessário a integração das diferentes categorias de profissionais para o cuidado, apresentando-se como um desafio para o ensino superior.

Conclusão

É imperioso o esforço por parte da academia, a fomentar o diálogo entre os cursos de graduação da área da saúde, com o objetivo de se efetivar o processo da educação interprofissional. É necessário evidenciar o movimento de ações interdisciplinares como processo da formação em saúde, levando-se em consideração os princípios da Política Nacional de Promoção da Saúde, do Sistema Único de Saúde e da Constituição Federal, de integralização e universalização. Nesse sentido, ao se buscar a reorientação na formação em saúde nos cursos de graduação, é preciso discutir sobre o território e as suas abordagens, na integralização entre ensino-serviço-saúde. A experiência da articulação entre ensino-serviço-saúde para os acadêmicos, amplia o conhecimento sobre a área da saúde e direciona para a educação interprofissional. Para além das mudanças no fortalecimento da integração entre os pilares da educação interprofissional, estão a mudança na forma de ensinar e aprender, possibilitando uma reflexão e um diálogo nos atendimentos na atenção primária.

Principais referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.446, de 11 de Novembro de 2014.

Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). Brasília, DF. 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html. Acessado em: 05/12/2020.

CLAVAL, P. A volta do cultural na geografia. In: Revista Mercator Geografia. UFC, ano 01, número 01, p. 19-28, 2002.

HAESBAERT, R. Território E Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia - Ano IX - n. 17 - 2007. p. 19-46.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF. UNESCO, 2000.

REEVES, S. Porque precisamos da educação interprofissional para um cuidado efetivo e seguro. Interface (Botucatu). 2016.

PEREIRA, M P B; BARCELLOS, C. O Território no Programa de Saúde da Família. HYGIEIA, Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. 2006. p. 47-55

GONDIM, GMM et al. O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização. In: Miranda, Ary Carvalho de; Barcellos, Christovam; Moreira, Josino Costa; Monken, Mauricio. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2008. p. 237-255.



Educação, território e gênero: reflexões interdisciplinares no contexto da pandemia da covid-19

TEIXEIRA, Karine K. Rangel

Graduação em Pedagogia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (UNIVALE)
karine.teixeira@univale.br

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de (coorientadora)

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola (FAFILE), Mestre em Ciências de la Educación pelo Instituto Enrique José Varona, Havana. Doutora em Educação pela (UFMG) e pós-doutoramento em educação na Universidade Federal de Sergipe
maria.celeste@univale.br

NETTO, Cristiane Mendes (Co-orientadora)

Graduação em Informática, Doutora em Gestão e Organização do Conhecimento, docente da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE
cristiane.netto@univale.br

Palavras-chave: Educação. Território. Gênero. COVID-19.

Introdução

Nos dias atuais, vivenciamos um momento histórico de âmbito mundial em decorrência do Coronavírus - COVID-19, declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde – OMS em 11 de março de 2020, e desde então vem trazendo inúmeras consequências no Brasil e no mundo, impactando os mais diversos setores como o econômico, social, político e cultural.

O que acompanhamos, neste cenário, é a criação de novas configurações espaciais, em função do distanciamento social para que a pandemia não se alastre, como afirma Santos (2020, p. 29): “a pandemia e a quarentena estão a revelar que são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando tal é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum”. Ao longo do período pandêmico, o Ministério da Educação (MEC), autorizou em caráter excepcional a substituição das aulas presenciais por aulas

em meios digitais e, atualmente encontra-se em vigor a Portaria do Ministério da Educação Nº 544, de 16 de junho de 2020, que “dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19”. Essa nova configuração espacial que alcança a educação é objeto de atenção de uma pesquisa, em fase inicial, que se interessa por compreender as relações de gênero e educação, na transitividade do ensino presencial para o ensino remoto. A discussão aqui proposta toma como referência pesquisa bibliográfica, em um levantamento sistemático da literatura com busca no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e de autores no campo da educação, de território e da educação.

As reflexões construídas exploram as possibilidades dialógicas e interdisciplinares entre os campos da Educação, Tecnologias da Informação e Comunicação, Estudos de Gênero e da Geografia Humana.

1 Fundamentação teórica

A pandemia causada pelo novo Coronavírus – COVID-19 impactou de forma significativa a educação devido a necessidade de distanciamento social e, portanto, dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Configurou-se então, uma nova abordagem espacial mediada pelas tecnologias de informação e comunicação- TIC's, denominado pela legislação de ensino remoto ou ensino por meios digitais. “A etimologia do termo pandemia diz isso mesmo: todo o povo. A tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos. É uma estranha comunhão de destinos.” (SANTOS, 2020, p. 7). Necessário fazermos, portanto, uma reflexão acerca da interação entre os indivíduos na instituição escolar. Considerando a importância do espaço territorial denominado escola, Bernard Charlot (1996) na proposição teórica da relação com o saber, afirma que “a relação com a escola não é apenas relação com uma instituição abstrata, mas também relação com um estabelecimento, uma classe, professores... que objetivam transmitir saber aos alunos” (CHARLOT, 1996, p. 49). Nessa perspectiva, os atores da educação como docentes, estudantes e gestores utilizam recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação, além de outros meios não convencionais de práticas pedagógicas diversas na tentativa de minimizar os impactos causados pela pandemia devido o distanciamento corporal. Nesse contexto, o ciberespaço surge como um novo território, como propõem Almeida, Netto e Souza (2019, p. 78): “acionamos espaços-tempos outros que não são opostos à materialidade, mas que

se complementam, se hibridizam, se encaixam e operam por justaposições, criando uma rede, uma teia complexa de relações mediada pelas tecnologias”. A mobilidade trazida pelo ciberespaço, a justaposição de tempos e relações, provocam-nos a refletir sobre os processos territoriais vivenciados pelos sujeitos e que se encontram implicados no deslocamento do ensino presencial, para o ensino remoto em tempos de pandemia:

tanto na desterritorialização como anulação das distâncias, quanto na desterritorialização como desmaterialização das relações sociais (ou como perda de referenciais concretos) a ênfase é dada a um fato fundamental dos nossos dias: a mobilidade crescente que rompe com a fixidez que tradicionalmente era uma das marcas da territorialidade. (HAESBAERT, 2003, p. 17)

Sendo assim, as aulas remotas, por meio de acesso digital, proporcionaram novas territorialidades docentes, discentes além da interação dos sujeitos com as tecnologias acessando o ciberespaço, construindo, se apropriando e dando sentido a novos territórios, novas territorialidades ou (ciber)territorialidades (ALMEIDA, SOUZA, NETO, 2019). Portanto, a pandemia trouxe novos rumos para a história da humanidade e conceitos de território e territorialidade nos ajudam a pensar o momento em que estamos vivendo. Souza; Meireles e Bicalho (2015, p.79) ao analisar relações entre território e educação afirmam que a discussão das espacialidades “fundamentais para a construção de identidades, uma vez que são dotados de tradições, sentimentos, emoções, significados e culturas que se configuram na subjetividade do sujeito em sociedade”. O campo da educação é constituído em sua maioria por mulheres, o que nos conduz, neste estudo, ao recorte de gênero. Esse recorte é provocador de reflexões sobre a nova reconfiguração socioespacial do ensino remoto cujo acesso passa a ser feito por meio de tecnologia digitais, de algum modo relacionado ao domicílio, portanto, em meio às demandas domésticas e familiares, que historicamente se coloca como desigual para mulheres e homens, como denuncia o campo dos estudos feministas (SOUZA, FONSECA, 2013). Souza e Fonseca (2018) fundamentando se em autores do campo da Geografia, como Rogério Haesbaert e em autores do campo dos estudos de gênero, argumentam sobre a necessidade de estudos no campo da educação que considerem os territórios da casa, do trabalho, e como os pertencimentos territoriais podem se relacionar às desigualdades de gênero historicamente constituídas alcançando as práticas escolares.

2 Resultados alcançados

Na busca de artigos no Portal Capes, foram identificados no total cento e

trinta artigos, dentre os quais, selecionamos quinze artigos para esse trabalho de análise sistemática e descartamos o total de 115 por não contemplarem os objetivos propostos para o estudo. Após, foi feito download dos quinze artigos selecionados, leitura dos resumos e observado os objetivos dos trabalhos, além de criação de um portfólio contendo os fichamentos realizados dos respectivos trabalhos selecionados. Com base no referencial teórico adotado, buscamos verificar nos artigos elementos que permitem refletir sobre a transitividade e que se ligam a território: acesso a tecnologias, vulnerabilidades e relações no ciberespaço; referências a gênero. A análise do conjunto de trabalhos selecionados percebe-se a preocupação dos estudiosos quanto às condições que inúmeros brasileiros em situações de vulnerabilidades estão vivenciando, com dificuldade de acesso à tecnologia, portanto ao ensino remoto. Foram identificados também em alguns trabalhos o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem com a utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) durante a pandemia da COVID-19 que originou uma nova configuração espacial e com isso uma nova denominação para identificar a prática, chamada de ensino remoto emergencial. Desse modo, conforme apresentado em um artigo, grande parte dos docentes e estudantes tiveram que deixar o seu universo educacional familiar, com uma transposição para meios digitais, sem tempo para uma preparação e capacitação adequada para isso. Novos formatos pedagógicos tiveram que ser pensados e testados, por meio de erros e acertos, promovendo avanços e apresentando desafios quanto ao domínio tecnológico, pedagógico, da comunicação, da autonomia dos estudantes, dentre outros. Não foram identificados estudos que discutem exclusivamente as questões de gênero vivenciados no momento de pandemia, ou outros que nos permitam uma análise mais aprofundada sobre as condições do acesso, e as diferenças territoriais e de gênero e suas repercussões no processo educativo.

Conclusões

Concluimos que, a temática aqui apresentada abre o debate do território, abarca aspectos educacionais, culturais, sociais além de abrir caminhos para além do descrito ao longo do texto, discussões como acesso, desigualdade, gênero e de saúde envolvidas, portanto, em uma abrangência interdisciplinar. Diante o exposto, ampliaremos os estudos e nos repertórios teóricos, para a elaboração do desenho teórico e metodológico da pesquisa. Além disso, a abordagem interdisciplinar pretendida, contribuirá para a análise das relações e interações sociais nos territórios da casa e do ciberespaço, via ensino remoto, na perspectiva de gênero mediante a situação de pandemia da Covid-19 que

infelizmente, ainda vivenciamos.

Principais referências bibliográficas

CHARLOT, Bernard. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. *Cadernos de pesquisa*, n. 97, p. 47-63, 1996.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 29: 11-24, jan., 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A cruel Pedagogia do Vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SOUZA, M. C. R. F. de.; FONSECA, M. da C. F. R. Cenas de uma aula de matemática: território e relações de gênero na EJA. *Pro-Posições*, Campinas, SP, v. 29, n. 3, p. 138-163, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8656407>. Acesso em: 2 dez. 2020.

Estações chuvosas de Governador Valadares e desastres naturais: uma análise de 1990 a 2020

CUNHA, Daniela Martins

Doutora em Geografia, Professora do Instituto Federal de Minas Gerais, campus Governador Valadares – IFMG/GV
daniela.cunha@ifmg.edu.br

Palavras-chave: Índice de Anomalia de Chuvas. Seca. Enchente.

Introdução

Governador Valadares possui duas estações bem definidas, uma estação seca – de abril a setembro e uma estação chuvosa – de outubro a março. As estações chuvosas concentram, em média, cerca de 85% das chuvas que ocorrem em todo o ano no município. Assim, a variabilidade das chuvas durante a estação chuvosa impacta consideravelmente as populações urbana e rural, as quais podem sofrer com as secas decorrentes da baixa precipitação; ou com as enchentes resultantes de altos volumes de chuva, especialmente os que ocorrem de forma mais concentrada.

O trabalho tem como objetivo identificar as estações chuvosas úmidas e as estações chuvosas secas conforme o Índice de anomalias de chuva – IAC no período de 1990 a 2020 e os principais desastres naturais associados a essas variabilidades. Foram utilizados dados de precipitação mensal obtidos junto ao Instituto Nacional de Meteorologia – Inmet, os quais posteriormente foram agrupados por estação chuvosa. Fez-se a escolha pelo período de 1990 a 2020 devido a maior homogeneidade dos dados. Falhas ainda encontradas foram preenchidas com dados não falhados de Posto Pluviométrico da ANA por meio das análises de correlação e regressão linear. Após a homogeneização da planilha de dados calculou-se as anomalias por estação chuvosa, sendo utilizado o IAC - do inglês Rainfall Anomaly Index (RAI). Para a realização da associação das estações chuvosas úmidas e secas com os desastres naturais foram realizadas pesquisas sobre a ocorrência de secas e inundações no município em noticiários encontrados na internet e no Sistema Integrado de Informação sobre Desastres – S2ID.

1 Fundamentação teórica

Cunha (2020) identificou que Governador Valadares é um dos municípios da Bacia Hidrográfica do rio Doce que registrou, conforme as Normas Climatológicas do Inmet de 1961 a 1990 e de 1981 a 2010, bem como de acordo com os dados pluviométricos do Inmet de 1991 a 2017, as menores precipitações da bacia. Além da variabilidade espacial a autora apresentou também a variabilidade temporal, na qual constata que o regime pluvial da bacia, e aqui insere-se Governador Valadares, possui uma concentração das chuvas nos meses de outubro a março, sendo que, a concentração média das chuvas, em maiores volumes, ocorre nos meses de novembro, dezembro e janeiro, excetuando-se alguns anos e/ou estações chuvosas específicas.

De acordo com a Organização Mundial Meteorológica – OMM, a variabilidade climática é medida por desvios, os quais podem ser denominados de anomalias (WMO, 2017). O IAC é um dos índices utilizados para o cálculo das anomalias de precipitação positivas e negativas desenvolvido por Rooy (1965), sendo necessário apenas os dados de precipitação (FERNANDES et al., 2009).

2 Resultados alcançados

Os dados de precipitação de 30 estações chuvosas ocorridas de 1990 a 2020 foram considerados no estudo, sendo a primeira estação chuvosa - outubro de 1990 a janeiro de 1991 e a última estação chuvosa - outubro de 2019 a janeiro de 2020. A média aritmética de chuva por estação chuvosa registrada no período foi de 830,1 mm. Os maiores volumes de chuva ocorreram em 1996/1997 – 1.132 mm; em 2019/2020 – 1.093 mm e em 1991/1992 – 1041 mm; e os menores volumes de chuva ocorreram em 2014/2015 – 358 mm; em 2018/2019 – 542 mm e em 2000/2001 – 591 mm.

Conforme o cálculo do IAC, 15 estações chuvosas podem ser denominadas de estações chuvosas úmidas, saber: umidade baixa – 2013/2014, 1993/1994, 2006/2007, 2004/2005, 2001/2002, 2008/2009, 1997/1998; umidade moderada – 1999/2000, 1990/1991, 1995/1996, 2010/2011; umidade alta – 2017/2018, 1991/1992, e extremamente úmida – 2019/2020, 1996/1997. Ainda de acordo com o IAC, onze estações chuvosas do período podem ser denominadas de estações chuvosas secas, sendo elas: seca suave – 2005/2006, 2015/2016, 2016/2017, 1992/1993, 2007/2008; seca moderada – 2002/2003, 1998/1999, 1994/1995; seca alta – 2000/2001, e extremamente seca – 2018/2019, 2014/2015. As demais estações chuvosas (quatro) rece-

beram classificação normal, ou seja, foram estações chuvosas habituais, pois ocorreram volumes de precipitação próximos a média do período. Observa-se que a quantidade de estações chuvosas úmidas do período estudado é superior a quantidade de estações chuvosas secas.

Estações chuvosas secas no município tendem a agravar ainda mais os efeitos do déficit de chuvas vivenciado durante o período das estações secas (abril a setembro). Na estação chuvosa de 2014/2015 – extremamente seca, por exemplo, observou-se em todo o município, especialmente no início do ano 2015, medidas de racionamento de água, sendo que, no final de 2014 o fornecimento de água já ocorria apenas a noite. A insegurança hídrica do município se estendeu gravemente durante a estação chuvosa de 2015/2016 que, mesmo tendo sido classificada como um período de seca suave, sofreu com as consequências da seca anterior que se estenderam para esse período e com os terríveis danos do crime ambiental de Mariana.

Por outro lado, quando se fala em desastres naturais ocorridos durante a estação chuvosa logo se pensa nos impactos das enchentes no município, uma vez que considerável parcela da população reside em planícies de inundação, principalmente as do Rio Doce. Tal desastre foi recentemente vivenciado na estação chuvosa úmida de 2019/2020 – extremamente úmida. Contudo, destaca-se ainda que, conforme dados obtidos no Sistema Integrado de Informação sobre Desastres, eventos de enchentes foram registrados em estações chuvosas que neste trabalho foram classificadas como seca moderada, seca suave, umidade baixa, umidade moderada e extremamente úmida. Esse fato ocorre porque as enchentes no município podem: 1- se associar à ocorrência de grandes volumes de chuva nas cabeceiras do Rio Doce (as quais aumentam o nível do rio) à pequenos volumes de chuvas locais, ou 2- associar as chuvas na cabeceira com evento extremo local, ou seja, grande volume de chuva concentrado em um curto período de tempo e que não irá influenciar no somatório de chuva da estação chuvosa. Assim, por estas características, independente da classificação da estação chuvosa, se úmida ou seca, o município fica propenso a ocorrência das enchentes.

Conclusões

O acompanhamento dos dados de precipitação e o maior entendimento da variabilidade das chuvas no município, especialmente durante a estação chuvosa, é de fundamental importância para a gestão dos recursos hídricos em períodos de seca/escassez de chuvas em Governador Valadares, tal como, para a prevenção e mitigação dos impactos dos eventos extremos resultantes



das chuvas concentradas e principalmente relacionadas aos períodos de maior umidade/excesso de chuvas.

Principais referências bibliográficas

CUNHA, Daniela Martins. Bacia hidrográfica do Rio Doce – MG/ES: Variabilidade das chuvas. Curitiba: CRV, 2020.

FERNANDES, Diego Simões et al. Índices para a quantificação da seca. Embrapa Arroz e Feijão. Santo Antônio de Goiás, ed. 21, Dez. 2009.

WORLD METEOROLOGICAL ORGANIZATION. Frequently Asked Questions (FAQ). Geneva, Switzerland: WMO, 2017. Disponível em: http://www.wmo.int/pages/prog/wcp/ccl/faq/faq_doc_en.html. Acesso em: 10 jan. de 2021.



Formação histórica do território onde está situada a Rádio Educa- dora Rio Doce de Governador Valadares-MG

ALVES, Denise Rodrigues

Graduada em Jornalismo e Mestranda em Gestão Integra-
da do Território da Universidade Vale do Rio Doce
denise.alves@univale.br

GENOVEZ, Patrícia Falco

Graduada em História (UFJF), Mestrado e Doutorado em História Contempo-
rânea (Política e Cultura), Pós-doutorado em Teoria e Metodologia da His-
tória (UFMG), Docente do Programa de Pós-Graduação Gestão Integra-
da do Território, professora Titular da Universidade Vale do Rio Doce.
e-mail: patricia.genovez@univale.br

Palavras-chave: Formação histórica do território. Rádio. Governador Valada-
res. Geografia da Comunicação.

Introdução

O estudo busca compreender como se deu a articulação para a forma-
ção histórica-territorial dos veículos de comunicação de Governador Valadares,
tendo como recorte a primeira emissora de radiodifusão do município, a Rádio
Educativa Rio Doce, que foi inaugurada no dia 07 de setembro de 1950 e está
no ar ininterruptamente, hoje funciona com o nome fantasia de Transamérica.
Técnicamente, iniciou o funcionamento com o sistema de amplitude modulada
(AM) e atualmente opera com frequência modulada (FM). A pesquisa sobre a
formação histórica da imprensa do município demonstra-se com relevância so-
cial e acadêmica, já que existe uma lacuna a ser preenchida com a investigação
deste segmento, além da interdisciplinaridade entre a Geografia e a Comunica-
ção que também é investigada.

A pesquisa está sendo desenvolvida para confecção de dissertação do
Mestrado do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada
do Território (GIT) da Universidade Vale do Rio Doce (Univale), tendo como
linha de pesquisa "Território, Migrações e Cultura", abrangendo também como
campo estruturante, a "Formação Histórica do Território" e o campo transversal
a "Cultura e Sociedade".

1 Fundamentação teórica

Para fundamentar teoricamente a pesquisa, recorreu-se à produção científica de Paul Claval, Denis Cosgrove e Marcos Aurélio Saquet para formular os conceitos ligados à Geografia e à Sônia Virgínia Moreira para tratar temas que articulam a interdisciplinaridade entre Geografia e Comunicação.

A perspectiva que se busca na referida pesquisa é da geografia humanista cultural. Cosgrove (2004) propõe maneiras de como tratar a geografia como uma ciência social, investigando os domínios da atividade humana em termos espaciais e suas expressões ambientais por meio da análise de três termos: paisagem, cultura e simbolismo. Assim, de acordo com Cosgrove (2004, p.98) se dá a "interpretação do simbolismo das paisagens culturais". O autor explica que a cultura é sempre capaz, ainda que potencialmente, de provocar uma reflexão de modo consicente. Também a cultura poderia ser trazida ao nível da comunicação, "assim, a cultura é ao mesmo tempo determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas".

Assim, entendemos o território onde os veículos de comunicação estão instalados como espaços geográficos em uso pelos seres humanos. Os meios de comunicação contribuem para a disseminação das informações e devem ser atentamente considerados como replicadores do comportamento dos indivíduos. Claval conceituou 'cultura' de modo significativo e destacou sua relevância nos aprendizados (2003, p.158): "todas as realidades geográficas são apreendidas por meio de palavras e imagens. As relações entre os seres humanos e a natureza, ou as relações que os seres humanos tecem entre eles nunca são diretas. Elas sempre se apoiam em uma mediação cultural". Indicou, ainda, que a cultura se faz presente por um conjunto de práticas, comportamentos, técnicas, conhecimentos, normas, valores que são repassados de pai para filho, entre amigos e conhecidos e cada um desenvolve seu próprio sentimento sobre aquela realidade vivida. "A cultura é herança e experiência" (Cosgrove, 2003, p.158).

É preciso, também, discutir a formação histórica do território. Neste aspecto, são grandes as contribuições trazidas pelos estudos de Marcos Aurélio Saquet (2010, p.81), em que há o estabelecimento que "é fundamental entender o território e a territorialização como resultado e condição de um processo histórico, em que há relações socioespaciais em diferentes níveis escalares (trans-escalaridade)". O autor reflete, ainda, que território, espaço e tempo são conceitos e processos diferentes, porém intimamente articulados. Não se separam. A objetividade e a subjetividade do ser humano agem simultaneamente. Segundo Saquet (2010, p.82):

Na produção do território, ideia e matéria estão em unidade. Uma está na

outra e são historicamente determinadas. Os arranjos e as relações entre os diferentes elementos e aspectos das dimensões da territorialização variam para cada lugar e momento elou período histórico. (...) em cada relação espaço-tempo pode(m) predominar certa(s) dimensão(sões) social(is) da constituição do território. Por isto, é importante se contextualizar os processos territoriais em cada período e lugar, em constante movimento de des-continuidades; desigualdades e diferenças, envolvendo aspectos dos domínios natural e social.

Na direção de localizar pesquisas nas quais esteja contido o diálogo entre a geografia e a comunicação, destaca-se a produção científica interdisciplinar e multidisciplinar do Grupo de Pesquisas Geografias da Comunicação, criado em 2008, favorecendo o intercâmbio de ideias entre comunicólogos e geógrafos. O GP Geografias da Comunicação integra a Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), fundada em 1977, em São Paulo. Sônia Virgínia Moreira é doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade São Paulo e lidera o grupo de pesquisa Geografias da Comunicação e foi a organizadora do primeiro livro oriundo da produção científica dos pesquisadores do grupo. Segundo Moreira (2012, p.16):

A indústria de mídia e telecomunicações esquadrinha formas de controle do espaço, que se configuram nos conglomerados. O Estado ajusta as regras para o uso do espaço, como ente regulador e concessor de licenças para exploração de territórios, e grupos de pessoas criam comunidades que interagem em fluxos paralelos. As geografias da comunicação tratam desse contexto: privilegiam o espaço (e, nele, os fluxos informativos e as mediações tecnológicas) como campo de observação das interações reais e simbólicas entre pessoas e pessoas, entre pessoas e indústrias, entre pessoas e Estados, entre pessoas e ambientes. A observação dos sistemas de mídia e de telecomunicações é determinante para a análise das várias camadas de contextos – geográfico, midiático cultural, econômico, político, identitário – que compõem o processo contemporâneo da comunicação. O campo das geografias da comunicação se ocupa dos fluxos que movem os interesses do público, do Estado e das corporações. Nesse sentido, sua configuração demandará sempre estudos que sejam plurais, interdisciplinares e cooperativos.

2 Resultados alcançados

Almeja-se caminhar em um diálogo interdisciplinar entre território e jornalismo, procurando uma revisão bibliográfica que abarque conceitos de comunicação social e também da geografia. Há também a intenção de desenvolver um panorama descritivo do cenário da imprensa em Governador Valadares, dando destaque à Rádio Educadora Rio Doce, da sua fundação aos dias atuais.

A pesquisa visa a entender o fenômeno das territorialidades da imprensa local e identificar como se apresentam na realidade, buscando seu estudo da forma com que é registrado documentalmente e também percebido concretamente pelos indivíduos. Quanto à forma, a pesquisa será qualitativa. Serão realizadas entrevistas com informantes que possuem vivência nos veículos de comunicação ou que já se debruçaram sobre o assunto. Também será realizada pesquisa de campo para identificação de documentos antigos.

Conclusões

A interdisciplinaridade nas pesquisas nos campos da Geografia e da Comunicação Social merece grande foco na pesquisa. Nesse quesito, destaca-se na ciência nacional o papel de fomento desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas Geografias da Comunicação, da Intercom. Nas últimas décadas, os teóricos da Geografia levantaram larga discussão sobre a importância da renovação da disciplina, com crescimento da expressão geografia crítica. Assim, a geografia humanista, que enxerga com relevância da ação do indivíduo na natureza, ganhou os holofotes e trouxe ao cenário nacional novas perspectivas de pesquisa.

A possibilidade de investigar interdisciplinarmente a comunicação e a geografia vem se convertendo em farta produção científica que une saberes de comunicólogos, de geógrafos e de profissionais de outras áreas do conhecimento que adentram em diferentes campos de pesquisa, ainda que diferente de sua área de formação, o que traz ainda mais riqueza intelectual para o produto final. Há terreno fértil para pensar as Geografias da Comunicação, como também uma comunicação geográfica, com atuação em variados domínios da geografia. Debruçar-se sobre o tema é algo instigante, um caminho que os interessados no assunto devem trilhar.

Tendo a Rádio Educadora Rio Doce como recorte da pesquisa, busca-se uma melhor compreensão do contexto no qual a emissora foi criada, com a perspectiva norteadora de Saquet que evidencia que o território e a territorialização são ao mesmo tempo resultado e condição deste processo histórico. Rastreia-se, também, compreender as relações socioespaciais que se deram no entorno da rádio e de seus atores, além de vislumbrar os diferentes níveis escalares (trans-escalaridade) que influenciaram na construção histórica.

Principais referências bibliográficas

CLAVAL, Paul. A contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cul-

tural na geografia. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 147-166, 2003.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. COSGROVE, Denis. Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 92-123, 2004.

MOREIRA, Sonia V. Geografias da comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas / Organização, Sonia Virgínia Moreira. – São Paulo: INTERCOM, 2012.

MOREIRA, Sonia V. Geografias da comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas. In: MELO, José Marques de. Geografias das Comunicações: aportes brasileiros ao pensamento crítico. São Paulo: INTERCOM, 2012, cap. 6, p. 87 - 106.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. GEOgraphia, v. 8, n. 15, 2010.

Imagem corporal e gênero segundo perspectivas feministas

FARIA, Cristiany Seppe

Mestranda em Ciências Aplicadas à Saúde pela UFJF. Especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFES. Especialista em Neuropsicologia pela Universidade de Araraquara. Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Caratinga - UNEC
cristianyseppe@gmail.com

NEVES, Clara Mockdece (Orientadora)

Graduada em Educação Física (UFJF), mestre e doutora em Psicologia (UFJF). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Física em associação plena UFV-UFJF. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde (Mestrado) da UFJF-GV
claramockdece.neves@ufjf.edu.br

Palavras-chave: Imagem corporal. Gênero. Feminismo.

Introdução

O presente resumo trata de discussão acerca da imagem corporal, enquanto construto fortemente vinculado a uma perspectiva de gênero. Corpos de mulheres e homens (não se limitando ao binarismo, embora este costume ser um ponto de partida para discutir-se o tema a partir de perspectiva generificada) são subjugados a uma cultura que lhes impõe como devem ser, destacando-se como essa mesma cultura consegue perfazer um papel extremamente exigente com os corpos femininos, enquanto que relativamente complacente com os corpos masculinos, quando comparadas as exigências impostas a um e outro.

As teorias feministas oferecem ampla discussão acerca do tema, sendo importante fonte de problematização dessa cultura adoecedora, que conspicuamente transmuta o natural em enfadonho, jocoso ou repulsivo, enquanto estabelece, de forma paralela, um não-natural para a maioria como o padrão a ser seguido, já reconhecidamente inalcançável por essa mesma maioria, mas que, a despeito desse "reconhecimento", permanece em ser farol de como um corpo deve ser, que insistimos em perseguir, enquanto que bem letargicamente tentamos reagir, dividindo-nos nessa dicotomia, tentando ora encaixarmo-nos ao padrão, ora aceitarmo-nos como somos. Afinal, os discursos de aceitação

permeiam os espaços midiáticos e o senso comum, mas não são páreos ainda para os discursos favoráveis ao padrão de beleza (ainda vigente e forte) em nossa cultura, que permeiam esses mesmos espaços, derivando em ambivalência - com ampla desvantagem para a aceitação supostamente preconizada nos discursos - a atitude dos indivíduos frente aos seus corpos.

1 Fundamentação teórica

Considerando a discrepância entre os ideais de beleza atuais, retratados na mídia, e o tamanho e a forma corporal de mulheres e homens reais, muitas pessoas experimentam seus corpos de maneira negativa (TIGGEMANN, 2004). Muitos estudos, de fato, têm apontado para a insatisfação considerável em relação ao tamanho e à forma corporal, principalmente no gênero feminino (GIRARD; RODGERS; CHABROL, 2018; GROGAN, 2008; TIGGEMANN, 2004). Tal constatação se verifica em diversas culturas ao redor do mundo, se bem que mais proeminente entre as mulheres inseridas na cultura ocidental (SWUAMI et al., 2010). Cabe apontar que hoje, não apenas o peso, mas a muscularidade vem crescendo entre as preocupações corporais das mulheres (GIRARD; RODGERS; CHABROL, 2018). Quanto ao gênero masculino, homens e meninos também estão cada vez mais relatando insatisfação com seus corpos, no caso deles principalmente no que se refere à muscularidade, mas também em relação à gordura corporal (KLIMEK et al., 2018; TYLKA, 2011). Leon et al. (1999) inclusive apontaram a existência de um ideal masculino de muscularidade magra.

As perspectivas feministas oferecem contexto para uma compreensão mais aprofundada dos processos envolvidos nas respostas emocionais e comportamentais ao desejo de se encaixar num ideal culturalmente definido, ao destacar a incorporação compulsória de uma ênfase na importância da aparência física (TIGGEMANN, 2004). Essa perspectiva sustenta que, nas sociedades ocidentais, o corpo feminino é socialmente construído como um objeto a ser olhado e avaliado, e uma consequência dessa objetificação sexual do corpo (por exemplo, através do olhar masculino ou de representações da mídia) é que meninas e mulheres são gradualmente socializadas para internalizar a perspectiva de um observador de seu eu físico; elas começam a se tratar como um objeto a ser encarado e avaliado com base na aparência (TIGGEMANN, 2004). A partir da chamada teoria da objetificação (Objectification Theory), Fredrickson e Roberts (1997) argumentam que ocorre aqui um processo denominado 'auto-objetificação', que envolveria ainda um monitoramento da própria aparência de forma habitual e constante, o que, por sua vez, pode levar a várias

consequências emocionais e experimentais negativas, incluindo aumento da vergonha corporal, ansiedade da aparência e desordens alimentares (TIGGEMANN, 2011). Embora a teoria tenha se desenvolvido inicialmente com foco na objetificação do corpo feminino, os efeitos negativos dessa auto-objetificação já têm sido encontrados em ambos, homens e mulheres (CHOMA et al., 2010; HEBL; KING; LIN, 2004), ainda que de formas diferentes.

2 Resultados alcançados

A partir dos principais estudos consultados, percebe-se grande influência da mídia sobre a imagem corporal da população em geral, embora de forma notadamente mais deletéria para as mulheres. Interesses claramente capitalistas movem essa cultura de culto ao corpo, movimentando quantias exorbitantes de dinheiro anualmente a nível mundial, gastos com produtos emagrecedores, suplementos para ganho de massa muscular, procedimentos estéticos invasivos e não-invasivos e diversos outros insumos/serviços monetizados pelo capital, vendendo a possibilidade de alcance do padrão estético propagado por ele próprio (capital), tantos que não cabem neste espaço. Tal situação não deixa, de modo algum, ilesos aqueles que estão inseridos e são inevitável e indubitavelmente afetados pela cultura de massa vigente, implicando em sofrimento mental, podendo levar, por exemplo, a distúrbios alimentares, além de sintomas e transtornos psicológicos diversos. Cabe citar, ainda que de forma sucinta, o sofrimento daqueles que sequer seguem a lógica binária (feminino/masculino), sobre os quais ainda há muito a ser conhecido, embora já reconhecida a exclusão a priori de um sistema binário de corpos padrão.

Não se faz aqui uma crítica pura à busca pela beleza, pois a admiração do belo, em suas diversas manifestações, é um desejo humano genuíno, presente de diferentes formas em diferentes culturas e ao longo do tempo, mas critica-se, outrossim, o estabelecimento de um padrão estreito, extremamente limitado do que seria o belo, tendo em vista a multiplicidade de corpos existentes, sendo extremamente injusto e adoeceador ignorar-se a amplitude de belezas deusas presentes, para impor-se "a beleza", desmemorando-se despropositadamente, a fim de servir a um capital frio, a existência inequívoca de "belezas" (sim, no plural).

As perspectivas feministas questionam, de modo geral, essa subjugação da mulher/feminino à sociedade patriarcal, que a coloca em posição hierarquicamente inferior ao masculino e a desapropria de seu próprio corpo, que não mais a pertence, mas que tem de estar ao dispor do outro, para satisfação de necessidades e desejos alheios a si. Os homens não saem ilesos, seus corpos

são regidos sob a ótica da força, da virilidade compulsória, carregando um fardo que também lhes é demasiado oneroso. Embora seja uma cultura notadamente cruel com as mulheres, faz-se pernicioso a todos, de diferentes maneiras. Assim, de interesse geral se faz uma mudança real de paradigma sobre a cultura do corpo “padrão”, que precisa ser desconstruída, cedendo espaço ao reconhecimento da diversidade de corpos e da beleza humana, e incorrendo paralelamente em uma desoneração de obrigações impostas a priori de acordo com o gênero, tornando o convívio social mais equitativo, com direitos e responsabilidades partilhadas de maneira mais justa.

Do exposto, entende-se que ambos, homens e mulheres, sofrem com os propagados corpos ideais e com o seu improvável alcance, resultando numa busca permanente e quase sempre infrutífera, que se faz fonte de sofrimento emocional, social e mesmo físico - pelos comportamentos danosos que podem vir associados à busca pelo corpo ideal. Embora gordura corporal e muscularidade pareçam ter conotações diferentes de acordo com o gênero, os dois aspectos são alvos de preocupação para homens e mulheres hoje, podendo predizer comportamentos alimentares desordenados e/ou voltados para a modificação da muscularidade para ambos (HOFFMANN; WARSCHBURGUER, 2019). Assim, não mais acredita-se que as mulheres se preocupem apenas com o peso e os homens apenas com a muscularidade. Ressalta-se, todavia, o reconhecimento de que as mulheres ainda são, de fato, muito mais atingidas por preocupações corporais de modo geral e em uma maior extensão por aquelas relacionadas ao peso.

Conclusões

Ressalta-se, oportunamente, que o tema aqui esboçado faz parte de uma discussão muito mais ampla e com profusas nuances a serem exploradas. Muito ainda precisa ser feito, em diversas frentes, a fim de se combater ideais de corpos culturalmente impostos, de modo que as pessoas possam mais livremente construir uma relação verdadeiramente saudável com seus corpos. O feminismo exerce seu papel aqui enquanto teoria e práxis que coloca em xeque o status quo que mantém os corpos, principalmente o feminino, sequestrados pela lógica patriarcal e capitalista, devendo a essa lógica submeter-se, sob pena (quase sempre cumprida) de sofrer crônica marginalização de seu corpo, pelo qual a mulher tem de estar sempre desculpando-se, sempre perfazendo o discurso de que irá cuidá-lo (esteticamente), como se já não o fizesse, e pelo qual o homem encena a figura viril que lhe é exigida, podendo-lhes (a todos) diferentes possibilidades de ser.

Principais referências bibliográficas

FREDRICKSON, Barbara L.; ROBERTS, Tomi-Ann. Objectification theory: Toward understanding women's lived experiences and mental health risks. *Psychology of Women Quarterly*, v. 21, p. 173-206, 1997.

GROGAN, Sarah. *Body image: Understanding body dissatisfaction in men, women and children*. 2ª Ed., London: Taylor and Francis, 2008.

HOFFMANN, Svenja; WARSCHBURGER, Petra. Prospective relations among internalization of beauty ideals, body image concerns, and body change behaviors: Considering thinness and muscularity. *Body Image*, v. 28, p. 159-167, 2019.

TIGGEMANN, Marika. Body image across the adult life span: stability and change. *Body Image*, v. 1, n. 1, p. 29-41, 2004.

TIGGEMANN, Marika. Mental health risks of self-objectification: A review of the empirical evidence for disordered eating, depressed mood, and sexual dysfunction. In: CALOGERO, Rachel M.; TANTLEFF-DUNN, Stacey; THOMPSON, Joel Kevin (Eds.). *Self-objectification in women: Causes, consequences, and counteractions*. Washington/DC: American Psychological Association, 2011.

Imigração de famílias italianas para terras espírito-santenses e a migração de descendentes para terras mineiras

SCALZER, Simone Zamprogn

Graduada em Geografia pela Faculdade Castelo Branco, mestre em Gestão Integrada do Território (UNIVALE)
zamprognos@yahoo.com.br

NICOLI, Sandra

Graduada em História (UNIVALE), mestre em Gestão Integrada do Território (UNIVALE), professora da Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio Frederico Pretti - EEEFMFP
nicolinicoli@hotmail.com

Palavras-Chave: Migração Italiana. Territorialização. Reterritorialização. Propriedade Familiar. Cafeicultura.

Introdução

No Brasil, sobretudo no Espírito Santo e no Sul do país, o projeto imigrante de colonização era baseado na pequena propriedade familiar. Objetiva-se analisar a territorialização das famílias italianas no Espírito Santo e a reterritorialização dessas e/ou de seus descendentes em Minas Gerais. Para compreensão dos processos migratórios, além dos referenciais teóricos, trabalhamos com a memória dos descendentes dessas famílias de imigrantes a partir dos relatos orais, por meio da metodologia da História Oral.

1 Fundamentação Teórica

A imigração italiana, em massa, para o Brasil teve início com a Expedição Tabacchi, em fevereiro de 1874 (GROSSELI, 2008). Parte desse grupo, ainda em 1874, abandonou as terras de Tabacchi se instalou em Santa Teresa/ES. A ocupação desse território ganha força a partir de 1875, com a chegada de levas de imigrantes destinadas à localidade. A possibilidade de conquistar seu próprio pedaço de terra, onde pudessem morar e cultivá-la, foi um dos fatores que mais atraiu imigrantes para os núcleos coloniais do Espírito Santo. Ao se instalarem no Núcleo Timbuy, os imigrantes foram desbravando, colonizan-

do, povoando e imprimindo marcas identitárias ao longo do tempo (SCALZER, 2015). A imigração para os territórios espírito-santense e leste mineiro era peça da estratégia governamental para promover o povoamento e expandir a fronteira agrícola, principalmente com o cultivo do café. Assim, analisaremos a territorialização e a reterritorialização das famílias de imigrantes italianos em Santa Teresa/ES no século XIX; Itueta e Santa Rita do Itueto em Minas Gerais no século XX. Apesar do esforço governamental de manter um padrão de ocupação do território, este já possuía uma dinâmica própria, pautada nas necessidades de reterritorialização do grupo. Com a chegada de novos imigrantes, o processo de ocupação foi se espraiando por um amplo território. Nos relatos orais, observamos migrações dentro do próprio Núcleo Colonial e, tempos depois, para novas frentes de povoamento no norte do Espírito Santo ou em Minas Gerais. Como ocorria no Espírito Santo, as famílias de imigrantes italianos e seus descendentes, que se instalaram em Itueta e Santa Rita do Itueto, substituíram a floresta principalmente pela cafeicultura. A chegada a Itueta e Santa Rita do Itueto aconteceu a partir de 1920, promovendo uma nova configuração ao território (NICOLI, 2014). Pode-se afirmar que colonizadas e povoadas por famílias italianas, Santa Teresa, Itueta e Santa Rita do Itueto, através das territorialidades estabelecidas por esses agentes sociais, se transformaram em territórios "italianizados". Ao territorializarem-se ocorreu o movimento de reprodução das relações sociais originais e, ao se reterritorializarem houve uma reprodução de elementos. A identidade é um componente fundamental na constituição do território, resulta da combinação dos processos histórico e relacional (NICOLI, 2014; SCALZER, 2015).

2 Resultados alcançados

No novo território, a interação e integração entre as famílias italianas com os demais residentes tornaram tais lugares uma construção única e carregada de simbolismo que ainda agrega ideias e sentidos produzidos por aqueles que o habitam. O conceito de lugar, nesse sentido, é intimamente ligado ao viver e ao estar no espaço. O território construído/formado por esses agentes sociais foi e é o palco onde todas as relações sociais aconteceram e acontecem, e, por fim, interagiram e interagem. Assim, todo o cotidiano dessas famílias se tornou um território apropriado e dominado com e pelas relações sociais (NICOLI, 2014).

Segundo Saquet (2009, p. 214), "o velho é recriado no novo, num movimento concomitante de descontinuidade e continuidade, de superações. Os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) não estão desligados: condicionam-se mutuamente". A territorialização pode

ser definida como a identificação, simbolização de grupos, disciplinarização, enraizamento, resultado e condição dos processos sociais em interação com a natureza exterior. No movimento da desterritorialização - definida inicialmente como a perda do território apropriado e construído, acontece simultaneamente a reterritorialização, entendida como a reprodução de elementos do território anterior, com algumas características permanentes e recriadas. Engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação [enraizamento] e aquilo que é mobilidade. Trata-se de uma desterritorialização/ reterritorialização cotidiana, em que se abandona o território, mas não se destrói o território abandonado (HAESBAERT, 2007; SAQUET, 2009). A partir da chegada e ocupação das famílias de origem italiana, às terras espírito-santenses e mineiras, é possível argumentar que tais áreas geográficas em muito se modificaram. O território se forma a partir do espaço e, ao se apropriar de um espaço, seja concreta ou abstratamente, o homem territorializa o espaço. Em relação aos atrativos para a procura e escolha das novas terras, destaca-se, a partir dos relatos orais, que era a existência de nascentes de água em grande quantidade, que significava, para as famílias que rumavam a outros territórios de insegurança, produção e prosperidade. As narrativas demonstram que trabalhar era preciso, pois somente assim conseguiriam alcançar o sonho da posse de terras. Conforme Hall (2003), a migração reconfigura tanto o território de saída como o de destino. Nesse contexto, as famílias de origem italiana trouxeram consigo seus costumes, vocabulários, canções, danças e comidas típicas que foram incorporados à sociedade. As tradições permaneceram, mas se modificaram em terras espírito-santenses e mineiras.

Conclusões

Ao chegar às terras espírito-santenses e mineiras, essas famílias buscavam manter sua italianidade através da reconstrução de hábitos e costumes. Assim, no processo de territorialização e reterritorialização, imprimiram marcas e deixaram vestígios no tempo e no espaço a partir das relações sociais estabelecidas. Enquanto se territorializavam e se reterritorializavam, contribuíram para a ocupação, colonização e formação dos territórios em pequenas propriedades, principalmente cafezeiras.

Referências Bibliográficas

GROSSELLI, Renzo M. (1952). Colônias imperiais na Terra do Café: Camponezes trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Vitória: Arquivo



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

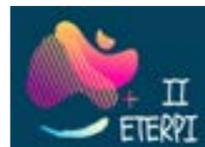
HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3 edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

NICOLI, Sandra. I/Emigração em Itueta e Santa Rita do Itueto – a chegada dos nonos e a partida de seus descendentes para o norte da Itália. Dissertação (mestrado). Universidade Vale do Rio Doce, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território, Governador Valadares, MG, 2014.

SAQUET, Marcos Aurélio. Reterritorialização e identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira (org.). Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SCALZER, Simone Zamprogno. O Núcleo Timbuy/Santa Teresa (ES). Entre a memória e a história. Rio de Janeiro. Ed. Multifoco, 2015.



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

Impactos do benefício de prestação continuada no território do beneficiário

SILVEIRA, Karina Guimarães Cruz

Graduada em Direito (UNIPAC), mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Univale
karinaguimaraescruz@hotmail.com

GENOVEZ, Patrícia Falco

Graduada em História (UFJF), Mestrado e Doutorado em História Contemporânea (Política e Cultura), Pós-doutorado em Teoria e Metodologia da História (UFMG), Docente do Programa de Pós-Graduação Gestão Integrada do Território, professora Titular da Universidade Vale do Rio Doce.
patricia.genovez@univale.br

Palavras-chave: Benefício; Prestação Continuada; Território

Introdução

O benefício de prestação continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso maior de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas, e que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem tê-la provida pela família. (BRASIL, 1993)

Conforme estabelece a Portaria Conjunta n. 3 do Ministério de Desenvolvimento Social, de 21 de setembro de 2018 (BRASIL, 2018), o BPC é um benefício da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) que integra a proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e tem por objetivo proteger as pessoas idosas e as pessoas com deficiência em face de vulnerabilidades agravadas pela insuficiência de renda, assegurando-lhes o sustento e favorecendo o acesso às políticas, programas e serviços de assistência social, bem como a superação das desvantagens sociais enfrentadas e a conquista de sua autonomia.

Em que pese o BPC possuir caráter individual, é certo que sua relevância não se dá somente para o beneficiário, mas para toda sua família e sua co-

munidade, tratando-se, de fato, de uma espécie de proteção social básica e especial.

Assim, busca-se entender como a concessão de um benefício assistencial de um salário mínimo, modifica, transforma e impacta a vida do cidadão que o recebe, ou seja, quais os impactos no território desse beneficiário.

1 Fundamentação teórica

A Constituição de 1988 adotou a expressão Seguridade social para criar um sistema de proteção capaz de atender às necessidades dos cidadãos na área social (BRASIL, 1988).

Um dos tripés da Seguridade, é a Assistência social que está regulamentada pelos artigos 203 e 204 da Constituição Federal.

A Lei Orgânica da Assistência Social (Loas – Lei 8.742/93), conceitua em seu artigo 1º, a Assistência social como “Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais” sendo, portanto, um direito do cidadão e um dever do Estado (BRASIL, 1993).

O benefício de prestação continuada - BPC, que é uma espécie de benefício da Assistência social instituído pela Loas, independe de contribuição do necessitado, sendo o único benefício garantidor de renda previsto na Constituição Federal (art. 203) designado ao idoso acima de 65 anos e pessoas com deficiência, impossibilitados de prover sua manutenção, e que comprovem sua condição de carência ou miserabilidade (BRASIL, 1993).

Em que pese a questão nascer do debate jurídico, especialmente no Direito Constitucional e Previdenciário, o tema envolve outras áreas de conhecimento ao tratar de vulnerabilidade social, estratégias intersetoriais para a promoção do bem estar e desenvolvimento social; nos remetendo a áreas de conhecimento diretamente envolvidas no resultado útil da pesquisa, especialmente a Ciência Política com o estudo dos processos políticos, das organizações e dos processos que tentem assegurar os direitos aos cidadãos; a Sociologia, na compreensão do desenvolvimento histórico-social da assistência social até alcançar o status de política pública, bem como na compreensão de poder; e a Geografia Humana, considerando-se o espaço e os atores envolvidos, sobretudo no espaço-poder, bem como no poder de afetarmos e sermos afetados pelo ambiente que criamos ou pelo território que construímos – território como construção social, histórica e que se dá a partir de relações de poder que envolvem a sociedade e espaço geográfico (Haesbaert, 2020), num estudo interdisciplinar.

2 Resultados alcançados

A Lei Orgânica da Assistência Social – Lei n 8.742/93 regulamenta os benefícios de Assistência Social, e dentre estes, o BPC, que é um benefício prestado a quem dele necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, conforme prevê o art. 203, inciso V da Constituição Federal.

Por meio da inclusão social que o BPC proporciona ao seu beneficiário, acontece uma “desterritorialização” e uma “territorialização” desse cidadão que, ao receber o benefício, passa a possuir uma renda, o que o leva a ser reconhecido socialmente, deixando de figurar como pessoa excluída de seus direitos básicos de sobrevivência digna, passando essa mesma pessoa, figurar na sociedade como indivíduo relevante.

Visto pelo ângulo da “inclusão”, a Assistência Social tem valor inegável na formação de território, ou seja, na formação de um local onde ocorrem interações e relações essenciais à vida humana.

Dessa forma, a inclusão social do cidadão a partir da concessão do BPC, torna esse cidadão portador de poder - “poder existir”. Ter uma renda é ter um status social que leva ao sentimento efetivo de pertencimento e de valor relevante dentro de um grupo de pessoas. Assim, o BPC pode ser considerado um instrumento de “poder”, que transforma o território de seu beneficiário.

Conclusões

O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social constitui uma ferramenta de busca da redução de desigualdades sociais e se apresenta como fator de confirmação e reafirmação da importância do Sistema de Seguridade Social.

A melhoria da condição de vida de cada uma das pessoas beneficiadas individualmente com um benefício assistencial, reflete de forma positiva tanto no meio social quanto no território deste beneficiário.

Principais referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei n. 8.742, de 07 de Dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm >. Acesso em: 20 de set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Gabinete do Ministro. Portaria Conjunta n. 3, de 21 de Setembro de 2018. Dispõe sobre regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC. Brasília, DF, 2018. Disponível em: < https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/41971503/do1-2018-09-24-portaria-conjunta-n-3-de-21-de-setembro-de-2018-41971236#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20regras%20e%20procedimentos,Continuada%20da%20Assist%C3%A2ncia%20Social%20-%20BPC.&text=1%C2%BA%20Dispor%20sobre%20as%20regras,Benef%C3%ADcio%20de%20Presta%C3%A7%C3%A3o%20Continuada%20-%20BPC>. Acesso em: 20 de set. 2020.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: o "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 12ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2020.

Influência das territorialidades no uso irracional de medicamentos no território de Itabirinha – MG

PAULA, Claudia Costa da Silva

Graduação em Farmácia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce
claudia.paula@univale.br

RODRIGUES, Suely Maria

Graduação em Odontologia (UNIVALE), mestrado em Clínica Odontológica, doutorado e pós-doutorado em Saúde Coletiva (UFMG). Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce
suely.rodrigues@univale.br

Palavras-chave: Territorialidades. Medicamento. Território simbólico.

Introdução

Diversos autores abordam a concepção de território, tanto em uma perspectiva material quanto na imaterial. A abordagem imaterial considera a dimensão simbólica do território, trazendo a cultura como fator de análise, além das territorialidades desenvolvidas nesse território.

Os conceitos aqui apontados servirão de base para produção do projeto, visto que entender as territorialidades, ou seja, a relação que é desenvolvida pelo indivíduo e o medicamento levando em consideração o território vivido, os símbolos que esses medicamentos representam e desempenham, pode ajudar a compreender o uso irracional de medicamentos, e assim desenvolver estratégias que sejam realmente eficientes para a promoção do uso racional, utilizando como metodologia a abordagem qualitativa, visto que a mesma contempla a análise do comportamento humano dentro do ponto de vista do sujeito, além de conhecer o fenômeno, avaliando suas causas e consequências para o meio social, é um processo a ser construído utilizando como método grupo focal, para realizar entrevistas semiestruturadas e para apuração dos dados, será feito segundo a técnica da "Análise de Conteúdo" descrito por Bardin.

1 Fundamentação teórica

Haesbaert (1997), corrobora e demonstra duas vertentes do território, o autor concorda que existe a dimensão material do território, no entanto ele demonstra que existe a dimensão simbólica do território.

As territorialidades estão ligadas as ações e relações dos indivíduos no território. Essa perspectiva imaterial do território "prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido" (HAESBAERT, 2004, p. 40).

Haesbaert (1997, p.36), contempla que as territorialidades são importantes e "cumprem um papel de desfecho e controle no interior de uma área geográfica". A criação de laços imateriais com o espaço, na perspectiva simbólica cultural, tem-se o território como "o produto da valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido" (HAESBAERT, 2004, p. 40). Que, no entanto, neste caso, o território pode ser visto pelo seu aspecto vivido, onde há o desenvolvimento das relações entre os indivíduos no território, seus laços, símbolos, culturas, por meio da apropriação, onde dão sentido a esse território.

2 Resultados alcançados

Procurou-se demonstrar aqui que o conceito de território que reúne noções de vida, do espaço vivido, podendo ainda ser interpretado como resultado de uma apropriação simbólico-cultural do espaço por grupos sociais que imprimem uma representação particular a este, a partir de uma construção social e histórica, por meio da apropriação e desenvolvimento de laços, de relações.

A concepção de território que se encaixa no estudo é a de território vivido considerando as territorialidades, e como resultado pode-se demonstrar que a cultura, as territorialidades tem papel muito importante na construção das relações, na significação, e assim olhar para o território não é apenas de ser algo isolado, mas sim na perspectiva de que tudo está interligado e todos os processos desencadeados podem influenciar diversos acontecimentos dentro do mesmo.

As etapas de elaboração do projeto ainda estão em andamento, buscando os autores que servirão de base e suporte para sustentar a pesquisa com suas perspectivas e conceitos, e nessa etapa o que mais se considera é a concepção de territorialidade, segundo Haesbaert. Para início pretende-se realizar um estudo cuja metodologia é a qualitativa, buscando fazer entrevistas semiestruturada com grupo focal, e para a análise dos dados, propõe-se a análise de

conteúdo descrita por Bardin. Fazer uma leitura a fundo de todos os autores que podem contribuir no aporte teórico, tanto no campo da saúde como autores ligados ao território, observando o que tem sido demonstrado sobre os medicamentos no território.

O que se encontra nos artigos relacionado ao uso irracional de medicamentos é bem preocupante, visto que a maior parte dos artigos e até mesmo a Organização mundial da saúde(OMS), demonstra que é um problema que está consideravelmente disseminado em meio a sociedade e só está aumentando, mesmo a despeito de todas as campanhas de promoção ao uso racional. Então demonstrar como as territorialidades desenvolvidas em relação aos medicamentos e como ela influencia nesse uso, pode ajudar a entender e desenvolver estratégias realmente eficientes para tentar diminuir os danos causados.

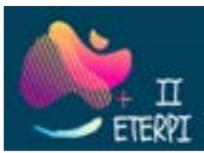
Conclusões

Em conclusão, suscita-se que estas considerações contribuam não apenas nos estudos sobre território e territorialidade, mas, igualmente, no sentido de oferecer mecanismos que possibilitem melhor compreensão acerca da própria realidade em que vivemos em relação aos medicamentos. Isso significa ultrapassar o âmbito do teórico e alcançar a prática e assim desenvolver estratégias para amenizar os danos causados pelo uso irracional de medicamentos. Esta é uma necessidade de nosso tempo diante de tantos processos de transformações "socioespaciais" e que, cada vez mais, refletem nos territórios e as territorialidades produzidas e reproduzidas nas mais diversas tramas do cotidiano. Conclui-se que a abordagem territorial é de suma importância para a compreensão do uso de medicamentos e como as territorialidades desenvolvidas são essenciais para essa construção, e compreendendo todo esse processo, pode-se promover intervenção, para que tal processo possa diminuir e assim também os problemas relacionados a prática do uso irracional de medicamentos, e conseqüentemente diminuir os gastos em saúde. Promover o uso racional de medicamentos traz benefícios tanto para a sociedade em si, como para o sistema de saúde.

Principais referências bibliográfica

HAESBAERT, R. Territórios Alternativos. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 396p.

_____. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Eduff, 1997.

_____. Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
<http://www.jped.com.br/ArtigoDetalhe.aspx?varArtigo=335&idioma=pt-BR> >. Acesso em: 24 nov. 2020.

_____. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar



Novo território, velho dilema: os impactos socioambientais da vitivinicultura e o melhoramento fitogenético de videiras no Planalto Catarinense

FERRI, Gil Karlos

Graduado em História, Mestre em História (UFFS), Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina
gilferri@hotmail.com

NODARI, Eunice Sueli

Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em História - University of California - Davis, doutorado em História pela PUC-RS, Pós-Doutorado na Stanford University - EUA e na Universidade Federal de Minas Gerais
eunice.nodari@ufsc.br

NODARI, Rubens Onofre

Possui graduação em Agronomia pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em Agronomia (Fitotecnia) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Genética pela University of California at Davis. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais da Universidade Federal de Santa Catarina
Bolsista Pq/CNPq
rubens.nodari@ufsc.br

Palavras-chave: Planalto Catarinense; Vitivinicultura; Melhoramento fitogenético.

Introdução

Considerando que nas últimas décadas o Planalto de Santa Catarina vem se destacando na produção de vinhos finos, este trabalho busca apresentar alguns impactos socioambientais decorrentes da implantação de vinhedos e vinícolas neste território. O referencial teórico-metodológico deste trabalho baseia-se na História Ambiental Global. Através da análise de fontes e de bibliografia atualizada, procura-se compreender as interconexões possíveis entre a introdução da vitivinicultura, os impactos socioambientais e as pesquisas de melhoramento fitogenético de videiras.

As pesquisas na área fitogenética - ainda em desenvolvimento - tem proporcionado o intercâmbio de conhecimento e de germoplasma de videiras Piwi (pilzwiderstandsfähige) - que buscam combinar resistência a doenças e qualidade enológica em variedades híbridas/viníferas - entre pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Julius Kühn-Institut (Alemanha) e a Fundação Edmund Mach (Itália). Tratando-se de uma região considerada nova no cenário vitivinícola mundial, os vitivincultores do Planalto catarinense encontram-se diante do dilema de replicar técnicas convencionais ou adotar práticas mais sustentáveis em seus vinhedos. Para tanto, este trabalho busca contribuir na compreensão de que sociedade e meio ambiente são interdependentes para a viabilidade de um território vitivinícola a longo prazo.

1 Fundamentação teórica

A vitivincultura é um campo interdisciplinar por excelência. Gradativamente temos o crescimento de estudos no Brasil, também na área das humanidades. Buscando contribuir nesses estudos, nosso trabalho utiliza as teorias e metodologias da História Ambiental Global para analisar os impactos socioambientais da implementação de vinhedos, vinícolas e pesquisas de melhoramento fitogenético de videiras no território do Planalto Serrano de Santa Catarina.

A seguir, destacamos alguns autores e obras que nos servem de ponto de partida e embasamento para este trabalho.

No campo da História Ambiental, o livro *Imperialismo Ecológico* de Alfred Crosby (Companhia das Letras, 1993) é uma obra fundamental para a reflexão sobre a dissiminação de espécimes do "Velho" para o "Novo Mundo" (América), sobretudo no caso da introdução de videiras para o consumo in natura e a produção de vinho - bebida/alimento emblemático para a cultura dos colonizadores europeus.

Nossa narrativa histórica é composta pela análise de diversos documentos, como relatórios de pesquisa e livros técnicos. Como exemplos destes materiais, elencamos o relatório *Tecnologias para o desenvolvimento da vitivincultura de Santa Catarina*, produzido pela Fundação Edmund Mach de Trento/Itália (2016) e o relatório de *Avaliação vitivinícola de genótipos de videira nas condições edafoclimáticas de Santa Catarina*, produzido pela EPAGRI e FAPESC (2017). Ambas as produções nos permitem compreender a dinâmica entre pesquisadores brasileiros e europeus que trabalham visando o melhoramento genético de videiras para a diminuição dos impactos socioambientais da vitivincultura em Santa Catarina. Mais recentemente, temos a disposição da pesquisa

o livro *Vinhos de Altitude de Santa Catarina* (EPAGRI, 2020), uma compilação de dados que busca caracterizar a região produtora do Planalto catarinense, apresentando indicadores e instrumentos para a proposição de uma indicação geográfica para este território.

Para iniciarmos a discussão sobre os impactos das mudanças climáticas na produção de uva e vinho, o livro *Wine, terroir and climate change* de John Sylvester Gladstones (Wakefield Press, 2011) representa uma leitura relevante. Neste livro, o autor apresenta diversos dados sobre as mudanças climáticas (sobretudo o aquecimento global) e suas possíveis implicações para as diversas regiões produtoras de vinho no mundo. Entretanto, precisamos observar que o autor apresenta uma "positividade ingênua" sobre os efeitos das mudanças climáticas, deixando claro que este livro foi apenas um ponto de partida para buscarmos mais dados e argumentos sobre a temática.

Diversos artigos em revistas nacionais e internacionais também compõem nossa bibliografia. Como exemplo, citamos o trabalho *Old World, New World, Third World? Reconceptualising the Worlds of Wine*, de Glenn Banks e John Overton (Journal of Wine Research, 2010), que apresenta uma reconceitualização atual sobre os "mundos do vinho". Dentre os artigos nacionais, destacamos o trabalho *Vinhos de Altitude no Estado de Santa Catarina*, produzido pelos historiadores Eunice Sueli Nodari e Zephyr Frank (Tempo e Argumento, 2020), que discute a questão identitária dos vinhos finos no planalto catarinense.

2 Resultados alcançados

Até a implantação de vinhedos no final do século XX, o território do Planalto catarinense teve na agropecuária e no extrativismo vegetal suas principais atividades econômicas. Percebendo o diferencial das condições edafoclimáticas do Planalto, a partir da década de 1970 o Governo de Santa Catarina passou a apoiar iniciativas para o cultivo de espécies de clima temperado, como as videiras, através do Programa de Fruticultura de Clima Temperado (PROFIT). Embora o PROFIT tenha contribuído para o interesse dos produtores no cultivo de variedades europeias, foi somente na década de 1990 e 2000 que o cultivo dessas variedades foi amplamente impulsionado pelo incentivo governamental e investimentos privados (PORRO & STEFANINI, 2016, p. 30).

Um dos experimentos considerados determinantes para a vitivincultura de *Vitis vinifera* nas terras altas de Santa Catarina foi iniciado em 1991, através de um projeto financiado pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e executado pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI). Este experimento identificou a ap-

tidão do Planalto catarinense ao cultivo de videiras para a produção de vinhos finos. Percebendo o potencial mercadológico dos vinhos finos, no final da década de 1990 alguns empresários investiram nos primeiros vinhedos de altitude em Santa Catarina. Nesses vinhedos predominam variedades *Vitis vinifera* para produção de vinhos finos e espumantes, plantadas entre 900 e 1400 metros de altitude. Diferente das regiões tradicionais, onde a vitivinicultura se desenvolveu em função da imigração italiana, no Planalto catarinense a produção de vinho é baseada em pesquisas científicas, investimento de empreendedores e apoio técnico especializado. Até 2020, 35 vinícolas iniciaram suas atividades, totalizando uma área de cerca de 700 hectares de vinhedos de uvas finas implantadas na Serra Catarinense.

Atualmente, observam-se dois principais entraves para o desenvolvimento do cultivo de videiras no território em análise: 1) as cultivares importadas, oriundas de clima temperado, apresentam dificuldade de adaptação, resultando em baixa produtividade; e 2) essas cultivares são altamente suscetíveis a doenças, exigindo muitas intervenções químicas para obter o controle fitossanitário. Na conjuntura do comércio internacional, a disponibilidade de variedades próprias significaria independência tecnológica e melhores condições para participar de um mercado rentável e competitivo.

No caso da vitivinicultura, o uso de agrotóxicos é algo extremamente delicado, pois o vinho é considerado uma bebida que promove a saúde e sua imagem pode ser prejudicada se associada à presença de agrotóxicos. Embora alguns avanços possam ser identificados, a força econômica do setor agroquímico ainda faz com que o sistema regulatório facilite a aprovação de agrotóxicos que, por sua vez, têm seus usos incentivados por políticas públicas que não levam em consideração seus malefícios (CARVALHO et al., 2017, p. 89).

Nas condições climáticas de Santa Catarina, o cultivo das variedades europeias (*Vitis vinifera*) requer grande quantidade de fungicidas no controle de doenças como o míldio (*Plasmopara viticola*) e oídio (*Uncinula necator*). O controle químico destas doenças resulta no uso de fungicidas, o que, além de aumentar o custo de produção, também oferece riscos à saúde humana e ao ambiente, comprometendo a sustentabilidade do sistema produtivo. Para agravar esta condição, as mudanças climáticas previstas podem aumentar ainda mais a pressão destas doenças sobre o cultivo das videiras, resultando no uso ainda mais intensivo de fungicidas. Por isso, pesquisadores da EPAGRI e UFSC, em parceria com instituições da Itália (Instituto Agrario di San Michele all'Adige, Fundação Edmundo Mach) e Alemanha (Institute for Grapevine Breeding Geilweilerhof, Julius Kühn-Institut), estão investindo em programas de melhoramento fitogenético para a criação de novas variedades que combinem qualidade enológica e resistência às pragas e doenças (FAPESC, 2017, p. 04-05).

Desde o início do século XX, espécies do gênero *Vitis* (*V. labrusca*, *V. rotundifolia*, *V. amurensis* e *V. rupestris*) originárias, principalmente, da América do Norte, estão sendo usadas em cruzamentos com a videira europeia (*V. Vinifera* L.) na tentativa de combinar qualidade de vinho com resistência genética a doenças. As variedades obtidas através destes cruzamentos são chamadas de Piwi (*pilzwiderstandsfähige*), que, em uma tradução livre do alemão, significa "resistente aos fungos". Dando sequência a esses cruzamentos, nos últimos anos, pesquisadores da EPAGRI e UFSC buscam avaliar o potencial viti-enológico e a tolerância a pragas e doenças das variedades existentes com as variedades que serão introduzidas oriundas da Itália e Alemanha. O objetivo será a seleção de variedades adaptadas as diferentes regiões climáticas catarinenses, resistentes às doenças e ao ataque de insetos e com qualidade para consumo in natura da uva e produção de vinho (FAPESC, 2017, p. 03 e 06).

Conclusões

Levando em conta que o vinho é um produto cultural que exige a intervenção humana em todo o processo e a tecnologia nem sempre é suficiente para tratar problemas relacionados à dinâmica da natureza (NODARI & FRANK, 2019, p. 197-198), nosso trabalho buscou apresentar a trajetória da implementação dos vinhedos e das pesquisas de melhoramento fitogenético no Planalto catarinense sob uma perspectiva socioambiental. Apesar de tratar-se de um novo território no cenário vitivinícola global, os vitivinicultores da região encontram-se diante do velho dilema sobre as práticas de cultivo: convencionais (ambientalmente danosas) ou alternativas (com aspectos sustentáveis). O reconhecimento crítico e fundamento na ciência acerca desse dilema, mas sobretudo das opções para sua superação, constituem, por fim, a relevância social e acadêmica deste breve texto. Um esboço que busca contribuir na compreensão de que sociedade e meio ambiente são interdependentes para a viabilidade de um território vitivinícola a longo prazo.

Principais referências bibliográficas

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. "Defensivos ou agrotóxicos"? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950 - 2002. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos*, vol. 24, p. 75-91, 2017.

FAPESC - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

Catarina. Avaliação vitivinícola de genótipos de videira nas condições edafoclimáticas de Santa Catarina. Fase V. Plano de trabalho da demanda espontânea de pesquisa. Coordenador: André Luiz Kulkamp de Souza. Florianópolis, SC: EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, 2017.

PANDOLFO, Cristina; VIANNA, Luiz Fernando de Novaes (Orgs.). Vinhos de Altitude de Santa Catarina: caracterização da região produtora, indicadores e instrumentos para proposição de uma indicação geográfica. Florianópolis: EPAGRI, 2020.

PORRO, Duillio; STEFANINI, Marco. Tecnologias para o desenvolvimento da vitivinicultura de Santa Catarina. Trento: Provincia Autonoma, 2016.

NODARI, Eunice Sueli; FRANK, Zephyr. Vinhos de Altitude no Estado de Santa Catarina: a firmação de uma identidade. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 183 - 200, jan./abr. 2019.

* * *

Este trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado "Da terra à mesa: uma história ambiental da vitivinicultura nas Américas", coordenado pela Dra. Eunice Sueli Nodari (UFSC) e conta com auxílio financeiro do CNPq.



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

O dano moral individual e as mineradoras: um estudo da produção científica do ano de 2010 a 2020

SOUZA, Élita da Silva

Graduada em Direito, na Faculdade de Direito Vale do Rio Doce, Mestranda em Gestão integrada de Território na Universidade Vale do Rio Doce
souzacostadvocacia2@gmail.com

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola FAFILE, Mestre em Ciências de la Educación pelo Instituto Enrique José Varona (Havana), Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, pós-doutoramento em educação na Universidade Federal de Sergipe. Docente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce
maria.celeste@univale.br

CAMPOS, Renata Bernardes Faria

Graduação em Biologia, mestrado e doutorado em Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa. Docente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce
renata.campos@univale.br

PRAXEDES, Déborah Neide de Magalhães

Graduada em Ciências Biológicas pela UFSJ e especialista em Análise Ambiental pela UFJF. Mestrado e doutorado em Saneamento Ambiental pela UFV. Docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce
deborah.magalhaes@ifmg.edu.br

Palavras-chave: Dano moral. Mineradoras. Território. Desastre ambiental.

Introdução

O dano moral individual se caracteriza pela violação da dignidade da pessoa humana, direito este ratificado como premissa maior dentro do ordenamento jurídico brasileiro, o qual deve ser amparado em todas as esferas de po-

der como bem fundamental a ser protegido (BRASIL, 1988). Segundo Venosa (2010), o dano moral é o que afeta direta ou indiretamente o campo imaterial do indivíduo, causando-lhe lesões psíquicas, morais e intelectuais.

O dano moral individual aparece protegido pela Constituição de Federal de 1988 como um dos direitos fundamentais, ou seja, possui proteção integral para que o indivíduo tenha sua dignidade resguardada, e mais, para que seja reparada de forma proporcional ao agravo submetido (BRASIL, 1988).

Num desastre ocasionado pelas mineradoras, tanto o dano moral individual, quanto o dano moral coletivo são atingidos, sendo que a reparação de ambos tem respaldo pela legislação brasileira.

A presente revisão sistemática tem como base a pesquisa de artigos que relacionem a exploração minerária no Brasil e a influência direta no território das comunidades atingidas, mais especificamente no âmbito individual, com recorte no território simbólico (carregado das marcas do "vivido") segundo Haesbaert (1994). Busca investigar o que o meio científico vem produzindo sobre dano moral individual e desastres minerários nos últimos 10 anos, verificando a existência de trabalhos que tenha considerado as marcas do identitário ao reparar o dano.

1 Fundamentação teórica

A preocupação do legislador brasileiro sobre a defesa da dignidade humana se consolidou com a Constituição Federal de 1998, quando segundo Reis (2019) claramente constou os direitos e garantias fundamentais da pessoa, tornando-se uma "Constituição Cidadã", segundo o autor, onde prima pela tutela da dignidade da pessoa humana.

Dentro desse diapasão, Reis (2019) conceitua o dano moral como a violação do direito à dignidade, que causa perdas imateriais, as quais devem ser reparadas considerando a dor e o sofrimento de cada indivíduo.

Segundo Venosa (2010) o dano moral é o que afeta direta ou indiretamente o campo imaterial do indivíduo, causando-lhe lesões psíquicas, morais e intelectuais. Nesta mesma linha de entendimento, Cavalieri Filho (2012, p.92-93) diz que dano moral é a "dor, o vexame, o sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfere intensamente no comportamento psicológico do indivíduo".

O direito contemporâneo propiciou uma releitura do conceito de dano moral, pois, segundo Garcia (2015, p.69), não existe somente o entendimento de que o dano atinge o sujeito de direito sem projetar efeitos patrimoniais, mas como "um dano extrapatrimonial imposto ao sujeito de direito que dá causa a

reflexos subjetivos de dor, desgosto, humilhação e outros sentimentos negativos."

A reparação do dano à dignidade da pessoa humana, assume um papel bem mais importante após a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde a conceituação está embasada na defesa da existência do indivíduo e de seu direito de viver com dignidade (BRASIL, 1988).

Desta forma, tem-se acima linhas gerais sobre o dano moral, com conceito e demonstração de sua delimitação dentro do ordenamento jurídico do bem que se propôs a tutelar.

A questão minerária e a reparação de danos morais individuais entraram em maior evidência nos últimos cinco anos após os desastres ocorridos na cidade de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais.

A exploração minerária no país continua a existir e as comunidades em seu entorno não estão isentas de novos desastres com barragens. O estudo da reparação dos danos com enfoque no dano moral individual é de suma importância para a construção do território a partir do indivíduo, aproximando a legislação brasileira da realidade vivida, como forma de coibir, inclusive, outros desastres.

As questões sobre dano moral individual são complexas e requerem maior aprofundamento quanto a sua reparação, pois o que está sob ameaça é a dignidade da pessoa humana que interfere diretamente na construção da sociedade.

A individualização e análise do dano moral, acaba por evidenciar o poder simbólico das mineradoras, pois estas usam de artifícios até mesmo para coibir que o indivíduo possa reivindicar o dano moral individual por uma indução de um conformismo coletivo de que o fato ocorrido está na esfera de uma força maior, colocando as mineradoras num lugar de vítima das circunstâncias.

O estudo do dano moral individual constitui, portanto, um objeto vasto para análise das relações de poder, demonstra uma necessidade de produção científica multidisciplinar para a sua aplicabilidade dentro dos desastres minerários, no intuito de uma reconstrução mais justa das comunidades atingidas.

2 Resultados Alcançados

A revisão sistemática realizada buscou produções acadêmicas concernentes aos danos morais individuais no âmbito dos desastres ocorridos com mineradoras. Foram analisados os artigos constantes em língua portuguesa, tendo como referência a base de dados do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior-CAPES (<http://www.periodicos.capes.gov.br>), através da Comunidade Acadêmica Federada (CAFE),

no modo avançado, onde se efetuou a busca por artigos. Os desfechos selecionados foram: dano moral individual, mineração e mineradoras. Partindo-se do ponto de análise das publicações encontradas, constatou-se onze artigos, com o fichamento de dois deles que discorria sobre a responsabilidade civil.

Após a seleção dos artigos, os mesmos foram agrupados de acordo com o assunto abordado dentro da seara de dano moral, sendo que cinco artigos discorrem sobre dano coletivo ambiental e suas reparações, um sobre crime ambiental relacionado com a responsabilidade dos gestores da empresa, um sobre responsabilidade civil por dano ambiental pelo rompimento de barragem, os outros quatro que discorrem sobre meio ambiente e os impactos da mineração. Sobre o dano individual relacionado com as mineradoras não foi encontrado nenhum artigo que abordasse diretamente o tema. Os artigos encontrados não relatam qualquer reparação individual dentro dos desastres ocasionados pelas mineradoras.

O dano moral coletivo ambiental e sua reparação foi o assunto de maior abordagem nos artigos encontrados. Dentro da revisão sistemática, é demonstrado na Figura 1 que, 46% dos artigos encontrados discorrem sobre o assunto, ressaltando que o fazem de maneira a não abordarem de forma específica as mineradoras, mas os desastres ambientais, seja pela ação humana ou da natureza.

Dentre os onze artigos analisados, Martins et al. (2017) fizeram um levantamento da legislação pertinente ao meio ambiente, destacando a importância de equilibrar o desenvolvimento industrial através do princípio da livre iniciativa e o desenvolvimento sustentável, e demonstram dados obtidos de órgãos oficiais de fiscalização do meio ambiente, onde os desastres ambientais continuam ocorrendo e não há o combate efetivo das condutas ilícitas das empresas. Estes autores fizeram um levantamento dos acidentes ocorridos na esfera de dano ambiental demonstrando tão somente que sua reparação não está próxima do ideal e ainda não existe meio eficaz de coibir preventivamente os desastres.

Considerações finais

Com base nos resultados e análises dos artigos encontrados na busca sistemática, pode-se concluir que a comunidade científica se deteve ao estudo da reparação ambiental e danos coletivos nos desastres minerários, o que é de relevância fundamental para, inclusive, abordar a questão do dano moral individual através do entendimento das pesquisas já realizadas na seara do dano moral coletivo.

O estudo dentro do território da identidade dos atingidos se mostra ainda incipiente quando o assunto é a reparação do dano individual dentro dos desastres ocorridos com as mineradoras, sendo tema de alta relevância aos atingidos, e um meio coercitivo e inibidor de reincidência.

A falta de coerção para que novos desastres não ocorram pode ser um ponto a ser analisado, já que uma reparação com enfoque no individual e suas peculiaridades irá despender penas pecuniárias mais vultosas do que talvez o ressarcimento de forma coletiva.

As pesquisas encontradas na última década sobre dano e mineração delimitam toda a destruição ocorrida quando narra o desastre em sua amplitude no âmbito ambiental, delimita inclusive a responsabilidade civil de seus gestores, o que contribui para a necessidade de avanço nas pesquisas na seara individual.

Ao se fazer a revisão sistemática sobre dano moral individual e mineradoras, atenta-se ao fato de uma lacuna de produção científica sobre o tema que pode mudar a forma de reparação dos danos em desastres minerários e até mesmo a forma estrutural adotada até então pelas mineradoras.

Esta escassez de produção observada, configura uma lacuna que não aproxima a prática legislativa da realidade vivenciada, mormente quanto à efetiva reparação do dano. Há um campo vasto para estudos interdisciplinares que podem aproximar a efetiva reparação deste dano com a reconstrução do território através do indivíduo.

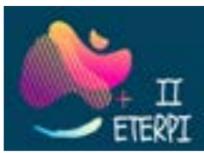
Principais Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de responsabilidade civil. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GARCIA, Fernando Murilo Costa. Dano ambiental existencial: reflexos do dano aos pescadores artesanais. Curitiba: Juruá, 2015.

HAESBAERT, Rogério. Identidades e territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny e CORREA, Roberto L. (orgs.) Manifestação da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p.169-190.



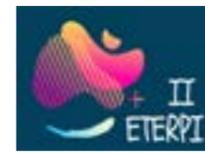
II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

HAESBAERT, R. 1994. O mito da desterritorialização e as "regiões-rede". Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214.

MARTINS, Marcos; FORMIGONI, Alexandre; MARTINS, Karla; ROSINI, Alessandro. Crimes Ambientais e sustentabilidade: Discussão sobre a responsabilidade penal dos gestores e administradores de empresas. Revista Metropolitana de Sustentabilidade, Sep-Dec 2017, Vol.7(3), pp.143-158.

REIS, Clayton. Dano Moral. 6. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: responsabilidade civil. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p.24.



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

O Desastre da Samarco: os impactos socioambientais à luz do Direito dos Desastres

ROCHA, Lissandra Lopes Coelho

Graduação em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce e mestrado em Direito pela Universidade Gama Filho. Doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é reitora da Universidade Vale do Rio Doce
lissandra.rocha@univale.br

NODARI, Eunice Sueli

Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em História - University of California - Davis, doutorado em História pela PUC-RS, Pós-Doutorado na Stanford University - EUA e na Universidade Federal de Minas Gerais
eunice.nodari@ufsc.br

Palavras-chave: desastre socioambiental, direito dos desastres, Samarco.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo investigar como o Direito dos Desastres, numa perspectiva interdisciplinar, lida com o risco de impactos socioambientais de um desastre minerário, especificamente os impactos socioambientais na cidade de Governador Valadares, localizada no Vale do Rio Doce (MG), decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco, ocorrido em 2015 no município de Mariana. A maior parte dos efeitos resultantes do desastre são visíveis e muitas vezes palpáveis, todavia existem aqueles cujos efeitos nem sempre são visíveis e que vem a longo prazo. Neste aspecto, a discussão baseada no Direito dos Desastres, que considera o meio ambiente objeto da tutela jurisdicional, pode ajudar a nos dar as respostas. Com estes pressupostos pretende-se compreender de que forma o ambiente que é objeto de proteção do Estado de Direito Ecológico foi atingido e de que forma a legislação ambiental garante esta proteção. Especificamente no caso do desastre da Samarco, é preciso investigar se, diante do território impactado, foi possível traçar medidas preventivas necessárias, a fim de evitar a concreti-

zação ou minimizar as consequências futuras de um novo desastre. É preciso identificar o papel do Direito dos Desastres neste cenário para resguardar os direitos do meio ambiente e dos demais atingidos.

A pesquisa bibliográfica utilizar-se-á, metodologicamente, uma perspectiva sistêmica, que se mostra adequada para a observação da sociedade atual, marcada pela complexidade, pela contingência e pelo risco do desastre envolvido, capaz de gerar concepções múltiplas do desastre que precisam ser analisadas na correlação do Direito dos Desastres.

1 Fundamentação Teórica

Pretende-se utilizar as considerações críticas de Allan Lavell (2001/2015) e Carvalho e Damascena (2013) como base teórica; especificamente no sentido da abordagem sistêmica, do pensamento holístico sobre desastre, com destaque para a necessidade e importância da articulação das ciências, integração de distintos saberes numa completa visão interdisciplinar.

Na abordagem dos riscos decorrentes de desastres ambientais utilizaremos os fundamentos da sociedade de risco de Ulrich Beck (2010), bem como, percepções em relação aos riscos ambientais de autores como Veyret (2007); Hannigan (2009); Lieber, Romano-Lieber (2002); Giddens (1991); Lima (2005) e Valêncio et al (2007).

Partindo do conceito e discussão sobre desastres, o estudo detalhado sobre esse assunto irá se fundamentar nas conjecturas de Castro (1998, 1999, 2004), Lavell (2015), Siena e Valencio (2009), Carvalho (2008, 2013, 2014 e 2015), bem como, Nodari (2013, 2015); Sedrez (2013) e Silva (1998). A abordagem social do desastre por Quarantelli (1998, 2006), Mattedi e Butzke (2001) e Nasreen (2004), enriquecerão os estudos conceituais do desastre.

Para a abordagem sobre o Direito dos Desastres, sua origem, aspectos conceituais, objeto e aplicação, nos apoiaremos nos ensinamentos de Carvalho e Damascena (2013); Carvalho (2008, 2013, 2014, 2015) que asseveram que os desastres ambientais podem estar ligados aos déficits de proteção ambiental, à segurança pública ou ao atendimento da defesa civil. Também utilizaremos das conjecturas teóricas de LEITE (2004, 2015, 2018) que ressalta a necessidade do Estado de Direito Ecológico, diante da realidade ambiental que se apresenta.

Empregaremos no trabalho o recorte epistêmico de Daniel Farber e Délton Winter de Carvalho (CARVALHO, 2015) cuja matriz teórica do Direito dos Desastres apoia-se na ideia principal de que, a gravidade dos desastres demanda uma regulação sensível ao risco e à incerteza (CARVALHO, 2015, p.21).

Resultados Alcançados

O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, situada em Mariana, e o galgamento da barragem de Santarém, em uma região de cabeceira da bacia hidrográfica do rio Doce, representou um desastre socioambiental de grande magnitude e repercussão que será objeto deste estudo.

A data específica do ápice do desastre, é cinco de novembro de 2015, quando por volta de 15h30 uma grande barragem de rejeitos de minério de ferro, conhecida como Fundão, de propriedade da Samarco, rompeu por completo sobre o pequeno povoado de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, Minas Gerais.

O desastre do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco atingiu de forma diferenciada mais de um território ao longo da bacia hidrográfica do rio Doce e apresenta percepções diversificadas, sendo concebido como tecnológico, segundo Espíndola e Guerra (2017, p. 221):

O termo desastre tecnológico expressa o entendimento de que o desastre iniciado com o rompimento da barragem de rejeitos de mineração, em 5 de novembro de 2015, resultou de opções técnicas, decisões administrativas e priorização de resultados econômico-financeiros por parte dos tomadores de decisão da Samarco/Vale/BHP. Tratado como acidente pelas empresas e como crime pelos atingidos, o desastre colocou a opinião pública brasileira diante de uma tragédia em diferentes atos.

O Direito dos Desastres se destaca por se constituir num ramo do Direito interdisciplinar que frente à realidade catastrófica do evento vai investigar a normatização, o controle, a gestão e as respostas típicas e inerentes ao momento que se estabelece com o desastre, no contexto de uma sociedade localizada em dado território habitado por sujeitos que nele constituem suas territorialidades.

Esse contexto determina que a sociedade deve se adaptar e buscar o aprimoramento dos instrumentos de prevenção e de precaução dos riscos, com o escopo de apresentar respostas em tempo hábil para resguardar e proteger o meio ambiente, diante das sinalizações dos riscos. Nessa linha de raciocínio, Sadeleer (2008, p.264) estabelece como imperativo substituir o controle posterior dos riscos, que tem na responsabilidade civil a sua estratégia curativa, por um controle anterior, com medidas antecipatórias; a substituição das certezas científicas e técnicas por ações de monitoramento e cuidado prévio.

Na presença do desastre e de suas consequências irreversíveis, o Direito dos Desastres é concebido como um artifício para conhecer e comunicar o risco e se revela um instrumento de ligação com o futuro.

Conclusões

O Direito dos Desastres lança mão da utilização de experiências exitosas anteriores, diante de práticas bem-sucedidas de prevenção e respostas procedimentalmente registradas viabilizando uma dinâmica estrutural e flexível capaz de proporcionar uma articulação harmoniosa entre lei, regulamentações administrativas e práticas disponíveis, o que se traduz em um processo dinâmico de aprendizagem com os desastres anteriores possibilitando maior capacidade de resiliência (CARVALHO, 2013).

Principais referências bibliográficas

BECK, Ulrich. Foreword. In: ALLAN, Stuart; ADAM, Barbara; CARTER, Cynthia (eds.). Environmental risks and the media. London: Routledge, 2000.

CARVALHO, Délton Winter de. As mudanças climáticas e a formação do direito dos desastres. Revista NEJ Eletrônica, Vol. 18 – n.3-p.397-415/set-dez 2013. Disponível em: www.univali.br/periodicos

CARVALHO, Délton Winter de. DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. Direito dos Desastres. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. GUERRA, Cláudio Bueno. Desastre da Samarco/Vale/BHP: uma tragédia em diferentes atos. Revista do Lhiste, Porto Alegre, num.6, vol.4, jan/dez. 2017. Páginas 221-235.

SADELEER, Nicolas. Environmental principles. From political slogans to Legal rules. Oxford;New York: Oxford University Press, 2008.

O empreendedorismo como uma tentativa na conciliação das multiterritorialidades femininas com o mundo do trabalho

TENÓRIO, Angélica Antunes

Graduada em História, especialista em Docência e Gestão do Ensino Superior e mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (UNIVALE) angelica-antunes@hotmail.com

SANTOS, Mauro Augusto dos (Orientador)

Graduado em Ciências Sociais e doutor em Demografia (UFMG). Pós-doutoramento no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (UNIVALE) mauro.santos@univale.br

SIQUEIRA, Sueli (Coorientadora)

Graduada em Ciências Sociais. Doutora em Ciências Sociais (UFMG). Pós-doutoramento no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (UNIVALE) sueli.siqueira@univale.br

Palavras-chave: mulheres, empreendedorismo, território

Introdução

A pesquisa tem como tema a desigualdade de gênero no mundo do trabalho. A justificativa do trabalho se dá pela importância que vem adquirindo a discussão sobre a desigualdade de gênero, nos espaços acadêmicos e nas esferas pública e privada, sendo o tema algo de interesse regional, nacional e mundial. Com as transformações ocorridas na sociedade nas áreas da economia, da cultural, da demográfica e também social, as mulheres através de maior qualificação educacional adentraram em áreas profissionais antes ocupadas majoritariamente por homens. Apesar dos avanços, percebe-se a permanência de antigas estruturas da sociedade que refletem a divisão sexual do trabalho que repercutem as relações de poder existentes entre os gêneros, muitas vezes de forma tênue. As transformações sociais não foram suficientes para alterar completamente a divisão do trabalho doméstico, provocando um aumento da participação dos homens, no entanto, com as mulheres em grande parte dos

casos, sendo responsáveis por cuidar da casa, dos filhos e, alguns casos, dos pais além de exercerem também o trabalho formal. Nessa perspectiva, o empreendedorismo feminino é utilizado por algumas na tentativa de conciliarem suas multiterritorialidades com o território do trabalho. A metodologia utilizada no trabalho será qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas a serem realizadas com algumas mulheres empreendedoras de Ipatinga. Por fim, o instrumental utilizado será de análise de conteúdo, as informações presentes na entrevista serão agrupadas em categorias temáticas e as falas analisadas dentro de cada tema. Os textos não sofreram correções linguísticas, preservando o caráter espontâneo das falas.

1 Fundamentação teórica

Embora o Brasil seja um país onde o empreendedorismo feminino tem se desenvolvido de forma acelerada, observa-se que a participação das mulheres ainda é tímida em certos empreendimentos, como, por exemplo o da construção civil. Segundo Baggio e Baggio (2014), o empreendedorismo é algo primordial para o desenvolvimento da economia do país, por ampliar renda e geração de emprego. Para os autores, existem aspectos comuns sobre o empreendedorismo, como a iniciativa, a criatividade, a capacidade para assumir riscos financeiros, a busca pela transformação do ambiente econômico e social e a paixão pelo que faz. As mulheres utilizam suas habilidades e criatividade ao empreenderem na busca por uma maior flexibilidade de horário e procuram buscar o equilíbrio de suas multiterritorialidades como mãe, esposa, filha, trabalhadora, estudante e tantas outras vivências experimentadas corriqueiramente. Haesbaert (2004) entende que a multiterritorialidade é uma característica marcante da sociedade, onde as pessoas experimentam diversos territórios simultaneamente.

(...) a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma "multiterritorialidade". (Haesbaert, 2004, p.344)

Apesar das transformações evidentes na sociedade, algumas permanências são latentes. As mulheres lidam com estereótipos, criados e sustentados de forma temporal e espacial, que refletem as desigualdades de gêneros e que perpassam por relações de poder. Hirata (2003) problematiza a questão do gê-

nero, ressaltando que sempre existiu e ainda permanece uma sociedade moldada no patriarcalismo e conseqüentemente na reprodução da divisão sexual do trabalho. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade é uma questão central para a abordagem do problema, adentrando na área da Administração, com o estudo do empreendedorismo, da Geografia Cultural, para compreender os espaços apropriados e dominados pelas mulheres no mundo dos negócios, e os estudos sobre gênero, por explicitarem a desigualdade de gênero no território do trabalho.

2 Resultados alcançados

O empreendedorismo feminino no Brasil tem crescido em grande proporções, podendo-se associar a esse fato, o maior acesso da mulher à educação, tornando-a mais qualificada, e o direito de escolhas e isso inclui à maternidade. O número de filhos por família tem diminuído, o que propicia para as mulheres maior disponibilidade de tempo no investimento de sua carreira profissional. Dessa forma, algumas mulheres, se qualificaram mais que os homens e adotaram posturas que contribuíram para mudanças no cenário nacional e internacional. O empreendedorismo, portanto, emerge em um ambiente de transformações culturais, sociais, econômicas e demográficas, em que as mulheres foram responsáveis por algumas rupturas em relação a estigmas e estereótipos, como os usados pela sociedade na construção do mito de que o único espaço adequado para elas seria o território da casa, onde o zelo e o cuidado com o esposo e os filhos deveria ser sua maior expertise. Nesse contexto de rupturas, as mulheres assumiram várias identidades no espaço e no tempo, resultando na sobrecarga da busca pelo equilíbrio entre trabalho e família. Muitas mulheres tornaram-se chefes de família e precisaram aumentar suas rendas por serem as únicas responsáveis economicamente pelo sustento do clã (CAVENAGUI; ALVES, 2018). Dessa forma, as mulheres foram motivadas a empreenderem por diversas razões: necessidade de ampliar a renda; desejo pela independência financeira; realização de um sonho; insatisfação com o trabalho anterior; paixão pelo que faz; desemprego; desejo de ser proprietária do seu próprio negócio; busca por autonomia, flexibilidade e oportunidade de crescimento econômico (SILVA; et al, 2019). Portanto, algumas empreendedoras as mulheres são consideradas mais resilientes em relação ao cenário econômico, pois, possuem uma maior propensão de lidarem melhor com conjunturas negativas que os homens, demonstram maior preocupação com os clientes, são habilidosas, sensíveis e mais pacientes (SILVA; et al, 2019). Essas características têm impactado de forma positiva o empreendedorismo feminino a ponto

de fortalecer o mundo dos negócios. No entanto, elas continuam em áreas estereotipadas para o sexo feminino. Mesmo sendo mais qualificadas que os homens, as mulheres precisam comprovar a sua capacidade de gerenciarem seus próprios empreendimentos a todo instante, principalmente em negócios considerados do ramo masculino, como construção civil. Percebe-se que os tipos de negócios desenvolvidos por elas estão relacionados à "prestação de serviços, serviços educacionais, consultoria pública ou relações públicas" (Baggio;Baggio,2014,p.32). Portanto, o sexo feminino, ao empreender, tem as marcas dos cuidados com terceiros, replicando os ditos guetos femininos e a reverberação da desigualdade de gênero no mundo do trabalho.

Conclusão

O empreendedorismo é essencial para o desenvolvimento da economia do país. Por questões de necessidades ou oportunidades às mulheres tem fomentado o mundo dos negócios no Brasil. Porém, sua participação tem se restringido à áreas consideradas pela sociedade como femininas, tendo, como resultado, a criação de guetos profissionais que reforçam a divisão sexual do trabalho e conseqüentemente a desigualdade de gênero.

Principais referências bibliográficas

- BAGGIO,A.F.; BAGGIO,D,K. Empreendedorismo: Conceitos e Definições. Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia.v.1, n.1, p.25-38, 2014. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistasi/article/view/612/522>. Acesso: 10 set.2020
- ALVES; J. E. D; CAVENAGHI.S.M. Mulheres Chefes de Família no Brasil: Avanços e Permanências. 32.ed. Rio de Janeiro: Estudos Sobre Seguros, 2018. 120 p. Disponível em:https://www.ens.edu.br/arquivos/mulheres-chefes-de-familia-no-brasil-estudo-sobre-seguro-edicao-32_1.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020
- Haesbaert, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HIRATA, H.; MARUANI,M. As Novas Fronteiras das Desigualdade: Homens e Mulheres no Mercado de Trabalho. São Paulo: Senac, 2003. 365 p.
- SILVA, P.M.M.; EL-AOUAR,W.A.; SILVA, A.W.P.; CASTRO, A.B.C.; SOUSA, J.C. A Resiliência no Empreendedorismo Feminino. Revista Eletrônica Gestão & Socie-

dade. V.13, n. 34, p. 2629-2649, 2019. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/2346/1405> . Acesso: 06 jan.2021

O papel dos cartórios na criação dos municípios e na delimitação de seus territórios

RIBEIRO, Daniel de Araújo

Graduação em Direito pela Universidade Federal de Viçosa/MG
Pós-Graduação em Direito Civil e Processual Civil pelas FIC, de Caratinga/MG
Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera-Uniderp
Mestrado em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos
Mestrando no Programa de Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce
dielufv@hotmail.com

Palavras-chave: cartórios; municípios; território.

Introdução

A partir da ideia da população como trunfo necessário para a implementação das estruturas de poder do Estado, enxergamos o cartório como uma ferramenta essencial para a gestão deste recurso. Pretendendo exemplificar tal visão, apresenta-se como tema do presente resumo expandido o papel dos cartórios na construção dos territórios municipais no Brasil sob a perspectiva material.

Comumente identificados apenas como Cartórios, os serviços públicos consistentes em recepcionar, registrar e atestar a veracidade (dar fé pública) de informações relativas às pessoas (naturais ou jurídicas – população) e aos seus bens foram essenciais ao estabelecimento dos territórios submetidos às instâncias administrativas locais.

Na atual ordem constitucional brasileira, as serventias extrajudiciais operam estes serviços (notariais e de registro) exercendo-os em caráter privado por delegação do Poder Público. Mas, nem sempre foi assim. A cada período histórico do Brasil institucional, esse serviço foi formatado e utilizado como ferramenta de controle e legitimação sobre o domínio do espaço e a mobilidade dos corpos.

Porém, independentemente do escopo ao qual serviram a cada momento, a proliferação das unidades prestadoras de tais serviços, a distribuição das atribuições entre serventias diversas e o estabelecimento de circunscrições de competência, acabaram fazendo com que os cartórios tivessem um papel fundamental na formatação dos limites territoriais dos Municípios que compõem

atualmente o território nacional.

É o que se pretende demonstrar através de estudos interdisciplinares envolvendo conteúdos teóricos jurídicos, históricos e geográficos, bem como a legislação correlata.

1 Fundamentação teórica

História, Direito e Geografia são as principais matrizes epistemológicas que serviram de base ao presente trabalho.

Na seara histórica foram essenciais Darcy Ribeiro (2015) e Jorge Caldeira (2017) para compreender preliminarmente como a estrutura administrativa brasileira formou-se a partir da continuidade das estruturas herdadas de Portugal e seguiu sua história fortemente inspirada nas mesmas bases teóricas, epistemológicas e de legitimação. A Santa Sé, “como centro de legitimação e de sacralização de qualquer empreendimento mundial e centro da fé regida em seu nome por um vasto clero assentado em inumeráveis igrejas e conventos” (RIBEIRO, 2015, p. 31) foi, por muito tempo, a principal estrutura administrativa de muitos estados incipientes, dentre eles Portugal e suas respectivas colônias, fornecendo mão-de-obra disciplinada, hierarquizada e qualificada para os serviços burocráticos, como os de notas e os de registros de pessoas e bens. Pode-se dizer, inclusive, que é com lastro nas bulas papais do Século XV que ainda hoje legitima-se a propriedade da terra no Brasil.

Revelou-nos CALDEIRA (2017), a ideia de que a laicidade republicana se deu, talvez, mais por pragmatismo do que por princípio. Ao comentar o Decreto nº 119-a/1890, editado pelo Governo Provisório do Brasil após a Proclamação da República, assim explica os seus efeitos práticos:

No dia 7 de janeiro de 1890, um mês e meio após a mudança de regime, o governo publicou um decreto (...) regulamentando a liberdade de culto no Brasil. Com apenas seis artigos, ele liquidou cinco séculos de tradição. (...) no breve artigo 4, determinava que ‘fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas’. Em uma linha, acabava uma ligação entre a Igreja católica e o governo que vinha ininterruptamente desde 1418. E (...) ainda decidiu sobre uma série de atos antes comuns à Igreja e ao governo: as certidões emitidas pelos padres eram documentos públicos e os registros clericais tinham validade civil. (CALDEIRA, 2017, p. 309-310)

Separou-se a gestão, mas não o conteúdo dos serviços. Os funcionários seriam outros, mas as pessoas e seus bens continuariam sendo registrados e seus direitos conferidos a partir dos registros.

Claude Raffestin (1993), base geográfica deste estudo, ensina-nos um conceito de território que atende à abordagem aqui proposta, na medida em que, segundo o autor, o estabelecimento da relação de poder no espaço constitui o território. E, ainda, o autor trata a representação da população como o primeiro domínio do poder; dos atores e suas finalidades, do controle e gestão dos fluxos naturais e do controle e gestão dos fluxos migratórios. Portanto, controlar a população, seus atos, fatos e movimentos, é essencial para o exercício de poder sobre o espaço que a contém, e conseqüentemente, para a constituição desse espaço em um território.

2 Resultados alcançados

A ideia basilar a partir da qual se apresentam as proposições feitas até aqui é a de que os serviços de registro e notas foram essenciais ao estabelecimento das relações de poder entre a população e o Estado brasileiro no território nacional. Neste resumo, essa ideia geral é verificada especificamente em relação à delimitação dos limites territoriais dos entes municipais que hoje compõem a República Federativa do Brasil. Como resultado, pode-se constatar que foi sobre essas escrituras que se fez boa parte do esboço do que hoje é o desenho geopolítico institucional do país.

É importante ressaltar que nossa proposta não é atribuir mais relevância ao serviço do que a aqueles que o prestaram. Nem considerá-lo como único meio configurador dos territórios locais. Diversos foram os agentes, fatos e acasos, às vezes alheios aos registros, que contribuíram para fragmentar o território nacional em inúmeras instâncias administrativas. A pretensão aqui é destacar a devida importância e essencialidade dessa ferramenta às vezes negligenciada.

Os cartórios (serviços de registro e notas), segundo argumentamos, foram uma ferramenta extremamente eficiente utilizada para esse fim e a sua distribuição pelo território nacional atendeu às intenções de alguns núcleos sociais de poder em obter legitimidade política. O serviço, fosse eclesiástico ou laico, serviu de instrumento de materialização e consolidação de tais pretensões.

Sobre o período eclesiástico, o estudo de SALGADO e PEREIRA (2017), que estuda no acervo do arquivo do Estado de São Paulo procedimentos para elevar freguesias a vilas na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII, exemplifica a essencialidade do escrivão (serviço de notas) na formalização das pretensões políticas e a importância dos sacramentos (batismo, matrimônio e unção dos enfermos etc. – serviço de registro), na delimitação dos territórios.

Como demonstrou Murillo Marx, a complexidade dos processos de formação de núcleos urbanos no período colonial até o século XIX revela uma impressionante constância por séculos e um processo difuso em todo o território da então colônia de Portugal. De acordo com o autor, no Brasil colônia, uma das formas recorrentes de formação de povoados era a partir da doação de terras por um morador, ou conjunto de moradores, ao patrimônio de um santo de devoção da Igreja Católica. Estas terras cedidas passavam a constituir um bem sagrado e sobre elas poderia ser erguida uma capela, proporcionando a formação e expansão de um povoado, e determinando, sobretudo, legitimidade à terra, conforme as ordenações eclesiásticas. À medida que o povoado se desenvolvesse este poderia adquirir o estatuto de freguesia. Quando a freguesia era elevada ao estatuto de vila, a delimitação do *rossio* e do termo eram fundamentais na ocupação do território e na definição do espaço urbano, distinto do rural. (...) Já a criação de uma vila implicava a imposição de uma instituição jurídica a um núcleo urbano que se tornava então formalmente integrado ao Império Português. (SALGADO, PEREIRA, 2017, p. 3)

Já o período laico, como já mencionado, inicia-se com a extinção do padroado após a Proclamação da República. Neste período substituem-se definitivamente os cânones por leis e os sacramentos por institutos civis, mas a importância e a essencialidade do serviço continuam. O que pode ser apreendido, agora, através do estudo das leis.

A estrutura administrativa das vilas foi mantida e a organização da hierarquia regional foi delegada aos estados, conforme Art. 68 da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de Fevereiro de 1891: "Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse", cuja fórmula foi repetida nas constituições de 1934, 1937 e 1946.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1967 estabeleceu em seu artigo 14 que "lei complementar estabelecerá os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais, para a criação de novos Municípios" e em seu artigo 15 que "a criação de Municípios, bem como sua divisão em distritos, dependerá de lei estadual. A organização municipal poderá variar, tendo-se em vista as peculiaridades locais".

Desde então, o principal critério para o surgimento de um novo município estabeleceu-se como sendo o populacional, o que tornou evidente a essencialidade da presença de um serviço de registro de pessoas naturais na localidade. Como desde o Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, a divisão territorial brasileira tem como menor unidade administrativa o distrito (que veio a suceder a freguesia), e que o estabelecimento de um distrito se dá simultaneamente com a criação de um serviço de registro civil de pessoas naturais e notas para a respectiva circunscrição, o cartório tornou-se a célula-tronco de

qualquer pretensão município brasileiro.

O critério populacional permaneceu como parâmetro mínimo até a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988 – CF/88, que manteve a prerrogativa dos estados para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios. Porém, ela delegou aos estados a competência para definir as diretrizes gerais para tais alterações, sem estabelecer requisitos mínimos, o que teve como consequência uma proliferação de municípios que se mostrou insustentável. Para conter esse movimento, a Emenda Constitucional nº 15 de 1996, alterou a redação do referido §4º para determinar que as regras gerais deveriam ser definidas por Lei Complementar Federal, que nunca foi editada.

No entanto, mesmo assim, alguns estados, interpretando as normas relativas à competência concorrente para legislar previstas no Art. 24 da CF/88 consideraram-se com competência plena (§3º), tendo em vista a omissão federal, e continuaram a editar (ou observar) suas respectivas leis estaduais gerais e leis estaduais específicas alterando as configurações político-administrativas de seus municípios.

Judicialmente, em diversas decisões em sede de controle difuso de constitucionalidade pacificou-se o entendimento de que são inconstitucionais quaisquer leis estaduais que tratem do assunto antes da edição da exigida lei complementar federal. Porém, embora as decisões jurídicas reconhecessem a inconstitucionalidade das leis estaduais, não declaravam a nulidade dos atos de reconfiguração municipal.

Situação que perdurou até 2008, quando a Emenda Constitucional nº 57, incluiu o Art. 96 nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias determinando que ficariam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação.

Portanto, atualmente, cabe aos Estados a decisão política concreta de criação do Município ou da alteração de limites intermunicipais por meio de lei. No entanto, cabe à União fixar, através de Lei Complementar, o período e determinar os requisitos para a realização dos Estudos de Viabilidade Municipal.

Conclusões

A ideia de que os serviços de registros de pessoas e bens e o serviço de notas foram uma ferramenta presente e essencial na formação do Brasil institucional, especificamente em relação ao desenho dos territórios municipais,

pode ser reforçada com o presente trabalho através do estudo de textos com abordagens historiográficas e geográficas, bem como através da análise das constituições brasileiras e demais normas infraconstitucionais correlatas.

Fosse chamada vila, distrito, freguesia, povoado, município etc., não importa o nome dado ao núcleo de poder estabelecido de fato, o primeiro serviço público que o instituía formalmente, criando uma instância administrativa local, era o cartório.

Atualmente, a coincidência entre as circunscrições de competência das serventias e os limites territoriais dos municípios e seus distritos continua. Porém, o reflexo dessa organização em relação à composição populacional dos municípios entrou em descompasso a partir do impasse quanto aos critérios e procedimentos necessários para a alteração do atual mosaico municipal.

Em Minas Gerais, por exemplo, tem-se o Distritos de Barreiro e Venda Nova, em Belo Horizonte, com uma população estimada em aproximadamente 300 mil habitantes cada e apenas 1 cartório de registro civil e notas em cada, enquanto Mesquita tem uma população estimada em menos de 6 mil habitantes e 6 cartórios ativos com atribuições diversas.

Principais referências bibliográficas

CALDEIRA, Jorge. História da riqueza no Brasil: cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Atlas, 1993.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Global Editora, 2015.

SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. A formação de núcleos urbanos no Brasil Colônia: procedimentos para elevar freguesias a vilas na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. Paranoá: cadernos de arquitetura e urbanismo, v. 18, n. 18, 11. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/11788>. Acesso em 26/01/2021.

O Território Rural São Mateus: uma revisão exploratória

CARNEIRO, Pedro Santiago Pereira Zanelatto

Graduado em Administração (UFJF), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE
pedro.carneiro@univale.br

Palavras-chave: Território São Mateus, Desenvolvimento Territorial, Territórios Rurais

Introdução

Na América Latina, durante os anos 2000, a formulação de políticas públicas específicas para agricultura familiar ganhou força a partir das coalizões com movimentos sociais rurais que buscaram aproveitar a janela de oportunidades com as vitórias eleitorais de setores da esquerda (SABOURIN, 2018). Segundo Souza (2014), as políticas públicas nos governos democráticos, traduzem os propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações visando produzir resultados ou mudanças no mundo real. No Brasil as políticas públicas para agricultura familiar adotaram, sob influência externa de órgãos internacionais de desenvolvimento, uma abordagem territorial que almejava o desenvolvimento rural. Assim, partir de 2003, implementou-se uma política nacional de iniciativas públicas e da sociedade civil com base no conceito de "Território Rural", o que evoca um debate que ocorre no âmbito das políticas públicas e da produção acadêmica (GENOVEZ e MORAIS, 2019).

O presente trabalho objetiva conhecer a produção acadêmica sobre as políticas públicas relacionadas ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT) no Território Rural São Mateus (TRSM). Para tanto, realizou-se uma revisão narrativa exploratória de literatura, a fim de identificar como o termo Território Rural é tratado nos trabalhos sobre o TRSM.

1 Fundamentação teórica

O Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT), instituído em 2003, buscou estabelecer a partir da organização interna de agricultores familiares e beneficiários da reforma agrária, com sua dinâmica própria, a elaboração de um projeto negociado que visasse a coletividade, o desenvolvimento endógeno e o combate da pobreza no campo (GERALDI, 2012).

O termo Território Rural foi usado para delimitar conceitualmente o desenvolvimento rural sustentável, a partir do enfoque territorial, almejando regionalizar as políticas públicas de acordo com os diversos contextos através de uma visão integradora dos espaços, atores, agentes, mercados e políticas públicas. Por meio da inclusão dos pequenos agricultores o programa buscava a alteração do quadro fundiário brasileiro a fim de combater o fenômeno denominado de modernização conservadora do latifúndio, que entende que uma característica do processo de desenvolvimento brasileiro é a conservação da estrutura fundiária (GENOVEZ e MORAIS, 2019).

Entre os aspectos inovadores das políticas territoriais rurais, Ortega (2008) destaca a necessidade de se firmar um pacto intermunicipal de desenvolvimento, o que permite explorar as vantagens comparativas e competitivas de cada município. Há também a superação da visão do rural como um setor agropecuário apenas, passando a ser considerado como um espaço de atividades variadas. Sendo entendido como espaço, o rural nas políticas territoriais não desconsidera as dificuldades impostas aos projetos de desenvolvimento devido às especificidades locais de assimetria de poder. (ORTEGA, 2008).

Genovez e Morais (2019) destacam que o termo Territórios Rurais surge nos documentos produzidos no âmbito governamental sem o devido cuidado de problematização conceitual consistente, de modo que a abordagem territorial continuou permeada pelo conceito de região que era adotado. As pesquisas acadêmicas dão ênfase aos Territórios Rurais a partir de três categorias: discutindo teoricamente o conceito de Território a partir de um debate geográfico; a partir de um cenário interno, pautado nos documentos governamentais e seus conceitos, e a partir de um cenário externo, pautado nas experiências desenvolvidas na União Europeia e América Latina (GENOVEZ e MORAIS, 2019).

Nesse sentido, a presente revisão narrativa exploratória tem por objetivo conhecer a produção acadêmica sobre as políticas públicas relacionadas ao PRONAT no Território Rural São Mateus, procurando identificar a ocorrência das categorias quanto ao modo como termo Território Rural é tratado.

2 Resultados alcançados

O TRSM está localizado na região Leste de Minas Gerais, próximo à divisa com o Espírito Santo, e tem este nome por abarcar as cabeceiras do rio Cricaré, que constitui o braço sul do rio São Mateus, sendo composto por 11 municípios: Central de Minas, Cuparaque, Divino das Laranjeiras, Goiabeira, Itabirinha, Mantena, Mendes Pimentel, Nova Belém, Nova Módica, São Félix de Minas e São João do Manteninha. Sua população em 2010 era 79.668 habitantes, sendo 21.885 (27,4%) o correspondente aos residentes rurais. Em 2014, a bovino cultura de leite corresponde ao principal item da produção dos estabelecimentos agrícolas (familiar e não familiar) no território, seguido pelo café. No entanto, mesmo não representando a parcela principal da produção no território, os cultivos de frutas e hortaliças continuam presentes nas propriedades da agricultura familiar voltada essencialmente para o autoconsumo cujo excedente deixa de ser comercializado (ANDRADE et.al., 2019).

Para identificar como o termo Território Rural é tratado na produção acadêmica referente ao TRSM, no âmbito das políticas de desenvolvimento territorial, optou-se pela revisão narrativa exploratória, que segundo Ferenhof e Fernandes (2014), é aquela revisão onde a seleção dos artigos é feita de forma arbitrária e não há a definição explícita de critérios, pois o autor não necessariamente tem a preocupação de esgotar as fontes de informação, uma vez que procura questões e sugestões que vão subsidiar futuras pesquisas sistemáticas sobre o tema (FERENHOF E FERNANDES, 2014).

Realizada uma busca no portal Periódicos CAPES, a partir do termo "Território Rural São Mateus", obteve-se como resultado apenas um artigo acadêmico. Também foi realizada uma busca no Google Acadêmico, com o mesmo termo, obtendo-se uma tese de doutorado e outros quatro artigos e um artigo repetido. Analisando a forma com o termo Território Rural foi abordado nos seis trabalhos encontrados, partindo das categorias propostas por Genovez e Morais (2019), pode-se perceber a ocorrência de até duas categorias numa mesma pesquisa, principalmente aquelas que abordam o Território Rural partindo de uma perspectiva interna e externa. Apenas na tese de doutorado há um maior aprofundamento teórico quanto ao termo, porém com o foco da discussão mais voltado para a avaliação e execução de políticas públicas do que acerca da epistemologia do conceito de Território. Alguns trabalhos tem objetivos de apresentar resultados de levantamentos produtivos e de perfil do território, de modo que seus objetivos são mais voltados para uma avaliação técnica dos resultados preterindo o debate teórico acerca do conceito de Território.

Conclusões

A principal conclusão deste trabalho é que há pouca discussão sobre o conceito de Território que dá bases para o Território Rural, no que tange a produção acadêmica sobre o Território Rural São Mateus. Desse modo, o esvaziamento conceitual apresentado na formulação das políticas públicas de desenvolvimento rural também se reflete, em algum grau, na produção acadêmica e na execução destas políticas.

Principais referências bibliográficas

ANDRADE, Á. A. X. DE. Percepção ambiental e políticas públicas para a agricultura familiar na região rio doce, minas gerais. 2019. tese (doutorado em extensão rural). universidade federal de viçosa. viçosa 148 p., 2019.

ANDRADE, Á. A. X. DE, CARNEIRO, P. S. P. Z., SOUZA, W. N. DE, et al. Políticas públicas e agricultura familiar: um estudo de caso no território rural são mateus em minas gerais, desenvolvimento em questão, v. 17, n. 46, p. 143–162, 2019.

BATISTA, A. M. A., RIBEIRO, E. M. Fazendo escolhas, elegendo prioridades: uma análise das contribuições do proinf no apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar nos territórios da cidadania do alto, médio e baixo jequitinhonha: Congresso em desenvolvimento social: estado, meio ambiente e desenvolvimento, V., Montes Claros - MG, unimontes, 2016. p. 5–15.

SILVA, S. P. dimensões analíticas do conceito de inclusão produtiva para fins de política social: uma revisão bibliométrica. mercado de trabalho: conjuntura e análise. Brasília-DF, IPEA, 2020

SOUSA, F. F. DE, THAÍS, N., MANSUR, D. O papel da comunicação de risco na construção da governança territorial : uma análise a partir do território são mateus , minas gerais, revista brasileira de gestão e desenvolvimento regional, v. 15, n. 4, p. 119–132, 2019..

TEIXEIRA, D. M., PEIXOTO, C. A., PAGOTTO, D. DO P., et al. Impactos do pnae para o empreendedor familiar rural brasileiro, Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 5, p. 109–132, 2020.

FERENHOF, H. A.; FERNANDES, R. F. Desmistificando a revisão de literatura como base para redação científica: método SFF. Revista ACB, Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 550-563, ago./nov., 2016.

GERALDI, J. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. PPP: planejamento e políticas públicas, n.39, p. 155-185, jul./dez. 2012

ORTEGA, A.C.; Territórios Deprimidos: Os desafios das políticas de desenvolvimento territorial rural. Campinas: Alínea, 2008.

SABOURIN, E.; Trajetórias, institucionalização, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar em perspectiva comparada: In: Mesa Redonda Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e agroecologia na América Latina, Cidade, 2018. Políticas públicas para o meio rural brasileiro no período recente: mudanças, continuidades e rupturas.

SOUSA, J. G. de. Política de desenvolvimento territorial rural: o caso do território da Zona da Mata Norte-PB. 2014. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

O uso de indicadores para mensuração, monitoramento e avaliação do território escolar: um estudo numa perspectiva interdisciplinar

OLIVEIRA, Yury Aranha de

Graduado em Administração, especialista em Gestão Pública, mestrando em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce
yuryaranha@yahoo.com.br

SILVA, Willerson Custódio da (Orientador)

Graduado em Matemática, mestre em Estatística Aplicada e Biometria, doutor em Fitotecnia com ênfase em Estatística Aplicada, professor do Instituto Federal de Minas Gerais
willerson.silva@ifmg.edu.br

BARBOSA, José Márcio Silva (Orientador)

Graduado em Ciências Econômicas e em Ciências Sociais, mestre e doutor em Educação, pós-doutorando em Educação, professor da Universidade do Estado de Minas Gerais
jmarciosb@yahoo.com.br

Palavras-chave: indicadores de desempenho, território normado, escola.

Introdução

A escola é local de produção de conhecimento, desenvolvimento humano e convívio social. Constitui-se num espaço vivido pelos diferentes atores que o integram: alunos, docentes, funcionários, família e sociedade. Contudo, é também espaço normado, lugar de exercício de poder, território sobre o qual o Estado utiliza a estatística como ciência essencial para demonstrar seu comando ao produzir métricas e indicadores para medir, monitorar e avaliar as atividades desenvolvidas.

Diante deste território complexo, múltiplo e diverso, o estudo dos indicadores de desempenho sob a lente disciplinar não é suficiente para alcançar o pluralismo presente. O conceito/ferramenta inicialmente da Administração, ganha especificidades ao ser aplicado em um território de abstrusa problemática relacional e necessita de outros campos do saber para fornecer respostas ao problema.

Para analisar essas questões, o estudo está ancorado na abordagem qualitativa, por intermédio da pesquisa bibliográfica, embasado em autores que apresentam um posicionamento sobre os temas propostos, bem como apon-

tam caminhos para possíveis discussões no âmbito acadêmico. Vale ressaltar, que este trabalho inicialmente não tem a pretensão de cobrir toda a amplitude do debate em questão.

1 Fundamentação teórica

Estudos demonstram que a aplicação de indicadores em instituições educacionais é desafiante, pois elas possuem particularidades específicas que devem levar em consideração a cultura local vigente. Para garantir essa mobilização, Morin (2007) propõe que, diante da complexidade das relações sociais, os fenômenos devem ser estudados, analisados e interpretados de forma interdisciplinar e integrada, ao invés de propor uma visão disciplinar, fragmentada, especializada e reducionista. Para o autor, é necessário reconhecer e encarar a pluralidade da vida e do humano.

A escola é território complexo, múltiplo e diverso. A problemática relacional neste espaço envolve atores com finalidades, intencionalidades e estratégias diferentes. Entre esses atores, está o Estado. O poder político do Estado, segundo Raffestin (1993) constitui-se pelo poder de controle deste sobre o território e a população. O poder concreto, ainda segundo Raffestin (1993), refere-se à ação, ou seja, ao exercício do poder: quando a capacidade de determinar o comportamento do outro é posta em ato. Para a efetivação e demonstração do seu poder, o Estado utiliza-se de instrumentos e ferramentas. Foucault (1979) afirma que a estatística é a ciência utilizada pelo Estado como meio de racionalizar o exercício do poder.

Com o uso da estatística, o Estado, coleta e organiza dados para monitorar, medir e avaliar suas atividades. Os dados são articulados e utilizados para a estimativa de indicadores de desempenho, que são, de acordo com Deponti, Eckert e Azambuja (2002) instrumentos que permitem a mensuração de especificidades de um sistema, sendo item imprescindível no processo de tomada de decisões. Para o INEP (2004, p.14), os "indicadores são aspectos, qualitativos e quantitativos, que possibilitam obterem-se evidências concretas, que, de forma simples ou complexa, caracterizam a realidade dos múltiplos elementos institucionais que retratam".

A aplicação dos indicadores deve considerar aspectos próprios e particulares do seu espaço de aplicação. Em território escolar são utilizados, segundo Souza (2010), com três finalidades: diagnosticar pontos sensíveis, como inclusão e repetência, serem base para comparação em aspectos como a utilização de recursos e a gestão educacional e principalmente são instrumentos para tomada de decisão, planejamento, formulação de metas e alcance de objetivos.

2 Resultados alcançados

O estudo que vimos realizando mostra que é preciso monitorar continuamente os resultados produzidos por esses indicadores em função dos dados e informações, dentre outros aspectos mais adequados à realidade das instituições educacionais para a sociedade brasileira. Considerando que a educação é um processo evolutivo e dinâmico, o contínuo processo de monitoramento e avaliação, pelo qual se acompanha a garantia da efetividade das ações práticas, se realiza em duas dimensões: eficiência e eficácia. Para conhecer tais critérios específicos da Administração Educacional, procura-se saber: Algum fenômeno social pode ser estudado e explicado sob a lente de uma única ciência? Algum ramo do conhecimento é capaz de abarcar toda a complexidade do humano? Sendo os territórios tão diversos e múltiplos, um olhar disciplinar é suficiente para dar respostas aos elementos e às relações produzidas e vividas ali?

Nessa fase inicial da pesquisa, os indicadores de desempenho, de forma geral, servirão de medidas para caracterizar as atividades, processos e projetos sob um aspecto de eficiência e eficácia, ou seja, se determinado resultado foi alcançado dentro dos parâmetros exigidos. É um olhar da Administração: alcance dos objetivos propostos utilizando determinados níveis de recursos. Mas os indicadores aplicados ao território escolar, necessitam de uma maior abrangência, pois, envolvem além da Administração, o Território e principalmente a Educação. Medir a Educação, com a mesma "régua" utilizada para medir atividades de gestão, é no mínimo falho, pois não abarca todas as especificidades que lhes são características.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) tem como missão "subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país" (INEP, 2015). Ele organiza, por meio de censos, valiosos bancos de dados que estão disponíveis para serem utilizados pelo Estado no cotejamento de políticas educacionais, por pesquisadores, e por gestores de instituições de ensino. Os censos são também utilizados para classificar e produzir rankings entre as instituições de ensino. Entre eles, está o Índice de Eficiência Acadêmica. O índice considera tão somente o "percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto" (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018). Tal indicador, é adequado para medir, monitorar e avaliar o território escolar? Aspectos além dos relacionados à gestão, à eficiência e eficácia sob o escopo da Administração estão sendo considerados? Quando os indicadores não consideram particularidades territoriais, são mero instrumento de poder, utilizados para criar uma imagem ou modelo, que conforme Raffestin (1993) é uma construção da realidade, uma ruptura entre a imagem territorial

projetada e o território real.

Conclusões

O uso de indicadores para mensuração, monitoramento e avaliação de território escolar é prioridade da gestão educacional, que se realiza a partir da observação, coleta de dados, registro, análise e interpretação da realidade, realizado com objetivo de conhecê-la, para dar-lhe encaminhamento mais efetivo. Além disso, são instrumento para dar clareza e publicidade à população sobre o uso de recursos e alcance de resultados.

Vale dizer, que a visão integradora do território escolar requer amplo leque de aspectos da sociedade, determinado por contextos políticos, sociais, culturais e educacionais. Para garantir, particularmente, a realização das finalidades e objetivos da educação, os indicadores devem abarcar conceitos múltiplos na tentativa de produzir resultados mais coerentes que contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas e que captem e demonstrem a complexidade dos territórios estudados.

Principais referências bibliográficas

DEPONTI, C.M.; ECKERT, C.; AZAMBUJA, J.L.B. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.4, out/dez 2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, A. M. A Relevância dos Indicadores Educacionais para a Educação Básica: informações e decisões. *Revista Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 2, n.5, p. 153-179, mai/ago. 2010.

Apoio: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG

projetada e o território real.

Conclusões

O uso de indicadores para mensuração, monitoramento e avaliação de território escolar é prioridade da gestão educacional, que se realiza a partir da observação, coleta de dados, registro, análise e interpretação da realidade, realizado com objetivo de conhecê-la, para dar-lhe encaminhamento mais efetivo. Além disso, são instrumento para dar clareza e publicidade à população sobre o uso de recursos e alcance de resultados.

Vale dizer, que a visão integradora do território escolar requer amplo leque de aspectos da sociedade, determinado por contextos políticos, sociais, culturais e educacionais. Para garantir, particularmente, a realização das finalidades e objetivos da educação, os indicadores devem abarcar conceitos múltiplos na tentativa de produzir resultados mais coerentes que contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas e que captem e demonstrem a complexidade dos territórios estudados.

Principais referências bibliográficas

DEPONTI, C.M.; ECKERT, C.; AZAMBUJA, J.L.B. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v.3, n.4, out/dez 2002.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SOUZA, A. M. A Relevância dos Indicadores Educacionais para a Educação Básica: informações e decisões. *Revista Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 2, n.5, p. 153-179, mai/ago. 2010.

Apoio: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG

Ordenamento Territorial e a mineração em Terras Indígenas na Amazônia

SILVA, Mara Cristina Maia da

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Roraima e em Matemática pela Faculdade de Educação Paulistana. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara
maramaiabvrr@gmail.com

Palavras-chave: Ordenamento territorial. Mineração. Terras indígenas. Amazônia.

Introdução

Sob a perspectiva desenvolvimentista, o Presidente Jair Bolsonaro trouxe para a pauta do seu governo, uma das promessas de campanha, a regulamentação da mineração em terras indígenas (TIs). No entanto, a exploração mineral dessas áreas ultrapassa os aspectos puramente políticos e econômicos, envolve também valores sociais, culturais, e ambientais, que se relacionam, ao princípio da sustentabilidade e, sob essa ótica, merece uma análise interdisciplinar.

O presente resumo integra uma pesquisa em andamento cujo objetivo é descrever o ordenamento territorial a partir da análise dos Projetos de Lei 191/2020 e 1453/2021 que dispõe sobre a exploração de minérios em Terras Indígenas em tramitação nas diferentes casas legislativas, nacional e estadual de Roraima, e seus efeitos político-sociais e econômicos caso sejam aprovados. Nesse estudo são enfatizados os conceitos de ordenamento territorial e as relações dos PLs com o neoextrativismo como proposta estatal de “desenvolvimento” local.

A demarcação das Terras Indígenas no Brasil é um marco na luta dos povos indígenas pelo direito à terra. E dá início a construção de um modelo de desenvolvimento que garanta a sobrevivência da cultura indígena, da preservação do meio ambiente e a organização da gestão territorial participativa.

A aprovação dos PLs é arbitrária constitucional e juridicamente, buscam alterar leis anteriores que tratam de atividades econômicas permitidas em TIs. É importante acompanhar as ações do estado no sentido de impedir retrocessos e garantir a integral proteção constitucional dos povos indígenas e seus

territórios.

Em termos metodológicos, empregaremos para a construção de dados: i) levantamento de informação junto ao Ministério de Minas e Energia (MME), site do Departamento Nacional de Propriedade Mineral (DNPM), sumários minerais dos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM); ii) análise documental dos PLs 191/2020 e 1453/2021, Plano Nacional de Mineração (PNM); e iii) revisão bibliográfica sobre a temática.

1 Fundamentação teórica

Em perspectiva teórica a pesquisa embasa o processo analítico nas dimensões de espaço social de Lefebvre (1991), com o intuito de compreender os conceitos de ordenamento territorial que se organizam a partir das peculiaridades culturais de cada sociedade, de seus conflitos e cooperação.

A temática sobre exploração de minérios em terras indígenas, volta ao cenário político atual por meio dos projetos de lei em tramitação que dispõem sobre a exploração de minérios. O PL 191/2020 em tramitação na Câmara dos Deputados dispõe exclusivamente sobre a regulamentação da mineração em TI.

Já o PL 1453/2021, de autoria do governo estadual de Roraima, mesmo com o alerta das entidades indígenas e com a sinalização de inconstitucionalidade apresentada pelo Ministério Público de Roraima (MPRR), foi aprovado pela assembleia legislativa estadual no dia 13 de janeiro deste ano, o mesmo autoriza a atividade garimpeira no estado.

A lei estadual sofre resistência, e depois do ingresso de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Confirmando o Art. 231 da CF:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, língua, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Na análise cautelar, o ministro do STF Alexandre de Moraes considerou plausível os argumentos apresentados na ADI, principalmente no sentido de que as normas estaduais destoam do modelo federal de proteção ambiental, representando uma afronta à competência da União para estabelecer normas gerais sobre a temática. Roraima Tempo (2021). A decisão ainda é cautelar, posteriormente será submetida ao plenário da Corte.

2 Resultados Alcançados

Como resultado esperado, espera-se compreender os preceitos conceituais do ordenamento territorial e suas relações com o desenvolvimento territorial, sob a perspectiva da agenda de mineração proposta pelo estado.

Para tanto, buscaremos responder os objetivos específicos da pesquisa: apresentar alguns pontos nebulosos que estão contidos nos Projetos de Lei em foco; Compreender as mudanças territoriais que podem ser provocadas caso os PLs sejam aprovados: Riscos e retrocessos; Evidenciar a relação entre a atividade extrativista e a economia local (neodesenvolvementismo) como propostas estatal de desenvolvimento regional; Identificar os impactos: político-sociais, econômicas e ambientais, do arranjo sobre os territórios e comunidades indígenas de Roraima, e os efeitos dos resultados na ótica prospectiva.

Conclusões

Por várias décadas, as comunidades indígenas da Amazônia lutam pelo direito a terra. Após o direito conquistado pela Constituição de 1988 de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas por esses povos, os conflitos entre índios e não índios não cessam. A efetivação dos direitos dos indígenas se contrapõe aos interesses econômicos.

O projeto do governo Bolsonaro pretende abrir as terras indígenas para a mineração, garimpo, hidrelétricas, agronegócio e exploração de petróleo e gás natural.

No entanto, o projeto sofre resistência, considerado inconstitucional, com base nos artigos 176 e 231 da Constituição Federal de 1988 e da Convenção 169 da OIT. O dispositivo constitucional que trata sobre o assunto determina: "a exploração das riquezas em Terra Indígenas só poderá ser regulamentada mediante autorização do Congresso Nacional, ouvida as partes". Diante da exigência constitucional de consulta às comunidades indígenas afetadas. O PL aguarda a criação de comissão especial, para a emissão de parecer, como mecanismo de viabilizar a exploração dos recursos naturais nessas localidades, cujos efeitos socioeconômicos, políticos e ambientais irão repercutir nas comunidades indígenas de Roraima, quiçá na região amazônica como um todo.

Principais referências bibliográficas

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO: Convenção nº 169 da OIT so-



bre povos indígenas e tribais. 1989.

Constituição Federal/1988: Art. 231.

LEFEBVRE, H. The Production of Space. Oxford: Blackwell, 191.

Projeto de lei nº 191/2020.

Projeto de lei nº 1453/2021.



Participação Social Em Saúde: Análise Dos Estudos Acadêmicos Publicados

SILVEIRA, Daniela de Araújo Viana

Graduação em Serviço Social, Mestranda do Programa de Pós-
-Graduação em Gestão Integrada do Território
daniela.silveira@univale.br

RODRIGUES, Suely Maria

Graduação em Odontologia (UNIVALE), mestrado em Clínica Odontológica, doutorado e pós-doutorado em Saúde Coletiva (UFMG). Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce
suely.rodrigues@univale.br

Palavras-chave: Política de saúde. Participação social. Conselhos de Saúde. Sistema Único de Saúde.

Introdução

A participação social, questão que norteia essa discussão, refere-se à possibilidade de a sociedade civil intervir na agenda pública. De acordo com Teixeira (2001, p. 27) "Efetivamente, a participação supõe uma relação de poder, não só por intermédio do Estado, que a materializa, mas entre os próprios atores, exigindo determinados procedimentos e comportamentos racionais". Para Scheunemann e Oosterbeek (2012) a participação requer a compreensão da complexidade das relações estabelecidas entre os atores sociais envolvidos. Implica a interação entre Estado e sociedade civil na gestão dos serviços públicos visando romper com práticas de exclusão social, convergindo para a Gestão Integrada do Território, que se caracteriza pela intervenção articulada embasada pela visão holística do território (SCHEUNEMANN E OOSTERBEEK, 2012). Nesta reflexão, o território ganha centralidade como resultado histórico das interações sociais e ambientais, que são determinantes das condições de saúde da população (GONDIM et al, 2008).

Como a participação social é um termo muito utilizado no discurso político, científico e popular, apontamos a relevância de se discutir o tema, tendo como foco a participação social na política de saúde. Assim, este trabalho é fruto de uma revisão bibliográfica que teve como objetivo verificar as publicações aca-

dêmicas sobre a participação social na política de saúde brasileira. Para tanto, adotamos como metodologia a busca avançada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) utilizando os descritores “participação social” e “política* de saúde” (no campo assunto). Os resultados da busca foram filtrados visando uma maior aproximação com o tema que se pretendia estudar.

1 Fundamentação teórica

Em termos cronológicos, a origem do termo participação remonta à Grécia Antiga, porém o início de seu estudo científico data do século XVIII, com as ideias de Rousseau. Muitos foram os teóricos que se dedicaram a estudar este tema. No entanto, Gohn, (2007) destaca como Marx e Engels deram origem à tradição analítica do paradigma da participação social tal qual se conhece hoje, que também incorporou a discussão de outros importantes autores da Sociologia. A autora também destaca outras categorias de análise correlatas ao tema, como as lutas e movimentos sociais.

Recorrendo à História, pode-se constatar que as práticas do cuidado em saúde e a concepção do processo saúde-doença no contexto brasileiro durante muitos anos significaram a dificuldade de acesso aos serviços, que eram ofertados apenas àqueles que tinham condições de pagar (PAIM, 2008). Este cenário mudou com o movimento de Reforma Sanitária Brasileira, que culminou na Constituição de 1988 com o reconhecimento da saúde como direito de todos a ser provido pelo Estado através um sistema único de ações que visam a universalidade, equidade, integralidade e participação da comunidade. A saúde passou a integrar o rol do Direito Constitucional.

Instituído pela Constituição, o Sistema Único de Saúde (SUS) foi disciplinado pela Lei Orgânica da Saúde - Lei Federal 8080/90. A promulgação da Lei Federal 8142/90 em caráter complementar à Lei Orgânica, passou a dispor sobre as formas de financiamento e a participação social na gestão do SUS. Seguindo a perspectiva de participação ora elencada, o SUS foi organizado para atender a população de forma universal e equânime. Como estratégia, o Estado adotou uma política de descentralização definida com base em conceitos da Geografia acerca do território, não apenas como localização, mas como “produto e produtor de diferenciações sociais e ambientais” (GONDIM et al, 2008, p. 237).

No contexto supracitado, a operacionalização do território no campo da saúde deve ser construída com base numa análise social. É preciso levar em conta os determinantes sociais do processo saúde-doença, ou seja, as neces-

sidades sociais, de forma a alcançar a Gestão Integrada do Território (GONDIM et al, 2008; SCHEUNEMANN E OOSTERBEEK, 2012).

Na perspectiva acima apontada, Scheunemann e Oosterbeek (2012) mostram como os meios, instrumentos e recursos para a Gestão Integrada do Território encontram-se dispersos na sociedade. Corroboram a urgente necessidade de articulação destes. Para tanto apontam a necessidade de uma construção participativa, onde a sociedade civil pode discutir e negociar suas pautas, como respostas às necessidades sociais. “Esta construção será tão mais sólida quanto maior for o grau de participação dos atores locais e respeitadas suas territorialidades” (GONDIM et al, 2008, p. 254).

2 Resultados alcançados

Na busca no Portal da CAPES foram encontrados vinte e cinco artigos. Como só interessavam as publicações sobre o contexto brasileiro, excluímos da nossa pesquisa cinco artigos com recorte internacional. Nove artigos foram descartados devido ao termo de busca participação social aparecer de forma isolada, sem aprofundar as discussões. Um artigo foi excluído por duplicidade. Ao final, a seleção resultou em dez artigos que contêm uma maior aproximação com o tema que se pretendia.

Como forma de viabilizar a análise dos resultados, fizemos agrupamentos para subsidiar as discussões. Os artigos foram agrupados de acordo com o ano de publicação, por área de discussão da participação social, por tipo de abordagem da pesquisa (conforme descrito pelos autores nos próprios textos) e por tipo/modelo de estudo (classificados por nós).

O quantitativo de artigos publicados por ano revela que o assunto é um tema atual, porém tem sido pouco discutido. Embora no ano de 2015 houve duas publicações sobre a participação social na saúde, a média geral não chega a uma publicação por ano.

A análise por área de discussão da categoria participação social demonstrou uma predominância dos estudos voltados aos conselhos de saúde e a atuação de seus membros. Também demonstrou que a discussão é pertinente à prática dos profissionais de saúde. Foram encontradas ainda discussões voltadas à análise de estratégias de participação social na saúde. Constatou-se a pouca produção de discussões com relação às conferências de saúde na perspectiva da participação social, assim como a constituição dos termos participação social e controle em relação ao processo de democratização da saúde brasileira são pouco discutidos.

Analisando os trabalhos por tipo/modelo de estudo que sintetizam, con-

tata-se que os trabalhos produzidos são majoritariamente estudos de caso. Numa parcela intermediária temos os estudos com cunho de discussão teórica e em menor número os estudos bibliográficos. Com base na análise realizada, o exercício da participação se apresenta como um desafio tanto na perspectiva dos autores que fundamentam esta discussão, quanto nos textos resultantes da pesquisa de revisão bibliográfica sistemática objetivada por este trabalho.

Com relação às áreas do conhecimento abordadas nos artigos, é possível perceber uma articulação interdisciplinar entre os estudos da sociologia, da saúde, do direito e da geografia. No entanto, dos artigos selecionados pela nossa pesquisa, apenas quatro deles fazem menção ao território e suas territorialidades, mas não aprofundam as discussões sobre essa categoria de análise que se manifesta tanto de forma material como de forma imaterial. Contudo, com base nas discussões propostas, é possível vislumbrar janelas para se refletir como a participação social converge para a Gestão Integrada do Território.

Conclusões

Ao final, a revisão sistemática das publicações acadêmicas acerca da participação social na política de saúde possibilitou compreender a forma como a participação foi estudada no meio acadêmico, sem pretensão de esgotar o tema. As publicações encontradas demonstram disparidades dos territórios nas formas de promover a participação social na política de saúde. Aponta-se a necessidade de se discutir mais o tema no contexto brasileiro, sinalizando que o assunto também é discutido em outros países. Não foram encontrados artigos que se propõem a discutir as territorialidades da participação social, seus impactos na saúde de um território ou que abordam o tema sob a ótica do cidadão usuário dos serviços, que não integra equipamentos/mecanismos que compõem a política de saúde. Destarte, aponta-se a necessidade de se discutir e exercer a participação social para construir a Gestão Integrada do Território.

Principais referências bibliográficas

GOHN, M. G. M. Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GONDIM, G. M. M.; MONKEN, M.; ROJAS, L. I.; BARCELLOS, C.; PEITER, O.; NAVARRO, M.; GRACIE, R. O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização. In: MIRANDA, A. C.; BARCELLOS, C.; MOREIRA, J.

C.; MONKEN, M. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2008, p. 237-255.

PAIM, J. S. Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

SCHEUNEMANN, I.; OOSTERBEEK, L. (orgs.). Gestão Integrada do Território: Economia, sociedade, ambiente e cultura. Rio de Janeiro: IBIO, 2012. 480p.

TEIXEIRA, E. C. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

Processos socioterritoriais pandêmicos da COVID-19 e as interfaces com o aprisionamento no Brasil

GOMES, Bertilla Diniz Bettoni

Graduada em Direito, Mestranda do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale
bertilla_diniz@hotmail.com

NONATO, Eunice Maria Nazarethe

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Vale do Rio Doce e graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Rio Doce. Mestre em Educação. Doutora em Sociologia e Política, Professora do Mestrado do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale
eunice.nonato@univale.br

Palavras-chave: Covid-19. Aprisionamento. Território.

Introdução

A norma, para a geografia, pode ser vista como o resultado da tensão e/ou harmonia entre objetos e ações que constituem o espaço geográfico; dito de outro modo, como decorrência da indissociabilidade entre configuração territorial e uso do território, determinantes de diferentes tipos de normas (ANTAS JR., 2005).

O espaço geográfico é fonte material e não formal do direito, sem ignorar o fato de que a norma jurídica é um elemento central na produção dos territórios. (ANTAS JR., 2005).

Noutro vértice, segundo o artigo 5º, inciso XLVI, alínea "a" da Constituição Federal, relega à lei a regulação da individualização da pena privativa de liberdade, cujo cumprimento deve ser norteado pelo respeito à integridade física e moral (art. 5º, XLIX) (BRASIL, 1988). O artigo 88 da Lei de Execução Penal prevê que o condenado deve ser alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório. No mesmo artigo é descrito como requisito básico da unidade celular a salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana e ainda área mínima de seis metros quadrados por preso. Porém, na prática, não é o que acontece.

Nesse contexto, ANTAS JR., citando Milton Santos (2005, p. 53), fala que No que tange à normatização pelas ações, Milton Santos fala em território normado; no que concerne à configuração territorial produtora de normas, em território como norma. No território normado, o elemento repressivo sobrepõe-se aos demais; no território como norma, o elemento comunicacional fornece o referencial diretor. Em ambos os casos, que de fato compõem um par dialético, o elemento sistêmico está presente, primeiro organizacionalmente, depois, organicamente.

Em 2020 a pandemia da COVID-19 provocou o Estado a uma atuação positiva para proteger seus cidadãos. A COVID-19 tem como agente etiológico o SARS-Cov-2, um novo coronavírus (GARRIDO, TAVARES e SANTORO, 2020). Atualmente, mais de doze milhões de pessoas já foram infectadas e 565.333 morreram em decorrência do vírus (BBC, 2020). No Brasil, a pandemia já fez 246.504 vítimas fatais e 10.168.174 infectados até 21 de fevereiro de 2021 (SUS, 2021).

Por ora, não há tratamento para a doença, sendo utilizadas estratégias de saúde pública como a quarentena, isolamento e contenção social, as quais refletiriam na transmissão do vírus entre as pessoas (GARRIDO, SANTORO e TAVARES, 2020), conforme recomendado pela própria Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2020).

Nesse contexto, o Conselho Nacional de Justiça editou a Recomendação nº 62, a qual reconhece que a manutenção da saúde das pessoas privadas de liberdade é essencial à garantia da saúde coletiva (CNJ, 2020). A partir da edição da Recomendação, o judiciário brasileiro vem atuando em situações pontuais para flexibilizar a jurisprudência com relação ao cumprimento de pena pela prática de crimes não violentos ou grave ameaça, e que não revelem, pelo menos num primeiro momento, uma acentuada periculosidade do agente e atentando, na medida do possível, para atender à recomendação do CNJ.

Nessa perspectiva, propomos um estudo interdisciplinar, discutindo como o território como norma influenciou no território normado para flexibilizar o cumprimento de pena no Brasil durante a Declaração de Emergência em Saúde Pública imposta pela pandemia do COVID-19.

1 Fundamentação teórica

Uma das principais funções das normas jurídicas é a de regulação, a qual deve oferecer um grau elevado de precisão para regulamentar aspectos detalhados da vida cotidiana, sobretudo das relações sociais (ANTAS JR., 2005). Tais normas atuam, inclusive, na manutenção de determinadas solidariedades

sociais, que são reguladas principalmente pelas normas morais mais do que normas jurídicas, visto que as primeiras apresentam um grau de generalidade mais amplo do que as últimas, e regulam aspectos diversos da dinâmica social (ANTAS JR., 2005).

As normas morais expressam-se sobretudo nos costumes da sociedade, exprimindo os valores dos indivíduos que a compõem. As normas que permeiam a solidificação de um costume no seio de uma sociedade se fazem cumprir pela convicção íntima dos indivíduos de que é justa e necessária (ANTAS JR., 2005). Lado outro, a coercibilidade das normas jurídicas é externa e ínsita ao próprio sistema.

Entretanto, há sempre uma "resposta do território", ou seja, o funcionamento do território como norma: agentes (organizações) produzem regras e ordenam o espaço para facilitar suas ações e realizar suas finalidades; criam as formas e objetivos técnicos que configuram a ordem econômica, social, cultural, condicionadora dos indivíduos, das sociedades e da coletividade em geral. Segundo ANTAS (2005, p. 4), "por mais recente e progressista que se pretenda uma lei, ela já é fruto de necessidades passadas, e seu papel é o de promover uma espécie de congelamento ou, no melhor dos casos, de estabilização das relações sociais". É por isso que, às vezes, se torna premente a interferência de uma norma moral em uma situação prevista em lei, como a que se pretende estudar.

Assim, recorreremos às noções de território normado e território como norma utilizadas, inicialmente, por Milton Santos, e Ricardo Antas Jr., que já promove uma interlocução entre essas ideias.

A pandemia da COVID-19 demandou a utilização de normas morais pela população, consistentes em orientações da Organização Mundial de Saúde, sendo utilizadas estratégias de saúde pública como a quarentena, isolamento e contenção social, as quais refletiriam na transmissão do vírus entre as pessoas (GARRIDO, SANTORO e TAVARES, 2020, p. 290), conforme recomendado pela própria Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2020). Assim como em outros vírus respiratórios, a transmissão da doença se dá através de objetos contaminados, aerossolização de vírus em um espaço confinado ou pela aproximação com pessoas infectadas, sintomáticas ou não (GARRIDO, TAVARES e SANTORO, 2020).

A realidade do sistema prisional dificulta, senão impossibilita, a adoção de tais estratégias de prevenção da transmissão da doença. O recolhimento de pessoas, via de regra, acontece em celas imundas, desprovidas de salubridade.

Diante da possibilidade de contágio massivo dos encarcerados, o cumprimento de pena foi revisto em situações pontuais, de forma a diminuir o risco de proliferação da doença em ambiente prisional. O Superior Tribunal de Justiça

reuiu o cumprimento de pena em alguns casos atendendo à recomendação do CNJ e acabou por pontuar requisitos adicionais, como o risco epidemiológico local (BRASIL, 2020). No Supremo Tribunal Federal, o Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) pleiteou, no âmbito da ADPF 347, um pedido de tutela provisória incidental, na condição de terceiro interessado (*amicus curiae*), oito medidas processuais a serem adotadas com urgência, as quais foram deferidas pelo Ministro Marco Aurélio Melo e serviram de recomendação aos demais juízes de execução de pena a fim de resguardar a integridade física da população carcerária (BRASIL, 2020).

Realizaremos uma pesquisa bibliográfica e recolhimento de dados qualitativos nos Tribunais Superiores para analisar de que forma o território como norma influenciou no território normado e proporcionou a flexibilização dos regimes de cumprimento de pena.

2 Resultados alcançados

Ainda não foram encontrados dados suficientes para apresentação.

Conclusão

O artigo ora proposto, bem como o projeto de pesquisa para o Mestrado em Gestão Integrada do Território, são necessários em virtude da interdisciplinaridade do tema (Direito e Saúde, território normado e de vulnerabilidades) e da inexistência de trabalhos científicos publicados por ora.

Referências bibliográficas

ANTAS JR., Ricardo Mendes. Território e Regulação: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação editorial Humanitas, Editora FAPESP, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.
_____. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Cidadania nos presídios. Brasília, 2020: CNJ. Disponível em < <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/cidadania-nos-presidios/>>, acesso em agosto/2020.

GARRIDO, Rodrigo Grazinoli; SANTORO, Antônio Eduardo Ramires. TAVARES, Natália Lucero Frias. Política de saúde no cárcere fluminense: impactos da pan-

demia de COVID-19.

SUS. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>, acesso em 20.02.2021.



Produção bibliográfica sobre a função social da propriedade: A importância da abordagem interdisciplinar

RAMOS, Gustavo Henrique Soares

Graduado em Direito. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território
ghsr.96@gmail.com

ESPINDOLA, Haruf Salmen (orientador)

Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em História Política pela Universidade de Brasília e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território (UNIVALE)
haruf@univale.br

Palavras-chave: Função social da propriedade, interdisciplinaridade, produção bibliográfica.

Introdução

Trata-se o presente trabalho de um resumo expandido sobre a interdisciplinaridade das produções acadêmicas quanto ao tema "função social da propriedade". Para tanto utilizamos o método de revisão bibliográfica sistemática, efetuada por meio do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual compila e organiza a maior parte dos trabalhos científicos de origem nacional e abrange também bibliografias internacionais.

Como parâmetros de pesquisa utilizamos um marco temporal de 10 anos e os filtros "função social da propriedade" e "constitucionalidade". Tais afunilamentos objetivaram a compilação de resultados recentes contendo a "função social da propriedade" como assunto principal abarcando de forma conjunta sua importância constitucional.

1. Fundamentação teórica

Para uma melhor compreensão da temática é importante destrinchar inicialmente o conceito de “função social da propriedade”, princípio legal que abrange e limita o direito e uso e gozo dos bens possuídos, para tanto, começamos trabalhando o conceito de “propriedade” por ser a prerrogativa sobre qual o instituto trabalhado se desenvolve e causa efeitos.

De forma breve, explicamos que quando nos referimos à “propriedade”, tratamos de um conjunto de direitos que são atribuídos ao indivíduo titular de um bem. Tais prerrogativas legais se resumem (ao menos superficialmente) em uma tripartição de direitos sobre a coisa; Uso, gozo e alienação. Assim o instituto da propriedade se resume em um primeiro momento aos direitos de “usar” (livremente), “gozar” (colher as vantagens da propriedade) e “alienar” (vender, doar e etc.) a coisa possuída.

Neste contexto a função social da propriedade aparece como um princípio jurídico limitador dos direitos supramencionados. Tal restrição ocorre vez que o princípio em pauta se baseia no entendimento de que a propriedade privada, apesar de um direito do indivíduo, deve ser acompanhada de deveres sociais em sua fruição de forma a gerar concomitantemente às garantias do possuidor, diretrizes de benefício social no uso da coisa.

Percebemos assim que o “princípio da função social da propriedade” figura como um instituto jurídico que limita o exercício dos direitos de propriedade para que estes originem benefícios sociais, ou que no mínimo não sejam geradores de malefícios à coletividade.

De forma prática, o princípio em questão se vale de medidas sancionatórias que inibem condutas possessórias contrárias ao interesse geral, das quais exemplificamos a progressividade do IPTU nos casos de abandono de propriedade urbana, desapropriação de terrenos em que ocorra labor análogo à escravidão, dentre outros.

Feita uma breve explanação quanto ao princípio da “função social da propriedade”, passamos a analisar seu desenvolvimento no âmbito das produções acadêmicas, destacando os principais resultados quanto ao prestígio e interdisciplinaridade da temática.

2. Resultados alcançados

Ao iniciarmos nossa pesquisa obtivemos 39 resultados. Do material em questão, analisada a temática principal dos trabalhos, obtivemos oito títulos considerados pertinentes ao objeto de pesquisa proposto.

Entretanto, mesmo os resultados filtrados abordam a “função social da propriedade” como item complementar a diversos assuntos primários, de forma que obtivemos trabalhos concernentes a progressividade de impostos, legislações florestais, direitos de ocupação e etc. Pautas claramente ligadas ou decorrentes da função social da propriedade, mas que não prestigiam o instituto como elemento central das obras.

Diante deste contexto é importante destacar que a função social da propriedade ultrapassa em muito o mero escopo jurídico e a disciplinaridade restrita ao Direito, isto por se tratar de um princípio legal que afeta diretamente o território sobre o qual se aplica, além de possuir a capacidade de tornar mais igualitário, mais integrativo e mais justo o solo urbano e mesmo o solo rural.

Resta claro que tratamos de um dos poucos institutos jurídicos que limitam a sagrada propriedade privada e falamos em um dos raros remédios capazes de dirigir e orientar o uso do particular em direção a uma concomitante lucratividade social. Em decorrência da abrangência social e econômica destacada o princípio trabalhado atinge um patamar interdisciplinar, possuidor de efeitos que podem ser estudados e utilizados na geografia, na sociologia e até mesmo na saúde.

Ao fim, obtivemos como resultado da pesquisa efetuada, um chamativo desuso do princípio da “função social da propriedade” principalmente em âmbito interdisciplinar. Isto pois os trabalhos aferidos demonstram de forma clara uma aplicação extremamente coadjuvante do instituto, não explorando assim a capacidade total que lhe é inerente. Notamos ainda que a maioria, a não dizer a totalidade dos trabalhos alcançados (com exceção dos estudos de caso) estavam voltados para o universo do direito, sendo praticamente inexistente em nossa pesquisa, resultados que denotassem uma aplicação interdisciplinar da temática.

Conclusões

Apesar de sua potencialidade para alterar as realidades sociais experimentadas no Brasil, o princípio da “função social da propriedade” segundo a pesquisa realizada ainda não tem sido objeto de estudos amplos fora do âmbito do direito. Entretanto, por se tratar de um instituto capaz de grandes modificações sociais por meio da limitação da propriedade privada e ser um potencial gerador de efeitos em vários âmbitos da sociedade, a temática figura como uma linha de pesquisa valiosa em âmbito interdisciplinar. Desta forma, a presente pesquisa visa expor a necessidade de desenvolvimento de produções quanto a temática em uma perspectiva interdisciplinar.



Principais referências bibliográficas

DUGUIT, Leon. Las transformaciones del Derecho Publico y Privado. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 1975.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA, Rodolfo. Manual de direito civil. Vol. Único. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2018.

LÉFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 nov.2020.



Reconstrução simbólica e identitária no processo de reassentamento do distrito de Bento Rodrigues pertencente ao Município de Mariana-MG

TORETTA, Fabio Terto Gouveia

Graduação em Administração, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE.
fabio.toretta@hotmail.com

PAULA, Fernanda Cristina de

Graduada em Geografia. Mestre e doutora em Geografia. Docente do Programa de pós-graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE.
fernanda.paula@univale.br

Palavras-chave: Identidade. Reassentamento. Bento Rodrigues-MG.

Introdução

O presente trabalho apresenta as reflexões preliminares de estudos a partir da interdisciplinaridade de no âmbito da Geografia Humanista, Psicologia Ambiental, Administração e História que dará o aporte teórico para investigar como acontece o processo reconstrução simbólica e identitária de um núcleo familiar atingido, no processo de reassentamento, do distrito de Bento Rodrigues a partir do rompimento da barragem de rejeitos de minério ferro do subdistrito de Fundão, localizado no município de Mariana – MG.

Objetiva-se realizar um estudo de caso por meio de entrevistas semiestruturadas, mapas mentais e afetivos com os membros de uma família desta comunidade impactada, abrangendo todas as gerações e investigando os papéis que estas pessoas desempenham/desenhavam no núcleo familiar em questão, com o intuito de compreender como as relações dos atingidos com o ambiente se conjugavam e como a simbologia e a identidade características fundamentais da pesquisa serão preservadas no processo de reassentamento desta família.

1 Fundamentação teórica

Quando falamos em reconstrução, a primeira ideia que vem a nossa cabeça é de construir novamente algo que em algum momento foi construído. No caso da reconstrução simbólica provinda de um processo de desterritorialização por barragem, não podemos pensar somente no território concreto, mas no simbólico construído ou desconstruído na mente das pessoas, e em suas relações psicossocioambientais o que envolve seus sentimentos pelo território e de sua identidade.

É difícil compreender o processo de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2004) das comunidades atingidas por barragens no sentido de que simplesmente não exista desterritorialização, mas de que se trata de um processo indissociavelmente ligado à sua contraface, os movimentos de (re)territorialização. Podemos notar que as perdas causadas por eventos relacionados a barragens são irreparáveis, porém podemos pensar que no interior de uma mobilidade crescente, muito mais do que os sujeitos perderem vínculos de identificação com espaços determinados, desterritorializando-se, sendo "o mais comum é que indivíduos e grupos sociais desenvolvam, concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ou com territórios de características muito mais híbridas, "multiterritorializando-se" cada vez mais." (HASBAERT, 2008, p. 408 – aspas do autor)

A partir desta perspectiva nos aproximamos da psicologia ambiental, que segundo Canter e Kenny (1982) é a área do conhecimento que investiga a relação do indivíduo com o ambiente à experiência em suas diferentes facetas de atuação da pessoa com o seu território.

Todo este processo nos aproxima dos conceitos de identidade visto que o núcleo familiar a ser reassentado, por meio do território simbólico e pelo território concreto, atravessam sonhos que podem impossibilitar o sujeito de exercer sua identidade em sua totalidade, pois "não há como dissociar as perspectivas materiais/funcionais e imateriais/simbólicas da espacialidade". (HASBAERT, 2008, p. 396)

Neste sentido traçamos uma linha vertical com Woodward (2007) que nos leva refletir que para construção das identidades é preciso dividir as mesmas em dimensões para então compreender os pontos essenciais de como os sujeitos se identificam dentro da subjetividade e, desta forma, a marcação de traços se torna essencial para compreensão das diferenças em níveis simbólico, social e subjetivo. Cada traço ou sinal é produto de inscrições simbólicas e representacionais.

Todos vivemos imersos por sonhos e realidades, o que não seria diferente na vida de sujeitos atingidos por barragens. O processo de ser des-re-territo-

rialização, nesse sentido, pode ocasionar a ruptura de sua parte de sua própria identidade e representação social, podendo acontecer, também, uma descaracterização de sua identidade territorial.

Haesbaert (2006) compreende que identidade territorial se caracteriza a partir do território, tanto simbólico, quanto físico (concreto) sendo que uma das características principais da identidade territorial, é sua dimensão histórica advinda do imaginário das pessoas, tendo como referência o território.

2 Resultados alcançados

A utilização da abordagem qualitativa e interdisciplinar, nos auxilia para que possamos compreender com clareza os sentimentos, sensações e percepções das famílias com o ambiente antes e depois do rompimento da barragem de Fundão em Mariana - MG. A metodologia qualitativa diz respeito a uma abordagem compreensiva e interpretativa do objeto de estudo, com o intuito de clarificar e apreender as múltiplas possibilidades do agir e pensar das pessoas (De Paula, 2010). Assim, todos os procedimentos do trabalho de campo estão voltados para apreender qualitativamente como os indivíduos participam, se enxergam e desempenham o seu papel dentro do processo de reassentamento com o intuito de preservação de suas identidades.

Para realização da pesquisa serão consideradas as narrativas dos membros da família para a compreensão experiencial dos sujeitos a serem reassentados, sem direcionamentos preestabelecidos, adotando a realização de entrevistas semi-diretivas para compreensão dos territórios simbólicos e identitários e a relação que cada membro da família com o ambiente em suas diversas facetas de "mãe, pai, filho (a)" e, tentar compreender como estas eram desempenhadas e como estão desempenhadas na situação atual.

Em uma segunda parte, o trabalho de campo ganha uma postura mais diretiva, na transcrição e transformação das informações em mapas mentais e afetivos na busca de refinar as considerações levantadas a partir dos primeiros trabalhos de campo e das reflexões sobre eles. (DE PAULA, 2010).

O levantamento teórico a ser realizado robustecerá o entendimento sobre os aspectos centrais a serem abordados tecendo uma teia de entendimento com a pesquisa de campo. Os aspectos identitários, simbólicos, ambientais etc. terão um olhar voltado para melhor delinear as formas como os elementos da des-re-territorialização se expressam e se relacionam com o espaço em sua dimensão vivida a ser reassentada. As epistemologias de orientação fenomenológica e da psicologia ambiental serão essenciais para entender e privilegiar o entendimento das identidades das pessoas e suas relações com o ambiente

(consoante aos objetivos dessa pesquisa).

Conclusões

Compreendemos que para uma pesquisa interdisciplinar, que lida com sujeitos des-re-territorializados, é preciso de um aprofundamento teórico que nos auxilie na compreensão dos eventos causados pelo rompimento de barragens, bem como o processo de construção e reconstrução identidade territorial dos atingidos, visto que ela se caracteriza a partir do território, tanto simbólico, quanto concreto sendo que uma das características principais da identidade territorial, é sua dimensão histórica advinda do imaginário das pessoas, tendo como referência o território.

Assim as identidades das famílias atingidas por barragens podem se caracterizar nas memórias coletivas e, no imaginário das várias facetas de um núcleo familiar. Pois, estão diretamente ligadas ao território que constroem e desconstroem cotidianamente em suas relações com o ambiente.

Principais referências bibliográficas

CANTER, D & KENNY, C.: (1982) Approach to applied research. Perceptual and motor Skills, 55: 143-154, 1982.

CANTER, D & REES, K. A multivariate model of housing satisfaction. International review of applied psychology, 31: 185-208, 1982.

DE PAULA, Fernanda Cristina. Constituições do habitar: reassentamento do Jd. São Marcos ao Jd. Real. 2010, 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Pós-graduação em Geografia análise ambiental e dinâmica territorial, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43- 70.

HAESBAERT, Rogério. 2004. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" a multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HAESBAERT, R. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa Perspectiva Geográfico-Cultural Integradora. In: SERPA, A., org. Espaços culturais: vivências, imaginações e representações [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 393-419.

Woodward, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In T. T. Silva (Org.), Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais (7a ed., pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes. 2007

Rumores do Rio Doce: memórias de estudantes de Governador Valadares sobre o desastre socioambiental com a barragem de Fundão

VASCONCELOS, Jacqueline Martins de Carvalho

Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Vale do Rio Doce. Especialização em Qualidade e Produtividade na Construção pela Universidade Fumec. Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce. Doutoranda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina

NODARI, Eunice Sueli (Orientadora)

Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em História - University of California - Davis, doutorado em História pela PUC-RS, Pós-Doutorado na Stanford University - EUA e na Universidade Federal de Minas Gerais
eunice.nodari@ufsc.br

CAMPOS, Renata Bernardes Faria (Coorientadora)

Graduação em Biologia, mestrado e doutorado em Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa. Docente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce
renata.campos@univale.br

Palavras-chave: Percepção, desastre ambiental do Rio Doce, recuperação ambiental.

Introdução

O rompimento da Barragem de Fundão no município de Mariana em Minas Gerais, ocorrido em 05 de novembro de 2015, trouxe à tona os deletérios efeitos da indústria da mineração no Brasil, desde seus primórdios obscurecidos sob a égide do desenvolvimento econômico.

Considerado o maior desastre socioambiental do gênero na história do Brasil, verteu aproximadamente 45 milhões de metros cúbicos de rejeitos, que superaram a barragem de Santarém, e percorreram 55 km no rio Gualaxo do Norte até o rio do Carmo, e outros 22 km até vitimar o Rio Doce, lançando sobre suas águas um volume aproximado de 34 milhões de m³ de rejeitos de mineração, água e materiais utilizados em sua construção, além de parte da

vegetação e do substrato, causando incontáveis impactos socioeconômicos e ambientais na bacia do Rio Doce. A onda de rejeitos percorreu mais de 650 km de cursos d'água atravessou os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, indo desaguar no mar em Regência. (BRASIL, 2019)

Ao longo do século XX e, mais particularmente, nos últimos 50 anos a exposição das pessoas aos riscos de desastres vem crescendo no Brasil e no mundo mais rapidamente do que as capacidades de redução da vulnerabilidade, resultando em intensos e extensos (no tempo e no espaço) impactos. Nesta perspectiva, o desastre da Samarco deve ser compreendido não como uma excepcionalidade, mas sim como parte dos custos humanos, sociais e ambientais que esse tipo de desastre vem provocando no mundo. (FREITAS et al. 2016, p. 25)

Embora os impactos causados pelo rompimento da barragem tenham sido percebidos em escalas diferentes ao longo da área afetada, os municípios situados no trajeto da onda de rejeitos foram drasticamente afetados. Entre eles, Governador Valadares, escolhido para ser objeto desta pesquisa, por se tratar de uma importante cidade da bacia e que possui o Rio Doce como seu único manancial de abastecimento. O paradigma evolucionista ocidental pautado na exploração de recursos naturais, que objetiva a prosperidade a todo custo, aumenta de forma escalar a pressão sobre a terra, as florestas e as reservas de água. Para além dos danos materiais causados pelo desastre, as comunidades foram ainda afetadas em suas referências intangíveis, danos emocionais, culturais, identitários.

Fundamentação teórica

Nesta investigação, a metodologia a ser utilizada será desenvolvida com base nas premissas da História Oral, fundamentalmente nos estudos de Verena Alberti (2004) e Alessandro Portelli (1997, 2000 e 2001).

No campo teórico, e alicerçado por sua premissa interdisciplinar, tomou-se como referência a História Ambiental, com base nos estudos de Donald Worster (1991). A interlocução entre História Oral e História Ambiental permite analisar a influência que os lugares têm sobre a memória e as narrativas. Como nos apresenta Worster, a História Ambiental emergiu na década de 1970, em meio à crescente preocupação que fazia despontar movimentos ambientalistas em várias partes do planeta e paralelamente à conferências mundiais sobre a crise global.

Para compreender as questões territoriais partiremos dos conceitos de território e identidade propostos por Paul Claval (1999, 2004, 2007) e Guy Di

Méo (2004) que corroboram para a análise das relações que os indivíduos tecem com os seus lugares.

Resultados alcançados

Este estudo se dará em duas etapas, na primeira será realizada uma pesquisa documental a partir de arquivos físicos e digitais, bibliotecas, sites do Governo, instituições públicas e privadas e outros que se fizerem necessários para o atingimento dos objetivos deste projeto. Servirão como fontes, produções técnicas e científicas relacionadas ao meio ambiente e à educação tais como Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Educação (MEC), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBHDOCE), Nações Unidas no Brasil (ONUBR), UICN, entre outros.

O universo de estudo contempla estudantes regularmente matriculados em 2020, em qualquer ano do Ensino Médio de escolas das redes pública e particular de Governador Valadares-MG. A constituição da amostra deste projeto se dará a partir da aceitação formal dos estudantes para a participação. Diante do contexto de distanciamento social provocado pela Pandemia da COVID-19, optou-se pela abordagem em bola de neve e todos os contatos e entrevistas serão realizados de forma remota, utilizando-se ferramentas e plataformas digitais como WhatsApp, Google Meet, Zoom ou outras que se fizerem necessárias.

Considerando, estimativamente, um grupo mínimo de 20 estudantes. O percurso metodológico será realizado com base nas premissas da História Oral, através da realização de entrevistas semiestruturadas com os estudantes participantes da pesquisa. Os dados subjetivos coletados durante as entrevistas serão estudados com base na análise na análise de discurso e das categorias que mais se sobressaírem.

Conclusões

Busca-se conhecer, por meio da análise de suas narrativas, a forma com que estudantes participantes desta pesquisa, percebem o Rio Doce e de que forma foram impactados (ou não) pelo desastre socioambiental. Espera-se que os resultados desta pesquisa gerem subsídios para implementação de estratégias de recuperação ambiental e desenvolvimento local. Acredita-se que co-

nhecer a forma com a qual os sujeitos se relacionam com rio torna-se um importante ponto de partida para proposição dessas estratégias, uma vez que, a educação se constitui como um imprescindível instrumento para tomada de consciência, aquisição de novos saberes e valores, capazes de transformar propostas individuais e coletivas, em ações que busquem efetivamente uma reconstrução socioambiental.

Principais referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Rompimento da Barragem de Fundão: Documentos relacionados ao desastre da Samarco em Mariana/MG, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/notas/2020/rompimento-da-barragem-de-fundao-documentos-relacionados-ao-desastre-da-samarco-em-mariana-mg>. Acesso em: 28 jul. 2020. (BRASIL, 2019)

FREITAS, Carlos Machado de; SILVA, Mariano Andrade da; MENEZES, Fernanda Carvalho de. O desastre na barragem de mineração da Samarco: fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 25-30, Sept. 2016. Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 mai. 2020. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300010>.

UNIÃO INTERNACIONAL PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. UICN. Sánchez, L.E., Alger, K., Alonso, L., Barbosa, F., Brito, M.C.W., Laureano, F.V., May, P., Roeser, H., Kakabadse, Y., (2018). Os impactos do rompimento da Barragem de Fundão. O caminho para uma mitigação sustentável e resiliente. Relatório Temático no 1 do Painel do Rio Doce. Gland, Suíça: UICN. Disponível em <<https://portals.UICN.org/library/sites/library/files/documents/2018-038-Pt.pdf>> acesso em 11 mar. 2019 (UICN, 2018)

Sorocaba 2030: a qualidade dos espaços públicos na perspectiva das pessoas

MARQUÊZ, Paulo Antônio de Sousa

Mestre e Doutorando em Comunicação e Cultura.
Pesquisador em Mídias, Cidades e Práticas Socioculturais.
Universidade de Sorocaba/UNISO.
paulomarquez.rp@gmail.com

SILVA, Paulo Celso da (Orientador)

Doutor em Geografia Humana.
Professor Titular do PPG Comunicação e Cultura.
Universidade de Sorocaba/UNISO
paulo.silva@prof.uniso.br

Palavras-chave: Sorocaba 2030. Espaços Públicos. Qualidade. Território Vivido.

Introdução

Em setembro de 2015, líderes mundiais reunidos na sede da Organização das Nações Unidas (ONU) em Nova Iorque, definiram um plano de ação global para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento econômico, social e preservar o meio ambiente. Com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS, e 169 metas, o plano – conhecido como Agenda 2030 – propõe uma série de iniciativas para que pessoas, pesquisadores, ativistas e agentes públicos das mais variadas esferas da sociedade, se engajem na implementação da Agenda.

No Brasil, um exemplo de tentativa de orientar uma ação em médio e longo prazos, alinhada à Agenda 2030, pode ser observado na aprovação da Lei nº 16.817, de 2 de fevereiro de 2018, que instituiu na cidade de São Paulo, o Programa Municipal de Implementação da Agenda 2030 da ONU e a criação de um comitê municipal composta por representantes dos poderes executivo e legislativo, para integrar a agenda de políticas públicas do município, a essa perspectiva global.

Contudo, apenas a aprovação da legislação não garante a sua efetivação. Por isso, diversas instituições da sociedade civil, entre elas a Universidade de

Sorocaba (UNISO), por meio do Grupo Internacional de Pesquisa em Mídias e Cidades (MidCid), parte para pesquisas que deem subsídios para futuras ações do poder público, em plano local.

Planejada para acontecer no primeiro semestre de 2020 – mas em virtude da pandemia do novo coronavírus no mundo e com esperança de ser continuada a partir do segundo semestre de 2021 – a pesquisa investigará quais são as principais características esperadas para o espaço público, na perspectiva das pessoas que vivem na cidade de Sorocaba, interior de São Paulo, alinhada ao ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Um dos principais objetivos da investigação é avaliar a qualidade de espaços públicos destinados ao lazer, como parques e praças, tido como uma extensão das habitações e destinados à convivência dos cidadãos.

O corpus da pesquisa contemplará seis parques de acesso ao público com características relevantes para lazer, recreação e eventos, distribuídos em diferentes regiões da cidade, com distância média de 4 km e dois mais distantes. São eles: 1) Parque Ouro Fino (região Oeste) até o centro, 5 km; 2) Parque Chico Mendes (região Leste) até o centro, 5 km; 3) Parque da Água Vermelha (região Sul) até o centro, 4 km; 4) Parque Campolim (região Sul) até o centro, 3 km; 5) Parque Nacional Municipal Corredores da Biodiversidade (região Norte) até o centro, 14 km; e 6) Parque do Paço Municipal (região Leste), até o centro, 9 km. Essa divisão da cidade não é aleatória, mas estabelece uma relação de distância com o centro da cidade e, portanto, da mobilidade.

O detalhamento da pesquisa se dará a partir de um mapeamento de observação (Placemaking), por meio da ferramenta The Place Diagram, elaborado pelo Project for Public Spaces (PPS), para avaliar esses espaços públicos e seus desafios, nas dimensões “sociabilidade”, “usos e atividades”, “acessos e conexões” e “conforto e imagem” e, com isso, compreender as necessidades e aspirações das pessoas nesses espaços públicos e a comunidade como um todo.

O estudo será de caráter exploratório, descritivo, pautado em abordagem quali e quanti, realizado por meio de uma combinação da pesquisa bibliográfica, documental e de pesquisa de campo, balizada por observação sistemática (suportada por protocolo de observação) e realização de entrevistas semiestruturadas, com os usuários dos parques urbanos e parques naturais de Sorocaba.

1 Fundamentação teórica

Evidentemente, a escolha do corpus não esquadrinha a cidade toda, mas possibilita verificar os aspectos qualitativos propostos na metodologia, como

acessibilidade das praças, conforto e estética, sociabilidade e diversidade do contato social. Nota-se de imediato que os parques podem ser reconhecidos, também, como áreas em que se percebe o cindir social, como fenômeno socioespacial, no qual a mobilidade e a ocupação do espaço se desvinham em virtude das classes sociais que os vivenciam.

Assim, entendendo com Milton Santos que o espaço é sinônimo de território vivido, ou seja, o território de todos e a possibilidade de reproduzir vida, aceitamos que o período atual, possa ser compreendido como aquele em que o meio Técnico Científico Informacional abre possibilidades de transformações, graças ao seu teor de Técnica, Ciência e Informação, desde que a dinâmica social seja considerada e não apenas àquelas que conformam a cidade formal, muitas vezes reconhecida como cidade inteligente, como a parte inteligente a ser mostrada e midiaticizada pelo poder público.

Com isso, o meio Técnico Científico Informacional deve ser uma condição para a realização do social, ao que devemos considerar ainda que a noção de cidadão é inexecutável, sem a noção de indivíduo, enquanto singularização do universal. Dessa forma, os parques da cidade podem compor a cidade formal ou informal, disjuntiva ou conjuntiva, a depender dos usos ou conteúdo como esses territórios vividos são dinamizados pelo cidadão. Assim, os usuários de parques e praças podem indicar como a desigualdade socioespacial é administrada pelo poder público, a buscar um “local planejado” com dinamismos específicos que levariam à contemplação da obra pública por determinadas classes sociais.

2 Resultados alcançados

As primeiras impressões da pesquisa apontam, por meio de um estudo exploratório, que o uso cotidiano ou a “tomada” dos parques e praças, por classes sociais desfavorecidas, re-planeja a obra pública e a dinamiza pra outras singularidades, muitas vezes não aceitas pelas classes mais abastadas que acionam seus mecanismos e forças políticas para retomar o planejamento atual.

Tais praças e parques de Sorocaba, como locais e reflexão e crítica das propostas colocadas pelo ODS 11 da Agenda 2030 da ONU, oferecem subsídios para as intervenções nos locais. Isso permite debater as questões e desafios, para que em 2030, a cidade de Sorocaba proporcione o acesso a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdadeiros, particularmente para mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

É importante se reunir com a comunidade e identificar as partes interessadas. Para isso será fundamental passar um tempo no local, avaliando o espaço,



bem como seus ativos ou desafios. Isso informará a criação de uma visão para o lugar. Em seguida, implementar experimentos de curto prazo e contínuos com a avaliação do que foi feito, levando a melhorias de longo prazo para o espaço.

Conclusão

A pesquisa poderá subsidiar políticas públicas com o intuito de construir novas formas de mobilidade, de cuidados com a saúde, de socialização e de entendimento; novas maneiras de democratizar a cultura; de aproximar as pessoas dos espaços públicos, valorizando a troca de experiências, estimulando a curiosidade e a criatividade das pessoas. E, com isso, fazer com que as cidades e seus inúmeros lugares sejam de todos, para todos e feito por todos.

Principais referências bibliográficas

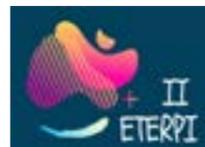
HEEMANN, Jeniffer. SANTIAGO, Paola Caiuby. Guia do espaço público para inspirar e transformar. 2. ed. São Paulo: Conexão Cultural, 2016.

PLATAFORMA AGENDA 2030. A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2021. Página inicial. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>> . Acesso em: 30 de jan. de 2021.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. Placemaking & the future of cities, 2020. Página inicial. Disponível em: <<https://www.pps.org/product/placemaking-and-the-future-of-cities>> . Acesso em: 30 de jan. de 2021.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2021. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/2030agenda>> . Acesso em: 30 de jan. de 2021.



bem como seus ativos ou desafios. Isso informará a criação de uma visão para o lugar. Em seguida, implementar experimentos de curto prazo e contínuos com a avaliação do que foi feito, levando a melhorias de longo prazo para o espaço.

Conclusão

A pesquisa poderá subsidiar políticas públicas com o intuito de construir novas formas de mobilidade, de cuidados com a saúde, de socialização e de entendimento; novas maneiras de democratizar a cultura; de aproximar as pessoas dos espaços públicos, valorizando a troca de experiências, estimulando a curiosidade e a criatividade das pessoas. E, com isso, fazer com que as cidades e seus inúmeros lugares sejam de todos, para todos e feito por todos.

Principais referências bibliográficas

HEEMANN, Jeniffer. SANTIAGO, Paola Caiuby. Guia do espaço público para inspirar e transformar. 2. ed. São Paulo: Conexão Cultural, 2016.

PLATAFORMA AGENDA 2030. A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2021. Página inicial. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>> . Acesso em: 30 de jan. de 2021.

PROJECT FOR PUBLIC SPACES. Placemaking & the future of cities, 2020. Página inicial. Disponível em: <<https://www.pps.org/product/placemaking-and-the-future-of-cities>> . Acesso em: 30 de jan. de 2021.

SANTOS, Milton. A natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

UNITED NATIONS SUSTAINABLE DEVELOPMENT. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2021. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/2030agenda>> . Acesso em: 30 de jan. de 2021.

Sustentabilidade e território: desenvolvimento sustentável e o processo de gestão da Unidade de conservação do Parque Estadual do Rio Doce

PAULA, Fernanda Cristina de

Bacharelado, Licenciatura, mestrado e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu GEstão Integrada do Território (UNIVALE) fernanda.paula@univale.br

CAMPOS, Renata Bernardes Faria

Graduação em Biologia, mestrado e doutorado em Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa. Docente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce renata.campos@univale.br

DIAS, Francislene Michelle

Graduada em Serviço Social, mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce mityelly@yahoo.com.br

Palavras-chave: Sustentabilidade. Território. Gestão. Parque Estadual Rio Doce.

Introdução

As Unidades de Conservação de proteção integral têm como objetivo a preservação da natureza com normas mais restritivas sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos naturais. A urbanização é considerada um dos processos mais impactantes causador de degradação ambiental, oferecendo riscos à biodiversidade e aos recursos naturais em áreas de proteção e Zonas de Amortecimento (Martini et. al 2012).

“Compreender a realidade e a problemática ambiental por outra visão de mundo e construir projetos partindo da realidade dos moradores, possibilita um trabalho calcado em suas bases locais, fortalecido pelos saberes e olhares de quem vive, convive e sobrevive no entorno das UCs”. (Ferreira, 2019)

A ideia desta análise é discorrer sobre os desdobramentos acerca do Parque Estadual do Rio Doce (Unidade de Conservação) identificando conflitos, que podem co-existir, entre o uso do território do Parque, o grupo de moradores, o Estado, instituições de proteção e regulação, trabalhando a gestão integrada destes entes.

Assim, será feito uso de conceitos de território, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável. Além disso, realizar um estudo de caso, por meio da observação participante com um grupo focal.

1 Fundamentação teórica

Para o desenvolvimento da base teórica, serão utilizados os conceitos de autores que tratam do tema de território, sustentabilidade e a gestão integrada. A proposta é realizar um diálogo interdisciplinar que contemple as áreas da biologia, geografia e história. Cada conceito será fundamental para a articulação dialogal. Para início desta análise, propõe-se o conceito de território. Para Souza (2019, p. 35) território pode ser definido:

O território seria o espaço qualificado através do prisma das relações de poder e o ambiente seria a dimensão do espaço geográfico que nos remete às "esferas" supramencionadas, e particularmente às cinco primeiras, da mesma maneira que o conceito de lugar qualifica o espaço sob o ângulo do simbolismo e da cultura, a paisagem enfatiza a face visível do espaço, e assim sucessivamente.

Desta forma, o território, conceitualmente, é uma extensão geográfica, definido a partir disto ou aquilo, está ligado a pessoas, a um contexto, e faz e traz sentido as coisas, relações e interrelações.

Outro conceito importante, é o da sustentabilidade. "O princípio da sustentabilidade é capaz de favorecer a preservação do meio ambiente natural e cultural, além de proporcionar mudanças nas políticas e na pedagogia de educação ambiental dos cidadãos". (MARRA, P.352, 2011)

Contudo, destaca-se o saber ambiental, que para Leff (2009) se inscreve no terreno do poder que atravessa todo saber, do ser que sustenta todo saber e do saber que configura toda identidade. O saber ambiental constrói estratégias de reapropriação do mundo e da natureza. Neste contexto, insere-se todo o conjunto de constituição das Unidades de Conservação, dos Parques Estaduais, e da sociedade em geral.

A crise ambiental não é simplesmente ecológica, mas da razão. Nesse contexto, é necessário aprender a compreender a complexidade ambiental e a diversidade cultural. A complexidade ambiental não implica somente em

aprender fatos novos, mas preparar uma pedagogia, com base em uma nova racionalidade que significa a reapropriação do conhecimento do ser do mundo; do saber e da identidade que são forjados e incorporados ao ser de cada indivíduo e cada cultura (Leff, 2003).

"A questão ambiental é uma questão de vida ou morte, de morte ou vida, estas, não apenas de animais e plantas, mas do próprio homem e do Planeta que o abriga" (Milaré, 2005, p.50). Para Milaré (2009), o desenvolvimento sustentável se caracteriza pela conciliação entre o desenvolvimento integral, a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida, três metas consideradas indispensáveis por esse autor. Assim, insere-se a interdisciplinaridade, que de certo modo, pode contribuir com a gestão da questão ambiental. De acordo com Leff (2011) a interdisciplinaridade implica, assim, um processo de inter-relação de processos, conhecimentos e práticas que transborda e transcende o campo da pesquisa e do ensino no que se refere estritamente às disciplinas científicas e a suas possíveis articulações. "Gerir o território de uma forma integrada passa por dar sustentabilidade às atividades com viabilidade econômica" (Oosterbeek e Scheuemann, 2012)

A partir da análise destes conceitos, é possível a apropriação de uma visão integrada que é capaz de corroborar com a proposta deste estudo.

2 Resultados alcançados

A proposta desta análise, cabe destacar, pontos de convergências que contribuem para o entendimento conceitual, e, ao mesmo tempo dialogal. Por meio da análise de cada autor, acerca da temática das Unidades de Conservação, percebe-se um grande distanciamento de uma área com a outra. Esse "modo operandi" inviabiliza uma construção linear e possível, para se tratar o território e a sustentabilidade em que se dispõem acerca da preservação e conservação das Unidades.

Para falar de Unidades de Conservação, é preciso inserir o saber ambiental, o desenvolvimento sustentável, a gestão dos entes envolvidos (moradores, órgãos, estado). Se realizada isoladamente, a análise pode não trazer a real situação da questão ambiental.

Neste contexto, é imprescindível que haja uma discussão a partir da união do diálogo de saberes e da interdisciplinaridade, com um Saber Ambiental movido por uma nova visão em termos de ambiente e de recursos naturais disponíveis e novas formas de uso desses recursos.

O pensamento ambiental abre a transição para um novo mundo e a racionalidade ambiental busca um horizonte capaz de fundar um mundo novo.

(Schorr, 2015) esse pensamento traz uma perspectiva de que culturas diferentes podem co-abitar com a natureza, e ainda, preservar sua individualidade e suas especificidades, suas linguagens e suas práticas sociais, garantindo que todos possam ter acesso aos bens e recursos naturais. Por meio da análise do território, Souza (2019) define território como espaço qualificado através do prisma das relações de poder e o ambiente seria a dimensão do espaço geográfico que nos remete às “esferas” supramencionadas. O autor qualifica o espaço sob o ângulo do simbolismo e da cultura, onde se governa, onde há relações sociais, e conflitos. Portanto, o território do Parque (Unidade de Conservação) possui tanto potencial para gerar o conflito, quanto pra gerir. E nesta perspectiva que este estudo se limita a discorrer.

A criação de unidades de conservação, seja de uso sustentável ou de proteção integral, acarreta sérios conflitos ambientais com as populações locais. O uso indireto dos recursos naturais e a expropriação territorial são fatores intrínsecos que alimentam diversas lutas travadas entre os atores envolvidos (Ferreira, 2019). Essa é uma visão do cenário em que as Unidades de Conservação são implementadas, o que de certo modo, demonstra uma situação um tanto desafiadora acerca desta temática.

Por este motivo, a construção de um mundo sustentável não é, por si só, feita a partir do conhecimento, ou seja, da gestão científica, da interdisciplinaridade, ou da prospecção tecnológica. E sim, através do diálogo de saberes, que é capaz de acolher visões diferentes e negociar interesses que são contrapostos. (Schorr, 2015)

Conclusões

A partir da análise do diálogo entre saberes, aponta-se que há uma necessidade urgente em entender a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável a partir da lógica da questão ambiental, inclusive na preservação das Unidades de Conservação e parques. Aparentemente, não há uma integralidade na visão e entendimento deste assunto. Ações de preservação são necessárias neste processo. Contudo, o desenvolvimento sustentável, na concepção de Fiorillo (2008), deve estabelecer um equilíbrio entre o desenvolvimento social, o crescimento econômico e a utilização dos recursos naturais. Assim, conclui-se que há potencial na gestão deste cenário, porém a ação deve ser de todos, para garantir um mundo mais sustentável.

Principais referências bibliográficas

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. Educação & realidade, 2009.

MARTINI, D.Z., SCOLASTRICI, A.S.S., NORA, E.L., MOREIRA, M.A. Unidades de conservação como estratégia para a redução do desmatamento na Amazônia: o caso do Parque Estadual Monte Alegre - revistas.unicentro.br – 2012.

OOSTERBEEK, Luiz e SCHEUEMANN, Ingelore. Gestão Integrada do Território: Economia, sociedade, ambiente e cultura. Rio de Janeiro: IBIO, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política, 1 ed, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

Território simbólico e ensino remoto emergencial: percepções de alunos do ensino médio em uma escola pública de Governador Valadares/MG

FERNANDES, Ana Paula Campos

Graduada em Letras - Português, Inglês e Respectivas Literaturas (2010), especialista em Gestão Educacional (2012), mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce prof.anapaulagv@gmail.com

ISIDORIO, Allisson Roberto

Graduado em Pedagogia. Pós-graduado em Práticas Pedagógicas pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES allisson.prof@gmail.com

SILVA, Luciano Nazareth

Engenheiro Agrônomo e Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Especialista em Agroecologia pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. Licenciado em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Jales (UNIJALES). Especialização lato sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho - IFMG Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES lucianons_agrobiol@outlook.com

Palavras-chave: Território Simbólico. Ensino Remoto Emergencial. Educação Básica.

Introdução

A pandemia do novo Coronavírus afetou diretamente o cotidiano da população mundial em função das medidas sanitárias e legislações normativas de distanciamento social para conter a disseminação do vírus. Assim, as aulas presenciais foram substituídas por aulas remotas emergenciais.

Neste contexto, os professores e alunos deixaram de ir à escola alterando suas rotinas e, conseqüentemente, houve um distanciamento nas relações sociais. A escola pode ser considerada para os alunos como um território simbólico, com marcas do vivido, de sentimentos de pertencimento dos adolescentes, pois o ato de ir à escola envolve não somente o processo de ensino/

aprendizagem, mas as diversas atividades realizadas no cotidiano, ou seja, as territorialidades destes sujeitos.

Muito tem se discutido sobre a qualidade do ensino na migração do ensino presencial para o remoto, entretanto, cabe compreender, também, como os estudantes lidaram com a ausência da rotina escolar no cotidiano. Assim, o presente estudo tem como objetivo geral investigar a percepção de alunos do ensino médio sobre o ensino remoto emergencial.

1 Fundamentação teórica

A concepção de território cunhada neste trabalho traz a perspectiva de um continuum, conforme proposto por Haerbaert (2001). O território é visto de forma integrada, articulada e conectada a partir das vertentes jurídico/política, simbólico/cultural, econômico/material e natural. Considera-se, portanto, as relações sociais advindas do espaço escolar em uma concepção simbólico/cultural a qual "o território é visto sobretudo como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo sobre o seu espaço" (HAESBAERT, 2001, p. 1770).

O território está presente em todas as dimensões da vida social, pois viver em sociedade significa interagir com o outro. Por isso, os estudos geográficos têm sido utilizados em pesquisas interdisciplinares, e a perspectiva simbólica é propícia para compreender as relações sociais de estudantes da educação básica durante o ensino remoto emergencial.

As interações advindas do território simbólico podem ser consideradas como as territorialidades, as quais estão "intimamente ligada[s] ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar" tornando-se "uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado" (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Nesta concepção, o território é sempre relacional, concretiza-se a partir da interação entre os atores nas mais diversas esferas. Em consequência, a territorialidade diz respeito às relações sociais permeadas pelos fatores do cotidiano. Portanto, a participação e convívio em sociedade faz com que um espaço (vazio) seja transformado em território.

2 Resultados alcançados

A pandemia do novo Coronavírus impôs durante o ano de de 2020 medi-

das de isolamento social para conter a disseminação do vírus. Assim, as aulas presenciais foram suspensas e substituídas por aulas remotas. Nesta perspectiva, os Estados e Distrito Federal liberaram normativas estaduais para regulamentar as aulas remotas.

Especificamente em Minas Gerais, foram deliberadas normativas suspendendo as aulas presenciais nas escolas estaduais a partir de 18 de março de 2020, retornando no modo remoto em 18 de maio de 2020.

As ações governamentais para a implantação das aulas remotas nas escolas estaduais de Minas Gerais envolveram as ações do Regime de Estudo Não Presencial em três principais eixos de trabalho: o Plano de Estudo Tutorado - PET, apostilas compostas por exercícios; o Programa Se Liga na Educação, composto por teleaulas gravadas e o Aplicativo Conexão Escola, plataforma oficial de comunicação entre professores e alunos através do chat.

Neste contexto, os autores, por serem professores da educação básica, experienciaram as aulas remotas com alunos de escolas públicas estaduais de Minas Gerais e aplicaram um questionário aos alunos do ensino médio de uma escola pública estadual em Governador Valadares/MG. Foram obtidas 29 respostas. Destes, 75,9% são do sexo feminino e 24,1% do sexo masculino, com faixa etária entre 16 a 18 anos. Ao serem perguntados se estão com saudades da escola, 55,2% (16) alunos relataram estar com saudades da escola, 37,9% (11) mais ou menos e apenas 6,9% (2) não sentem falta.

Os principais motivos pelos quais os alunos relataram estar com saudades da escola, são: aprender na escola é mais fácil do que pela internet; socializar e encontrar amigos/colegas; sair de casa; voltar a ter uma rotina, conforme transcrição da resposta de um dos alunos respondentes: "Eu não gosto de ir pra escola, mas gosto de estar lá. Eu morro de preguiça de ir, mesmo minha casa sendo perto da escola. Mas eu amo estar lá, estou com muita saudade dos meus amigos, professores e funcionários da escola". (DADOS DA PESQUISA, 2020)

Conclusões

Os resultados obtidos neste estudo demonstram que a escola é um local relevante na vida/rotina dos adolescentes, confirmando-se o espaço escolar como um território simbólico para estudantes do ensino médio. A não participação das aulas presenciais impactou não somente na aquisição do conhecimento, mas na socialização, ou seja, nas territorialidades advindas da interação social, pois estas ficaram limitadas por meio de trocas de mensagens de texto.



Principais referências bibliográficas

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à multiterritorialidade. Anais do Encontro Nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2001. 1769-1777. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. I Seminário Nacional sobre Múltiplas territorialidades, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/haesbaert-dos-mucc81-tiplos-territocc81rios-acc80-multiterritorialidade.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2009.



Território: usos, representações e temporalidades

GUAREZ, Fabiana Carla

Doutoranda na área de História Global e Mestra na área de História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Graduada no curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
fabianaguarez@gmail.com

ROSSI, Giovana Zamboni

Mestranda na área de História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC na linha de pesquisa Migrações e Meio-Ambiente. Graduada no curso de Bacharel e Licenciatura em História na Universidade Federal de Santa Catarina
gzrossi@outlook.com

Palavras-chave: história ambiental; território; metodologia

Introdução

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca das abordagens teóricas e metodológicas do ofício do(a) historiador(a). Inicialmente visamos um debate das categorias comumente utilizadas pelos historiadores ambientais, suas conceituações, usos e problemáticas. Tendo em vista que os recortes geográficos são produzidos com base nesses conceitos - que são quase que em essência interdisciplinares - intencionamos, mais do que oferecer respostas, flexionar alguns questionamentos metodológicos acerca dos usos, representações e temporalidades dos mesmos.

Vale nos questionarmos como definir e representar o território dentro de nossa investigação? Nos pautamos na afirmação que territorializar-se e des-territorializar-se são conceitos antropológicos e filosóficos que se aplicam ao processo de "estar sendo" e "deixar de ser" num sentido muito amplo. Neste sentido o objetivo deste trabalho é discutir, dentro destes limites conceituais. Principalmente para alargar as fronteiras entre as disciplinas que se propõem pensar os territórios.

1 Fundamentação teórica

Nos propomos a pensar a noção de território também dentro de suas particularidades geográficas concretas. O conceito de território, segundo Haesbaert (1997, p. 39-40) pode ser dividido em três diferentes significados: território político-jurídico, território econômico, território cultural. Acreditamos que todo território é por si só parte de uma determinada construção sobre o espaço - ora coletiva, ora individual - mas que delimita a sua compreensão, suas distâncias, e significados. Assim como aponta Raffestin:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. [...]. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Sabemos que a literatura sobre o assunto é ampla, o conceito vem sendo examinado desde a virada do século XIX pelas mais diversas áreas. No entanto, percebemos que a problemática da interdisciplinaridade - os riscos e limites dos(as) historiadores(as) para compreender a complexa historicidade dos territórios - por vezes perde de seus horizontes às dimensões da geografia, da biologia, ecologia, etc. Tendo em vista que na produção histórica a partir de uma perspectiva ambiental, é necessário historicizar e problematizar a construção desses conceitos e a aplicação de seus significados dentro de nossas pesquisas.

Pensar território no século XXI é entender que estamos sob um impasse territorial e narrativo que discute a todo instante em nossas produções historiográficas os dilemas da contemporaneidade e a subtração dos territórios, tendo em vista a globalização, os fatores de ordem climática e ambiental, as migrações e a geopolítica. Frente a isso e às condições de "rede", Bruno Latour vai propor o conceito de aterrar-se, desvelando dentro dessas problemáticas a sólida informação que todos nós já sabemos: Não há território sem globo. Em suas palavras: "Ora, se não há planeta, terra, solo, território onde alojar o Globo da globalização em direção ao qual todos os países se dirigiam, então ninguém mais possui, como se costuma dizer, uma terra para chamar de sua." (LATOURE, 2020 p.11-12)

2 Resultados alcançados

Os debates e as políticas ambientais na contemporaneidade nos encaminham para a construção de uma discussão de caráter interdisciplinar sobre o território brasileiro na perspectiva histórica ambiental. A situação do SARS-COV

2 exigiu ainda mais a necessidade de discutir, para além do âmbito acadêmico, as pesquisas que vêm sendo elaboradas com este caráter no Brasil.

Junto do Laboratório de Imigração/Migração e História Ambiental elaboramos para esse primeiro semestre de 2021 um projeto de extensão que visa uma revisão na discussão a respeito da construção do conceito e outras categorias de análise de biomas que são utilizadas pelas ciências naturais e também outras áreas de conhecimento que se utilizam da interdisciplinaridade como base da pesquisa científica. O projeto de extensão propõe-se numa direção também metodológica, considerar a necessidade da demarcação de inter-espaços de contato entre grandes domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Pensar os conceitos e fatores não humanos auxilia-nos a entender os processos contemporâneos de ocupação invasiva nos ecossistemas. Agora, nos propomos a organizar um projeto de extensão que discuta o conceito de território e como ele vem sendo elaborado dentro de diferentes pesquisas no Brasil.

Conclusões

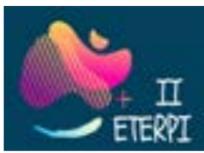
Assim como os usos, as narrativas e conceitos que circundam e delimitam os territórios fazem parte de uma construção, de um projeto de significados diretamente relacionados com o contexto social-político. Pensar a linguagem dentro de um campo maleável, elástico dentro do tempo, pressupõe repensar a todo momento enquanto historiadoras os usos das palavras. Muitas na historiografia corrente, mas em defesa de historicizar sempre as narrativas, nada se torna inato ou dado fechado em si mesmo.

Frente ao desmantelamento do Ministério do Meio Ambiente e consequentemente a flexibilização da legislação ambiental num cenário de grande fragmentação política, se faz necessário a rediscussão dos caminhos que nos trouxeram enquanto pesquisadores(as) e brasileiros(as) no lugar onde estamos. Busca-se contribuir para a produção de conhecimento e divulgação de pesquisas que se fazem urgentes e necessárias na história das políticas de desenvolvimento brasileiras e a importância da pauta ambiental neste contexto.

Referências Bibliográficas

HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. Espaço e cultura, n. 3, p. 20-32, 1997.

LATOURE, Bruno. Onde aterrar- Como se orientar politicamente no antropoceno. tradução Marcela Vieira ; posfácio e revisão técnica Alyne Costa. - 1. ed. - Rio



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

de janeiro: Bazar no tempo, 2020.

SOJA, E. 1993. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar



Transformações no uso da terra em Tumiritinga – MG: a territorialização da agricultura camponesa

FERREIRA, Wemerson dos Santos

Graduado em Sistemas de Informação e Mestrando em Gestão Integrada do Território na Universidade Vale do Rio Doce. Bolsista FAPEMIG
wemerson1320@gmail.com

PANQUESTOR, Evandro Klen

Doutor em Geografia - Ordenamento Territorial Ambiental pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Possui mestrado em Geografia pela Universidade de Brasília - UnB com ênfase em geoprocessamento e análise da paisagem. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela UFF. Graduado em Geografia pela UnB (licenciatura e bacharelado). Atualmente é professor do IFMG, Campus Governador Valadares e docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE
evandro.klen@univale.br

Palavras-chave: territorialização, sensoriamento remoto, agricultura camponesa.

Introdução

O estudo trata do processo de territorialização dos diferentes tipos de uso do solo e cobertura vegetal pelos camponeses oriundos de programas de reforma agrária no município de Tumiritinga – MG. Esse processo ocorreu a partir da década de 1990 iniciando-se com o assentamento 1º de Junho liderado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST até a consolidação do assentamento Cachoeirinha, liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, impactando sobre a diversificação da atividade produtiva e conservação do meio ambiente.

O problema identificado no município diz respeito a apropriação predatória dos recursos naturais, em especial do próprio solo e cobertura vegetal, realizados pela territorialização conservadora da agropecuária e monocultura em latifúndios. Os latifúndios improdutivos foram utilizados em programas de reforma agrária, que consolidaram uma nova relação de apropriação do solo e dos recursos naturais.

A pergunta que se faz é a seguinte: a territorialização da agricultura camponesa conseguiu transformar a configuração territorial anterior e elevar a diversidade de culturas e reduzir a necessidade de desmatamento para práticas conservadoras? Teoricamente afirma-se que a partir da década de 1980 há uma aproximação das práticas camponesas com as práticas sustentáveis voltadas à proteção ao meio ambiente.

A interdisciplinaridade do estudo se justifica pela razão da abordagem territorial ser necessária à compreensão do processo de apropriação do solo e cobertura vegetal realizada a partir da consolidação dos assentamentos da reforma agrária. Há intencionalidades existentes por trás da territorialização dos tipos de uso e isso poderá ser identificado por meio do mapeamento da paisagem realizados a partir de técnicas em geoprocessamento. Assim, tem-se a possibilidade de entender o poder das forças produtivas de diferentes conotações, desde o latifúndio monocultor até a possível mudança com os minifúndios policultores.

Assim, o objetivo geral é o de analisar as transformações na configuração do uso da terra em período anterior e posterior à territorialização da agricultura camponesa em Tumiritinga – MG. Assim, optou-se por estabelecer um período de análise que conseguisse apresentar as transformações, nesse caso de 1990 e 2020. Por objetivos específicos pretende-se: 1 – caracterizar o processo de territorialização da agricultura monocultora e policultora; 2 – demonstrar as transformações dos tipos de uso da terra territorializados pela agricultura camponesa e seus impactos sobre a diversificação da atividade produtiva e conservação da cobertura vegetal.

A pesquisa, quanto a natureza, será básica procurando gerar novos conhecimentos na forma de dados sobre o uso da terra nos assentamentos no âmbito hipotético-dedutivo. O estudo partirá de uma ideia geral sobre o processo histórico de ocupação da terra, a qual será testada com o processamento de imagens de satélite. Para atender os objetivos de estudo, a metodologia dessa pesquisa será: 1 - exploratória e quantitativa baseando-se em dados obtidos a partir da leitura de referências teóricas e documentos em História, Geografia, Gestão Territorial caracterizando o processo de territorialização das práticas monocultoras e policultoras camponesas; 2 - práticas quantitativas em geoprocessamento, sensores orbitais e processados em sistema de informação geográfica – SIG, permitindo o mapeamento da configuração territorial anterior e posterior ao processo de territorialização camponesa.

Trata-se de um estudo relevante, pois demonstra o processo histórico de transformação da configuração territorial e os resultados disso para a comunidade e os gestores responsáveis pela administração do município. Assim, há possibilidade de ser um incentivo maior a manutenção, ou não, do programa

de reforma agrária.

1 Fundamentação teórica

A concentração de terra no Brasil é um reflexo da construção histórica da formação da propriedade desde os tempos de colônia, que possuía sua própria dinâmica e leis, e como consequência trouxe consigo as desigualdades na distribuição, que posteriormente deu um sentido mercadológico a mesma (FURTADO, 1989). Nesse sentido, a configuração do território é marcada pelo valor de troca (terra enquanto mercadoria) em detrimento do valor de uso (terra enquanto elemento voltado à satisfação das necessidades da coletividade).

O território é o produto da intervenção e do trabalho de atores sociais sobre um determinado espaço, e “o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”, e que “o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, p.144). Milton Santos (2006, p.39) conceitua o espaço geográfico como sendo “formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. E que, inicialmente, o espaço geográfico era natureza selvagem, composta a partir de objetos naturais, e com a evolução da humanidade foram sendo trocados por outros tipos de objetos, como objetos técnicos, mecanizados e cibernéticos, e que atualmente o mesmo se tornou um sistema de objetos e ações impregnados de artificialidades (SANTOS, 2006, p. 39).

Raffestin (1993, p.143) reforça que “o espaço é anterior ao o território” e que o território se forma a partir dele. O espaço representa um nível elevado de abstração, e o território é o espaço apropriado por um ator, a qual as relações de poder, em suas múltiplas dimensões, definem e delimitam o território. A partir do território, os atores sociais exercem suas territorialidades, cuja definição seria “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160), e que incorpora relações econômicas e culturais, além da dimensão política, através da organização do espaço e da utilização da terra pelas pessoas e o significado que elas empregam ao lugar que habitam (HAESBAERT, 2007, p, 22).

A configuração territorial ou configuração geográfica é uma categoria abordada por Milton Santos (2006, p. 38), que a define como um “conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais”, e que abrange os objetos naturais e artificiais que compõem o espaço geográfico.

Uma vez compreendido seu conceito, pode-se entender a territorialização, que seria o processo de dominação e/ou apropriação do espaço pelos atores sociais (HAESBAERT, 2004).

E através do uso das geotecnologias é possível observar o processo de territorialização de um determinado tipo de agricultura, que pode apresentar características de uma monocultura ou policultura. Neste sentido, as geotecnologias têm sido usadas amplamente para mapear e monitorar os recursos naturais terrestres, uma vez que os dados obtidos pelos satélites são receitados em um curto intervalo de tempo e processados de forma relativamente rápida, o que as torna essenciais para realização de estudos ligados ao planejamento geográfico e a investigação do uso do solo em áreas de preservação ambiental (SOARES et al., 2011).

O uso de imagens de satélites é comum em técnicas de interpretação visual, como em mapeamento de grandes áreas afim de se obter informações sobre o uso da terra (ALVES; SKOLE, 1996). Os satélites fazem parte da dinâmica do sensoriamento remoto, o qual pode ser definido como a "técnica que utiliza sensores para a captação e registro à distância, sem o contato direto, da energia refletida ou absorvida pela superfície terrestre" (FITZ, 2008). Guimarães (2000), aponta que o mapeamento do solo se torna indispensável em um estudo ambiental, onde requer o conhecimento da dinâmica natural de evolução do meio ambiente e de seu potencial de utilização.

Visto isso, Souza (2013) diz que a paisagem é uma forma, uma aparência e que seu conceito está ligado diretamente ao espaço abarcado pela visão de um observador, e que "o conteúdo "por trás" da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos "sugere" (SOUZA, 2013, p. 43 - 46). Assim, a paisagem irá apresentar visualmente a configuração territorial materializada a partir das relações sociais no espaço geográfico. As imagens de satélite são paisagem que registram uma dada temporalidade marcada pelas relações ao longo do tempo.

2 Resultados Esperados

Trata-se de um estudo de caso que busca o estudo de fenômenos contemporâneos relacionados ao processo de apropriação do espaço geográfico por diferentes comunidades relacionadas ao processo de reforma agrária. Nos resultados, será obtido o mapa de uso e ocupação da terra, onde espera-se observar uma maior diversidade dos tipos de culturas nas propriedades, visto que o histórico de ocupação do local partiu de uma agricultura monocultora, ligada aos latifúndios, para uma agricultura camponesa policultora, ligada ao

programa de reforma agrária.

Conclusões

Através dos resultados esperados, pode-se concluir que o uso do sensoriamento remoto, aliado a técnicas de processamento de imagens de satélite, permitirá gerar o mapa de uso e ocupação da terra, e que possibilitará perceber as transformações ocorridas na cobertura vegetal do local no período de tempo proposto. E por meio disso, se dará a dedução sobre a territorialização dos grupos distintos no espaço geográfico do município e suas diferentes práticas de gestão da terra.

Principais referências bibliográficas

FITZ, Paulo R. Geografia tecnológica. Geoprocessamento sem complicação, Ed. Oficina de Textos. São Paulo, p. 19-29, 2008.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo (SP): Ática, 1993.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Paisagem. In: _____. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio - espacial. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2013.



Uma análise histórica sobre os principais impactos ambientais no território do bioma Pampa ao longo do século XIX

MINUZZI, João Davi Oliveira

Graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina
Bolsista CAPES
jadminuzzi@gmail.com

NODARI, Eunice Sueli

Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em História - University of California - Davis, doutorado em História pela PUC-RS, Pós-Doutorado na Stanford University - EUA e na Universidade Federal de Minas Gerais
eunice.nodari@ufsc.br

Palavras-chave: Bioma Pampa, Impactos Ambientais, Século XIX, História Ambiental.

Introdução

O objetivo deste trabalho é realizar uma breve análise histórica a respeito dos principais impactos ambientais ocorridos ao longo do século XIX no território do bioma Pampa. Esta problemática possui claramente um caráter interdisciplinar e por muito tempo não recebeu a atenção necessária por parte dos historiadores. Portanto, procuramos com este trabalho aprofundar a temática ambiental a partir da perspectiva da ciência histórica com intenção de criar um diálogo com outras ciências e proporcionar um entendimento mais amplo e completo a respeito da nossa compreensão sobre a região e sua natureza. Partimos de estudos de História Ambiental para analisar as mudanças mais drásticas ocorridas no Pampa ao longo do século XIX, período em que as antigas colônias ibéricas declaravam independência e inúmeros projetos políticos e conflitos regionais proliferaram por todo o continente.

A temática ambiental ganhou força nas últimas décadas e está atrelada no imaginário coletivo aos impactos decorrentes da revolução industrial, como po-

lução, emissão de gases de efeito estufa e outros. A História tem a capacidade de demonstrar como períodos pré-industriais também enfrentavam mudanças ambientais relevantes que moldaram a forma como a natureza e a sociedade se desenvolveu em determinada região. Para esta análise nos fundamentaremos em bibliografia sobre o recorte espaço-temporal da pesquisa e na utilização de fontes históricas como relatos de viajantes que percorreram o território pampeano durante o período.

1 Fundamentação teórica

O bioma Pampa é um dos seis biomas brasileiros e está localizado na parte mais meridional do território do país, ocupando apenas uma parcela das terras do estado do Rio Grande do Sul. Porém a extensão total do Pampa abarca um território maior que ocupa boa parte da Argentina e todo o Uruguai. Foi exatamente no século XIX que as últimas grandes alterações do traçado da fronteira foram realizadas sob o Pampa, recortando o bioma entre três nações diferentes. Marcos naturais como o rio Uruguai e Quaraí serviram como esboço para o traçado dessas fronteiras. De certa forma, as próprias fronteiras e o estabelecimento desses Estados Nacionais podem ser vistos como importantes fatores que vão ditar leis, pensamentos e ações em relação a preservação ou não do bioma Pampa.

Marcado por extensos campos, o Pampa é uma das maiores planícies do mundo e reúne um relevante conjunto hídrico que forma parte da Bacia Hidrográfica do Rio da Prata, contendo uma grande quantidade e variedade de cursos de água dentre os quais se destacam o rio Uruguai, o rio Paraguai e o rio Paraná. É nesses campos que habitam uma miríade de seres, sendo diversas espécies de peixes, anfíbios, insetos, aves e plantas. Habitando a região no século XIX podemos destacar uma sociedade muito plural composta por indígenas, africanos e europeus, representando povos bem variados como os charruas, os guaranis, os portugueses, os espanhóis, os italianos e tantos outros. A história da ocupação humana da região é muito interessante e a chegada dos europeus a esse cenário só acrescentou mais elementos que acabaram por transformar radicalmente o curso da história desta zona. Porém o choque entre essas culturas também se deu no campo da fauna e da flora com a introdução, acidental ou programada, de diversas espécies de plantas e animais do Velho Mundo.

A principal base teórica para este trabalho é o artigo produzido pelos historiadores Paulo Zarth e Marcos Gerhart intitulado "Uma História Ambiental do Pampa do Rio Grande Do Sul", onde os autores desenvolvem uma síntese dos

principais acontecimentos históricos relacionados ao tema ambiental referentes ao Pampa brasileiro. Para isso é refletido acontecimentos desde o período pré-histórico até os dias atuais.

A história ambiental é o campo historiográfico que estuda as interações entre humanos e o meio ao longo do tempo e do espaço. A interdisciplinaridade com outras ciências possibilita que os trabalhos desenvolvidos nessa área abordem seus objetos de estudo a partir de uma visão mais holística e menos antropocêntrica, por isso destacamos a importância da interdisciplinaridade em estudos sobre territórios e natureza.

2 Resultados alcançados

Identificamos alguns temas ambientais mais frequentes e com maior impacto sobre a diversidade do bioma Pampa ao longo do século XIX. Estes foram a presença de espécies de fauna e flora exóticas, as queimadas e a atividade de caça. Todos esses aspectos foram de alguma forma amplificados devido a forma de ocupação da terra no período estudado, onde havia grande concentração de terra em forma de latifúndios e um intenso crescimento populacional incentivado pelos nascentes Estados Nacionais que visavam ocupar espaços ditos vazios através da colonização de imigrantes europeus. O impacto dessa migração é muito forte tanto sobre o ambiente quanto sobre as populações indígenas e vai ditar o modelo de sociedade para toda a região.

Possivelmente o traço mais marcante de impacto ambiental no período foi a presença de espécies exóticas oriundas do Velho Mundo que foram introduzidas pelos europeus através da colonização da região. O gado bovino foi "o mais impactante dos animais exóticos introduzidos no pampa" (ZARTH; GERHART, 2009, p.255), sua introdução iniciada ainda no século XVII foi intensificada durante o século XIX através de um sistema produtivo de criação de gado melhor estabelecido e após muitos indivíduos dessa espécie terem se reproduzido pelos campos de forma desenfreada onde não acham muitos predadores naturais e onde a comida era vasta.

O impacto da pressão do pastejo do gado sobre a vegetação campestre no Pampa ainda é objeto em debate por pesquisadores, mas algumas evidências indicam que a presença do gado no século XIX enfraqueceu as plantas nativas e abriu espaço para que plantas exóticas se alastrassem pelos campos. Essas plantas, como o Cardo e o Echium, são frequentemente descritas pelos viajantes e possuíam vantagens adaptativas em relação a flora nativa, já que estavam adaptadas ao convívio com o gado. A introdução do gado *vacum* e das demais espécies como o cavalar e ovino provocou uma alteração na com-

posição da flora do bioma Pampa, possivelmente levando algumas espécies de plantas nativas à extinção. Charles Darwin registrou sobre o cardo o seguinte: "Sobre as planícies onduladas,..., nada mais pode agora viver,..., duvido que se tenha registrado qualquer caso de uma invasão em tamanha escala de uma planta sobre as nativas" (DARWIN, 2008 p.83).

Encontrar grandes manadas de cavalos e bois pelos campos da região era algo comum no cotidiano dos viajantes, John Luccock disse que qualquer criador inglês teria sua fé abalada para poder acreditar na quantidade de gado existente nas estâncias do Pampa, além de afirmar que as propriedades rurais possuíam um tamanho muito maior que as propriedades inglesas.

Os grupos indígenas que habitavam o Pampa já realizavam queimadas para agricultura e essa prática foi também adotada pelos europeus, demonstrando que "a interação humana com o campo, portanto, também contribuiu para a formação de suas características naturais" (ZARTH; GERHART, 2009, p.259) pois as queimadas acabavam selecionando as espécies animais e vegetais que eram mais adaptáveis à perturbação causada pelas labaredas dos incêndios.

Outro fator que provocou alterações na biodiversidade do Pampa foi a caça e a pesca realizada pela ação humana. Através dos relatos de viagem podemos desenvolver hipóteses que com a intensificação dessa atividade o comportamento de determinadas espécies, como as emas, foi alterado as deixando mais evasivas a presença humana. O próprio tráfego de embarcações na foz do Rio da Prata, de acordo com John Luccock, parece ter alterado o comportamento de espécies de peixes e mamíferos aquáticos que passaram a evitar essa rota. A diminuição do número de indivíduos através da caça ou pesca pode ter levado a um estado de fragilidade da espécie. Os grandes felinos que habitavam o Pampa e eram vistos como inimigos tiveram sua população bastante afetada durante o período.

Conclusões

A História pode auxiliar na construção de um saber interdisciplinar que explique a trajetória ambiental no bioma Pampa através do tempo. Podemos perceber que a ação antrópica sobre esse bioma é antiga e anterior ao processo de industrialização. Ao passarmos a considerar a perspectiva temporal podemos identificar as interações que a sociedade desenvolveu com seu meio e a partir disso repensar nossa ação futura sobre determinado território. Os desafios ambientais que o bioma Pampa possui hoje são distintos daqueles apresentados ao longo do século XIX, porém essas mudanças ocorridas no passado

ainda refletem fortemente na biodiversidade desse espaço e na forma como a sociedade percebe e trata esse ambiente.

Principais referências bibliográficas

DARWIN, C. Viagem de um naturalista ao redor do mundo. Porto Alegre: L&PM, 2008.

NOGAR, María Luciana; NOGAR, Ada Graciela; JACINTO, Guilhermina. Transformaciones y fragilidades ambientales em la Pampa argentina. In: Revista Latino-Americana de História. Vol.2, nº8, 2013.

OVERBECK, Gerhard; et. Al. Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, Valério De Patta; et al. Campos Sulinos - conservação e uso sustentável da biodiversidade - Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

PEIXOTO, Dilson. Do gado as matas: O impacto ambiental no rio grande do sul a partir da memória de viajantes (1808-1822). Santa Maria: Unifra, 2010.

ZARTH, Paulo Afonso; GERHARDT, Marcos. Uma História Ambiental do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, Althen (Org.). Lavouras de destruição: a imposição do consenso. Pelotas: Livraria mundial, 2009.

Violência simbólica no espaço escolar público a partir do pensamento de Bourdieu

GOMES, Holdamir Martins

Mestrando PPGCITI, pela UFPA – Universidade Federal do Pará
hdamirmg@gmail.com

SILVA, Sêrgio Augusto da

Graduado em Pedagogia pela UFPA – Universidade Federal do Pará
seraugutos@gmail.com

Palavras-chave: Espaço escolar; violência simbólica; sociologia bourdieusiana.

Introdução

A fim de contextualizar a problemática, apresentamos o status questionis, que se reporta a realidade precária e indigna de muitas edificações e espaços públicos escolares, seja em solo amazônico, seja em outros rincões brasileiro. Não sendo infrequente verificar a edificação escolar pública, enquanto suporte físico da educação, permeada por uma atmosfera sombria, malcheirosa, suja, mobiliários quebrados ou remendados, acessibilidade deficiente, iluminação e ventilação inadequadas. Escolas pobres para alunos empobrecidos. Não fruto necessariamente de uma crise, mas de uma construção histórica-social.

O presente resumo ensaio problematiza e traz a tona esta realidade como caracterizadora de uma violência simbólica a partir das contribuições teóricas do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998, 2008). Metodologicamente, consiste numa pesquisa exploratória, descritiva e empírica. Possui natureza qualitativa, dentro de uma vertente crítica, integrada à técnica de pesquisa bibliográfica.

1 Fundamentação teórica

No âmbito do presente estudo, a discussão em torno do espaço público escolar, por áreas distintas como a Arquitetura e a Educação, vem ganhando estudos mais aprofundados nas últimas décadas. Esta aproximação é válida,

até porque o espaço escolar, conforme o historiador espanhol Agustín Escolano (2001), também detém um elemento pedagógico.

Assim se põe, portanto, a constatação que o espaço escolar “não é neutro. Sempre educa. Resulta daí o interesse pela análise conjunta de ambos os aspectos – o espaço e a educação –, a fim de considerar suas implicações recíprocas” (FRAGO; ESCOLANO, 2011, p. 75).

Para tanto, mesclado ao conhecimento que a edificação escolar, como a própria escola, é uma construção social, e que o espaço e a educação possuem implicações e consequências recíprocas, temos também a problemática da violência simbólica quando esse espaço público escolar é precário e indigno.

Contudo, sobre a temática da violência cujas fontes teóricas e debates são dispersos, como recorte para o propósito do presente trabalho, trazemos o conceito de violência simbólica do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Através dela, da violência simbólica na perspectiva bourdieusiana, tem-se o “[...] poder de construção da realidade, que tende a estabelecer [...] o sentido imediato do mundo (e em particular, do mundo social)” (BOURDIEU, 1989, p. 9).

São sistemas simbólicos que se tornam “[...] instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra [...] contribuindo assim, [...] para a domesticação dos dominados.” (ibidem, p. 11).

Para os propósitos quanto a metodologia de investigação empregada, tem-se a pesquisa de cunho qualitativo como opção, apegando-se a uma vertente crítica. Que para Chizzotti (2005, p. 79) a “abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 2005, p. 79). Assim sendo, o objeto analisado representa não um dado inerte e neutro, mas detentor de significados e relações que os sujeitos fazem suscitar em suas relações.

Ainda quanto à dimensão metodológica, temos um estudo descritivo, implicando reconhecer que pretendeu descrever os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987, p. 110), no caso em análise a precariedade física e ambiental de espaços públicos.

2 Resultados alcançados

Conforme abordado, tendo como objeto o espaço escolar como suporte físico da educação, não pretende muito mais que ajudar a colocar em questão um aspecto muito peculiar de muitas das escolas públicas, seja em solo ama-

zônico, seja em vários rincões brasileiros: a realidade precária e indigna de muitos desses edifícios escolares.

Não é infrequente deparar-se, seja pessoal ou pelos meios de comunicação, a edificação escolar pública precária e indigna. Revelando um espaço falho e deficitário. Referidos espaços existem concreta e verdadeiramente, não sendo figuração retórica ou literária, mas apresenta-se diante dos olhos e nos escaninhos da memória. São imagens tão vivas e plausíveis que se mostram sem contestação, não necessitando imagens ou figuras que a documentem.

Ressalvadas as particularidades, no interior de algumas escolas públicas faltam quase tudo: portas, janelas, mobiliário, piso, telhado, iluminação, divisória, água, banheiro, energia. Faltam signos, valores, identificação escolar e compromisso público. Sobram apenas descaso e improviso. O presente ensaio problematiza esta realidade como caracterizadora de uma violência simbólica a partir da teoria sociológica de Pierre Bourdieu (1998, 2008).

Nessa perspectiva, a fim de cumprir o desiderato, partimos do pressuposto que o edifício-escola, enquanto uma “expressão simbólica dos valores dominantes nas diferentes épocas” (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 47), quando mal conservado, depauperado, sombrio, sujo, malcheiroso torna-se uma antítese da escola desejada. Revela uma violência sutil e silenciosa, que perpassa a todos e tudo – uma violência simbólica.

Essas indicações demonstram que essentipo de espaço escolar revela uma violência dentro de uma lógica institucional política e simbólica, que por vezes a escola não se atenta, de tão naturalizada que se torna. É a dimensão do poder simbólico, que segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1998), revela-se um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo e, em particular, do mundo social.

Esses apontamentos desenham, em síntese, a partir da sociologia bourdieusiana, que “todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força.” (2008, p.25).

De fato, Bourdieu trabalha o conceito de violência simbólica como um mecanismo sutil e silencioso para legitimar crenças e naturalizar comportamentos. Legitimando a reprodução de estruturas sociais disfuncionais e injustas como naturais.

Entrevê-se aqui, como ponto de inflexão teórica, sendo perfeitamente adequada à ótica bourdieusiana, atestar a realidade dos edifícios escolares precários, circundado e permeado pela aridez do espaço, pela sujeira das paredes, pelo odor fétido dos banheiros, pela ausência de acessibilidade adequa-

da, como reveladora de uma violência simbólica. E esse cenário patenteia uma agressão aos sentidos e ao ideário humanístico-educacional, revelando uma realidade de retrocesso, que frustra planejamentos, expectativas e o próprio futuro.

Porém, longe de esgotar a questão, da qual é passível evocar distintas associações, o presente resumo expandido quer trazer à luz a temática em comento. São cenários reais que questionam sobre o processo de educar. Um ponto de contato no que tange à percepção da escola que temos, à margem de outra escola que idealizamos.

Em que pese todo o exposto, oportuniza-se trazer à baila a perspectiva de uma educação que seja parte de uma pedagogia potencializadora de mudanças a partir de uma política de espacialidade. Possibilitando alternativas outras particularmente em solo amazônico, de onde suscita esse estudo, detentor de tantas riquezas e generosos espaços públicos, que contrasta com a penúria e pequenez de determinadas edificações escolares.

Conclusões

Convém não perder de vista, a bem da adequação contextual do presente ensaio teórico, que a problemática suscitada é meio e não fim em si mesmo. Muitas questões seguem abertas, merecendo novas análises e aprofundamentos. Nessa ótica, buscou-se contextualizar algumas questões introdutórias, ajudando a aguçar e publicizar o debate em torno da temática. Acreditando existir uma chave interpretativa para debater, mais e melhor, a violência instalada nas precárias edificações e espaços escolares como uma espécie de violência simbólica que se dá de forma sutil, imperceptível, porém que se torna presente e legitimadora de uma violência em sua força de auto-imposição.

Principais referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

ESCOLANO, Agustín. Arquitetura como programa: espaço-escola e currículo. In: VIÑAO FRAGO, Antônio; ESCOLANO, Agustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais – a pesquisa qualitativa em educação – O Positivismo, a Fenomenologia, o Marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.



ÍNDICE DE AUTORES



- ABELHA, Fabrícia. p. 157
Graduação em Pedagogia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território - fabricia.abelha@univale.br
- ALMEIDA, Lidiane Pires dos Santos Ribeiro de. p. 93
Graduada em Pedagogia, pós graduada em Autismo, AEE e Educação Inclusiva, professora de Educação Infantil, mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território (Univale) - lidianepires01@gmail.com
- ALVES, Denise Rodrigues. p. 175
Graduada em Jornalismo e Mestranda em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - denise.alves@univale.br
- AQUINO, Thaís Aldred Iasbik de. p. 123
Professora do curso de Direito da UNIVALE. Mestre em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Especialista em Direito Urbanístico e Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - aldrediasbik@yahoo.com.br
- ARAÚJO, Emerson. p. 41
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Campus Avançado de Pau dos Ferros. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido – PLANDITES - emerson.fabio@ufersa.edu.br
- BARBOSA, José Márcio Silva. p. 247
Graduado em Ciências Econômicas e em Ciências Sociais, mestre e doutor em Educação, pós-doutorando em Educação, professor da Universidade do Estado de Minas Gerais - jmarciosb@yahoo.com.br
- BICALHO, Maria Gabriela Parenti. p. 93
Graduação em Psicologia pela UFMG, Mestre e Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, Professora Adjunta da Universidade Federal de Juiz de Fora, Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território (Univale) - maria.gabriela@ufjf.edu.br
- BONFIM, Rosimara M. p. 111
Graduada em Medicina, Cirurgiã Plástica Membro Titular da Sociedade Bra-



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

sileira de Cirurgia Plástica, Professora Deontologia e História da Medicina da UNIVALE, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (UNIVALE) - rosimarabonfim@yahoo.com.br

CAMPOS, Renata Bernardes Faria. p. 213, 283, 295
Graduação em Biologia, mestrado e doutorado em Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa. Docente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - renata.campos@univale.br

CARNEIRO, Pedro Santiago Pereira Zanelatto. p. 241
Graduado em Administração (UFJF), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE - pedro.carneiro@univale.br

CATANEO, Franciele Boeira. p. 51
Mestranda do Programa de Sociologia Política/UFSC. Bacharel em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina - franbcataneo@gmail.com

COELHO, Adriana de Oliveira Leite. p. 99
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Vale do Rio Doce, com especialização e mestrado em Engenharia de Estruturas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é Pró-reitora de Graduação da Universidade Vale do Rio Doce - aolcoelho72@gmail.com

CORREIA, Marília Amaro. p. 81
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Especialização em Ensino, Educação Histórica e Direitos Humanos pela Unifesspa. Bacharel em Direito pela FATEFIG. Graduanda em Psicologia. Pós-Graduada em Musicoterapia - marilia.amaro41@gmail.com

CUNHA, Daniela Martins. p. 169
Doutora em Geografia, Professora do Instituto Federal de Minas Gerais, campus Governador Valadares - IFMG/GV - daniela.cunha@ifmg.edu.br



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

DAMASCENA, Regiane Rither. p. 69
Pós-graduação stricto sensu em Gestão integrada de Território - regiane.damascena@univale.br

DIAS, Francislene Michelle. p. 295
Graduada em Serviço Social, mestranda do Programa de Pós-graduação em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce - mityelly@yahoo.com.br

ESPINDOLA, Haruf Salmen. p. 271
Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em História Política pela Universidade de Brasília e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território (UNIVALE) - haruf@univale.br

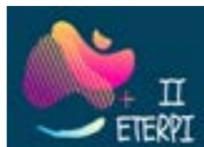
FARIA, Cristiany Seppe. p. 181
Mestranda em Ciências Aplicadas à Saúde pela UFJF. Especialista em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFES. Especialista em Neuropsicologia pela Universidade de Araraquara. Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Caratinga - UNEC - cristianyseppe@gmail.com

FERNANDES, Ana Paula Campos. p. 301
Graduada em Letras - Português, Inglês e Respectivas Literaturas (2010), especialista em Gestão Educacional (2012), mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce - prof.anapaulagv@gmail.com

FERREIRA, Wemerson dos Santos. p. 313
Graduado em Sistemas de Informação e Mestrando em Gestão Integrada do Território na Universidade Vale do Rio Doce. Bolsista FAPEMIG - wemerson1320@gmail.com

FERRI, Gil Karlos. p. 205
Graduado em História, Mestre em História (UFFS), Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina - gilferri@hotmail.com

FREITAS, Rusinéia. p. 145
Graduação em Pedagogia. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território - rusineia.freitas@univale.br



GARCIA, Ricardo Alexandre Rodrigues. p. 135
Mestrado em Direito pela Universidade de Franca, Doutorando pela Universidade de Araraquara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (UNIARA) - ricardogarciaadv@hotmail.com

GENOVEZ, Patrícia Falco. p. 19, 87, 175, 193
Graduada em História (UFJF), Mestrado e Doutorado em História Contemporânea (Política e Cultura), Pós-doutorado em Teoria e Metodologia da História (UFMG), Docente do Programa de Pós-Graduação Gestão Integrada do Território, professora Titular da Universidade Vale do Rio Doce - patricia.genovez@univale.br

GOMES, Bertilla Diniz Bettoni. p. 265
Graduada em Direito, Mestranda do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale - bertilla_diniz@hotmail.com

GOMES, Fredson Guilherme. p. 129
Graduado em medicina, Professor Auxiliar da Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus GV, Professor da UNIVALE, Pós-graduado em Perícia Médica, Pós-graduado em Uroginecologia e Mestrando do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale - fredson.gomes@univale.br

GOMES, Holdamir Martins. p. 325
Mestrando PPGCITI, pela UFPA – Universidade Federal do Pará - hdamirmg@gmail.com

GOMES, Isabela. p. 151
Mestra em Extensão Rural (UNIVASF) e Mestra em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (UNEB) - isabelaesteves@gmail.com

GUAREZ, Fabiana Carla. p. 307
Doutoranda na área de História Global e Mestra na área de História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Graduada no curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO - fabianaguarez@gmail.com

GUERREIRO, Thais de Cássia Martinelli. p. 57
Graduação em Engenharia Civil (UFSCar), Mestrado e doutorado em Engenharia de Transportes, docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (PPGEU) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - tcmguer-



reiro@ufscar.br

IASBIK, Elias Nascimento de Aquino. p. 123
Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Gestão, Auditoria e Licenciamento Ambiental pela Universidade Norte do Paraná. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Viçosa - elias.supram@gmail.com

ISIDORIO, Allisson Roberto. p. 301
Graduado em Pedagogia. Pós-graduado em Práticas Pedagógicas pelo Instituto Federal do Espírito Santo – IFES - allisson.prof@gmail.com

LIMA, Marcus Vinícius Gomes de. p. 57
Mestrando no programa de pós-graduação em Engenharia de Transportes, com ênfase em infraestrutura de pavimentos (EESC-USP), Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) - marcus.ecivil@gmail.com

MARQUÊZ, Paulo Antônio de Sousa. p. 289
Mestre e Doutorando em Comunicação e Cultura. Pesquisador em Mídias, Cidades e Práticas Socioculturais. Universidade de Sorocaba/UNISO - paulomarquez.rp@gmail.com

MARTINS, Rafael Barbosa Fialho. p. 139
Doutor e Mestre em Comunicação Social pela UFMG. Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa. Professor nos cursos de Jornalismo e Publicidade & Propaganda da Universidade Vale do Rio Doce (Univale) - rafael.fialho@univale.br

MEIRELLES, Pedro Renato Cardoso. p. 75
Bacharel em Estudos de Mídia pela UFF, Mestrando no PPCULT – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da UFF - pedrorcmeirelles@gmail.com

MINUZZI, João Davi Oliveira. p. 319
Graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista CAPES - jdminuzzi@gmail.com

MOREIRA, Edma Silva. p. 81
Graduação e Mestrado em Ciências Sociais. Doutorado em Ciências Sociais pela



Universidade Federal do Pará e Université Paris 13. Professora Associada da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) - edma@unifesspa.edu.br

NASCIMENTO, Érika Benigna. p. 105
Licenciada em História e mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território (UNIVALE) - erika.nascimento@univale.br

NETTO, Cristiane Mendes. p. 63, 163
Graduação em Informática, Doutora em Gestão e Organização do Conhecimento, docente da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE - cristiane.netto@univale.br

NEVES, Clara Mockdece. p. 181
Graduada em Educação Física (UFJF), mestre e doutora em Psicologia (UFJF). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Física em associação plena UFV-UFJF. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde (Mestrado) da UFJF-GV - claramockdece.neves@ufjf.edu.br

NICOLI, Sandra. p. 187
Graduada em História (UNIVALE), mestre em Gestão Integrada do Território (UNIVALE), professora da Escola Estadual Ensino Fundamental e Médio Frederico Pretti - EEEFMFP - nicolinicoli@hotmail.com

NODARI, Eunice Sueli. p. 99, 205, 221, 283, 319
Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em História - University of California - Davis, doutorado em História pela PUC-RS, Pós-Doutorado na Stanford University - EUA e na Universidade Federal de Minas Gerais - eunice.nodari@ufsc.br

NODARI, Rubens Onofre. p. 205
Possui graduação em Agronomia pela Universidade de Passo Fundo, mestrado em Agronomia (Fitotecnia) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorado em Genética pela University of California at Davis. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista Pq/CNPq - rubens.nodari@ufsc.br



NONATO, Eunice Maria Nazareth. p. 35, 265
Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Vale do Rio Doce e graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Rio Doce. Mestre em Educação. Doutora em Sociologia e Política, Professora do Mestrado do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale - enicenazareth@hotmail.com

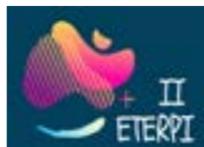
OLIVEIRA, Patrícia Henriques. p. 87
Graduada em Direito (FADIPA), Pós-Graduada em Ciências Criminais (CERS e Estácio de Sá), Mestranda em Gestão Integrada de Territórios (UNIVALE) - patricia.oliveira@univale.br

OLIVEIRA, Roberto Carlos. p. 129
Graduado em odontologia, Professora do Mestrado do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale, Mestre em odontologia pela UFRJ, Doutorado sanduíche em Saúde Coletiva pela Faculdade de Odontologia da UFMG e Faculty of Dentistry of McGill University/Canadá. e Pós Doutorado em Saúde Coletiva pelo Laboratório de Educação, Informação e Comunicação em Saúde - ECOS - da Faculdade de Ciências da Saúde - Universidade de Brasília - roberto.oliveira@univale.br

OLIVEIRA, Yury Aranha de. p. 247
Graduado em Administração, especialista em Gestão Pública, mestrando em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce - yuryaranha@yahoo.com.br

PANQUESTOR, Evandro Klen. p. 313
Doutor em Geografia - Ordenamento Territorial Ambiental pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Possui mestrado em Geografia pela Universidade de Brasília - UnB. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela UFF. Graduado em Geografia pela UnB (licenciatura e bacharelado). Atualmente é professor do IFMG, Campus Governador Valadares e docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território, Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE - evandro.klen@univale.br

PAULA, Claudia Costa da Silva. p. 199
Graduação em Farmácia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - claudia.paula@univale.br



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

PAULA, Fernanda Cristina de. p. 19, 105, 277, 295
Graduada em Geografia. Mestre e doutora em Geografia. Docente do Programa de pós-graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE - fernanda.paula@univale.br

PRAXEDES, Déborah Neide de Magalhães. p. 213
Graduada em Ciências Biológicas pela UFSJ e especialista em Análise Ambiental pela UFJF. Mestrado e doutorado em Saneamento Ambiental pela UFV. Docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - deborah.magalhaes@ifmg.edu.br

RAMOS, Gustavo Henrique Soares. p. 271
Graduado em Direito. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Gestão Integrada do Território - ghsr.96@gmail.com

RIBEIRO, Daniel de Araújo. p. 233
Graduação em Direito pela Universidade Federal de Viçosa/MG. Pós-Graduação em Direito Civil e Processual Civil pelas FIC, de Caratinga/MG. Pós-Graduação em Direito Notarial e Registral pela Universidade Anhanguera-Uniderp. Mestrado em Direito Empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos. Mestrando no Programa de Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - dielufv@hotmail.com

ROCHA, Lissandra Lopes Coelho. p. 221
Graduação em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce e mestrado em Direito pela Universidade Gama Filho. Doutoranda do Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é reitora da Universidade Vale do Rio Doce - lissandra.rocha@univale.br

RODRIGUES, Suely Maria. p. 199, 259
Graduação em Odontologia (UNIVALE), mestrado em Clínica Odontológica, doutorado e pós-doutorado em Saúde Coletiva (UFMG). Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - suely.rodrigues@univale.br

ROSSI, Giovana Zamboni. p. 307
Mestranda na área de História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC na linha de pesquisa Migrações e Meio-Ambiente. Graduada no



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

curso de Bacharel e Licenciatura em História na Universidade Federal de Santa Catarina - gzrossi@outlook.com

SANTOS JUNIOR, Reginaldo. p. 151
Pós Doutor em Educação (Uminho/ Portugal), Doutor em Difusão do Conhecimento (UFBA) e Docente Colegiado de Geografia (UNIVASF) - reginaldo.pereira@univasf.edu.br

SANTOS, Imirene Lodi dos. p. 63
Graduada em Administração e mestre em Gestão Integrada do Território (UNIVALE). Coordenadora do Curso Sup. de Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos da Univale - imirene.santos@univale.br

SANTOS, Mauro Augusto dos. p. 99, 227
Pós-doutorado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Doutorado em Demografia (UFMG), graduação em Ciências Sociais (UFMG), pós-graduação em Gestão de Micro e Pequenas Empresas pela Universidade Federal de Lavras. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (UNIVALE) - mauro.santos@univale.br

SANTOS, Valdicélio Martins dos. p. 117
Doutorando em Educação: Conhecimento e Inclusão Social (UFMG). Mestre em Gestão Integrada do Território (UNIVALE). Pós graduado em Arte-Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, em Artes pela Faculdade da Cidade de Guanhães, especialista em Arte Visuais pela UFMG. É licenciado em Pedagogia (UNIVALE) e em Artes Visuais (CLARETIANO) - Celinho-martins@hotmail.com

SCALZER, Simone Zamprogno. p. 187
Graduada em Geografia pela Faculdade Castelo Branco, mestre em Gestão Integrada do Território (UNIVALE) - zamprogno@yahoo.com.br

SILVA, Adeilson Jorge da. p. 29
Graduado em História. Pós Graduado em Filosofia, Sociologia e Docência do Ensino Superior. MBA em Gestão Estratégica de Pessoas. Atua como docente na educação básica em escola do sistema prisional de Governador Valadares/MG. Mestrando do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (GIT) da Universidade Vale do Rio Doce UNIVALE - adeilson.silva@univale.br



SILVA, Leonardo Oliveira Leão. p. 111, 157
Graduação em Enfermagem. Mestre em Gestão Integrada do Território e Doutor em Saúde Coletiva - leonardo.silva@univale.br

SILVA, Luciano Nazareth. p. 301
Engenheiro Agrônomo e Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Especialista em Agroecologia pelo Instituto Federal do Espírito Santo - IFES. Licenciado em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Jales (UNIJALES). Especialização lato sensu em Engenharia de Segurança do Trabalho - IFMG Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES - lucianons_agrobiol@outlook.com

SILVA, Mara Cristina Maia da. p. 253
Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Roraima e em Matemática pela Faculdade de Educação Paulistana. Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade de Araraquara - maramaia-bvrr@gmail.com

SILVA, Paulo Celso da. p. 289
Doutor em Geografia Humana. Professor Titular do PPG Comunicação e Cultura. Universidade de Sorocaba/UNISO - paulo.silva@prof.uniso.br

SILVA, Sérgio Augusto da. p. 325
Graduado em Pedagogia pela UFPA - Universidade Federal do Pará - seraugustos@gmail.com

SILVA, Wildma Mesquita. p. 63
Pedagoga do Núcleo de Educação a Distância da Univale, mestre em Gestão Integrada do Território (UNIVALE) - wildma.silva@univale.br

SILVA, Willerson Custódio da. p. 247
Graduado em Matemática, mestre em Estatística Aplicada e Biometria, doutor em Fitotecnia com ênfase em Estatística Aplicada, professor do Instituto Federal de Minas Gerais - willerson.silva@ifmg.edu.br

SILVEIRA, Daniela de Araújo Viana. p. 259
Graduação em Serviço Social, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território - daniela.silveira@univale.br



SILVEIRA, Karina Guimarães Cruz. p. 193
Graduada em Direito (UNIPAC), mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território da Univale - karinaguimaraes-cruz@hotmail.com

SIMAN, Patrícia Dione Corrêa. p. 35
Graduada em Pedagogia e Direito, Mestranda do Programa de Gestão Integrada do Território da Univale - patriciacsiman@gmail.com

SIQUEIRA, Sueli. p. 35, 69, 227
Graduada em Ciências Sociais. Doutora em Ciências Sociais (UFMG). Pós-doutoramento no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (UNIVALE) - sueli.siqueira@univale.br

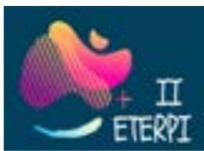
SOUZA, Érita da Silva. p. 213
Graduada em Direito, na Faculdade de Direito Vale do Rio Doce, Mestranda em Gestão integrada de Território na Universidade Vale do Rio Doce - souzacostadvocacia2@gmail.com

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de. p. 105, 111, 117, 145, 147, 157, 163, 213
Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Carangola (FAFILE), Mestre em Ciências de la Educación pelo Instituto Enrique José Varona, Havana. Doutora em Educação pela (UFMG) e pós-doutoramento em educação na Universidade Federal de Sergipe - maria.celeste@univale.br

TEIXEIRA, Karine K. Rangel. p. 163
Graduação em Pedagogia, Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (UNIVALE) - karine.teixeira@univale.br

TENÓRIO, Angélica Antunes. p. 227
Graduada em História, especialista em Docência e Gestão do Ensino Superior e mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão Integrada do Território (UNIVALE) - angelica-antunes@hotmail.com

TORETTA, Fabio Terto Gouveia. p. 277
Graduação em Administração, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Gestão Integrada do Território da Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE -



II Encontro de Estudos Territoriais numa perspectiva interdisciplinar

fabio.toretta@hotmail.com

VASCONCELOS, Jacqueline Martins de Carvalho. p. 283
Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Vale do Rio Doce. Especiali-
zação em Qualidade e Produtividade na Construção pela Universidade Fumec.
Mestre em Gestão Integrada do Território pela Universidade Vale do Rio Doce.
Doutoranda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina